



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2008

Número 34

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

Aliança UAP, Companhia de Seguros, S. A.

Relatório n.º 6-A/2008:

Relatório e Contas de 1994 6444-(2)

Banco Português do Atlântico, S. A.

Relatório n.º 6-B/2008:

Relatório e Contas de 1994 6444-(13)

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.

Relatório n.º 6-C/2008:

Relatório e contas de 1999 6444-(75)

PETROFINAC — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

Relatório n.º 6-D/2008:

Relatório e contas de 2002 6444-(148)

SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Relatório n.º 6-E/2008:

Relatório e Contas de 2006 6444-(153)

SICEL — Sociedade Industrial de Cereais, S. A.

Relatório n.º 6-F/2008:

Relatório e contas de 1999 6444-(161)



PARTE J

ALIANÇA UAP, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

Relatório n.º 6-A/2008

Sede: Rua Gonçalves Sampaio, 39, Porto

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 3328; identificação de pessoa colectiva n.º 503454109; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 23/2 de Junho de 1995; pasta n.º 3328.

Elsa Maria Teixeira Soares, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifica, que ficam depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas relativas ao ano de 1994, da sociedade em epígrafe.

Porto, 11 de Dezembro de 1995. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Maria Teixeira Soares*.

Relatório e contas de 1994

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento económico

A economia portuguesa em 1994 evoluiu de forma moderada e não tão positivamente quanto as previsões revistas em alta no segundo semestre indicavam.

O crescimento previsto do produto interno bruto deverá passar de — 1% em 1993 para o intervalo de apenas 0,75% a 1,25%.

Aquelas previsões basearam-se no relançamento da procura externa de que muito depende a economia portuguesa (as exportações evoluíram no crescimento de — 4,1% em 1993 para 6% a 7%), mas a estagnação da procura interna (de — 1,1% para valores nulos) não permitiu concretizá-las.

Nas componentes da procura interna, o consumo privado e o consumo público quase que mantiveram os crescimentos nulos do ano anterior e a formação bruta de capital fixo manteve-se com crescimentos negativos, apesar de atenuados (de — 5,5% em 1993 para — 0,75%).

As importações evoluíram de — 3,4% de crescimento em 1993 para 2% e a balança de transacções correntes ficará equilibrada.

A taxa de desemprego continuou a subir, passando de 6,2% em 1993 para se fixar em valores próximos dos 7%, e a taxa de inflação atingiu 5,2%, face a 6,5%, em 1993, conforme previsto.

Os mercados bolsista e imobiliário mantiveram a estagnação. A queda da taxa de juro acompanhou a evolução da taxa de inflação.

2 — Mercado de seguros

A evolução do mercado de seguros em 1994 foi influenciada pela transposição para o direito português das directivas comunitárias de seguros relativas à criação do mercado único.

Com efeito, a entrada em vigor em Julho do Decreto-Lei n.º 102/94 que regula o acesso ao exercício da actividade seguradora e a introdução do novo plano de contas provocaram profundas alterações na abordagem dos resultados económicos e dificuldades de adaptação da estrutura de contas.

A generalidade das companhias manteve uma estratégia prioritariamente orientada para a obtenção de melhores resultados de exploração, em detrimento do aumento de quotas de mercado, com raras excepções de manutenção de políticas de subtarifação.

A gestão financeira das seguradoras foi sobretudo influenciada pela evolução das taxas de juro que determinou uma flutuação negativa nos títulos de rendimento fixo.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 105/94, que veio alterar positivamente o regime legal das cobranças, ainda não produziu em 1994 efeitos significativos nos prazos médios de cobrança.

Produção de seguro directo

(Em milhões de contos)

Ramos	1993	1994	Crescimento (percentagem)
Não Vida	356,0	405,4	14
Vida.....	164,6	214,6	30
<i>Total</i>	520,6	620,0	19

Fonte: ISP (valores provisórios 1994).

O mercado de seguros cresceu 19%, mas mais moderadamente que em 1993 (22%), sendo 14% em Não Vida e 30% em Vida.

Os resultados técnicos em Não Vida foram principalmente influenciados por três factores:

A redução da sinistralidade, principalmente no ramo Automóvel;

A actualização tarifária nos seguros obrigatórios de acidentes de trabalho e de automóvel;

As novas exigências resultantes da liberalização do mercado e da entrada em vigor do novo plano de contas comunitário, nomeadamente no que se refere às exigências de cálculo das novas provisões.

O crescimento do ramo Vida continuou a ser influenciado pelos produtos financeiros, associados ao forte incremento da distribuição através da banca. No entanto, a redução dos incentivos fiscais que se têm revelado determinantes na evolução desses produtos faz antever uma desaceleração.

Evolução do mercado por grandes ramos

Ramos	Crescimento (percentagem)
Acidentes e Doença.....	14
Incêndio e Outros Danos.....	15
Automóvel.....	15
Transportes.....	3
Responsabilidade Civil	14
Diversos	1

Fonte: ISP (valores provisórios 1994).

3 — Actividade da sociedade

A actividade de 1994 foi orientada pela criação das condições externas e internas tendentes a permitir a prossecução do objectivo central da fusão com a Companhia de Seguros Garantia, S.A. e a UAP Portugal, Companhia de Seguros, S. A.;

No primeiro semestre foi implementada uma nova estrutura organizativa mais adequada às exigências do mercado, procurando uma maior flexibilidade de resposta aos novos desafios e um reforço da qualidade dos serviços prestados.

No segundo semestre foi tomado um conjunto articulado de medidas conducentes, por um lado, à melhoria da imagem externa e interna e, por outro, à celeridade na prestação do serviço aos clientes.

Nesta perspectiva foi promovida uma grande campanha publicitária do Grupo Aliança UAP nos meios de comunicação social e relançada em novos moldes a comunicação interna, procurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Com o objectivo de aproveitar sinergias, foram uniformizados os principais produtos das Companhias que vão ser objecto de fusão e optimizada a sua distribuição a partir de meados de Setembro.

Finalmente, no mês de Dezembro, foram dados passos decisivos no processo de fusão, através da aprovação do respectivo projecto pela assembleia geral do dia 19 e da Resolução do Conselho de Ministros, que a autorizou.

4 — Economia da exploração

Os resultados da exploração, são já reflexo da política de rigor técnico e de rentabilidade desenvolvida, que permitiu conseguir um saldo posi-

tivo na conta de exploração, apesar do reforço efectuado para adequar o nível de provisionamento a todas as exigências técnicas, económicas e financeiras das novas regulamentações.

Produção

A receita de prémios e adicionais de seguro directo, líquida de estornos e anulações, atingiu o montante de 29 222 570 contos, representando um crescimento de 8% em relação ao ano anterior.

O crescimento e a distribuição da produção de seguros directos pelos diferentes ramos foram os seguintes:

Prémios e adicionais — seguro directo

Ramos	Valor (contos)	Crescim. (percent.)	Estrutura (percent.)
Acidentes e Doença.....	7 293 945	8,6	25,0
Incêndio e Outros Danos.....	3 283 748	9,4	11,2
Automóvel.....	17 773 931	8,1	60,8
Transportes.....	363 902	11,0	1,2
Responsabilidade Civil	277 893	0,3	1,0
Diversos	229 151	— 21,6	0,8
<i>Total</i>	<i>29 222 570</i>	<i>8,0</i>	<i>100,0</i>

O crescimento global foi afectado pela política de rigor acima referida e que teve algumas consequências ao nível da acção comercial.

A receita de resseguro aceite foi de 7229 contos.

Comissões

As comissões de seguro directo e as despesas de aquisição, no valor de 2 762 187 contos, registaram um crescimento de 10,1%, representando 9,5% dos prémios, contra 9,3% em 1993.

Indemnizações

O total das indemnizações foi de 19 487 692 contos, com crescimento de 7,6%, inferior ao crescimento dos prémios, repartindo-se da seguinte forma:

Indemnizações — seguro directo (valores homólogos de 1993):

Ramos	Valor (contos)	Taxa de sinistralidade (percentagem)
Acidentes e Doença.....	4 719 199	64,7
Incêndio e Outros Danos.....	1 497 591	45,6
Automóvel.....	12 705 554	71,5
Transportes.....	219 519	60,3
Responsabilidade Civil	330 956	119,1
Diversos	14 873	6,5
<i>Total</i>	<i>19 487 692</i>	<i>66,7</i>

De realçar que a sinistralidade global sofreu uma redução de 0,2 pontos percentuais em relação a valores homólogos do ano anterior, apesar da provisão para sinistros tardios, incluída nesta rubrica, ter sofrido um forte agravamento resultante da inclusão do ramo de Acidentes de Trabalho e da alteração do método de cálculo nos restantes ramos.

A estes valores acresce, nos termos do novo plano de contas, a dotação para a anterior provisão matemática de acidentes de trabalho (1 585 166 contos).

No ramo Automóvel, conseguiu-se uma redução de 2,9 pontos na taxa de sinistralidade, facto relevante, dado o peso deste ramo na exploração. Os restantes ramos tiveram uma sinistralidade dentro de valores esperados e sem registo especial a efectuar.

O ramo Responsabilidade Civil apresenta uma taxa anormal resultante de revisão de processos de sinistros de anos anteriores.

Resseguro cedido

O saldo da conta de resseguro, no valor de 204 7381 contos, reflecte as alterações contabilísticas do novo plano de contas no que se refere às entradas e saídas de carteira.

Despesas gerais e amortizações

As despesas gerais atingiram um montante total de 7 217 594 contos, correspondendo a um decréscimo de 1,5%.

As despesas com pessoal decresceram 5,8% devido à política de redimensionamento de quadros que tem vindo a ser seguida e à ausência de actualização da tabela salarial do CCT.

A rubrica de publicidade apresenta um crescimento significativo em resultado da campanha de imagem levada a efeito.

O *ratio* de despesas gerais sobre prémios de seguro directo passou de 27,1% em 1993 para 24,7% em 1994, reflectindo sobretudo a política de contenção de custos que continuou a ser prosseguida.

O montante de amortizações foi de 491 978 contos, tendo-se aplicado as taxas máximas permitidas.

5 — Economia financeira

Prémios em cobrança e seu provisionamento

O valor dos prémios em cobrança é de 7 140 305 contos, representando 24,4% dos prémios e adicionais de seguro directo, líquidos de estornos e anulações, contra 26,5% em 1993.

Esta melhoria, traduziu-se numa redução da provisão para prémios em cobrança no valor de 79 560 contos.

Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros atingiram o montante de 2 500 784 contos, incluindo as mais e menos-valias, o que equivale à manutenção do *ratio* do ano anterior de 8,6% dos prémios emitidos, líquidos de estornos e anulações.

Investimentos

O investimento líquido no exercício foi de 6635 milhares de contos.

A carteira de investimentos no final de 1994, a valores de mercado, atingiu o montante de 40 480 milhares de contos, correspondente a um aumento de 19,6% em relação ao exercício anterior, representada da seguinte forma (em percentagem):

Títulos do Estado	37,8
Obrigações de entidades portuguesas	17,0
Ações.....	9,1
Depósitos e outros.....	0,8
Imóveis.....	35,5

A evolução da composição da carteira traduz a estratégia delineada de reduzir progressivamente o peso da componente imóveis.

Flutuações da carteira

A carteira de títulos apresenta uma flutuação de valores negativa de 113 718 contos. Foi adoptado o alisamento permitido pela regulamentação em vigor.

No tocante à carteira de imóveis, regista-se uma flutuação de valores positiva de 983 311 contos, mantendo-se uma reserva de reavaliação de 943 124 contos.

Provisões técnicas

A alteração das regras de cálculo do novo quadro legal, determinou um aumento e recomposição das provisões técnicas bastante profundos.

Assim, o total das provisões técnicas, considerando com a necessária prudência as responsabilidades futuras da empresa, atingiu o montante de 44 578 milhares de contos.

O valor das provisões representa 153% dos prémios emitidos, contra 146% em 1993, aproximando-nos, assim, dos padrões europeus.

Capitais próprios

Os capitais próprios totalizam 3,7 milhões de contos, representando um aumento da situação líquida de 2 milhões.

Margem de solvência e fundo de garantia

A margem de solvência exigível nos termos legais é de cerca de 4345 milhares de contos.

O fundo de garantia exigível é de cerca de 1448 milhares de contos.

6 — Resultados e sua aplicação

O ano de 1994 confirmou a evolução positiva da exploração, traduzida num lucro de 1 750 370 512\$94, representando assim, conforme nos tínhamos proposto, uma significativa viragem nos resultados, que em 1993 tinham sido ainda negativos.

Propomos que este resultado seja aplicado na amortização dos prejuízos de exercícios anteriores.

7 — Perspectivas da sociedade para 1995

Atingidos em 1994 os objectivos fixados no tocante ao equilíbrio da exploração, as perspectivas para 1995 são de crescimento com rentabilidade.

Um facto extremamente relevante para a vida da empresa será a fusão da Aliança Seguradora, S. A., da Companhia de Seguros Garantia, S. A. e da UAP Portugal — Companhia de Seguros, S. A., por incorporação na Aliança UAP — Companhia de Seguros, S. A.

O projecto de fusão foi já aprovado pelas assembleias gerais das três companhias e registado, estando previsto para o primeiro semestre de 1995 a escritura de fusão, que virá culminar um processo que se desenrolou ao longo dos últimos três anos.

Como corolário da fusão, elegeram-se os seguintes objectivos prioritários para o exercício de 1995:

- Consolidação da fusão operacional;
- Crescimento com rentabilidade;
- Aperfeiçoamento da imagem externa e interna do Grupo;
- Obtenção de ganhos de qualidade.

8 — Considerações finais

No decurso do exercício, Jean Daniel Julien Guerin renunciou ao mandato de administrador, tendo sido cooptado Fabrice François Marie Lorillon.

O administrador-delegado, Celso Cardoso do Amaral foi nomeado vice-presidente do conselho de administração, e Fernando Born Caldeira de Andrada, que foi cooptado para o preenchimento de uma vaga existente no conselho foi designado administrador-delegado.

A terminar, queremos destacar:

A colaboração pronta e empenhada dos membros da assembleia geral e do conselho fiscal;

O apoio, a abertura e a cooperação dos nossos principais accionistas;

A cooperação e a disponibilidade do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores;

A competência, a dedicação e o entusiasmo dos empregados da Companhia, bem como a adesão e o empenhamento dos agentes e corretores.

É justo que o conselho de administração deixe aqui claramente expresso a todos o seu melhor agradecimento.

21 de Fevereiro de 1995. — O Conselho de Administração: *Carlos Pedro Brandão de Melo e Sousa e Brito*, presidente — *Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral*, vice-presidente — *Fernando Born Caldeira de Andrada*, administrador-delegado — *António Paiva de Andrada Reis*, administrador-delegado — *Jaime Duarte da Silva Nunes de Almeida*, administrador, em representação de Mague — *Gestão e Participações, S. A.* — *Francisco Xavier da Conceição Cordeiro*, administrador — *Henri Marie Albert Daru*, administrador — *Michelle Ebstein Genin*, administrador — *Fabrice François Marie Lorillon*, administrador — *António Farinha Morais*, administrador — *Manuel Nogueira Lobo de Alarcão e Silva*, administrador.

Balço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Provisão matemática do ramo vida:						
De resseguros cedidos.....	1	—	—	—	—	—
Provisão para prémios não adquiridos:						
De resseguros cedidos.....	2	—	849 005 946,00	—	849 005 946,00	849 005 946,00
Provisão para sinistros:						
De resseguros cedidos.....	3	—	1 849 747 884,70	—	1 849 747 884,70	1 849 747 884,70
Provisão para envelhecimento:						
De resseguros cedidos.....	4	—	—	—	—	—
Valores emprego das provisões técnicas:						
Títulos de crédito:						
Próprios.....	5	—	22 958 143 791,00	—	22 958 143 791,00	—
Resseguradores	6	—	777 503 102,00	—	777 503 102,00	—
Imóveis.....	7	—	14 374 902 027,00	—	14 374 902 027,00	—
Empréstimos s/ apólices.....	8	—	—	—	—	—
Empréstimos hipotecários.....	9	—	—	—	—	—
Empréstimos s/ títulos.....	10	—	—	—	—	—
Depósitos.....	11	—	262 000 000,00	—	262 000 000,00	38 372 548 920,00
Valores em depósito:						
De vários.....	12	—	—	1 775 315,50	1 775 315,50	—
De resseguradores.....	13	—	—	—	—	1 775 315,50
Devedores p/ valores em depósito:						
De vários.....	14	—	—	—	—	—
De ressegurados	15	—	15 020 919,40	—	15 020 919,40	15 020 919,40
Imóveis.....	16	—	—	—	—	—
Mobiliário e material.....	17	—	—	3 862 588 559,00	3 862 588 559,00	—
Amortizações de mobiliário e material.....	18	—	—	(2 847 435 559,00)	(2 847 435 559,00)	1 015 153 000,00
Empréstimos hipotecários.....	19	—	—	44 731 878,00	—	44 731 878,00

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Empréstimos s/ títulos.....	20	—	—	—	—	—
Accionistas.....	21	—	—	—	—	—
Agências nas ex-colónias.....	22	—	—	24 699 599,93	—	24 699 599,93
Agência no estrangeiro	23	—	—	—	—	—
Devedores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores	24	—	—	1 430 702 850,35	1 430 702 850,35	—
Ressegurados.....	25	—	—	5 533 855,90	5 533 855,90	—
Resseguradores	26	—	—	631 369 654,11	631 369 654,11	—
Co-seguradoras	27	—	—	453 538 637,65	453 538 637,65	—
Estado e outros entes públicos.....	28	—	—	166 831 295,00	166 831 295,00	—
Outros.....	29	—	—	4 150 394 220,28	4 150 394 220,28	6 838 370 513,29
Prémios em cobrança:						
Na sede.....	30	—	983 419 613,00	—	983 419 613,00	—
Nos correspondentes	31	—	5 222 560 432,00	—	5 222 560 432,00	—
Em suspensão.....	32	—	934 325 227,00	—	934 325 227,00	7 140 305 272,00
Letras a receber.....	33	—	—	—	—	—
Títulos de crédito	34	—	—	2 062 617 734,00	—	2 062 617 734,00
Depósitos em bancos.....	35	—	—	1 135 938 758,69	—	1 135 938 758,69
Caixa	36	—	—	31 808 138,00	—	31 808 138,00
Contas de regularização	37	—	—	833 111 667,00	—	833 111 667,00
<i>Total</i>	—	—	48 226 628 942,10	11 155 094 937,41	56 081 927 770 89	60 214 835 546,51

SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Contas a amortizar	38	—	—	90 667 924,90	—	90 667 924,90
Flutuação de valores:						
De títulos.....	39	—	—	113 717 939,00	113 717 939,00	—
De imóveis	40	—	—	—	—	—
De câmbios.....	41	—	—	—	—	113 717 939,00
Ganhos e perdas:						
De exercícios anteriores.....	42	—	—	—	—	—
Do exercício	43	—	—	—	—	—
Sede:						
Conta geral	44	—	—	—	—	—
Flutuação de valores:						
De títulos.....	45	—	—	—	—	—
De imóveis	46	—	—	—	—	—
De câmbios.....	47	—	—	—	—	—
Ganhos e perdas	48	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	—	204 385 863,90	113 717 939,00	204 385 863,90

CONTAS DE ORDEM

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Letras descontadas	49	—	—	—	—	—
Devedores por reembolsos de sinistros.....	50	—	1 447 349,10	—	1 447 349,10	1 447 349,10
Fundos de pensões	51	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	48 228 076 291,20	11 359 480 801,31	—	60 420 668 759,51

PASSIVO

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Provisão matemática do ramo vida:						
De seguros directos.....	1	—	—	—	—	—
De resseguros aceites.....	2	—	—	—	—	—

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Provisão para prémios não adquiridos:						
De seguros directos.....	3	—	9 000 169 721,00	—	9 000 169 721,00	—
De resseguros aceites.....	4	—	2 602 297,00	—	2 602 297,00	9 002 772 018,00
Provisão para sinistros:						
De seguros directos:						
Acidentes de trabalho.....	5	—	12 836 592 625,90	—	12 836 592 625,90	—
Outros seguros.....	6	—	22 035 850 753,40	—	22 035 850 753,40	—
De resseguros aceites.....	7	—	101 394 381,80	—	101 394 381,80	34 973 837 761,10
Provisão para riscos em curso.....	8	—	67 786 844,00	—	67 786 844,00	67 786 844,00
Provisão para desvios de sinistralidade.....	9	—	60 298 748,80	—	60 298 748,80	60 298 748,80
Provisão para particip. nos resultados.....	10	—	—	—	—	—
Provisão para envelhecimento.....	11	—	—	—	—	—
Credores para valores em depósito:						
Vários.....	12	—	—	—	—	—
Resseguradores.....	13	—	1 155 652 690,70	—	1 155 652 690,70	1 155 652 690,70
Agências nas ex-colónias.....	14	—	—	—	—	—
Agência no estrangeiro.....	15	—	—	—	—	—
Credores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores.....	16	—	—	1 135 176 392,58	1 135 176 392,58	—
Ressegurados.....	17	—	—	23 492 006,77	23 492 006,77	—
Resseguradores.....	18	—	—	612 453 844,18	612 453 844,18	—
Co-seguradoras.....	19	—	—	119 710 237,70	119 710 237,70	—
Estado e outros entes públicos.....	20	—	—	1 074 523 337,10	1 074 523 337,10	—
Outros.....	21	—	—	4 657 387 743,75	4 657 387 743,75	7 622 743 562,08
Comissões a pagar.....	22	—	540 018 746,90	—	540 018 746,90	540 018 746,90
Prémios a pagar — co-seguradoras.....	23	—	142 670 753,00	—	142 670 753,00	142 670 753,00
Provisões:						
Para prémios em cobrança.....	24	—	457 447 934,00	—	457 447 934,00	—
Para fundo garantia automóvel.....	25	—	16 372 924,00	—	16 372 924,00	—
Para menos-valias de acções e obrig.....	26	—	—	13 872 237,50	13 872 237,50	—
Diversas.....	27	—	—	2 401 696 357,11	2 401 696 357,11	2 889 389 452,61
Contas de regularização.....	28	—	—	—	—	—
<i>Total</i>			46 416 858 420,50	10 038 312 156,69	56 455 170 577,19	56 455 170 577,19
Situação líquida activa						
Capital.....	29	—	—	6 000 000 000,00	6 000 000 000,00	6 000 000 000,00
Fundo de reserva legal.....	30	—	—	623 821 475,65	623 821 475,65	623 821 475,65
Fundos de reservas livres.....	31	—	—	—	—	—
Reservas de reavaliação.....	32	—	—	943 124 479,00	943 124 479,00	943 124 479,00
Prémios de emissão.....	33	—	—	—	—	—
Fundo para flutuação de valores.....	34	—	—	113 717 939,00	113 717 939,00	113 717 939,00
Flutuação de valores:						
De títulos.....	35	—	—	—	—	—
De imóveis.....	36	—	—	983 311 061,00	983 311 061,00	—
De câmbios.....	37	—	—	—	—	983 311 061,00
Ganhos e perdas:						
De exercícios anteriores.....	38	—	—	— 6 450 294 634,37	— 6 450 294 634,37	—
Do exercício.....	39	—	—	1 750 370 512,94	1 750 370 512,94	— 4 699 924 121,43
Sede:						
Conta geral.....	40	—	—	—	—	—
Fundo estabelecimento.....	41	—	—	—	—	—
Reservas de reavaliação.....	42	—	—	—	—	—
Fundo para flutuação de valores.....	43	—	—	—	—	—
Flutuação de valores:						
De títulos.....	44	—	—	—	—	—
De imóveis.....	45	—	—	—	—	—
De câmbios.....	46	—	—	—	—	—
Ganhos e perdas.....	47	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	—	3 964 050 833,22	3 964 050 833,22	3 964 050 833,22

	Notas	Vida	Não Vida	Contas gerais	Subtotais	Totais
Contas de ordem						
Responsabil. por letras descontadas.....	48	—	—	—	—	—
Sinistros a reembolsar.....	49	—	1 447 349,10	—	1 447 349,10	1 447 349,10
Gestão de fundos de pensões	50		—	—	—	—
<i>Totais</i>			46 418 305 769,60	–14 002 362 989,91	—	60 420 668 759,51

31 de Dezembro de 1994. — O Conselho de Administração: *Carlos Pedro Brandão de Melo e Sousa e Brito*, presidente — *Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral*, vice-presidente — *Fernando Born Caldeira de Andrada*, administrador-delegado — *António Paiva de Andrada Reis*, administrador-delegado — *Jaime Duarte da Silva Nunes de Almeida*, administrador, em representação de Mague — Gestão e Participações, S. A. — *Francisco Xavier da Conceição Cordeiro*, administrador — *Henri Marie Albert Daru*, administrador — *Michelle Ebstein Genin*, administrador — *Fabrice François Marie Lorillon*, administrador — *António Farinha Moraes*, administrador — *Manuel Nogueira Lobo de Alarcão e Silva*, administrador. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Ganhos e perdas em 1994

DÉBITO

	Notas Vida		Não vida						Contas gerais	Subtotais	Totais
			Acidentes e doença	Incêndio e outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Regime civil geral	Diversos			
Provisão mate- mática do ramo vida:											
De seguros di- rectos.	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseguros aceites.	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseguros cedidos (di- minuição).	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para pré- mios não adqui- ridos:											
De seguros di- rectos.	5	—	306 140 492,00	104 597 450,00	—	6 410 514,00	—	39 126,00	—	417 187 582,00	—
De resseguros aceites.	6	—	—	—	—	—	2 602 297,00	—	—	2 602 297,00	—
De resseguros cedidos (di- minuição).	7	—	580 769,60	244 299 846,80	—	5 310 553,70	—	20 907 116,60	—	271 098 286,70	690 888 165,70
Provisão p/ riscos em curso.	8	—	40 766 103,00	—	—	3 913 754,00	—	23 106 987,00	—	67 786 844,00	67 786 844,00
Provisão para des- vios de sinistra- lidade.	9	—	—	1 622 946,00	—	—	2 874 862,00	34 321 785,00	—	38 819 593,00	38 819 593,00
Provisão p/ enve- lhhecimento.	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão p/ prémios em cobrança.	11	—	925 617,50	14 896 144,00	—	365 915,40	—	186 875,50	—	16 374 552,40	16 374 552 40
Amortizações	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comissões:											
De seg. directos.	13	—	742 900 695,00	480 892 210 00	1 298 883 936,00	35 933 328,00	29 992 301,50	27 049 294,00	—	2 615 651 764,50	—
De resseguros aceites.	14	—	—	—	—	1 127 435,70	—	—	—	1 127 435,70	—
Desp. de aquis.	15	—	36 536 555,00	16 431 938,00	88 993 442,50	2 026 845,00	1 390 057,00	1 155 941 00	—	146 534 778,50	2 763 313 978,70
Indemnizações:											
De seg. directos.		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Do exercício	16	—	6 231 087 583,90	1 622 152 507,00	11 723 675 627,90	240 180 542,60	190 623 869,00	59 646 765,00	—	20 067 366 895,40	—
De exerc. ante- riores (reajust.)	17	—	73 277 741,60	(124 561 155,90)	981 877 787,70	(20 660 937,60)	140 332 365,70	(44 774 264,90)	—	1 005 491 536,60	—

	Notas Vida		Não vida						Contas gerais	Subtotais	Totais
			Acidentes e doença	Incêndio e outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Regime civil geral	Diversos			
			6 304 365 325,50	1 497 591 351,10	12 705 553 415,60	219 519 605,00	330 956 234,70	14 872 500,10	—	21 072 858 432,00	—
De resseg. aceites.	18	—	(16 490,70)	(35 621,00)	—	—	(2 428 770,50)	(9 852 915,60)	—	(12 333 797,80)	21 060 524 634,20
Particip. nos resul- tados.	19	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Encargos de resse- guos cedidos:											
Prémios	20	—	174 518 860,00	1 568 538 539,50	478 656 337,00	183 495 134,60	13 513 167,50	135 137 827,30	—	2 553 859 865,90	—
Juros	21	—	—	—	38 337 620,00	2 049 321,00	11 123 676,00	2 448 571,00	3 290 938,00	—	57 250 126,00
Despesas gerais:											
Órgãos sociais	22	—	15 084 281,00	6 790 974,00	36 757 474,00	752 569,00	574 697,00	473 896,00	—	60 433 891,00	—
Pessoal.....	23	—	1 169 796 806,00	526 644 826,00	2 850 568 389,20	58 362 332,00	44 568 205,00	36 751 030,00	—	4 686 691 588,20	—
Publicidade.....	24	—	40 326 285,00	18 154 975,00	98 267 345,50	2 011 918,00	1 536 395,00	1 266 915,00	—	161 563 833,50	—
Outras despesas de administra- ção.	25	—	—	531 523 685,00	239 293 010,00	1 295 220 340,50	26 518 246,00	20 250 573,00	16 698 663,00	—	2 129 504 517,50
Encargos fiscais	26	—	—	28 063 110,00	17 232 894,00	122 864 641,50	4 811 907,00	2 801 637,00	3 626 341,00	—	179 400 530,50
Encargos para- fiscais.	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Encargos diversos:											
Fundap.....	28	—	—	79 922 815,00	—	—	—	—	—	—	79 922 815,00
Fundo garantia automóvel.	29	—	—	—	—	344 280 653,00	—	—	—	—	344 280 653,00
Diversos	30	—	—	—	—	—	—	—	—	1 273 402 997,70	1 273 402 997,70
Result. de agências nas ex-colónias:											
Transferidos das contas das agências.	31	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseguros colocados pela sede.	32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados de agên- cias no estran- geiro:											
Transferidos das contas das agências.	33	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseg. coloc. pela sede.	34	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo			—	—	—	—	—	—	1 750 370 512,94	—	—
Totais			9 471 434 908,90	4 775 289 103,40	19 322 095 295,80	580 556 297,70	452 207 662,90	309 032 319,90	3 515 751 725,60	—	38 406 367 314,31

CRÉDITO

	Notas Vida		Não vida						Contas gerais	Subtotais	Totais
			Acidentes e doença	Incêndio e outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Regime civil geral	Diversos			
Provisão matemática do ramo vida:											
De seguros directos (diminuição)	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseguros aceites (diminuição)	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseguros cedidos.	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para prémios não adquiridos:											
De seguros directos (diminuição).	5	—	53 900 777,00	59 043 309,00	2 116 179 706,00	5 492 814,00	10 182 789,00	40 461 457,00	—	2 285 260 852,00	—
De resseguros aceites (diminuição).	6	—	3 804,70	—	—	—	—	—	—	3 804,70	—
De resseguros cedidos.	7	—	10 694 099,00	290 002 575,80	62 200 257,20	3 808 922,30	2 050 772,10	16 664,40	—	368 773 290,80	2 654 037 947,50
Provisão p/ riscos em curso.	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para desvios de sinistralidade.	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão p/ envelhecimento.	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão p/ prémios em cobrança.	11	—	86 733 266,90	3 542 645,30	2 379 153,70	1 735 551,10	1 089 356,90	454 645,00	—	95 934 618,90	95 934 618,90
Prémios e s/adicionais:											
De seguros directos.	12	—	7 293 944 670,00	3 283 748 254,00	17 773 931 302,00	363 902 181,00	277 892 727,00	229 150 893,00	—	29 222 570 027,00	—
De resseguros aceites.	13	—	—	—	—	—	7 228 603,00	—	—	7 228 603,00	29 229 798 630,00
Resultados distribuídos.	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de resseguros cedidos:											
Comissões	15	—	14 608 098,00	447 966 869,00	14 344 000,00	51 071 086,00	313 886,00	38 797 160,00	—	567 101 099,00	—
Indemnizações	16	—	82 234 350,60	1 491 597 274,80	402 059 982,40	112 777 034,60	82 901 421,80	(20 498 599,30)	—	2 151 071 464,90	2 718 172 563,90

	Notas Vida		Não vida						Contas gerais	Subtotais	Totais
			Acidentes e doença	Incêndio e outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Regime civil geral	Diversos			
Rendimentos:											
Das provis. técnicas de seguros directos.	17	—	718 237 937,00	132 205 554,00	1 556 812 094,20	26 641 782,00	31 727 154,00	18 430 550,00	—	2 484 055 071,20	—
Das provis. técnicas de resseguros aceites.	18	—	—	—	—	—	953 215,70	—	—	953 215,70	—
De valores livres.	19	—	—	—	—	—	—	—	74 424 263,10	74 424 263,10	2 559 432 550,00
Receitas diversas:											
Cargos em outras sociedades.	20	—	—	—	—	—	—	—	7 304 320,00	7 304 320,00	—
Fundap.....	21	—	579 330 936,00	—	—	—	—	—	—	579 330 936,00	—
Outras.....	22	—	—	—	—	—	—	—	562 355 748,00	562 355 748,00	1 148 991 004,01
Resultados de agências nas ex-colónias:											
Transferênc. das contas das agências.	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseg. colocados pela sede.	24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Result. de agências no estrangeiro:											
Transferênc. das contas das agências.	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De resseg. colocados pela sede.	26	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	—	—	8 839 687 939,20	5 708 106 481,90	21 927 906 495,50	565 429 371,00	414 339 925,50	306 812 770,10	644 084 331,10	—	38 406 367 314,10

31 de Dezembro de 1994. — O Conselho de Administração: *Carlos Pedro Brandão de Melo e Sousa e Brito*, presidente — *Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral*, vice-presidente — *Fernando Born Caldeira de Andrada*, administrador-delegado — *António Paiva de Andrada Reis*, administrador-delegado — *Jaime Duarte da Silva Nunes de Almeida*, administrador, em representação de Mague — Gestão e Participações, S. A. — *Francisco Xavier da Conceição Cordeiro*, administrador — *Henri Marie Albert Daru*, administrador — *Michelle Ebstein Genin*, administrador — *Fabrice François Marie Lorillon*, administrador — *António Farinha Morais*, administrador — *Manuel Nogueira Lobo de Alarcão e Silva*, administrador. — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal de contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas da Aliança Seguradora, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, que evidenciam um total de balanço de 65 119 146 contos e um total de capital próprio de 3 759 664 contos, incluindo um resultado líquido do exercício de 1 750 370 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 6 a 9 abaixo, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

A verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Reservas.* — No exercício em curso realizaram-se acções de regularização relativas aos saldos das contas de correspondentes, angariadores e mediadores, sem todavia cobrir a totalidade das referidas contas. Por esta circunstância e por não ser fiável qualquer procedimento alternativo, considero limitado o âmbito do exame no que respeita à verificação da cobrabilidade dos referidos saldos e, em consequência da adequação da provisão constituída para o efeito.

7 — Apesar de terem sido incrementadas pelos serviços da empresa as tarefas destinadas à reconciliação das contas bancárias, as divergências de parte dos saldos confirmados pelos bancos e os registados pelos livros à data de 31 de Dezembro de 1994, bem como a conta de transferências de fundos, não estão integralmente reconciliados. Em consequência considero assim limitado o âmbito da verificação das componentes patrimoniais em causa.

8 — Mantém-se a situação reportada a 31 de Dezembro de 1993 quanto aos saldos de ressegurados e co-seguradoras quanto às divergências apuradas pelo que, face à impossibilidade de qualquer procedimento alternativo, não foi possível confirmar os respectivos valores de balanço em 31 de Dezembro de 1994.

9 — Atendendo a que na oportunidade não se encontrava disponível o relatório da avaliação actuarial das responsabilidades e custos inerentes ao Plano de Complementar de Pensões de Reforma assumidos pela empresa e respeitantes ao pessoal no activo e aos pré-reformados abrangidos pelo Fundo de Pensões da Aliança Seguradora, S. A., em 31 de Dezembro findo, não foi possível avaliar a extensão do montante daquelas responsabilidades e custos não cobertos.

10 — *Opinião.* — Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos do ponto anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Aliança Seguradora, S. A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector da indústria seguradora e promulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

11 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:

Apesar do resultado positivo do exercício, mantém-se o efeito dos resultados negativos transitados de exercícios anteriores na situação líquida da empresa, pelo que a cobertura da margem de solvência se situa em cerca de 90%;

Se entretanto não se efectivar a fusão deliberada na assembleia geral de 19 de Dezembro findo, de acordo com a legislação em vigor, a empresa deverá apresentar durante o semestre em curso um plano para a integral cobertura da referida margem de solvência;

Mantém-se no exercício económico em apreciação a situação patrimonial respeitante à transacção do terreno efectuada em 1990 sob reserva de propriedade, para cuja regularização foi constituída no exercício anterior a provisão de 900 000 contos.

O resultado económico positivo do exercício foi fortemente influenciado pelos movimentos respeitantes às provisões técnicas, atendendo não só ao excesso que existia na então designada provisão para riscos em curso, como ainda devido ao normativo do Instituto de Seguros de Portugal que permitiu deduzir para efeito de cálculo da provisão para prémios não adquiridos determinadas rubricas das despesas gerais até ao montante de 20% facultade que a empresa utilizou.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1995. — O Revisor Oficial de Contas, *João Martins Nobre.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e no âmbito das funções que lhe estão cometidas, o conselho fiscal emite o seu parecer sobre o relatório, o balanço e a conta de ganhos e perdas apresentados pelo conselho de administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

2 — Ao longo do exercício o conselho fiscal acompanhou a gestão e a actividade desenvolvida pela Companhia, quer através de verificações e análises à documentação contabilística, quer mediante a apreciação de informações, dados estatísticos e outros elementos complementares, entre os quais o relatório do auditor externo reportado a 1993. Para a elaboração do presente parecer não pôde o conselho dispor do relatório de auditoria relativo ao exercício em apreço, nem de uma síntese das conclusões que o mesmo virá a inserir.

3 — O relatório do conselho de administração, o balanço e a conta de ganhos e perdas foram analisados pelo conselho fiscal, que os considerou adequados à compreensão da actividade desenvolvida e da situação patrimonial no fim do exercício, cumprindo destacar a evolução positiva da exploração e o resultado alcançado.

4 — Tendo presente documentação exigida nas circunstâncias importará referir que em Maio de 1994 o conselho fiscal elaborou parecer favorável sobre o projecto de fusão das sociedades Aliança Seguradora, S. A., UAP Portugal — Companhia de Seguros, S. A. e Companhia de Seguros Garantia, S. A., consubstanciado na constituição de uma nova sociedade designada por Aliança UAP — Companhia de Seguros, S. A. e, nomeadamente, acerca dos dados de avaliação das empresas e das razões de troca. Em Dezembro, na assembleia geral convocada para o efeito, foi aprovado o projecto de fusão citado, uma vez verificado que as alterações entretanto ocorridas não influenciavam, de forma material, a posição relativa das empresas.

5 — Considerando os actos realizados no final de 1994, no cumprimento das etapas do processo em curso, decisivos para o objectivo em causa, o conselho fiscal manifesta o desejo de que, tão breve quanto possível, a fusão seja concretizada de facto, relevando para a nova Companhia os votos de que venha a afirmar-se notoriamente no sector.

6 — No exercício das suas funções, o conselho fiscal sempre contou com o melhor apoio do conselho de administração e seus colaboradores, nomeadamente dos responsáveis pela área de contabilidade, cumprindo-lhe destacar a disponibilidade e o empenhamento revelados.

7 — Em face do exposto, e tendo analisado e apreciado o documento de certificação legal de contas emitido pelo revisor oficial de contas, o conselho fiscal é de parecer que a assembleia geral aprove o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 1994, incluindo a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 7 de Março de 1995. — O Conselho Fiscal: *António Sampaio de Carvalho*, presidente — *João Manuel Simões Martins Nobre*, revisor oficial de contas — *Mário Manuel de Sá Pires*, vogal.

Acta n.º 16 da assembleia geral

Aos 30 dias do mês de Março de 1995, pelas 12 horas, reuniram em assembleia geral ordinária, na sede social sito a Rua de Gonçalo Sampaio, 39, na cidade do Porto, os senhores accionistas, com direito a voto, da Aliança Seguradora, S. A., conforme convocatória efectuada pelo presidente da mesa da assembleia geral em 23 de Fevereiro de 1995 e que se transcreve:

Convocatória:

Nos termos dos artigos 376.º e 377.º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, convoco os accionistas da Aliança Seguradora, S. A., com direito a voto, para reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 30 de Março de 1995, pelas 12 horas, na sede social, sito à Rua de Gonçalo Sampaio, 39, nesta cidade, com a seguinte ordem do dia:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 1994;
- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3 — Proceder a apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Pelo artigo 6.º do contrato social, têm direito a fazer parte da assembleia geral os accionistas que até 15 dias antes da data marcada provem ser titulares de pelo menos 100 acções.

A cada grupo de 100 acções corresponderá um voto. Os accionistas que não reúnam o mínimo de capital indicado poderão agrupar-se por forma a completá-lo e far-se-ão representar por um só deles.

Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar na assembleia geral nos termos da lei.

As pessoas colectivas deverão comunicar ao presidente da mesa, por carta recebida até às 16 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da assembleia geral, o nome de quem as representa.

A partir desta data, estão à disposição dos accionistas na sede social, os documentos de prestação de contas, as propostas a submeter à assembleia e todos os elementos previstos na lei.

A mesa que presidiu aos trabalhos foi constituída pelo seu presidente, pelo seu vice-presidente, Engenheiro António Tomaz Bello Pinto Ferreira e pelo seu secretário, Dr. Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro. Ao iniciar os trabalhos, o presidente, dispensou-se da leitura da ordem do Dia em virtude de ser do conhecimento de todos os presentes. Verificou a presença dos seguintes membros do conselho fiscal: presidente: António Sampaio de Carvalho; ROC: Dr. João Manuel Simões Martins Nobre e informou que o presidente do conselho de administração Dr. Carlos de Sousa e Brito e o vogal do conselho fiscal, Dr. Mário Manuel de Sá Pires não estavam presentes mas que justificaram o seu impedimento. Através da lista de presenças verificou estar representado 82,62 % do capital social, que dava legitimidade para iniciar a assembleia.

Antes de iniciar a ordem de trabalhos informou que lhe tinha sido dirigida uma carta pelo revisor oficial de contas Dr. João Martins Nobre, através da qual apresentou a sua renúncia ao cargo que ocupava no conselho fiscal.

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 1994:

Depois de confirmar que todos os senhores accionistas presentes conheciam os documentos em discussão, concedeu ao a palavra ao administrador Dr. António Reis, que informou que o relatório do conselho de administração, apresentado aos senhores accionistas em devido tempo, tinha sofrido pequenas correcções, nomeadamente nas indemnizações, cujo texto sofreu uma pequena alteração a fim de permitir a comparação de valores homólogos de 1994 e de 1993, e nas considerações finais, que teve como intenção precisar melhor a informação.

Como ninguém mais pretendeu usar da palavra e considerando que todos os presentes estavam devidamente esclarecidos, colocou a votação a seguinte proposta apresentada pelo conselho de administração: «Propomos que sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 1994, apresentados pelo conselho de administração», que foi aprovada por unanimidade.

- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados:

O presidente da mesa apresentou à discussão a seguinte proposta apresentada pelo conselho de administração: «Propomos que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo conselho de administração no seu relatório de gestão, para que o resultado apurado no exercício, no valor de 1 750 370 512\$94, seja aplicado na amortização dos prejuízos de exercícios anteriores», que, votada, foi aprovada por unanimidade.

- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade:

O presidente da mesa da assembleia geral informou ter a seguinte proposta apresentada pela UAP — International que se transcreve:

«Propomos um voto de confiança no conselho de administração e no conselho fiscal, extensivo a todos e a cada um dos seus elementos, pelo trabalho desenvolvido no exercício em apreciação», que, votada, foi aprovada por unanimidade.

Antes de terminados os trabalhos, o Dr. Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro, secretário da mesa da assembleia geral, em virtude de ser a última vez que ocupava aquele cargo não quis deixar de manifestar a sua muita satisfação por o ter desempenhado e aproveitou a oportunidade para desejar as maiores felicidades à nova sociedade e a todos os presentes.

Como ninguém mais pretendeu usar da palavra, o presidente deu por encerrados os trabalhos da assembleia geral.

Porto, 23 de Fevereiro de 1995. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Fernando António da Costa Brochado Coelho*.

3000226993

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, S. A.**Relatório n.º 6-B/2008**

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 1/790910; identificação de pessoa colectiva n.º 500697477; inscrição n.º 19; número e data da apresentação: 15/10 de Abril de 1995; pasta n.º 1830.

Maria Lopes de Oliveira, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica que, as cópias que se seguem são parte integrante dos documentos de prestação de contas, do ano de 1994, referente à sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Porto, 3 de Maio de 1995. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*.

Relatório e contas de 1994**Órgãos sociais**

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Augusto Lopes Cardoso.
Vice-presidente: Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro.
Secretário: Carlos da Silva Costa

Conselho de administração:

Presidente: João dos Santos Oliveira.

Vogais:

Eduardo Manuel da Silva Rocha.
João José Mendonça Esteves da Silva.
Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário.
António Inácio Oliveira Carvalho.
José Manuel Trindade Neves Adelino.
Amândio Anes Azevedo.

Conselho fiscal:

Presidente: Pedro Matos Silva.
Vogal (ROC): José Rodrigues Jesus.
Vogal: Armando Jorge Gomes Ferreira.
Suplente: António Magalhães & Carlos Santos — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. António Monteiro Magalhães.

Relatório do conselho de administração

Em 1994 o Banco Português do Atlântico comemorou o 75.º aniversário da sua fundação.

Não será este o local próprio para rememorar como uma pequena casa bancária, criada no Porto, em Maio de 1919, por iniciativa de um empresário de extraordinária visão e cujo nome permanecerá para sempre gravado na história da actividade bancária em Portugal, se guiando, por seu

mérito próprio, ao lugar de liderança da banca comercial, que conquistou no decurso da década de 60 e ainda hoje ocupa, e, posteriormente, se veio a afirmar como a cúpula do maior Grupo Financeiro Privado do país.

Deverá, porém, recordar-se como o Banco Português do Atlântico deixou, desde muito cedo, de ser o negócio do seu fundador para se transformar num grande projecto nacional, autónomo e independente, gerido segundo critérios de estrito profissionalismo, apostado na sua consolidação institucional e capaz de se afirmar, em Portugal e externamente, como uma instituição dinâmica, inovadora e que jamais cessou de se desenvolver e progredir, respeitando sempre os superiores interesses do país e ultrapassando todos os perigos e todas as ameaças de descaracterização da ideia-força que presidiu ao seu desenvolvimento.

Podemos legitimamente afirmar que, através de todas as vicissitudes que teve que atravessar, designadamente a sua nacionalização em 1975 e as perturbações que se lhe seguiram, o Banco Português do Atlântico conseguiu passar incólume, sem que alguma vez fosse posta em risco a sua identidade institucional.

Em relação às profundas transformações que se processaram no sistema financeiro nacional a partir de meados da década de 80, potenciadas pela nossa adesão às comunidades e a integração no mercado único europeu, o Banco Português do Atlântico não se limitou a preparar-se e a adequar-se aos novos cenários que se foram abrindo, antes procurou sistematicamente antecipá-los, colocando-se na primeira linha e desempenhando um papel dinamizador de todas essas transformações.

Com efeito, o Banco Português do Atlântico foi pioneiro relativamente ao processo de internacionalização da economia portuguesa, foi pioneiro no processo de desenvolvimento dos mercados monetários e cambiais e no lançamento de novos instrumentos de captação da poupança e, sobretudo, foi pioneiro no relançamento do mercado de capitais, tendo sido a primeira empresa portuguesa a realizar a emissão de títulos de participação e a assumir, mais tarde, um papel de liderança na tomada firme de títulos que permitiram a abertura ao público do capital de inúmeras empresas hoje cotadas nas bolsas de valores.

Tudo isto é tanto mais relevante quanto é certo que, no momento em que se deu o arranque das grandes transformações do sistema financeiro português, a banca pública acabava de atravessar um dos períodos mais críticos da sua história. O Banco Português do Atlântico não poderia ter escapado inteiramente a esta crise.

Como na devida oportunidade foi referido, em 1985:

O crédito de cobrança duvidosa em Portugal ascendia a 50 milhões de contos, com provisões de apenas 7,23 milhões de contos;

Os custos de funcionamento representavam 124% da margem financeira e 81,5% do produto líquido bancário;

As provisões constituídas para pensões de reforma e sobrevivência somavam apenas 951 000 contos.

Em 1990, ano em que se iniciou o processo de privatização, o Banco Português do Atlântico estava perfeitamente preparado para entrar numa nova fase da sua história, apresentando uma total inversão da situação:

O crédito vencido em Portugal situava-se abaixo dos 20 milhões de contos e as provisões constituídas ascendiam a 20,6 milhões de contos;

Os custos de funcionamento tinham passado a representar apenas 48% da margem financeira e 37,8% do produto líquido bancário;

As dotações para o fundo de pensões, entretanto criado, ascendiam já a 38,7 milhões de contos, permitindo uma cobertura a 100% das responsabilidades do Banco neste domínio.

Simultaneamente, o universo de empresas financeiras e não financeiras integradas no Grupo BPA ultrapassava já as seis dezenas, aí se incluindo, com todo o seu peso simbólico, a Espaço Atlântico, com duas escolas de formação universitária numa afirmação institucional da vocação do Banco como um dos mais activos intervenientes na formação dos quadros superiores do nosso país.

Quando, a partir do quadro desenhado pela Lei n.º 11/90, se iniciou, nos termos do Decreto-Lei n.º 321-A/90, de 15 de Outubro, o processo da sua reprivatização, o Banco Português do Atlântico estava pronto para enfrentar um novo ciclo da sua vida empresarial, arvorando não só o prestígio que lhe advinha de todo o seu passado, com uma situação patrimonial sólida, uma boa rentabilidade, uma valia empresarial indiscutível e uma estratégia de desenvolvimento coerente. Não admira, pois, que, desde a sua primeira fase, que teve lugar em Dezembro de 1990, o processo de privatização tenha sido um êxito. Tratou-se de um processo de privatização controlado, que não visou a maximização do respectivo preço, em que a prudência se sobrepôs a preocupações de celeridade e que obedeceu a um conjunto de princípios, consagrados nos respectivos diplomas legais, que tiveram em vista, em primeiro lugar, a preservação da identidade nacional e institucional do Banco, e que, para tanto, visaram a dispersão do capital da instituição, a consolidação de uma base accionista estável e a procura de um grupo seleccionado de parceiros estrangeiros estratégicos que pudessem contribuir para o reforço da expansão do Banco nos mercados internacionais.

Com alguns atrasos, motivados fundamentalmente por razões exógenas, tiveram lugar, em Maio de 1992 e em Julho de 1993, a segunda e a terceira fases do processo, sendo que esta última só veio a completar-se em 1994 com a venda por parte do Estado de 7,5% do capital do Banco a um grupo de quatro parceiros estrangeiros.

Entretanto, o Banco Português do Atlântico não travou o processo do seu desenvolvimento nem inflectiu a sua estratégia apesar das dificuldades motivadas pelo atraso verificado na institucionalização da transferência do poder accionista.

Assim, o Banco foi capaz de reforçar muito significativamente o volume dos seus fundos próprios, o que lhe permitiu prosseguir a sua expansão, tanto a nível interno, como a nível internacional, como ficou bem reflectido nos relatórios relativos ao fecho dos três últimos exercícios.

Com a concretização, em Julho de 1993, da primeira parte da terceira fase da privatização, o Estado deixou de deter uma posição maioritária no capital do Banco e seria lógico que esta alteração tivesse, desde logo, sido reflectida na composição dos órgãos sociais da instituição, por forma a permitir levar a cabo a reorganização do Grupo de acordo com uma estratégia cuja definição reflectiria a nova composição do poder accionista.

Em todo o caso, tanto a operação concretizada em Julho de 1993 como a alienação por parte do Estado de 7,5% do capital do Banco, por negociação directa baseada num caderno de encargos previamente definido, continuaram a respeitar integralmente a filosofia que presidiu ao processo de reprivatização do Banco e cujos princípios essenciais foram anteriormente mencionados.

Após estas operações, tendo a posição do accionista Estado ficado reduzida a 24,4% do capital do Banco, tornava-se imperioso não só completar o processo de privatização como deixar funcionar os mecanismos previstos na lei por forma a assegurar a representatividade do novo corpo de accionistas nos órgãos sociais do Banco.

Muito embora o próprio Estado jamais tenha posto em causa a necessidade de se avançar nesse sentido e tenha inclusivamente tomado conhecimento e apoiado expressamente os acordos firmados no sentido de estabilizar a estrutura accionista do Banco, sempre no respeito dos interesses da generalidade dos mais de 40 000 accionistas que, entretanto, haviam apostado no futuro da empresa, o certo é que a capacidade de desenvolvimento do BPA, e muito especialmente o processo de reorganização do Grupo de empresas que o constituem, passaram a estar altamente condicionados não apenas pelo atraso na realização da quarta e última fase da privatização, mas essencialmente pela não concretização da transferência do poder accionista para os accionistas privados, através da respectiva e adequada representação nos órgãos sociais.

Daí que se haja criado uma situação que, a partir de uma preparação mediática, propiciou o aparecimento, no final de Julho de 1994, de uma oferta pública de aquisição, de carácter hostil, por parte do Banco Comercial Português, sobre 40% do capital do Banco Português do Atlântico.

Como é do conhecimento público, o conselho de administração do Banco Português do Atlântico assumiu uma postura de oposição frontal a esta oferta pública de aquisição.

Como é igualmente do conhecimento público, esta oferta veio a ser recusada pelo Ministério das Finanças que, ao abrigo da competência que lhe é atribuída pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 380/93, de 15 de Novembro, emitiu, em 9 de Setembro de 1994, um despacho de não autorização, cujos fundamentos são, na sua maior parte, coincidentes com aqueles em que se baseou a atitude assumida pelo conselho de administração do Banco Português do Atlântico, o qual viu assim compensado o esforço que desenvolveu, na defesa da identidade institucional do Banco, à luz dos princípios que sempre presidiram à missão de gestão que lhe foi confiada e ao desenvolvimento do processo de privatização.

A assembleia geral convocada a requerimento de um dos accionistas que constituem o núcleo estável, durante o período em que se desconhecia ainda a decisão do governo quanto à oferta pública de aquisição, realizou-se no dia 6 de Outubro de 1994, tendo deliberado no sentido de não discutir e/ou não aprovar, desde logo, as propostas tendentes a institucionalizar a transferência do poder accionista, por se haver generalizado o entendimento de que, de acordo com os princípios que sempre nortearam o processo de privatização, esta transferência deveria ter lugar, com a maior urgência é certo, mas com base numa solução que não ignorasse o papel de relevo ainda desempenhado pelo accionista Estado e que pudessem servir de base à conclusão rápida do processo de privatização.

Embora sem formalização documental, ficou a convicção e, inclusivamente, a promessa, de que uma nova assembleia geral seria convocada ainda no decurso do exercício de 1994 e de cuja ordem de trabalhos constaria uma proposta de alteração dos Estatutos do Banco Português do Atlântico e a consequente recomposição dos órgãos sociais.

A convocação da assembleia geral foi sendo sucessivamente adiada, só tendo sido concretizada a 12 de Janeiro de 1995, por iniciativa do Estado com a respectiva marcação da assembleia para 15 de Fevereiro de 1995.

Entretanto, o apetite que o Banco Português do Atlântico e o seu Grupo naturalmente despertam não esmoreceu e, aproveitando, não só o ambiente de indefinição provocado pelos sucessivos adiamentos das inadiváveis decisões que deveriam ter sido tomadas no âmbito do órgão vocacionado para as assumir, como uma nova conjuntura aberta no seio do sistema financeiro, o Banco Comercial Português, associado desta feita, à Companhia de Seguros Império, veio anunciar preliminarmente, a 9 de Janeiro de 1995, o lançamento de uma nova oferta pública de aquisição, agora sobre a totalidade do Banco Português do Atlântico.

Assim, no momento em que escrevemos esta mensagem de abertura, o projecto de autonomia e independência que, desde sempre, presidiu ao desenvolvimento do Banco Português do Atlântico e cuja preservação esteve na base do processo de privatização controlada de que a instituição foi objecto, está sob ameaça.

Esta ameaça é reforçada pela aprovação, em conselho de ministros de 19 de Janeiro de 1995, de um decreto-lei que determina que a quarta e última fase da privatização seja feita por venda directa em oferta pública de aquisição lançada sobre a totalidade do capital do Banco, ao mesmo tempo que limita os poderes deliberativos da assembleia geral e levanta o bloqueio das acções previsto no artigo 54.º do Código de Mercado de Valores Mobiliários.

Ao proceder à apresentação das contas relativas ao exercício de 1994, as quais revelam de forma inequívoca o modo como o Banco Português do Atlântico conseguiu enfrentar a conjuntura desfavorável em que viveu todo o sistema financeiro português, o conselho de administração não pode deixar de reafirmar que, em cumprimento da missão que lhe foi confiada, cumprirá todos os seus deveres no sentido de defender a identidade da instituição e os interesses da generalidade dos seus accionistas.

Painel síntese

(Em milhões de contos)

	BPA			Grupo BPA		
	1993	1994	Taxa de crescimento (percent.)	1993	1994	Taxa de crescimento (percent.)
Indicadores de dimensão:						
Activo líquido	2 440,1	2 707,3	11,0	3 425,7	3 609,6	5,4
Fundos pr. e equip. e res.	169,3	188,9	11,5	251,7	274,0	8,8
Créd. s/ cl. br. e cap. em loc.	843,6	826,6	- 2,0	1 452,1	1 440,5	- 0,8
Débitos por conta de clientes	1 377,2	1 387,9	0,8	2 055,9	2 166,2	5,4
Aplicações em títulos	780,8	817,4	4,7	961,3	1 117,3	16,2
Número de empregados	5 303	5 147	- 2,9	9 397	9 136	- 2,8
Número de balcões	329	359	9,1	550	582	5,8
Em Portugal	312	340	9,0	505	536	6,1
No estrangeiro	17	19	11,8	45	46	2,2
Indicadores de rentabilidade:						
Produto líquido	93,7	83,8	- 10,5	137,2	137,9	0,5
Cash-flow exercício	49,1	44,8	- 8,8	81,1	79,4	- 2,1
Lucro do exercício	22,3	20,1	- 10,0	23,5	22,2	- 5,4
ROA (em percentagem)	1,0	0,8	-	0,7	0,6	-
ROE (em percentagem)	18,5	14,9	-	19,8	17,3	-
Lucro líq. p/ acção (em esc.)	223,3	182,7	- 18,2	-	-	-
Cash-flow ex. p/ acq. (em esc.)	491,5	407,6	- 17,1	-	-	-
Dividendo p/ acção (em esc.)	132,0	114,0	- 13,6	-	-	-

Nota. — O ROA e o ROE do Grupo de 1993 foram calculados com saldos pontuais uma vez que o Grupo passou a deter o universo das empresas da UBP apenas em 1993.

Indicadores prudenciais

(Em percentagem)

	BPA		Grupo BPA	
	1993	1994	1993	1994
Ratio de solvabilidade	10,3	11,1	11,4	12,8
Ratio do imobilizado	33,6	33,4	65,2	35,5
Pr. p/ cr. e RGC/Cr. s/ Cl. Br.	5,9	4,9	6,7	6,2

Indicadores bolsistas

Acções BPA

	BPA	
	1993	1994
PER	9,8	11,0
PCF	4,5	5,0
PBV	1,3	1,3
Capitalização bolsista	219,2	221,3
Dividend yield (em percentagem)	6,0	5,7

(a) Calculados com base na última cotação de cada ano, 2192\$ e 2012\$ em 1993 e 1994, respectivamente.

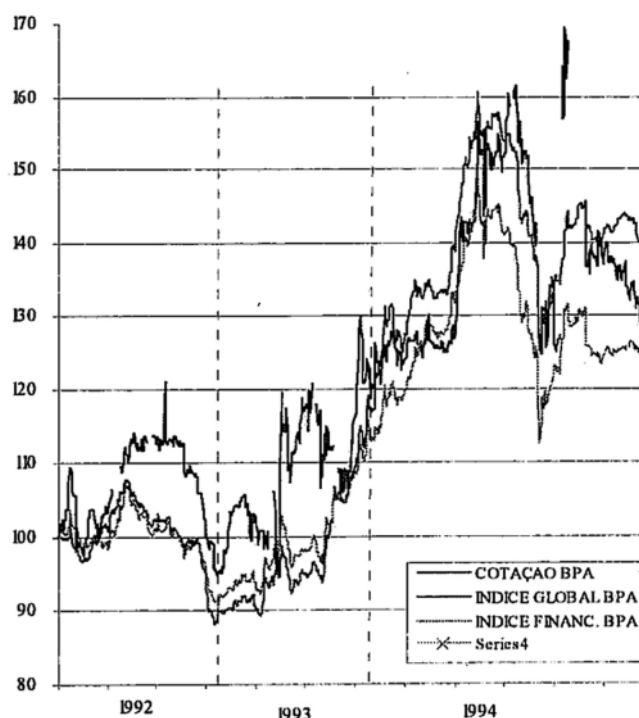
Nota. — O montante dos dividendos considerado para 1994 corresponde à proposta de aplicação de resultados.

O ano de 1994 ficou marcado por uma forte oscilação das cotações registada no mercado de capitais, quer no segmento obrigacionista quer no segmento accionista, que se reflectiu na cotação das acções do BPA.

Durante 1994, verificou-se uma volatilidade no comportamento bolsista das acções do BPA influenciada pela evolução do mercado e também pelo lançamento de uma oferta pública de aquisição parcial sobre o capital do Banco, ocorrido em Julho, a qual viria a ser inviabilizada por despacho do Ministro das Finanças, datado de 9 de Setembro.

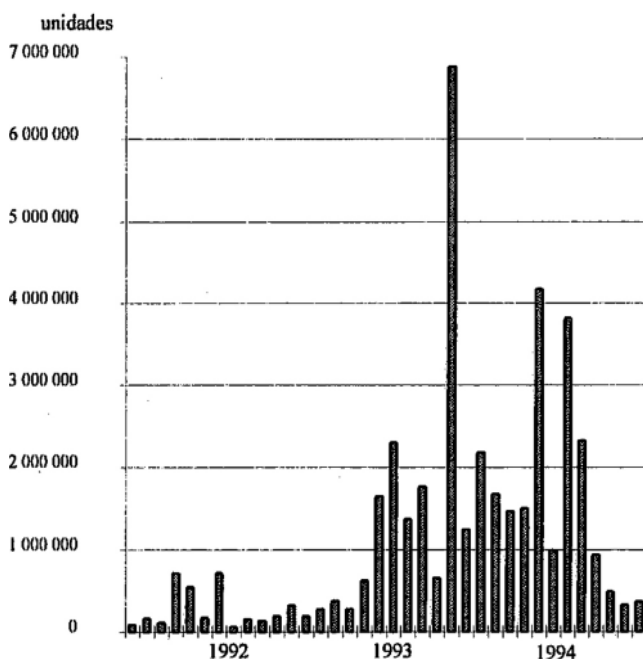
Ao longo do ano, as cotações do BPA, registaram uma valorização de 0,1%, considerando o reinvestimento do dividendo bruto pago, enquanto o índice Global BPA e o índice BPA para o sector financeiro tiveram um crescimento de 3,2% e uma quebra de 3,4%, respectivamente.

Evolução das cotações das acções BPA e Índices Bolsistas



Não obstante o prolongado período de suspensão a que estiveram sujeitas as acções do Banco, aquando do lançamento da referida oferta pública de aquisição, observou-se um sensível acréscimo relativamente ao ano anterior do volume de transacções em bolsa de acções do BPA, passando de 38 milhões para 48,8 milhões de contos, o que representou 7,1 % das transacções no mercado de cotações oficiais de acções. Foram, assim, transaccionadas 20,1 milhões de acções, traduzindo uma rotação média do capital social (número de acções transaccionadas / número médio de acções admitidas à cotação) de 28,1 %.

Acções BPA Quantidade transaccionada



Durante o ano, o BPA recebeu mais de duas dezenas de analistas financeiros, na sua maioria estrangeiros, o que é significativo do interesse do mercado em acompanhar a *performance* do Banco.

No mês de Abril, procedeu ao pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 1993 no montante ilíquido de 132\$ por acção representativa do capital social de 100 milhões de contos, assegurando um *dividend yield* (total dividendos pagos/capitalização bolsista) de 6 %.

Evolução dos dividendos pagos

(Em milhares de contos)

1991	1992	1993	1994	1995 Proposta
4 800	10 000	12 000	13 200	12 540

Em Maio ficou concluída a 3.ª fase de reprivatização do Banco, tendo o Estado alienado 7,5 milhões de acções a quatro investidores estratégicos estrangeiros — Caisse National de Prévoyance Assurance, Banco Económico, Les Mutuelles du Mans Assurances e o Crédit Commercial de France, ao preço unitário de 2050\$.

Na sequência de deliberação em assembleia geral de accionistas, de 28 de Março de 1994, decorreu em Julho o aumento de capital social do BPA de 100 milhões para 110 milhões de contos, com o objectivo de reforçar a capacidade de intervenção do Banco no mercado e manter uma posição confortável em termos de cumprimento das regras prudenciais. Esta operação foi realizada mediante reserva de preferência para accionistas, ao preço de 1400\$ por acção, tendo os pedidos de subscrição ultrapassado largamente o número de acções disponível.

Estrutura accionista:

Em finais de 1994, o BPA dispunha de 40327 accionistas privados, mais 519 do que no final de 1993. Na mesma data, a percentagem do capital social do Banco detida por accionistas estrangeiros elevava-se a 16,5 %.

Estrutura accionista do BPA (a)

	Intervalo	Número de accionistas	Número de acções (percentagem de capital privado)
1-999	34 717	7 701 695	9,26
1 000-9 999	5 166	12 321 054	14,82
10 000-49 999	341	6 650 668	8,00
50 000-99 999	35	2 390 987	2,88
100 000-499 999	46	9 230 496	11,10
500 000-999 999	9	6 630 527	7,97
>1 000 000	13	38 234 025	45,98
Total	40 327	83 159 452	100,00

(a) Não foi considerado o accionista Estado que detinha 26 830 691 acções em 31 de Dezembro de 1994.

Acções próprias:

Nos termos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 6.º dos Estatutos do Banco, a assembleia geral de accionistas de 28 de Março de 1994 autorizou o conselho de administração a:

Adquirir em Bolsa acções próprias, no prazo máximo de 18 meses, até ao limite máximo de 10 milhões de acções, aos preços mínimo e máximo de, respectivamente 75 % e 110 % da cotação média de fecho verificada nas três sessões de bolsa imediatamente anteriores a cada operação de compra;

Alienar em Bolsa acções próprias, no prazo máximo de 18 meses, no número mínimo de 100 acções e pelo preço mínimo de 90 % da cotação média de fecho verificada nas três sessões de bolsa imediatamente anteriores a cada operação de venda;

Vender a trabalhadores, até ao limite de 1 % do capital, no âmbito de um plano de opções de compra de acções, ao preço mínimo de 60 % da cotação média de fecho verificada nas trinta sessões de bolsa imediatamente anteriores a cada operação de venda.

Em cumprimento da deliberação da assembleia geral de accionistas, em 1994 o BPA adquiriu 707 700 acções e alienou 709 500 acções,

das quais 386 000 a trabalhadores no âmbito de um plano de opções de compra de acções, não detendo no final do ano quaisquer acções próprias em carteira.

	Quantidade	Valor (contos)
Aquisições.....	707 700	1 613 503
Alienações.....	709 500	1 329 468

Obrigações de caixa subordinada e títulos de participação

Obrigações de caixa subordinadas

O BPA tem admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa duas emissões de obrigações de caixa subordinadas, no montante global de 22,5 milhões de contos, emitidas em 1993 com o objectivo de diversificar as fontes de financiamento e reforçar os fundos próprios do Banco.

As quantidades transaccionadas em 1994, de ambas as emissões, foram bastante reduzidas, em consequência da modalidade de subscrição adoptada — emissão privada e directa — que colocou a totalidade do empréstimo em investidores institucionais.

Durante o ano procedeu-se ao pagamento dos juros, relativos ao 2.º e 3.º cupões da 1.ª emissão, no valor líquido, de 568\$75 e 531\$25, respectivamente, em 15 de Fevereiro e 15 de Agosto.

Foram do mesmo modo pagos os juros relativos ao 1.º e 2.º cupões da 2.ª emissão, no valor líquido, de 589\$18 e 587\$50, respectivamente, em 15 de Junho e 15 de Dezembro.

Títulos de participação

À semelhança dos anos anteriores, os títulos de participação do BPA continuaram a proporcionar uma remuneração elevada.

Ao longo de 1994 foi reduzido o volume de transacções de títulos de participação do BPA, em virtude do pequeno número de títulos existente, após a mobilização efectuada, em 1992, para subscrição de acções do BPA, durante a 2.ª fase de reprivatização do Banco.

A remuneração líquida calculada sobre o valor nominal, paga em 1 de Junho, foi de 18,4% para os títulos de participação BPA/86 — 1.ª e 2.ª emissões —, assim como para os títulos atribuídos posteriormente aos seus detentores — títulos de participação BPA/90 — Remuneração, BPA/92 — Remuneração e BPA/93 — Remuneração.

A esta remuneração correspondeu um valor unitário em numerário de 184\$29 para os detentores dos títulos de participação BPA/86 — 1.ª e 2.ª emissões, e de 138\$22 para as restantes emissões, após retenção na fonte em sede de IRC/IRS.

Títulos de participação próprios:

Durante 1994, o BPA procedeu à anulação de 16 477 títulos de participação próprios, em harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto.

Enquadramento macroeconómico

Economia internacional

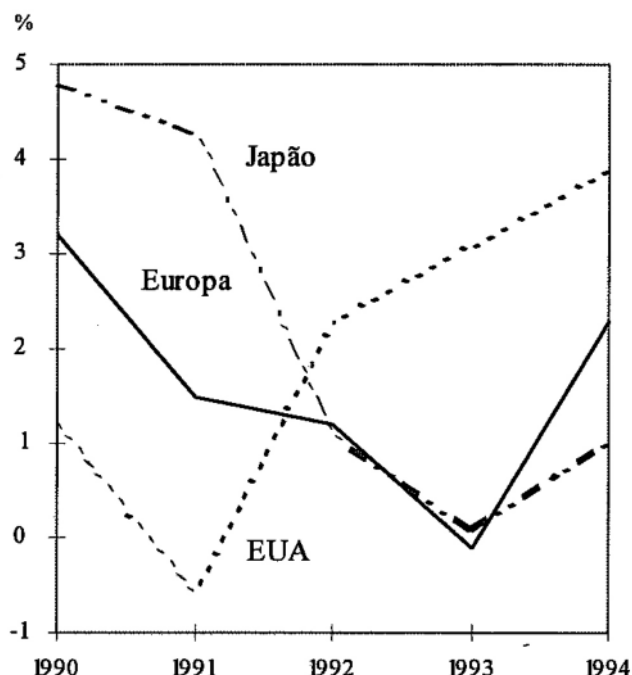
Em termos internacionais, o ano de 1994 caracterizou-se pela retoma simultânea da actividade das economias desenvolvidas, que se traduziu para o conjunto dos países da OCDE num crescimento do PIB da ordem dos 2,8% (contra 1,3% em 1993).

Esta retoma não se processou todavia ao mesmo ritmo nos vários países industrializados, que se encontram em diferentes fases do ciclo económico. Assim, a economia americana, que já em 1993 apresentava sinais evidentes de recuperação, voltou a registar em 1994 um forte ritmo de crescimento (3,9%, contra 3,1% em 1993).

Por sua vez, na generalidade das economias europeias os sinais de recuperação foram-se tornando gradualmente mais evidentes ao longo do ano, tendo conduzido a um crescimento do PIB de 2,3%, após a quebra de 0,1% registada em 1993. As exportações, cuja taxa de crescimento passou de 2% em 1993 para 8,3% em 1994, constituíram o principal factor da retoma, sob o impulso do dinamismo da economia americana e também da forte expansão dos países em desenvolvimento, que lideram o crescimento mundial, em particular os da Ásia, que em 1994 cresceram a uma taxa da ordem dos 8% (8,4% em 1993).

Finalmente, a economia japonesa revelou os primeiros sinais fortes de recuperação apenas no segundo semestre, tendo apresentado no conjunto do ano um crescimento de cerca de 1% (0,1% em 1993).

PIB
Taxas de crescimento real



A recuperação registada não foi contudo suficiente para inverter a situação do mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego voltado a registar um ligeiro aumento para o conjunto dos países da OCDE (de 8% em 1993 para 8,2% em 1994). Com efeito, embora os Estados Unidos e o Reino Unido, os países mais avançados no ciclo económico, tenham conhecido uma diminuição significativa da taxa de desemprego em 1994 (de 6,8% para 6,1% e de 10,2% para 9,4%, respectivamente), no Japão e na generalidade dos países europeus assistiu-se a um novo aumento daquela taxa (de 2,5% para 2,9% e de 10,7% para 11,6%, respectivamente).

O maior volume de receitas fiscais associado à aceleração do crescimento económico contribuiu, por sua vez, para o retorno à via da consolidação orçamental na generalidade dos países da OCDE (o défice público em percentagem do PIB passou de 4,2% em 1993 para 3,8% em 1994), tornando mais credível o cumprimento da meta estabelecida pelo Tratado de Maastricht para os países da União Europeia.

A inflação continuou a evoluir favoravelmente em 1994, tendo a taxa média anual permanecido a um nível baixo (4,2%) para o conjunto da OCDE. No entanto, os riscos de reaparecimento de tensões inflacionistas associados à aceleração do crescimento económico, designadamente nos Estados Unidos, levaram o FED a subir, por diversas vezes ao longo do ano, as suas taxas de juro.

Esta tendência, que se transmitiu à generalidade das taxas de juro americanas e também às taxas de juro de longo prazo europeias, determinou uma queda nas cotações das obrigações e das acções nos principais mercados financeiros internacionais.

Em termos cambiais, o ano de 1994 caracterizou-se por uma relativa estabilidade das moedas europeias, na sequência do alargamento das bandas de flutuação do SME em Agosto de 1993. Todavia, as moedas mais fracas, como o dracma, a lira, a peseta e o escudo, foram alvo de ataques especulativos pontuais, reflectindo designadamente o ambiente de instabilidade política vivido nos respectivos países. Por sua vez, a perda de confiança na administração Clinton e as tensões comerciais entre os Estados Unidos e o Japão explicam a fragilidade do dólar ao longo de 1994, tendência que apenas foi invertida no final do ano.

O ano de 1994 foi ainda marcado pela assinatura do acordo do GATT, após quarenta e seis anos de negociações, e pela decisão de criar, em 1995, a Organização Mundial do Comércio que, ao dar uma base institucional mais forte e permanente ao comércio internacional, abre novas perspectivas de crescimento económico mundial.

A economia portuguesa

Evolução em 1994:

Contrariamente ao que aconteceu em 1993, em que os sinais de recessão se foram acumulando ao longo do ano, a evolução da economia

portuguesa em 1994 foi marcada pelo início da retoma, tendo-se assistido a uma recuperação, embora lenta, da actividade económica. O PIB apresentou um crescimento de cerca de 1% (contra -1% em 1993), valor que permanece inferior à média comunitária.

Como resultado do desanuviamento da conjuntura internacional e da melhoria de competitividade, determinada designadamente pela moderação salarial e pela descida das taxas de juro num contexto de estabilidade cambial, a procura externa constituiu o motor da recuperação, à semelhança, aliás, do que se verificou na generalidade das economias europeias. Assim, para o conjunto do ano, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento da ordem dos 7%, após a redução de 4% ocorrida em 1993.

Pelo contrário, a procura interna continuou deprimida (crescimento de 0%, contra -1,1% em 1993), tendo os impulsos positivos derivados da reanimação das exportações começado a fazer-se sentir somente no 2.º semestre. Com efeito, após as significativas quebras ocorridas ao longo do 1.º semestre, a generalidade dos indicadores relativos ao investimento evidenciou uma evolução menos desfavorável na segunda metade do ano, designadamente da componente construção, que terá já apresentado um ligeiro crescimento. Este crescimento, que se ficou a dever essencialmente às obras públicas, não foi contudo suficiente para compensar a evolução ainda negativa do investimento em equipamento e material de transporte, pelo que o investimento total sofreu uma quebra de 1%, depois de já ter caído 5% no ano anterior.

Por sua vez, e apesar da taxa de poupança ter conhecido uma nova redução, o consumo privado não mostrou ainda sinais de retoma (crescimento próximo de zero, contra 0,3% em 1993), em resultado da situação desfavorável no mercado de trabalho e da queda dos salários reais.

O consumo público registou também um crescimento moderado (0,75%, contra 0,3% em 1993), o qual, associado ao significativo aumento das receitas fiscais, contribuiu para o processo de consolidação orçamental, que tinha sido objecto de uma forte derrapagem em 1993. Como consequência, o défice do sector público administrativo passou de 7,2% do PIB em 1993 para 6,3% em 1994.

O diferente ritmo de crescimento das componentes externa e interna da procura explica o facto de a retoma não se ter feito sentir com a mesma intensidade nos vários sectores. Assim, o turismo, o comércio por grosso e os sectores exportadores de bens intermédios foram, pela sua maior dependência dos mercados externos, os que mais cedo apresentaram uma evolução positiva.

Pelo contrário, os sectores mais dependentes da procura interna, designadamente, os produtores de bens de consumo e de investimento e o comércio a retalho, evidenciaram evoluções negativas.

Entretanto, o sector da construção, depois das quebras registadas na primeira metade do ano, começou a dar sinais de recuperação logo a partir do 3.º trimestre.

O desfazamento temporal entre o início da recuperação económica e o do seu impacto ao nível do emprego não permitiu ainda inverter a evolução do mercado do trabalho, tendo a taxa de desemprego voltado a registar um aumento significativo (de 5,5% para 6,8%).

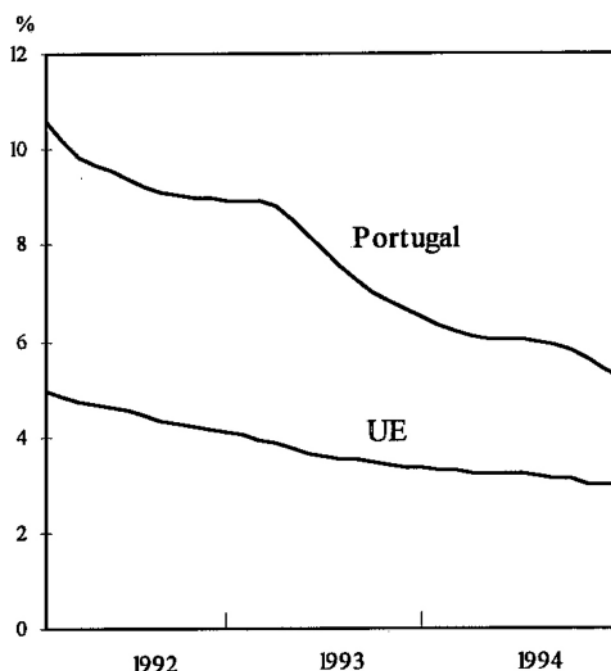
No que se refere às contas externas, e apesar do menor afluxo de transferências unilaterais, designadamente da União Europeia (cerca de metade das do ano anterior), em virtude do período de transição do 1.º para o 2.º Quadro Comunitário de Apoio, a balança de transacções

correntes manteve uma situação de virtual equilíbrio, em resultado do referido dinamismo das exportações e do reduzido crescimento das importações (1%), determinado pela moderação da procura interna.

Em contrapartida, a balança de capitais não monetários, que desde 1987 apresentava saldos sistematicamente positivos, registou um défice da ordem dos 2% do PIB. Para este comportamento contribuiu, sobretudo, a recomposição da carteira de aplicações do público, iniciada com a completa liberalização dos movimentos de capitais em finais de 1992 — que determinou um aumento significativo dos depósitos no exterior — e, simultaneamente, a crise monetária e cambial, que afectou a economia portuguesa entre Abril e Junho e conduziu à venda por parte de não residentes de títulos nacionais, designadamente de dívida pública a taxa fixa. A redução para cerca de metade do investimento directo estrangeiro ajuda a explicar, também, a ocorrência daquele défice.

Relativamente à inflação, a moderação da procura interna e a reduzida taxa de crescimento dos salários nominais e da inflação externa, a par da apreciação do escudo a partir de finais de Maio, tiveram um impacto favorável no prosseguimento da sua trajectória descendente. Assim, a taxa média anual atingiu em Dezembro o valor de 5,2%, claramente dentro do intervalo de variação previsto pelo Governo (4% a 5,5%) e reduzindo o diferencial face à média comunitária para um nível inferior a 2,5 pontos percentuais.

Inflação Portugal/UE



Em sintonia com a evolução da actividade económica, também os agregados monetários conheceram em 1994 uma inversão da tendência descendente registada desde o início de 1992. Assim, o agregado L- (ativos líquidos na posse do público residente) passou, a partir de Junho, a apresentar taxas de crescimento homólogas superiores às do princípio do ano e mesmo às do período homólogo do ano anterior, situando-se em Novembro ao nível dos 10,3% (contra 6% em Dezembro de 1993). Esta evolução reflecte essencialmente o maior dinamismo dos depósitos a prazo, cuja taxa de variação homóloga passou de 3% em Maio para 7,2% em Novembro, e, na parte final do ano, a forte aceleração dos depósitos à ordem (de 5% em Agosto para 13,1% em Novembro).

A mesma tendência se verificou em relação ao crédito interno total, cuja taxa de crescimento homóloga passou de 7,4% em Maio para 13,3% em Novembro, em virtude quer do comportamento do crédito líquido ao sector público, quer do crédito a empresas e particulares, o qual interrompeu em Junho a tendência de desaceleração que vinha evidenciando desde meados do ano passado, estabilizando em níveis que, no entanto, são ainda cerca de metade dos registados em 1992 (7,7% em Novembro, contra 15,5% em Dezembro de 1992).

Em termos financeiros, o ano de 1994 caracterizou-se globalmente por uma descida das taxas de juro, uma relativa estabilidade do escudo e uma certa apatia do mercado de capitais. Estas tendências foram, contudo, temporariamente interrompidas, em consequência não só da evolução dos mercados externos, mas sobretudo de factores de ordem interna.

Assim, embora até Março se tivesse assistido a uma relativa estabilidade do escudo que permitiu, em sintonia com o processo de desinflatão, uma descida gradual das taxas de juro, entre Abril e Julho o escudo esteve sujeito a forte pressão especulativa no sentido da sua depreciação, que viria a determinar a inversão da tendência descendente das taxas de juro.

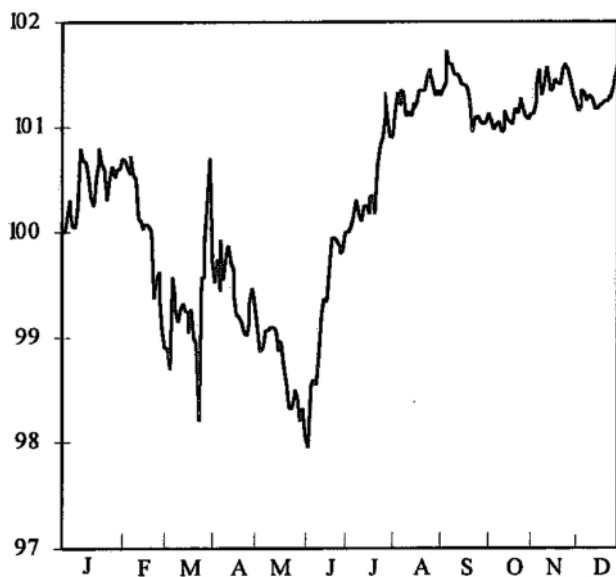
Com efeito, face à necessidade de estimular a actividade económica, e acompanhando, aliás, a actuação dos bancos centrais do SME, as autoridades monetárias procuraram induzir nos primeiros meses de 1994 uma descida mais acentuada das taxas de juro (as taxas de juro do mercado monetário desceram cerca de 2 pontos percentuais entre Janeiro e Março, contra três pontos percentuais no conjunto do ano de 1993) o que, ao reduzir o diferencial face às taxas de juro alemã e espanhola, acabou por afectar a estabilidade da moeda portuguesa. O Banco de Portugal viu-se assim obrigado a intervir fortemente no mercado cambial e a suspender por duas vezes (5 de Abril e 26 de Maio) as suas intervenções regulares no mercado monetário, de modo a pressionar as taxas de juro no sentido da alta (as taxas de juro do *overnight* chegaram a atingir os 36,57% no dia 7 de Abril, contra os 9,84% no início do ano).

A firmeza do Banco de Portugal na defesa do escudo e as repetidas afirmações, por parte das autoridades monetárias, da estabilidade cambial como um objectivo prioritário da política económica contribuíram para a retoma dos investidores na moeda nacional, tendo a calma regressado aos mercados em finais de Junho. O escudo recuperou

a estabilidade, chegando mesmo a ganhar algum terreno face ao marco e à peseta, o que permitiu ao Banco de Portugal anunciar em 12 de Julho o restabelecimento do mecanismo de facilidade diária de cedência de liquidez e das condições de absorção regular de liquidez, que se mantinham suspensas desde 26 de Maio. No entanto, e com o objectivo de manter alguma capacidade de manobra face à eventual ocorrência de novos movimentos especulativos no mercado cambial, a cedência regular de liquidez continuou a ser efectuada em regime de leilão.

Evolução do escudo (face às 5 principais moedas do SME)

Índice (Base: 94/1/3)



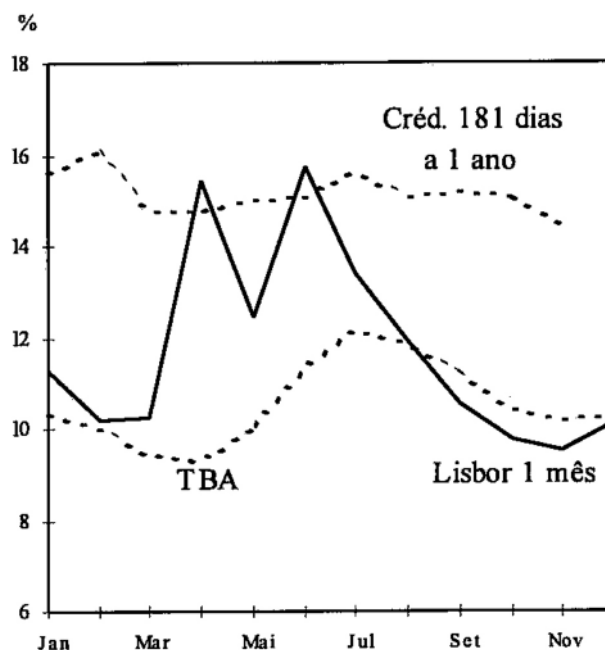
A partir de Agosto, com o retorno da estabilidade cambial do escudo e a evolução favorável da taxa de inflação, o Banco de Portugal voltou a baixar as suas taxas de intervenção regular no mercado interbancário, movimento que se transmitiu não só às taxas de juro do mercado monetário mas também às taxas de juro activas praticadas pela banca, que começaram de novo a cair após alguns meses de paragem. Para a consolidação desta tendência contribuiu também a diminuição, em 30 de Setembro, da taxa básica de desconto do Banco de Portugal de 12% para 10,5% (depois de já ter descido um ponto percentual no início do ano), bem como a entrada em vigor, em 4 de Novembro, do novo regime de disponibilidades mínimas de caixa.

Entretanto, no final do ano e reflectindo o clima de instabilidade que de novo atingiu simultaneamente várias moedas do SME, designadamente as dos países latinos e o ambiente de incerteza quanto à evolução da situação política portuguesa, o escudo voltou a apresentar tendência para a depreciação, com as taxas de juro a ser pressionadas no sentido da alta. Esta evolução poderá indiciar o fim do movimento descendente das taxas de juro, acompanhando a tendência verificada na generalidade das economias europeias.

Para o conjunto do ano de 1994, o escudo apresentou uma apreciação de 1,4% face às cinco principais moedas do SME e as taxas de juro do mercado monetário caíram cerca de dois pontos percentuais, situando-se em níveis da ordem dos 9% a 10%.

Contudo, para as empresas — com excepção das de muito bom risco e com capacidade de negociação junto da banca — as taxas de juro permaneceram em patamares ainda elevados, embora tenham evidenciado também uma tendência descendente ao longo do ano (a taxa dos empréstimos e outros créditos, de 181 dias a um ano, às empresas privadas não financeiras passou de 16,2% em Dezembro de 1993 para 14,5% em Novembro de 1994). Dado que as taxas de juro passivas registaram uma descida menos acentuada (a taxa dos depósitos a prazo de 181 dias a um ano passou de 9,1% em Dezembro de 1993 para 8,2% em Novembro de 1994), a margem financeira da banca (diferença entre a taxa média das aplicações e dos recursos) deverá ter continuado a reduzir-se, reflectindo-se negativamente nos seus resultados.

Taxas de juro — 1994



A evolução do mercado de capitais acompanhou de perto a verificada nos mercados monetário e cambial. Assim, beneficiando da estabilidade do escudo e da perspectiva de descida das taxas de juro, as cotações das acções prosseguiram, até meados de Fevereiro, o movimento ascendente iniciado no ano anterior, tendo o indicador BPA de cotações de acções aumentado 18% no primeiro mês e meio de 1994, depois de já ter registado um aumento de 50% em 1993.

A partir daquela data, assistiu-se a uma nítida inversão da tendência altista, em resultado não só da evolução da generalidade das bolsas internacionais, mas sobretudo da forte instabilidade evidenciada pelos mercados monetário e cambial. Com a acalmia dos mercados a partir do final de Junho, as cotações voltaram a apresentar uma certa tendência para a subida que, no entanto, não se confirmou nos meses seguintes, tendo a apatia constituído a nota dominante do mercado accionista no último trimestre. No final do ano, o indicador BPA situava-se apenas 3,2% acima do nível atingido no mesmo período do ano anterior.

A vertente obrigacionista do mercado de capitais registou também uma evolução semelhante, com uma quebra significativa das cotações no mercado secundário entre Fevereiro e Junho, a que se sucedeu um período de relativa estabilidade, embora com as cotações a níveis inferiores aos do início do ano. Por sua vez, o mercado primário foi dominado, particularmente até meados do 2.º semestre, pela emissão de títulos da dívida pública (OTs a taxa fixa), uma vez que o período de turbulência vivido no mercado financeiro não se mostrou propício a decisões de financiamento das empresas no mercado obrigacionista. Em resposta ao pouco interesse demonstrado desde Agosto pelas emissões a taxa fixa, o Estado procedeu, em Novembro, à emissão de OTs a taxa variável, a qual passou a constituir um valor de referência para as emissões privadas com taxa de juro variável e com maturidades semelhantes.

De salientar ainda que em 1994 se procedeu a alterações ao nível do mercado da dívida pública, que se traduziram designadamente na eliminação da retenção do imposto a não residentes e na abolição do imposto do selo sobre as operações de reporte de títulos. Foi, por outro lado, criado o Mercado Especial de Operações por Grosso (MEOG), que se destina à realização e ao registo de transacções de grandes lotes de obrigações ou valores mobiliários equiparáveis. Por sua vez, as OTs a taxa fixa passaram a ser incluídas no conjunto de títulos elegíveis para a obtenção de fundos junto do Banco Central, no âmbito das operações de intervenção no MIT.

Em termos regulamentares, ao longo de 1994 foram adoptadas várias outras medidas no sentido de aproximar as condições de concorrência das instituições do sistema financeiro português às dos seus parceiros da União Europeia.

Assim, entrou em vigor o novo regime de disponibilidades mínimas de caixa, que determinou uma redução do coeficiente de reservas legais de 17% para 2% e a criação de títulos de depósito a emitir pelo Banco de Portugal com vista a absorver a liquidez excedentária gerada pelo novo regime. Quase era simultâneo com o novo regime de disponibilidades, entrou em vigor o Regulamento do Fundo de Garantia

de Depósitos, instituição que veio preencher a função de garantia dos depósitos que o elevado nível do coeficiente de reservas anteriormente cumpria (17%).

Com o objectivo de adaptar a legislação específica que regulamenta a actividade dos diferentes tipos de instituições financeiras ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, foi estabelecido o novo regime jurídico das sociedades mediadoras do mercado monetário e de câmbios, das sociedades gestoras de patrimónios, das sociedades de capital de risco, das sociedades de desenvolvimento regional e das sociedades de investimento.

De referir, por último, a transposição para o direito interno da legislação comunitária relativa aos fundos de investimento mobiliário.

Perspectivas para 1995:

O comportamento da economia portuguesa em 1995 continuará a ser positivamente influenciado por factores de ordem externa, enquanto a instabilidade política interna poderá vir a afectar negativamente o clima de confiança essencial à consolidação da recuperação económica iniciada no ano anterior.

Assim, prevê-se para 1995 o aprofundamento da retoma económica nos principais países industrializados, designadamente nos nossos parceiros comerciais europeus, sob o efeito da crescente liberalização do comércio internacional decorrente do acordo do GATT e da maior convergência das taxas de juro resultante da coordenação acrescida das políticas económicas no seio da União Europeia. Como consequência, as exportações deverão voltar a registar um crescimento bastante elevado, possivelmente superior a 10%, continuando a ser o principal motor da recuperação económica, tal como em 1994. Para este dinamismo contribuirá também a entrada em funcionamento de alguns grandes projectos de investimento estrangeiro, de que se destaca a fábrica Ford-VW, que implicará um aumento significativo das vendas ao exterior de material de transporte.

Por outro lado, o facto de 1995 ser o primeiro ano de aplicação plena do 2.º Quadro Comunitário de Apoio terá um impacto positivo no relançamento do investimento público (PIDDAC), que deverá apresentar um crescimento real de cerca de 15%. No entanto, a permanência de um clima de instabilidade política e de níveis ainda elevados das taxas de juro tenderá a atrasar a esperada recuperação do investimento privado, pelo que, em termos globais, o investimento deverá registar um crescimento da ordem dos 4%.

O efeito conjugado da aceleração da procura externa e da recuperação do investimento contribuirá para reforçar o crescimento do PIB, que poderá vir a atingir os 2,5%, valor que, no entanto, se situa pelo terceiro ano consecutivo abaixo da média comunitária (3%).

Por sua vez, a manutenção de uma elevada taxa de desemprego e de baixos níveis de salários reais não favorecerá a retoma do consumo privado, que ficará quase exclusivamente dependente de uma nova redução da taxa de poupança. Prevê-se, assim, que em 1995 aquela variável continue a registar um crescimento moderado (1,75%), embora superior ao verificado em 1994. O consumo público deverá também apresentar um crescimento ligeiro (0,75%), dada a necessidade de prosseguir o esforço de consolidação orçamental.

Em resultado da evolução das suas componentes, prevê-se que a procura interna continue a apresentar um aumento moderado, crescendo a uma taxa da ordem dos 2%.

Esta evolução da procura interna determinará, por sua vez, uma ligeira aceleração das importações, a qual, associada ao maior ritmo de expansão das exportações, se deverá traduzir num contributo positivo da balança de bens e serviços para o crescimento do PIB (da ordem dos 0,25 pontos percentuais) e numa situação de quase virtual equilíbrio da balança de transacções correntes (défice de cerca de 1% do PIB), à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos.

Apesar do maior ritmo de crescimento do PIB previsto para 1995, as condições do mercado de trabalho não deverão alterar-se significativamente. Com efeito, o aumento do emprego associado ao maior nível de actividade económica não será ainda suficiente para compensar a crescente disponibilização de trabalhadores, determinada pela necessária reestruturação dos diversos sectores da economia, pelo que a taxa de desemprego deverá ser da ordem dos 6,8%.

Esta situação deverá contribuir para que 1995, não obstante ser um ano de eleições, continue a registar reduzidas taxas de crescimento dos salários nominais, como aliás se está a verificar na generalidade dos nossos parceiros da União Europeia e é indispensável para o prosseguimento do processo de desinflatão e para a preservação da competitividade das empresas portuguesas.

Relativamente ao processo de desinflatão, espera-se que o aumento ainda moderado da procura interna e a estabilidade cambial continuem também a contribuir para a atenuação do crescimento dos preços, sendo de prever que a taxa de inflação se situe, em termos médios, entre os 3,5% e os 4,5%.

Espera-se também que em 1995 se registem novos progressos em termos de consolidação orçamental. Assim, o Orçamento do Estado

prevê uma redução do peso do défice público no PIB de 6,3% para 5,8%, como consequência de um controlo rigoroso das despesas correntes e de um crescimento significativo das receitas, resultante designadamente do relançamento da actividade económica, do alargamento da base tributável e do aumento de um ponto percentual na taxa do IVA (que visa compensar a redução em 0,75 pontos percentuais das contribuições patronais para a segurança social). Apesar desta redução do défice público e do previsível aumento das receitas das privatizações, as necessidades de financiamento do Estado para 1995 permanecerão elevadas, pelo que o peso da dívida pública no PIB deverá registar um novo aumento (de 71 para 72%), afastando-se assim do nível dos 60% exigido pelos critérios de Maastricht.

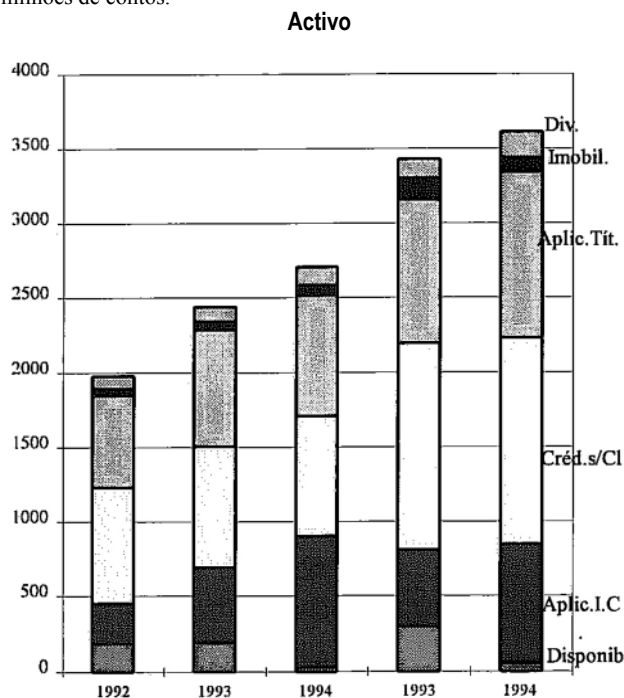
O elevado volume de necessidades de financiamento do Estado e o recente clima de instabilidade política e cambial tenderão a manter elevado o prémio de risco que o mercado atribui aos investimentos em escudos, constituindo assim uma importante condicionante à descida das taxas de juro. No entanto, o comportamento favorável da inflação deixa ainda alguma margem de manobra para novas reduções das taxas de juro que, contudo, só poderão ocorrer enquanto não se generalizar a tendência de subida das taxas de juro internacionais.

No que respeita ao mercado de capitais, o referido clima de instabilidade tenderá também a influenciar negativamente a sua evolução, não obstante a esperada recuperação da actividade económica e os incentivos previstos no orçamento visando a sua dinamização.

A actividade do grupo BPA em 1994

Análise da actividade

Em 1994, o Grupo BPA continuou a apresentar bons indicadores de actividade expressos pelo nível dos activos geridos, que ultrapassaram 3,6 mil milhões de contos, dos recursos de clientes, que atingiram 2,2 mil milhões de contos, do crédito concedido, que superou 1,4 mil milhões de contos, e dos fundos próprios e equiparados que ascenderam a 274 milhões de contos.

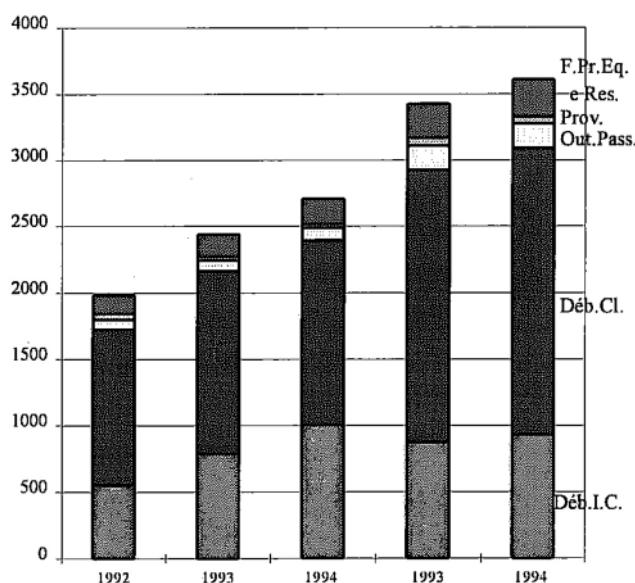


Como reflexo da expansão da actividade, o nível de activos geridos em 1994 pelo conjunto das empresas que integram o Grupo atingiu 3,6 mil milhões de contos, o que representou um acréscimo de cerca de 184 milhões de contos (5,4%) relativamente ao ano anterior, tendo as aplicações em títulos e os recursos de clientes registado os maiores acréscimos em valor absoluto.

Por seu turno, o activo líquido do BPA ultrapassou, no final de 1994, os 2,7 mil milhões de contos, o que correspondeu a um acréscimo de 267 milhões de contos, 11%, relativamente ao ano anterior.

O aumento do activo foi acompanhado por alterações na composição das aplicações e dos recursos. No que respeita às aplicações, o novo regime de reservas obrigatórias de caixa e a relativa estabilização do crédito concedido determinaram a diminuição da sua expressão relativa no balanço do Banco, assistindo-se, em contrapartida, a um incremento da representatividade das aplicações em títulos e em instituições de crédito.

Passivo e situação líquida



O aumento destas aplicações foi sustentado maioritariamente pela expansão dos recursos de instituições de crédito, apresentando os fundos próprios e os recursos de clientes acréscimos mais moderados. Refira-se que, apesar da diminuição do seu peso relativo, os recursos de clientes continuaram a ser a principal fonte de financiamento do Banco.

A par da expansão do BPA verificou-se um desenvolvimento das restantes empresas do Grupo.

(Em milhões de contos)

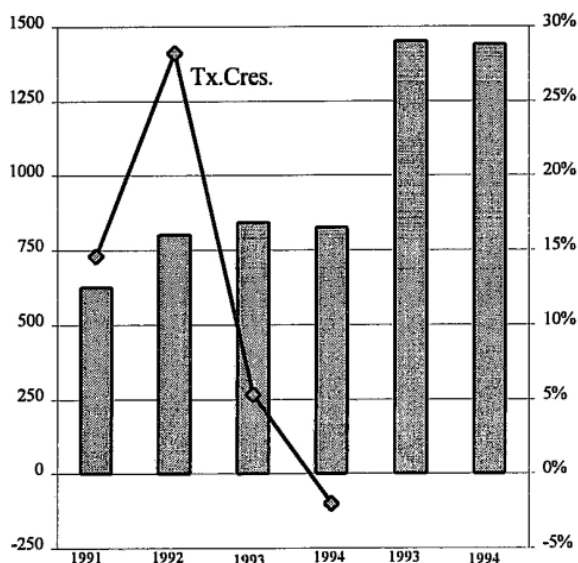
	1993	1994	Taxa	Estrutura	
				1993	1994
Activo:					
Disponibilidades	299,0	55,7	— 81,4	8,7	1,5
Aplicações em instituições de crédito	508,0	788,3	55,2	14,8	21,8
Crédito s/ cl. (c/ im. loc. f.)	1387,7	1 384,1	— 0,3	40,5	38,3
Aplicações em títulos (líquido)	959,0	1 112,6	16,0	28,0	30,8
Imobilizado (líquido)	145,4	96,0	— 34,0	4,2	2,7
Diferenças de reavaliação	—	—	—	—	—
Interesses minoritários	0,1	—	— 100,0	—	—
Diversos	126,4	172,9	36,8	3,7	4,8
<i>Total do activo</i>	<i>3425,7</i>	<i>3 609,6</i>	<i>5,4</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Passivo e situação líquida:					
Débitos para com instituições de crédito	873,8	927,5	6,2	25,5	25,7
Débitos para com clientes	2 055,9	2 166,2	5,4	60,0	60,0
Outros passivos	183,0	183,1	—	5,3	5,1
Provisões para riscos e encargos e RBG	59,2	53,6	— 9,5	1,7	1,5
Diferenças de reavaliação	1,6	5,1	209,1	—	0,1
Diferenças de consolidação	0,4	0,2	— 56,6	—	—
Fundos próprios e equipamentos e res.	251,7	274,0	8,8	7,3	7,6
<i>Total do passivo e situação líquida</i>	<i>3 425,7</i>	<i>3 609,6</i>	<i>5,4</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Crédito concedido a clientes

A actuação do Grupo BPA no domínio da concessão de crédito continuou a ser orientada por critérios de prudência na avaliação e

selecção das operações, situando-se o crédito concedido em termos consolidados no final do ano, 1440 milhões de contos, num nível praticamente idêntico ao de 1993.

Crédito sobre clientes bruto



No BPA, o crédito atingiu 827 milhões de contos em 1994, apresentando um ligeiro decréscimo, de 2%, face ao ano anterior, exclusivamente imputável à significativa redução do crédito vencido, tendo o crédito vivo evoluído positivamente.

Ao longo do ano, o BPA reduziu progressivamente o nível das taxas de juro activas, tendo sido particularmente agressivo no crédito à habitação.

Ao mesmo tempo, o Banco procurou diversificar a sua carteira, evitando a exposição em sectores que apresentam uma situação menos favorável e reforçando a sua acção comercial nas áreas do crédito a particulares, quer para fins imobiliários quer para consumo, e ao comércio.

Com efeito, a oferta de um leque muito vasto de opções em termos de regimes e de taxas de juro, no âmbito da promoção da solução BPA Habitação, e a dinamização do crédito ao consumo, cabendo neste domínio referir quer o reforço da colocação de crédito ao adquirente em diversos estabelecimentos comerciais inserido na solução BPA Comércio, quer a experiência de venda directa com prévia concessão de crédito de alguns produtos de reconhecida qualidade, permitiram ao Banco aumentar de forma significativa o volume de negócios envolvido nestas modalidades de crédito e o seu peso no total.

Visando ainda aumentar o grau de envolvimento no sector dos comerciantes, o Banco celebrou protocolos de cooperação com diversas associações comerciais, disponibilizando aos seus associados uma grelha preferencial de taxas de juro para as diferentes linhas de crédito previstas na solução BPA Comércio.

No âmbito do reforço da sua actuação junto das PME's, disponibilizou às unidades dos sectores do turismo e da indústria diversas linhas de crédito ao abrigo dos protocolos celebrados com o Fundo de Turismo e com o IAPMEI, no âmbito do PEDIP II, continuando, ainda, a possibilitar o financiamento de projectos de investimento nas áreas da indústria, agro-indústria, turismo e serviços afins (excluindo o comércio a retalho) por intermédio do BEI, no seguimento dos contactos estabelecidos no início da década.

Por outro lado, prosseguiu o financiamento de projectos no âmbito do FAIJE — Fundo de Apoio à Iniciativa do Jovem Empresário e ao abrigo do protocolo SIJE — Sistema de Incentivos aos Jovens Empresários.

Com a preocupação de continuar a apoiar no exterior o investidor nacional, o BPA lançou a conta corrente caucionada em moeda estrangeira, disponibilizando empréstimos em moeda estrangeira, repercutindo nos clientes as condições favoráveis do *funding* dessas moedas, e concretizou operações de *swap loan*.

Paralelamente, desenvolveu relações privilegiadas com outras instituições nacionais e internacionais com responsabilidades na gestão de instrumentos de apoio à internacionalização, designadamente o Fundo para a Cooperação Económica, o CDI — Centro para o Desenvolvimento Industrial e o ECIP — European Community Investment Partners, assegurando a montagem de linhas de crédito para o financiamento de exportações de bens e serviços de origem portuguesa para alguns dos principais mercados-alvo do PEASE — Programa Especial de Apoio ao Sector Exportador (nomeadamente Brasil, Argentina, Chile e Israel) e participando na generalidade das linhas de crédito montadas para outros mercados (Hungria, República Checa, Polónia, Eslovénia, Turquia e África do Sul).

Ainda relacionado com o apoio à internacionalização das empresas nacionais, o BPA subscreveu FRIE's RETEX, Norpedip, Sulpedip e IPE Capital, continuando a diversificar a oferta de instrumentos de reforço da capacidade financeira das empresas abrangidas por aqueles programas.

No total consolidado, o BPA detinha uma representatividade de 56,6% sendo igualmente de referir o crédito concedido pelos restantes bancos que integram o Grupo, em especial a UBP e o BCM com importâncias relativas de 19,7% e de 10%, respectivamente, e o contributo sensível das empresas

que concedem financiamentos sob a forma de *leasing*, *factoring* e crédito ao consumo que atingiu 11,9% do total da carteira de crédito do Grupo.

Representatividade de cada área no total consolidado

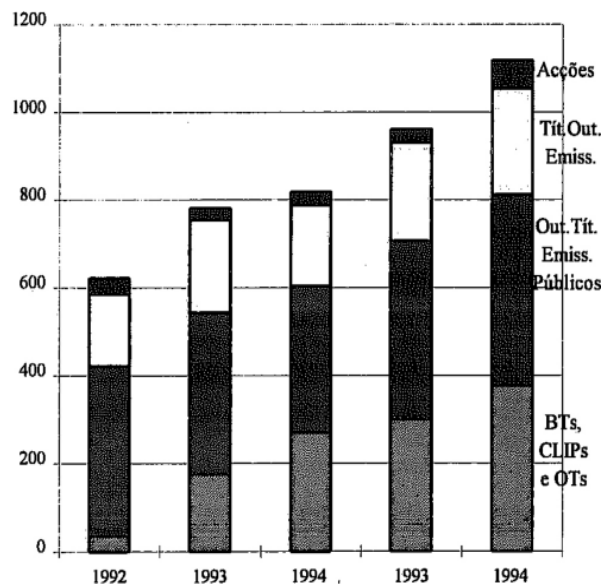
(Em percentagem)

	1993	1994
Crédito bancário	88,1	88,1
Leasing mobiliário	6,1	5,6
Leasing imobiliário	3,2	3,4
Factoring	2,1	2,3
Crédito ao consumo	0,4	0,6
Outros	0,1	—
Total	100,0	100,0

Aplicações em títulos

Em 1994, o Grupo BPA continuou a intervir de forma relevante no mercado de capitais, atingindo o valor consolidado das suas aplicações em títulos 1117 milhões de contos, o que representou um acréscimo de 16,2%, cerca de 156 milhões de contos, relativamente ao ano anterior.

Aplicações em títulos



Na gestão da carteira de títulos o Grupo procurou, atendendo às necessidades de tesouraria, conseguir a melhor rendibilização para os seus recursos e diminuir a exposição aos riscos de mercado, aproveitando, ao mesmo tempo, as oportunidades de realização, de mais-valias.

Em termos agregados, o BPA, o BCM e a UBP lideraram e co-lideraram 21 emissões de empréstimos obrigacionistas, num montante global de 87 milhões de contos, tendo o BPA estado ainda presente em 16 emissões de papel comercial num montante global de 51 milhões de contos.

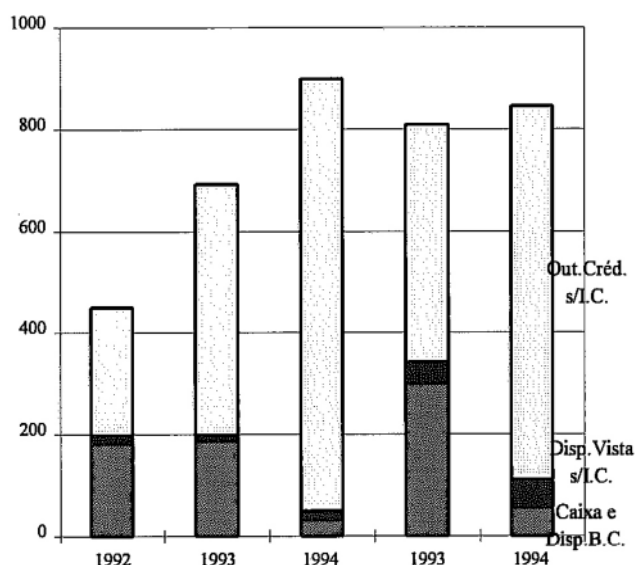
As aplicações do BPA em títulos cresceram, por sua vez, de forma menos acentuada, atingindo 817 milhões de contos, mais 37 milhões de contos do que em 1993, tendo o Banco continuado a optar nas aquisições pelos títulos emitidos por entidades públicas.

Importa referir, em termos consolidados, para além da contribuição do BPA, 72,5%, a representatividade de 16,4% da UBP.

Outras aplicações de exploração

Em termos consolidados, o conjunto das outras aplicações de exploração, englobando para além das reservas obrigatórias de caixa as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito que traduzem maioritariamente as operações nos mercados monetários, atingiu 845 milhões de contos, correspondendo a um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. Os elevados valores envolvidos neste tipo de aplicações exprimem a importância da componente financeira na actividade do Grupo.

No BPA, o montante global das outras aplicações de exploração aumentou de forma significativa, passando de 692 milhões em 1993 para 899 milhões de contos em 1994, como reflexo da maior intervenção do Banco no mercado monetário doméstico e, sobretudo, do seu maior envolvimento em operações internacionais, aproveitando as oportunidades decorrentes da boa implantação que detém no exterior.

Outras aplicações de exploração

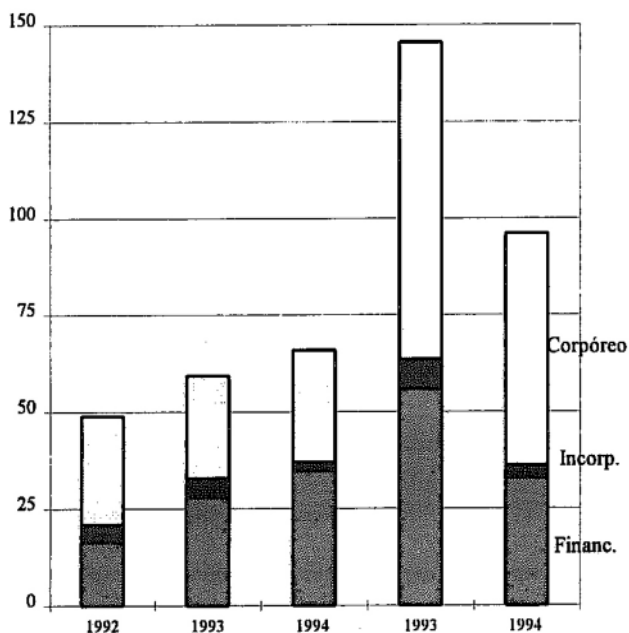
Por outro lado, refira-se a entrada em vigor do novo regime de disponibilidades mínimas de caixa que, envolvendo a redução do coeficiente de 17% para 2% e a emissão de títulos de depósitos pelo Banco de Portugal para absorver a consequente liquidez excedentária gerada, determinou a diminuição do saldo das reservas obrigatórias no Banco de Portugal e, em contrapartida, o aumento das aplicações em instituições de crédito no país.

No que respeita às aplicações em instituições de crédito, que representam 93% do total consolidado das outras aplicações de exploração, cabe referir, para além do BPA, com uma importância relativa de 73,1%, os contributos da UBP e do BCM de 17,5% e de 7,6%, respectivamente, para o total do Grupo.

Imobilizações

Em termos consolidados, as imobilizações líquidas do Grupo ascenderam a 96 milhões de contos no final de 1994, evidenciando um decréscimo significativo de 34%, cerca de 50 milhões de contos quando comparadas com o ano anterior.

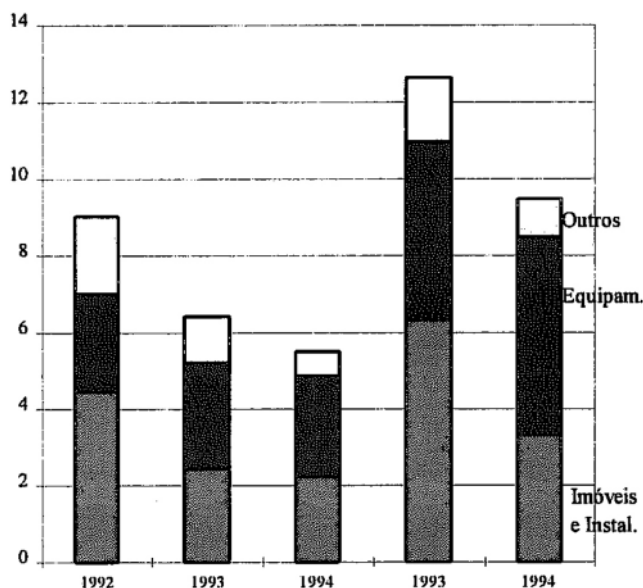
Esta diminuição é explicada fundamentalmente pela alteração em 1994 do perímetro de consolidação, em particular, a exclusão da sociedade gestora de investimentos imobiliários e de uma sociedade gestora de participações sociais, com uma importante carteira de participações financeiras, que se reflectiu na diminuição do imobilizado corpóreo e das imobilizações financeiras, respectivamente.

Imobilizações

Em 1994 verificou-se ainda um conjunto de alterações das regras de contabilização que se reflectiram na evolução das várias componentes das imobilizações. Assim, refira-se a relevação contabilística das despesas em edifícios arrendados em imóveis, das campanhas publicitárias em fornecimentos e serviços de terceiros e do imobilizado em regime de locação financeira no património da entidade locatária, afectando negativamente a expressão das imobilizações incorpóreas e positivamente as imobilizações corpóreas.

No BPA o total do imobilizado líquido atingiu 66 milhões de contos, mais cerca de 7 milhões de contos do que no ano anterior.

Para o acréscimo registado, contribuíram, para além das alterações nos critérios contabilísticos já referidos, os investimentos efectuados que abrangeram prioritariamente a expansão da rede de distribuição, no país e no estrangeiro, a renovação tecnológica e o alargamento da capacidade de intervenção do Grupo no mercado.

Investimentos

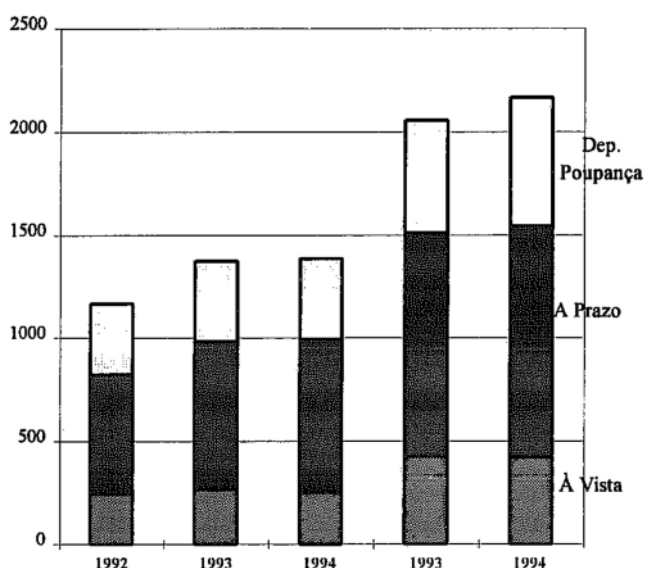
Em termos globais, os investimentos corpóreos e incorpóreos concretizados ascenderam a 5,5 milhões de contos, valor inferior ao realizado em 1993, em virtude, designadamente, da menor expansão da rede de balcões.

Paralelamente, o Banco realizou investimentos financeiros relevantes, com destaque para a subscrição de FRIE e para a participação nos aumentos de capital do BCM e da SPR, neste caso envolvendo também a aquisição de participação a terceiros, e na OPV da Bonança no âmbito do respectivo processo de privatização.

Débitos para com clientes

Num contexto pautado por uma forte concorrência, os recursos de clientes captados pelo Grupo BPA evidenciaram um aumento de 5,4%, passando de 2056 milhões em 1993 para 2166 milhões de contos em 1994, em resultado do aumento dos depósitos a prazo e de poupança, evidenciando os depósitos à ordem um decréscimo em termos nominais.

Débitos para com clientes



O volume de recursos de clientes captados pelo BPA registou, por sua vez, uma expansão mais moderada atingindo, no final do ano, 1388 milhões de contos, mais 0,8 % do que no ano anterior.

Acompanhando a descida tendencial das taxas de juro, o BPA reduziu ao longo do ano as taxas passivas, prosseguindo a política de diferenciação por prazos.

Os vários tipos de depósitos evoluíram a ritmos diferenciados, assistindo-se ao crescimento dos depósitos a prazo e, em contrapartida, à redução dos depósitos de poupança e à ordem, que, em consequência, registaram uma diminuição do seu peso relativo.

No total consolidado, para além da dimensão relativa do BPA de 64,1 %, merecem referência os contributos do BPA Overseas, do BCM e, sobretudo, da UBP, respectivamente de 3,2 %, 6,7 % e 24,9 %, para o valor global dos débitos para com clientes.

Em paralelo com os depósitos, o Banco continuou a disponibilizar um conjunto de produtos não bancários, com destaque para as unidades de participação em fundos de investimento mobiliários e imobiliários e os produtos de seguros do ramo vida e de complemento de reforma com componentes de poupança associada.

Com efeito, os numerosos fundos geridos por empresas do Grupo assumem uma dimensão relevante. No final de 1994, a Primogest, a CPG e a Uniger eram responsáveis pela gestão de fundos de investimento mobiliário no valor de 129 milhões de contos, atingindo a carteira do fundo de investimento imobiliário gerido pela Gestiprimus, 45 milhões de contos (em milhões de contos):

Fundos geridos:

Primogest	19
CPG	36
Uniger	74
Gestiprimus	45
Total	174

No que respeita ao seguros o Grupo continuou a deter uma posição de destaque no mercado.

(Em milhões de contos)

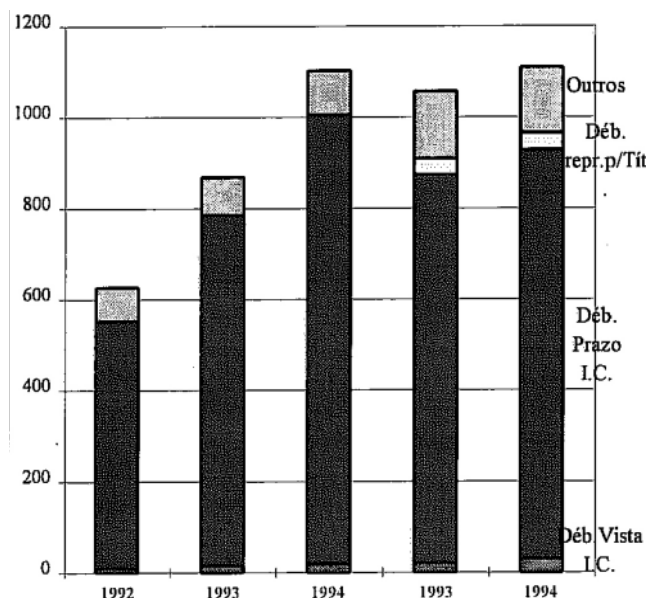
	Prémios processados	Valores geridos
Ramo Vida:		
BPA Vida	7,5	23,6
PPR Praemium	5,6	25,7

	Prémios processados	Valores geridos
Bonança Vida	9,3	25,6
Ramo Não Vida:		
Bonança	39,4	63,3
Total	61,8	138,2

Outros recursos alheios

Em termos consolidados, o montante global dos outros recursos alheios atingiu 1111 milhões de contos, mais 5,1 % do que no ano anterior, assumindo especial relevo neste conjunto os débitos para com instituições de crédito, sobretudo a prazo, que reflectem as operações nos mercados monetários doméstico e internacional.

Outros recursos alheios



No BPA, estes recursos cresceram de forma acentuada, atingindo 1103 milhões de contos, mais 27 % do que em 1993, em resultado da expansão dos débitos para com instituições de crédito, particularmente no estrangeiro, relacionados, em grande medida, com o financiamento da actividade das sucursais no exterior, realizado principalmente através do mercado monetário, com uma expressão muito elevada no balanço global do Banco.

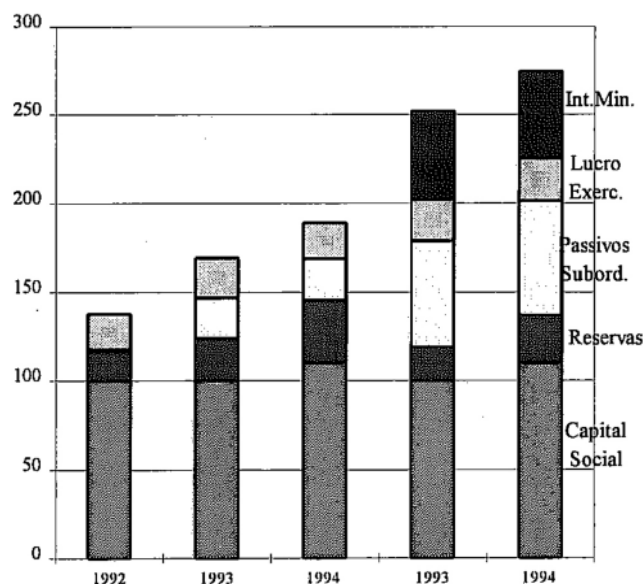
No que respeita aos recursos de instituições de crédito, que representam 84 % daqueles recursos em termos consolidados, cabe referir, para além do BPA com um peso de 76,8 % no total consolidado, a importância relativa da UBP (11,2 %).

Recursos próprios e equiparados

O BPA tem procurado acompanhar o crescimento dos seus activos com um reforço adequado dos capitais próprios que permita o desenvolvimento do próprio Grupo e a manutenção de uma situação confortável no que respeita ao cumprimento dos rácios prudenciais.

Neste sentido, o Banco efectuou, em 1994, um aumento do capital social de 100 milhões para 110 milhões de contos, que proporcionou um encaixe de 14 milhões de contos. Em consequência, os capitais próprios e equiparados e os resultados ascenderam a 188,9 milhões de contos no final de 1994, valor que representa um crescimento de 19,6 milhões de contos, 11,5 %, face ao ano anterior e um nível de cobertura dos activos de 7 % (contra 6,9 % em 1993).

Fundos próprios e equiparados e resultados



Em termos consolidados, o valor dos fundos próprios e equiparados e resultados aumenta para 274,3 milhões de contos, em resultado do montante de interesses minoritários, 49,5 milhões de contos, da emissão de 41,4 milhões de contos da dívida subordinada por algumas empresas do Grupo e do contributo positivo do conjunto das empresas participadas para o resultado líquido consolidado.

(Em milhões de contos)

Passivos subordinados	1993	1994
Títulos de participação.....	6,6	6,6
BPA	0,6	0,6
UBP	6,0	6,0
Obrigações de caixa subordinadas	48,1	52,9
BPA	22,5	22,5
UBP	7,5	7,5
BCM.....	1,9	6,5
Leasing Atlântico	4,0	4,0
Leasimpor	10,0	9,4
Macaulease.....	1,0	1,0
Macaulease Imobiliária.....	0,7	0,3
Lusoleasing	—	1,2
Credinova.....	0,5	0,5
Outras obrigações subordinadas	5,0	5,0
BCM.....	5,0	5,0
Total	59,7	64,4

Ratio de solvabilidade

O ratio de solvabilidade do BPA, calculado em base consolidada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, fixou-se em 12,84% no final de 1994.

Deste modo, e não obstante a expansão da actividade, o valor — do ratio manteve-se claramente acima do limite mínimo de 8% exigido a partir do final de 1992, em virtude de reforço dos fundos próprios conseguido na sequência do aumento do capital efectuado.

Por sua vez, o ratio de solvabilidade calculado em base não consolidada situou-se em 11,1%.

(Em milhões de contos)

	BPA		Consolidado	
	1993	1994	1993	1994
Activo ponderado.....	1 021,8	1 116,3	1 620,5	1 645,9
Extrapatr. ponderados	171,7	191,2	243,8	259,9
Activos e extrapatr. pond.	1 193,5	1 307,5	1 864,3	1 905,8
Fundos próprios elegíveis	122,7	145,5	212,5	244,7
Ratio de solvabil. (percent.)	10,3	11,1	11,4	12,8

Actuação comercial

Em 1994, o Banco prosseguiu a sua actuação comercial orientada para uma crescente especialização na abordagem do mercado por segmentos, continuando a par de um acompanhamento mais profissionalizado e da criação de espaços próprios para o atendimento, a dinamizar a oferta de soluções financeiras globais ajustadas aos diferentes estratos de clientes.

No domínio das iniciativas dirigidas aos particulares cabe referir:

O lançamento da solução integrada para profissionais liberais e quadros médios superiores e a celebração, neste âmbito, de protocolos com a Ordem dos Médicos e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa;

O lançamento do Cartão Universidade e a realização de um conjunto de acções promocionais inseridas na dinamização da Solução Jovem;

A concessão de apoios à realização de iniciativas locais com forte presença de emigrantes;

O lançamento da Solução Fiscal, com o objectivo de padronizar a função conselho nesta área.

Visando o reforço da intervenção junto das empresas, importa salientar:

A oferta de produtos e serviços especialmente destinados às grandes empresas, enquadrados nos domínios, designadamente, da banca de investimento e de negócios — desenvolvimento de operações no âmbito de fusões e aquisições, *project finance*, *corporate finance*, estudos e avaliações de empresas, assessoria financeira, operações *swap* e de desintermediação;

A adesão, como instituição participante, do novo Programa de Apoio à Modernização do Comércio, a colaboração na divulgação do PRO-COM e o patrocínio da Feira do Livro do Porto, tendo neste caso, entre outros apoios, providenciado a disponibilização gratuita de terminais de pagamento automático a todos os expositores e montado um stand de apoio aos editores;

A celebração de diversos protocolos de colaboração institucional envolvendo a associação a diversos sistemas de incentivos para PMEs;

A dinamização de um conjunto de acções junto de instituições.

No domínio dos seguros, o Banco lançou, em 1994, o processo de venda directa, sem intermediação da Luso-Atlântica — Mediadora de Seguros, dos planos de seguros do ramo real da Bonança, oferecendo um pacote de seguros específico para as necessidades dos comerciantes — o Plano Comerciantes. Inserido também no ramo real, procedeu ao lançamento do Plano Profissões Liberais. Paralelamente, através da BPA Vida, lançou o Previdência BPA, um produto de seguro sem componente de poupança, o Poupança Jovem, um seguro semelhante ao Poupança Versátil mas adaptado ao segmento jovem, e o Poupança 10, similar ao Poupança Vida mas para pequenos montantes.

Na área dos cartões, para além do cartão Universidade, implantou um processo de massificação dos cartões de débito, visando rendibilizar as vantagens deste meio de pagamento.

Gestão dos riscos

Riscos de crédito:

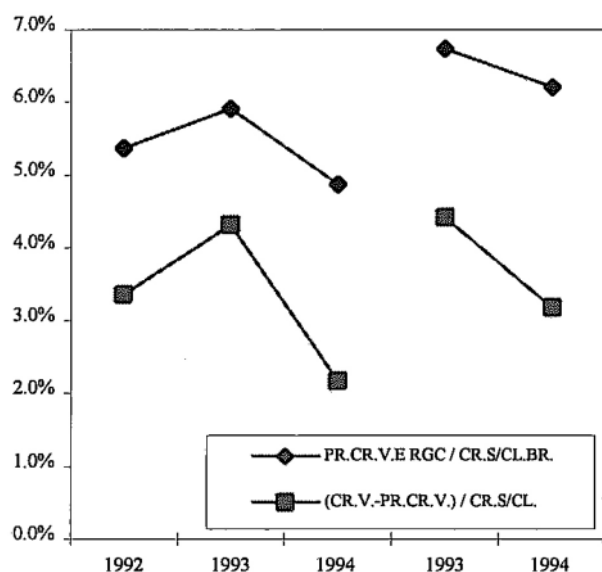
Não obstante a tendência de recuperação da actividade económica evidenciada ao longo do ano, o seu impacto na situação financeira das empresas não se fez ainda sentir plenamente em 1994, continuando o sistema bancário a confrontar-se com uma situação de risco globalmente elevado que se traduziu num aumento do crédito vencido relativamente ao ano anterior.

Neste contexto, o BPA continuou a prestar especial atenção à gestão do crédito, procurando na selecção das operações conciliar a respectiva rentabilidade com um nível de risco aceitável, avaliado segundo critérios de prudência. Ao mesmo tempo, procurou acelerar a recuperação do crédito vencido, através da participação ainda mais activa nos processos de recuperação de empresas, do accionamento judicial com recurso a procedimentos cautelares e da colaboração estreita com as restantes empresas do Grupo, quer nos casos em que existiam devedores comuns quer por via de dação em pagamento ou arrematação judicial de bens imóveis com prévia cessão do crédito. Por outro lado, o encarteiramento das empresas com crédito vencido permitiu tornar a sua gestão mais eficaz.

Na actividade internacional, foi também possível melhorar a qualidade global da carteira de crédito, em resultado do maior rigor e selectividade na apreciação de novas operações e da reestruturação dos planos de pagamento das dívidas de Angola, da Bulgária e da Polónia.

Deste modo, o BPA reduziu de forma acentuada a expressão do crédito vencido e a sua representatividade no crédito total, de 4,3% em 1993 para 2,2% em 1994, evolução que foi generalizada às restantes empresas que integram o Grupo atingindo aquele ratio em termos consolidados 3,2% em 1994, contra 4,4% em 1993.

Crédito vencido e provisões para crédito



O crédito concedido pelo Grupo BPA foi, por sua vez, provisionado em conformidade com o enquadramento legal em vigor. Em termos consolidados, foram efectuadas em 1994 dotações para crédito vencido e riscos gerais de crédito no montante de 27,2 milhões de contos, que não se reflectiram, todavia, no respectivo saldo acumulado, que registou um decréscimo em resultado do maior volume de utilizações e reposições.

O BPA constituiu, em 1994, provisões para riscos de crédito no valor de 11,1 milhões de contos, menos 5,8 milhões de contos do que em 1993. Esta diminuição verificou-se quer nas dotações de provisões para riscos gerais (de 1,8 milhões para 1 milhão de contos), reflectindo o menor acréscimo do conjunto do crédito vivo e do crédito por assinatura, quer, sobretudo, no volume de provisões específicas (de 15,1 milhões para 10,1 milhões de contos), justificada pela redução do ritmo de entradas em crédito vencido e pela mais elevada maturidade média dos créditos vencidos já existentes.

Paralelamente, foram repostas provisões no valor de 5,6 milhões de contos e utilizados 13,6 milhões de contos de provisões referentes, na sua grande maioria, a créditos totalmente provisionados. Assim, não obstante as dotações efectuadas, o saldo total das provisões para riscos de crédito reduziu-se de 49,2 milhões para 40,8 milhões de contos entre 1993 e 1994, representando 3,2% do crédito concedido, incluindo o crédito por assinatura.

Refira-se, no entanto, que os riscos estimados por análise específica da totalidade da carteira de crédito apontam para um grau de incobrabilidade bastante inferior, traduzindo, assim, uma ampla margem de segurança, superior a 17 milhões de contos.

Análise das necessidades de provisões — BPA

(Em milhões de contos)

	Situação legal (a)	Situação estimada (b)	Diferença (a)-(b)
Para crédito vencido.....	19,3	14,4	4,9
Para riscos gerais de crédito.....	21,5	9,1	12,4
Total	40,8	23,5	17,3

Riscos de mercado

No contexto de grande volatilidade e imprevisibilidade que caracterizou os mercados financeiros ao longo de 1994, o BPA prosseguiu uma política de gestão activa do conjunto dos seus activos e passivos assegurando o controlo permanente dos riscos de taxa de juro, de liquidez e cambial.

Integrando os meios de análise e controlo na área financeira, o Banco desenvolveu um modelo universal de gestão de limites de crédito (para operações de mercado), de risco de taxa de juro, de câmbio e de liquidez. Paralelamente, procedeu à análise da evolução dos principais agregados que reflectem a aplicação e a gestão de fundos e intensificou

o estudo sistemático da situação económica nacional e internacional e do comportamento das taxas de juro e dos instrumentos financeiros nos vários mercados. Neste capítulo, cabe referir a publicação, numa base semanal, de uma análise ao comportamento dos mercados visando um maior esclarecimento do público sobre esta matéria e a difusão das perspectivas do BPA sobre a respectiva evolução futura.

Ao mesmo tempo, desenvolveu a análise dos riscos parciais para as diversas unidades que compõem o universo do Banco, construindo mapas de fluxos de tesouraria em moeda, por unidade orgânica, e criando medidas específicas do risco de taxa de juro para os diferentes órgãos gestores de recursos e aplicações em escudos.

De igual modo, continuou, por um lado, a monitorar o risco de liquidez e a gestão das posições cambiais em tempo real, procedendo ao acompanhamento diário dos fundos denominados em moeda nacional e estrangeira e das respectivas datas de vencimento e, por outro, a analisar o risco de taxa de juro, através do acompanhamento sistemático dos indicadores de diferencial de duração do resultado e da situação líquida. Estes indicadores medem o efeito de variações das taxas de juro, respectivamente, no resultado e no valor de mercado da situação líquida.

As medidas tomadas pelo BPA em 1994 permitiram reduzir a sua vulnerabilidade a futuras alterações que possam ocorrer nos mercados financeiros.

Por um lado, o Banco procurou beneficiar de uma curva de taxas de juro positivamente inclinada, em que as taxas de juro são crescentes com os prazos, mantendo as aplicações de longo prazo financiadas por recursos com prazo inferior de refixação de taxas. A persistência deste tipo de actuação determina que o diferencial de duração do resultado líquido para 1995 seja negativo. Deste modo, o resultado líquido esperado para este exercício poderá beneficiar significativamente se a forma da curva se mantiver e se, cumulativamente, se verificar uma redução global do nível das taxas de juro.

Por outro lado, com base no cenário previsível de convergência nominal da economia portuguesa para a média da União Europeia, que se traduzirá também na descida das taxas de juro, o BPA tem mantido um importante conjunto de activos de taxa fixa. No entanto, a evolução das taxas de juro em 1994 não correspondeu totalmente à esperada implicando uma quebra generalizada das cotações dos instrumentos de taxa fixa. Esta situação contribuiu para que, no final do ano, o Banco apresentasse diferenças desfavoráveis entre o valor por que estão contabilizados os títulos portugueses na carteira de investimentos (com exclusão dos títulos referidos no ponto 5 do anexo às contas individuais do Banco) e a sua avaliação com base nos valores de mercado no montante de 15,8 milhões de contos.

A descida previsível das taxas de juro não só permitirá reduzir as menos-valias potenciais dos activos de taxa fixa mas também terá um impacto favorável medido pelo diferencial de duração dos capitais próprios, que assume um valor positivo face à descida das taxas de juro.

No que respeita aos activos e passivos denominados em moeda estrangeira, a política do BPA continuou a ser bastante prudente, verificando-se, na prática, um ajustamento quase perfeito dos respectivos prazos de refixação.

A gestão dos riscos de mercado efectuada pelas sucursais do Banco no estrangeiro, enquadrou-se igualmente dentro dos limites estipulados pelo mismatch e liquidez, tendo o BPA conseguido, nalguns casos, ganhos adicionais em relação à remuneração dos fundos livres e à margem líquida da carteira comercial.

Pensões de reforma

Com vista ao financiamento das responsabilidades assumidas com pensões de reforma e de sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário, o BPA constituiu, em 1988, um fundo de pensões que é administrado pela Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

As responsabilidades globais nesta matéria são determinadas com base em estudos actuariais efectuados de forma a assegurar a solvência do fundo e de acordo com metodologia aprovada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

O referido cálculo actuarial envolve, para além de um conjunto de parâmetros respeitantes à estrutura do pessoal abrangido pelo fundo e de pressupostos probabilísticos, designadamente quanto à esperança de vida, algumas hipóteses de natureza financeira. Nestas, destaca-se a taxa de rendimento do fundo, tendo sido assumido, à semelhança dos anos anteriores, um diferencial relativamente à taxa de crescimento da tabela salarial de 4 pontos percentuais.

Pressupostos actuariais:

Método de cálculo utilizado — Método do custo normal;

Taxa de crescimento salarial — 5,5%;

Taxa de rendimento do Fundo — 9,5%;

Taxa técnica para pensionistas — 6% (imposição normativa do ISP);

Taxa de crescimento das pensões — 2%;

Tábuas de mortalidade — PF 60/64 e PM 60/64.

Refira-se, a propósito, que as taxas de rendimento apresentadas até 1994 pelo Fundo de Pensões BPA, 14,19% em termos acumulados, validam os pressupostos que vêm sendo adoptados pela Praemium nos estudos actuariais efectuados.

(Em percentagem)

	Taxa de rendimento acumulado do Fundo de Pensões do BPA	Taxa variável da tabela salarial
Ano de 1990.....	18,8	12,1
Ano de 1991.....	17,5	13,2
Ano de 1992.....	17,5	10,3
Ano de 1993.....	17,4	5,5
Ano de 1994.....	14,2	4,0

O BPA tem, desde 1990, coberto integralmente as suas responsabilidades normais com pensões de reforma e de sobrevivência. No final de 1994, o valor das responsabilidades normais do Banco para com reformados e pensionistas e para com os trabalhadores no activo, na parte respeitante a tempo de serviço já prestado, ascendia a 67,3 milhões de contos, estando a sua cobertura a 100% assegurada conjuntamente pelo valor do Fundo de Pensões BPA e pelas provisões constituídas para o efeito acrescidas da contribuição normal de 1994, relevada em custos do exercício, ainda não transferidas para o fundo.

As reformas antecipadas ocorridas em 1993 e em 1994 motivaram, entretanto, um acréscimo das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência no valor de 4,6 milhões de contos e de 4,8 milhões de contos, respectivamente, de acordo com o cálculo actuarial efectuado pela Praemium. A sua cobertura será efectuada em quatro anos, encontrando-se, deste modo, no final de 1994 cobertos 25% do acréscimo das responsabilidades com as reformas antecipadas de 1994 mais 50% do acréscimo das responsabilidades com as de 1993 (3,5 milhões de contos).

Pensões de reforma e de sobrevivência

(Em milhões de contos)

	1993	1994	Variação
Responsabilidades:			
Normais:			
Reformados e pensionistas.....	31,0	34,2	3,2
Pessoal no activo.....	31,3	33,1	1,8
Total das responsabilidades normais.....	62,3	67,3	5,0
Acrescimento reforma antecipada.....	4,6	9,4	4,8
Total das responsabilidades.....	66,9	76,7	9,8
Coberturas:			
Valor do fundo de pensões.....	59,9	61,4	1,5
Contribuição normal não transferida.....	—	3,0	3,0
Provisões constituídas.....	3,6	6,4	2,8
Total das coberturas.....	63,5	70,8	7,3
Grau de cobertura:			
Responsabilidades normais (percent.).....	100,0	100,0	—
Responsabilidades totais (percent.).....	94,9	92,3	—
Limite mínimo Banco Portugal (percent.).....	45,0	55,0	—
Excesso relativo ao limite do BP:			
Em pontos percentuais (percent.).....	49,9	37,3	—
Em valor.....	33,4	28,6	—

Deste modo, o BPA apresenta no final de 1994 um grau de cobertura das suas responsabilidades totais com pensões de reforma e sobrevivência que traduz um excesso de 28,6 milhões de contos relativamente ao valor mínimo de 55% estabelecido para essa data pelo Banco de Portugal.

Ao longo do ano foram efectuadas dotações de provisões para pensões de reforma e de sobrevivência no montante de 3 milhões de contos, para fazer face ao acréscimo das responsabilidades.

As restantes empresas do Grupo BPA asseguraram igualmente, no final de 1994, um grau de cobertura das suas responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência que ultrapassa o valor mínimo definido.

A UBP apresenta uma cobertura de 82,3% do total das responsabilidades assumidas nesta matéria, calculadas para o fim do exercício de 1994,

através das provisões para pensões de reforma e sobrevivência relevadas contabilisticamente na Instituição e do valor do Fundo de Pensões.

Por sua vez, o BCM tinha integralmente cobertas as suas responsabilidades neste domínio, no final de 1994, quer para com os empregados em Portugal através de um fundo de pensões, quer para com os empregados em Macau, por via de um património autónomo consubstanciado num fundo de previdência e reforma dos empregados da sucursal.

Análise dos resultados

Apesar de durante o ano se terem manifestado alguns sinais de recuperação da actividade económica, o sistema financeiro continuou, em 1994, muito influenciado por um conjunto de factores que afectaram negativamente as suas condições de exploração.

Neste contexto, os resultados obtidos pelo BPA, embora inferiores aos do ano anterior, continuaram a assegurar uma boa remuneração dos capitais próprios.

Os resultados da actividade do conjunto das empresas do Grupo, por sua vez, atingiram, em termos consolidados, 22,2 milhões de contos.

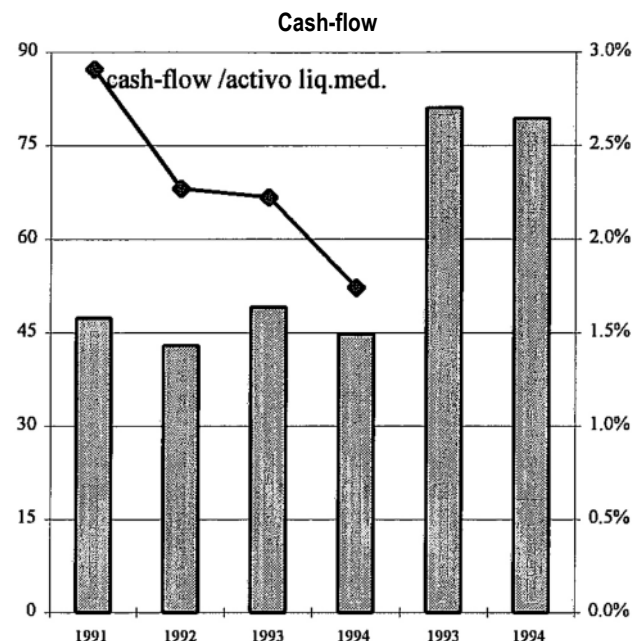
Durante o exercício de 1994, a actividade das instituições financeiras continuou a desenvolver-se num mercado crescentemente competitivo, num contexto de agravamento das diferentes situações de risco e de quebra tendencial das taxas de juro, com impacto desfavorável nas margens unitárias de intermediação.

Esta situação negativa foi visível no BPA, que procurou ultrapassar os seus efeitos actuando sobre a qualidade dos seus activos, minimizando os riscos e desenvolvendo acções de racionalização de custos.

Cash-flow

Em termos consolidados o *cash-flow* gerado pelo conjunto das empresas do Grupo registou um pequeno decréscimo em relação a 1993, situando-se próximo de 80 milhões de contos.

No BPA, a descida foi um pouco mais acentuada, passando o *cash-flow* de 49 milhões em 1993 para cerca de 45 milhões de contos em 1994. Esta diminuição reflecte a evolução negativa do produto líquido bancário, que registou uma quebra de aproximadamente 10 milhões de contos em relação ao ano anterior, cabendo à margem financeira a principal responsabilidade por esta redução.



O impacto negativo do produto líquido no *cash-flow* foi atenuado pelo comportamento favorável dos custos administrativos, que globalmente decresceram 1,6 milhões de contos, e pela realização de ganhos extraordinários (incluindo reposição de provisões) que, relativamente a 1993, registaram um acréscimo de 4,1 milhões de contos.

A diminuição do *cash-flow*, associada ao aumento do nível global de actividade, reflectiu-se na redução verificada no *ratio cash-flow/activo* médio de 2,2% em 1993 para 1,7% em 1994.

As restantes empresas do Grupo, deram um contributo global bastante positivo para o *cash-flow* consolidado, que ultrapassou em 77% o valor gerado pelo BPA, elevando para 2,3% o *ratio cash-flow/activo* médio.

Margem financeira

O movimento de descida das margens de intermediação que tem caracterizado a actividade financeira nos anos mais recentes reflectiu-se no BPA, que em 1994 apresentou uma margem unitária ponderada de apenas 2,5%, contra 3,3% em 1993.

Em valor absoluto, a margem financeira do Banco atingiu 57,1 milhões de contos em 1994, menos 7,6 milhões de contos do que no ano anterior, mas, apesar deste decréscimo, manteve-se o elemento mais representativo do produto líquido bancário, com cerca de 68% do total.

Margem financeira**(Em percentagem)**

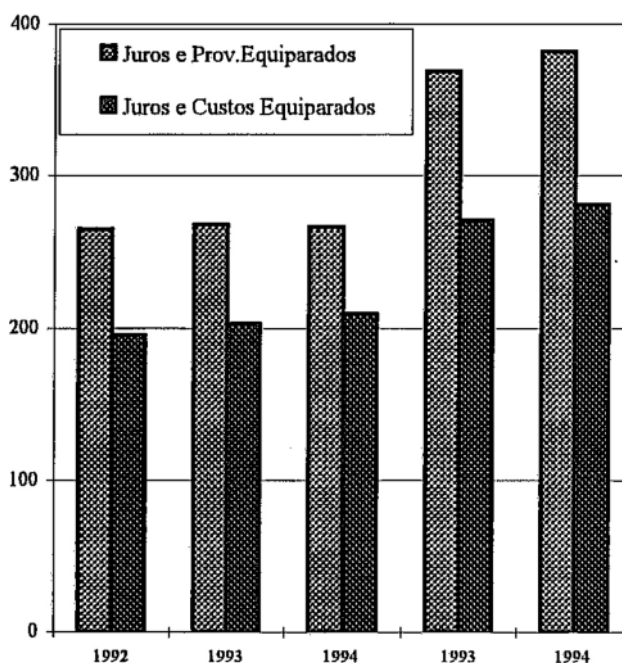
	BPA		Grupo BPA	
	1993	1994	1993	1994
Em função:				
Activo líquido médio	2,9	2,2	2,9	2,9
Produto líquido.....	69,1	68,2	71,4	73,4

Nota. — Em 1993 para o Grupo a margem financeira é calculada em função do activo líquido do ano.

(Em milhões de contos)

	Saldo médio (a)		Taxa média de juro (percentagem)			Variação		
	1993	1994	1993	1994	Diferença	Efeito saldo	Efeito taxa	Efeito residual
BPA:								
Aplicações remuneradas	2 082,4	2 418,2	12,8	11,0	— 1,8	43,1	— 38,2	— 6,2
Recursos remunerados	1 947,3	2 294,4	10,4	9,1	— 1,3	36,1	— 25,3	— 4,5
Margem financeira simples.....	—	—	2,4	1,9	— 0,5	7,0	— 12,9	— 1,7
Margem financeira ponderada	—	—	3,3	2,5	— 0,8	—	—	—
Grupo BPA:								
Aplicações remuneradas	3 039,4	3 309,3	12,1	11,5	— 0,6	32,7	— 17,5	— 1,6
Recursos remunerados	2 870,0	3 070,7	9,4	9,1	— 0,3	18,9	— 8,0	— 0,6
Margem financeira simples.....	—	—	2,7	2,4	— 0,3	13,8	— 9,5	— 1,0
Margem financeira ponderada	—	—	3,4	3,3	— 0,1	—	—	—

(a) Saldo médio calculado com Dezembro do ano anterior, Junho e Dezembro, excepto relativamente ao Grupo em 1993 uma vez que em Dezembro de 1992 ainda não se consolidava o universo das empresas da UBP.

Margem financeira

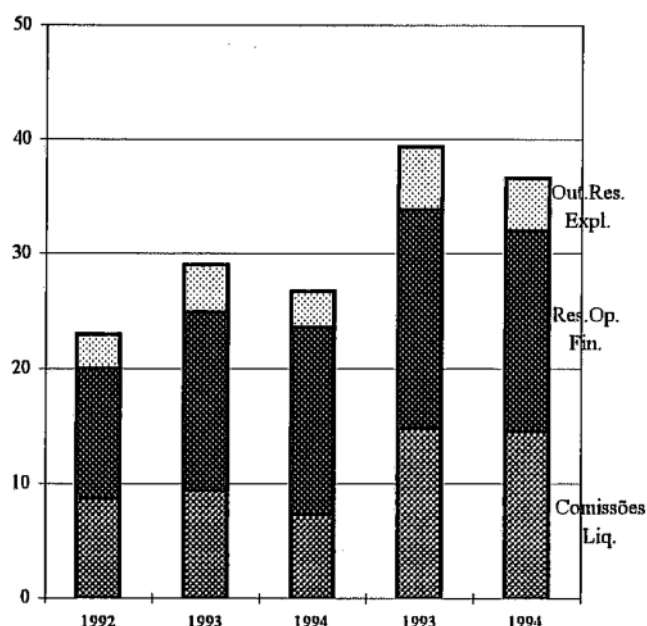
Em conclusão, o efeito taxa de juro foi determinante no comportamento desfavorável da margem financeira no BPA. O aumento do nível de actividade, reflectido num efeito saldo positivo, foi insuficiente para contrariar a quebra da margem, cuja representatividade no activo médio passou para 2,2 % em 1994, contra 2,9 % no ano anterior.

Em termos consolidados, pelo contrário, a margem financeira em valor absoluto subiu de 98 milhões de contos em 1993 para 101 milhões de contos em 1994, continuando a representar 2,9 % do activo médio do Grupo.

Serviços bancários

O conjunto das rubricas que integram os serviços bancários atingiu no BPA, em 1994, 26,7 milhões de contos, em termos líquidos, o que traduz um decréscimo de 2,3 milhões de contos face à situação em 1993. A sua representatividade no produto bancário manteve-se, no entanto, relativamente elevada, ultrapassando 30 %.

Serviços bancários



Em termos consolidados, o montante destes proveitos situou-se em 36,6 milhões de contos, menos 2,7 milhões de contos do que em 1993.

As principais contribuições para o valor global dos proveitos dos serviços foram dadas, para além do BPA, que responde por 70,8 % do total, pela UBP (15,7 %), BCM (5,6 %) e pelo conjunto das sociedades gestoras de fundos de investimento (5,1 %).

Comissões:

Os proveitos obtidos com comissões, em 1994, atingiram 8,8 milhões de contos, valor a que corresponde uma redução de cerca de 2 milhões de contos relativamente a 1993.

O decréscimo das comissões está localizado nas rubricas de serviços bancários prestados e operações sobre títulos, apresentando as restantes ligeiros aumentos. A quebra das comissões de serviços bancários é explicada pelo ajustamento da tabela de comissões inter-bancárias no âmbito da normalização da letra, que, de algum modo, teve contrapartida em menores custos administrativos, enquanto a parte referente às operações sobre títulos é sobretudo uma consequência da apatia que caracterizou o mercado de capitais durante a maior parte do ano.

Comissões — BPA

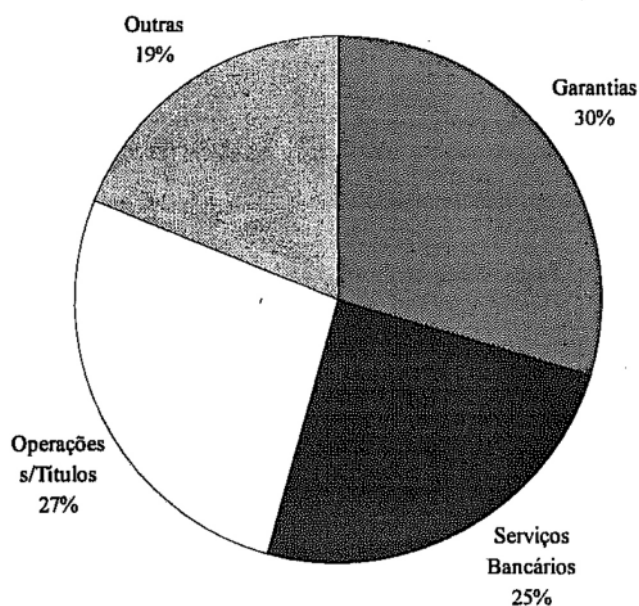
(Em milhões de contos)

	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Percent.
Garantias prestadas	2,5	2,6	0,1	3,4
Serv. bancários prestados	4,1	2,2	- 1,9	- 46,8

	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Percent.
Operações sobre títulos	2,7	2,4	- 0,3	- 12,0
Outros	1,6	1,7	0,1	2,9
Total	10,9	8,8	- 2,1	- 19,2

No entanto, em termos consolidados, as comissões líquidas mantiveram um valor próximo de 14,5 milhões de contos. Para além do BPA que representa 47,6 % do total, a UBP (18,6 %), o BCM (9,6 %) e o conjunto das sociedades gestoras de fundos de investimento (14,3 %) são as entidades que apresentaram maiores contributos para o total das comissões.

Comissões BPA



Resultados em operações financeiras:

Em 1994, a situação de que caracterizou o mercado cambial em alguns períodos e o fraco dinamismo do mercado de capitais condicionaram os resultados da actuação do BPA nestes domicílios.

Os resultados em operações cambiais registaram uma diminuição imputável não só à instabilidade dos mercados (quer em Portugal quer no exterior) mas também às actuais normas de contabilização das operações cambiais a prazo, nas quais o Banco tem intervindo crescentemente e cuja contrapartida se situa a nível da margem financeira.

Por outro lado, a quebra das cotizações dos títulos da dívida pública na segunda metade do ano não permitiu o apuramento de um nível de resultados em operações sobre títulos tão elevado como no ano anterior.

No entanto, o proveito global líquido em operações financeiras atingiu no final do ano 16,2 milhões de contos, traduzindo um acréscimo de 0,8 milhões de contos em relação a 1993. Para esta situação concorreram, em especial, os proveitos apurados em consequência da conversão em títulos das dívidas da Polónia e Bulgária que foram objecto de reestruturação.

Em termos consolidados, os resultados líquidos em operações financeiras ascenderam a 17,4 milhões de contos. O decréscimo que se verifica em relação a 1993 é explicado pelo facto de nesse ano o BPA Brasil ter apresentado um valor muito elevado de resultados, situação que não teve continuidade em 1994.

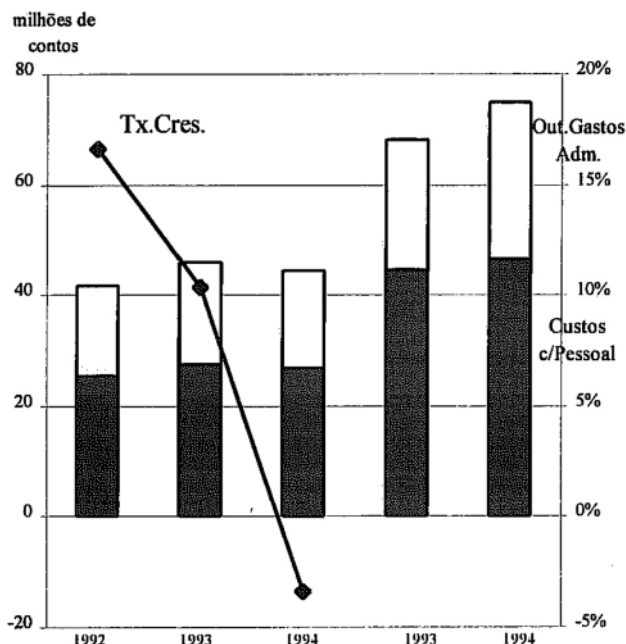
Outros resultados de exploração:

O valor líquido dos outros proveitos de exploração no final de 1994 situou-se, no BPA, em 3,1 milhões de contos sendo a descida relativamente a 1993 justificada, em larga medida, pela não repetição de proveitos relacionados com recursos subordinados.

Em termos consolidados o montante dos outros proveitos de exploração atingiu 4,7 milhões de contos, valor inferior em 0,8 milhões de contos ao verificado em 1993.

Custos administrativos

No domínio dos custos administrativos, o BPA prosseguiu, em 1994, uma política de contenção que se traduziu num melhor aproveitamento dos meios disponíveis, conseguido pela adopção de medidas de racionalização, na revisão de alguns contratos de prestação de serviços e de assistência, na sequência do reforço da capacidade negociadora perante as empresas fornecedoras, e no controlo mais rigoroso das despesas.

Custos administrativos

Em termos consolidados, o valor global dos custos administrativos atingiu 75 milhões de contos, o que equivale a um crescimento de 10% relativamente ao ano anterior.

No BPA, estes custos evoluíram de modo mais favorável registando um decréscimo do seu valor absoluto superior a 3%, passando de 46 milhões em 1993 para 44,4 milhões de contos em 1994, e da respectiva expressão em função do activo líquido médio de 2,1% para 1,7%, entre 1993 e 1994. Esta evolução abrangeu quer os custos com pessoal quer os fornecimentos e serviços de terceiros.

A redução do efectivo global do Banco constituiu o factor determinante da diminuição de 2,5% registada nos custos com pessoal, que, em 1994, atingiram 26,8 milhões de contos, contra 27,5 milhões de contos no ano anterior.

Os outros gastos administrativos atingiram, por sua vez, 17,6 milhões de contos, traduzindo um decréscimo de 4,7%, cerca de 900 000 contos, relativamente à verba dispendida em 1993. Para além do impacto positivo dos esforços de racionalização efectuados, particularmente visíveis na evolução do transporte, dos impressos e material de consumo corrente, das comunicações e outras despesas de expedição e da conservação e reparação, refira-se a alteração da relevação contabilística das rendas de locação financeira e das campanhas publicitárias já referida, que, em termos líquidos, beneficiou a expressão destes gastos.

Outros gastos administrativos**(Em milhões de contos)**

	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Percent.
Imp. e mat. de cons. corrente	0,6	0,5	- 0,1	- 13,8
Rendas de imóveis	4,4	4,8	0,4	8,9
Aluguer de equip. informático ...	2,3	0,5	- 1,8	- 78,1
Comunic. e desp. de explor.	2,6	2,4	- 0,2	- 6,0

	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Percent.
Desloc. e desp. de represent.	0,8	0,9	0,1	16,2
Conservação e reparação	1,4	1,3	- 0,1	- 6,5
Publicidade	0,7	1,0	0,3	49,0
Serv. especiais informática	0,8	0,9	0,1	18,4
Transporte	0,9	0,6	- 0,3	- 31,9
Outros	4,0	4,6	0,6	16,4
Total	18,5	17,6	- 0,9	- 4,7

Amortizações e provisões

Para fazer face à reintegração do imobilizado e à cobertura dos riscos de actividade em conformidade com a legislação em vigor, o conjunto das empresas que integram o Grupo efectuou dotações para amortizações e provisões no montante de, respectivamente, 8,9 milhões e 41,8 milhões de contos.

Estes montantes traduzem em relação ao ano anterior decréscimos de 1,6 milhões de contos nas amortizações e de 0,5 milhões de contos nas provisões.

Dotações para provisões**(Em milhões de contos)**

	BPA		Grupo BPA	
	1993	1994	1993	1994
Crédito	16,9	11,1	30,1	27,2
Títulos	0,1	2,5	3,6	3,5
Riscos bancários gerais	-	-	0,3	0,6
Pensões ref. e sobrevivência	2,1	3,0	8,5	8,2
Flutuação cambial	-	-	0,2	-
Outras aplicações	-	-	-	0,8
Imobilizações financeiras	-	0,5	- 0,4	1,6
Impostos sobre lucros	1,7	2,0	3,3	3,7
Total	20,7	19,2	45,6	45,5

No caso particular do BPA, as amortizações e provisões do exercício atingiram, respectivamente, 5,6 milhões e 17,2 milhões de contos, valores também inferiores aos verificados em 1993.

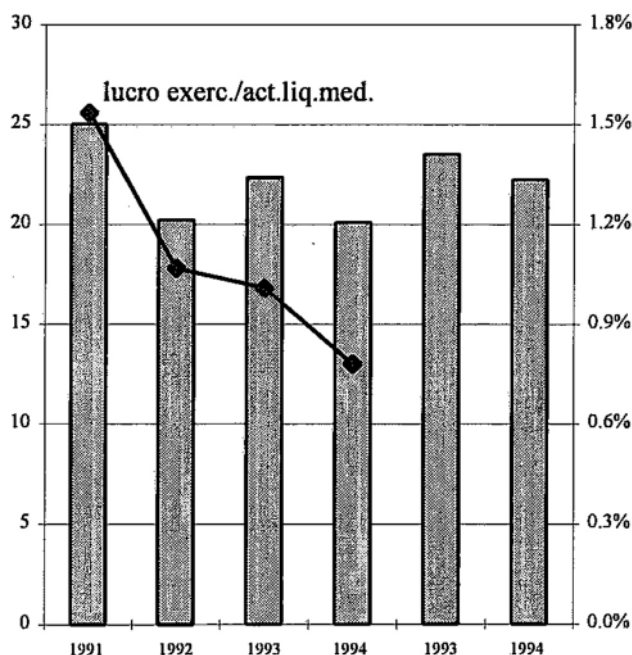
A diminuição das dotações para amortizações está, em grande medida, relacionada com o menor volume de investimentos em obras em edifícios arrendados, reflectindo, designadamente, a menor expansão da rede de balcões. Importa, por outro lado, referir que na comparação com o ano anterior deve ser considerada a alteração da relevação contabilística quer do imobilizado em locação financeira quer das campanhas publicitárias, que se traduziu, respectivamente, num acréscimo e numa redução das amortizações do exercício, que têm como contrapartida variações de sinal contrário nos fornecimentos e serviços de terceiros, de acordo com as novas regras de contabilização definidas pelo Banco de Portugal.

No que respeita às dotações para provisões, destacam-se os reforços efectuados para a necessária cobertura dos riscos das aplicações, em crédito e em títulos, e das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência.

A par do peso relativo do BPA nas provisões do exercício, 38,9%, refira-se o da UBP, que foi responsável por 42% do total consolidado.

Lucro do exercício

Em 1994, o Grupo BPA apresentou um resultado consolidado de 22,2 milhões de contos, menos 1,3 milhões de contos que no ano anterior.

Lucro do exercício

No BPA, o lucro do exercício situou-se em 20,1 milhões de contos, o que traduz um decréscimo de 10 % relativamente a 1993, reflectindo o sentido da variação do *cash-flow*.

O resultado gerado continua a assegurar um bom nível de remuneração dos capitais próprios do Banco, avaliado pelos indicadores de rentabilidade usuais: o ROE situou-se próximo de 15 % e os resultados expressos em percentagem da capitalização bolsista ultrapassam 9 %.

No âmbito do Grupo, os interesses minoritários representaram em 1994 cerca de 2,8 milhões de contos, parte dos quais dizem respeito a empresas do Grupo não incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, de acordo com as normas oficiais.

No conjunto das empresas do Grupo merece destaque o importante contributo do Banco Brasil para o resultado consolidado com 1,4 milhões de contos.

Gestão dos meios**Organização interna e funcionamento**

A actuação do Banco no domínio do funcionamento continuou a ser orientada para o aperfeiçoamento do sistema de informação para gestão, a renovação tecnológica, a racionalização dos serviços e o controlo rigoroso dos custos.

O BPA iniciou, em 1994, um importante processo de renovação, a que deu o nome de Projecto Rumo, com o objectivo de preparar melhor o Banco para enfrentar a crescente exigência e complexidade da realidade envolvente.

O desenvolvimento do projecto, em colaboração com uma empresa internacional de consultoria, a Gemini Consulting, será efectuado em duas fases, sendo a primeira de diagnóstico, para identificação de oportunidades de melhoria, e a segunda de desenho de soluções para as oportunidades identificadas e sua implantação. No final do ano foi concluída a fase de diagnóstico que contou com a participação total do Banco aos vários níveis.

No domínio da manutenção e desenvolvimento do sistema de informação global, o Banco iniciou os estudos sobre as arquitecturas técnica e de dados bem como a análise da introdução de ferramentas e de métodos no desenvolvimento de sistemas.

Na área da informática, o BPA realizou importantes investimentos, com destaque para o suporte ao arranque dos novos balcões em território nacional, da sucursal de Luanda e do BPA Overseas, para a conclusão da instalação de uma nova solução informática na rede de balcões e de leitores ópticos de cheques em balcões e em edifícios centrais e para a implantação de ferramentas de controlo da *performance* applicativa e de uma solução robotizada para a manipulação das bandas nos centros.

Paralelamente, desenvolveu e reformulou diversos aplicativos de apoio aos negócios que, para além de garantirem o necessário suporte aos produtos, permitiram obter melhorias significativas nos sistemas de informação para a gestão comercial, financeira e global.

No âmbito da redução dos custos operacionais, o BPA prosseguiu uma política de racionalização dos meios afectos, tendo, na área das compras, continuado a recorrer à contratação de serviços externos, designadamente de limpeza, vigilância e transporte de valores, nalguns casos objecto de renegociação, e, na área das comunicações, concluído a instalação e a entrada em exploração de centrais telefónicas digitais nos edifícios centrais de Lisboa e Porto.

Ao mesmo tempo, continuou a adoptar medidas de racionalização da área produtiva, através da centralização de tratamentos operacionais num único centro e da introdução de melhorias no tratamento operacional dos produtos, e de reorganização funcional dos balcões, orientadas para a diminuição e simplificação dos procedimentos administrativos e para o reforço da vertente comercial, implantando, em paralelo, diversos processos de controlo de qualidade.

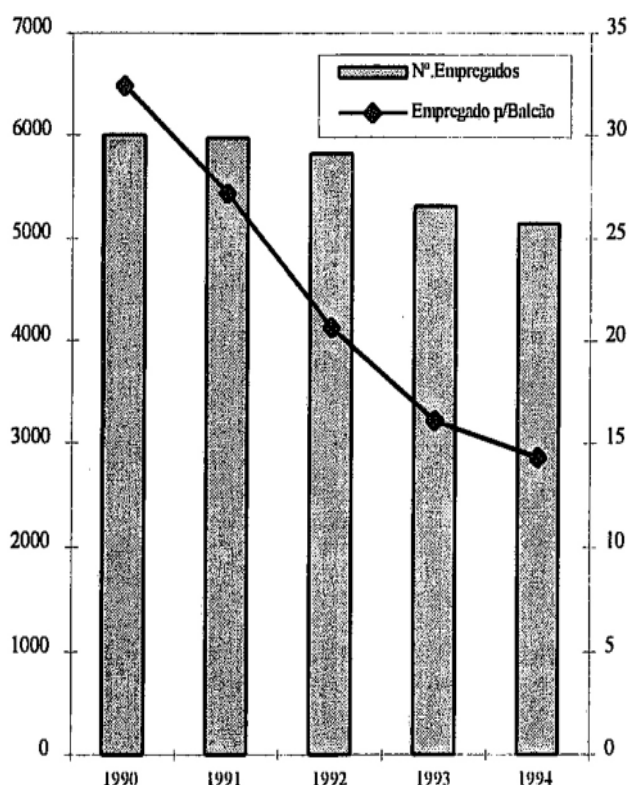
Por sua vez, o alargamento do sistema automático de controlo de acessos a seis edifícios centrais contribuiu para o reforço da segurança física de pessoas e bens naquelas instalações.

No âmbito de novos projectos de comunicação interna, enquadrados na política de motivação dos trabalhadores, o Banco reestruturou o seu órgão interno de comunicação que adoptou um novo formato com uma linha editorial e um aspecto gráfico diferente.

Recursos humanos

Num contexto de transformações permanentes e aceleradas do sistema financeiro, a gestão dos recursos humanos continuou a merecer um cuidado especial por parte do Banco, constituindo o ajustamento do quadro de pessoal, em termos quantitativos e qualitativos, um dos principais vectores da sua actuação neste domínio.

Dando continuidade ao redimensionamento iniciado há alguns anos, que tem vindo a ser alcançado progressivamente e sem perturbações do clima social, em 1994, o BPA reduziu em cerca de 3 % o seu efectivo global.

Evolução do efectivo global e por balcão

A concretização daquele objectivo foi favorecida pelas medidas de reestruturação e racionalização dos serviços entretanto adoptadas visando a diminuição das tarefas administrativas e o consequente reforço da vertente comercial.

Distribuição do quadro de pessoal por áreas funcionais

(Em percentagem)

	1993	1994
Comercial/marketing.....	62,5	63,3
Operacional.....	19,9	18,9
Inovação/tecnologia.....	7,7	8,4
Assessoria.....	7,8	7,2
Outras.....	2,1	2,2

Por outro lado, o ajustamento do quadro de pessoal foi acompanhado de um reforço da sua componente qualitativa, conseguido através quer de um recrutamento externo qualificado quer, sobretudo, da realização de importantes investimentos em formação profissional.

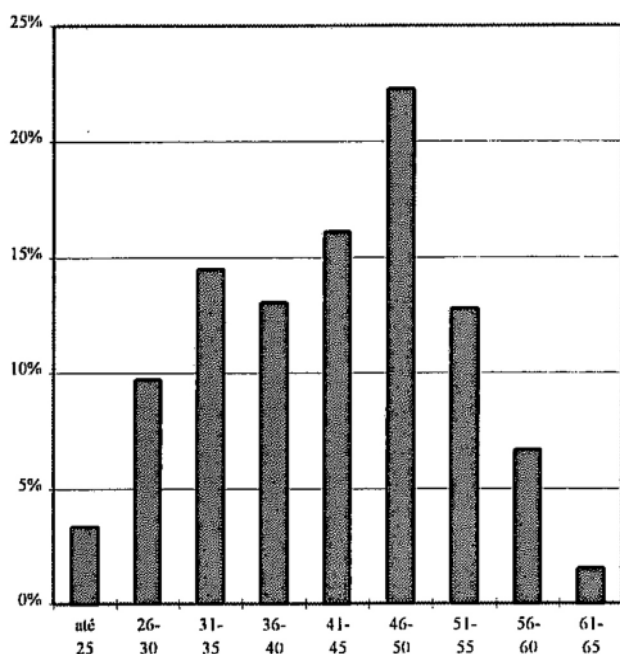
Distribuição do quadro de pessoal por habilitações literárias

(Em percentagem)

	1993	1994
Ensino básico.....	19,8	18,1
Curso geral/completo.....	60,7	60,2
Cursos médios.....	3,0	3,2
Licenciatura.....	16,5	18,5

Com efeito, o Banco promoveu em 1994 a admissão de cerca de 100 jovens licenciados, tendo na respectiva selecção ponderado devidamente a capacidade de adaptação e polivalência funcional. Na sua maioria, os jovens quadros foram direccionados para funções de acompanhamento de carteiras de clientes ou para funções técnicas em domínios especializados, contribuindo, também, para a melhoria do equilíbrio da estrutura etária do quadro de pessoal do Banco.

Distribuição do quadro de pessoal por escalões etários

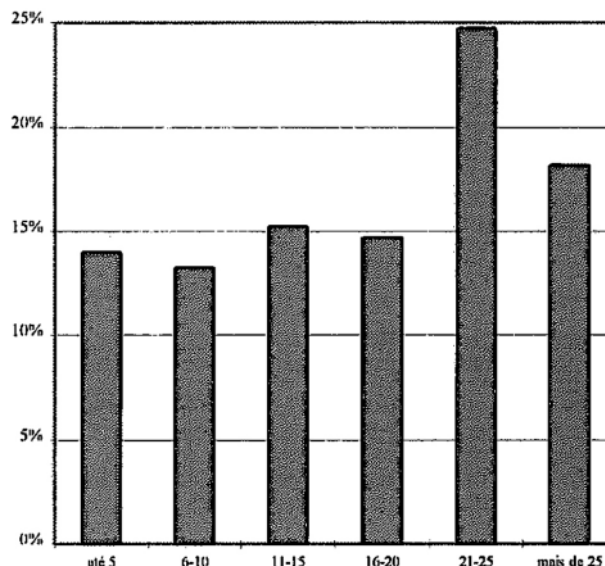


Por sua vez, a acção formativa continuou a revestir-se de especial importância, tendo o Banco, para além de assegurar a contínua formação de base, alargado o âmbito da formação de desenvolvimento e potencial, apoiado acções especializadas e concedido facilidades na retoma de estudos de licenciatura, de mestrado e de pós-graduações.

Ao mesmo tempo, o Banco manteve a habitual cooperação institucional com os PALOPs, apoiando instituições de crédito desses países, designadamente de Angola e Moçambique, através da concessão de estágios a quadros técnicos e dirigentes.

No domínio da política social é de realçar a oferta de um conjunto alargado de opções de férias para os empregados e a entrada em funcionamento de uma nova infra-estrutura de apoio de carácter social — a Pousada de Santo António — remodelada e substancialmente ampliada na sua capacidade e equipamentos.

Distribuição do quadro de pessoal por escalões de antiguidade



Formação e desenvolvimento dos recursos humanos

O BPA continuou a eleger a transformação e a qualificação dos recursos humanos como uma área prioritária de actuação, tendo o programa de formação elaborado para o biênio 1993-1994 os seguintes objectivos principais:

Reforço de qualidade na prestação de serviços ao cliente, quer na vertente de atendimento, quer na concepção e operacionalização dos produtos;

Elevação do nível médio de conhecimentos escolares numa parte significativa do efectivo do Banco;

Aumento da polivalência e mobilidade funcional da generalidade dos empregados;

Desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e de gestão dos quadros com vista a um adequado aproveitamento das novas tecnologias e a uma penetração em novos segmentos de mercado.

Da actividade desenvolvida neste domínio durante 1994 merecem especial destaque pelo seu efeito modificador tanto na perspectiva individual como organizacional, as seguintes acções:

Formação de chefias — orientada para a mobilização dos responsáveis comerciais e operacionais para uma atitude formativa, de apoio à equipa e de reforço das competências técnicas apropriadas ao desempenho da função;

Formação funcional — cobrindo as principais áreas tradicionais de actuação bancária visando facultar à rede de atendimento o domínio das ferramentas técnico-operacionais indispensáveis a um desempenho competente e actualizado na prestação de serviços ao cliente;

Formação em direito bancário — destinado a apetrechar os agentes do Banco com as noções essenciais do quadro jurídico que envolve e condiciona a actuação bancária;

Formação para reforço da polivalência — visando a reconversão de funcionários administrativos para a função atendimento/venda, através do desenvolvimento das suas competências profissionais para um desempenho mais polivalente e para a adopção de uma atitude comercial;

Formação comercial — orientada para a aquisição de um conhecimento aprofundado das soluções e produtos, bem como para o aperfeiçoamento do atendimento e comunicação com o cliente;

Formação de desenvolvimento de potencial — projecto aprofundado e alargado a uma faixa mais vasta de empregados, como consequência dos importantes resultados conseguidos, tendo sido criados dois novos cursos; o DDP Vestibular, configurado como preparação de precedência para o DDP Executivo, e o DDP Avançado, inserido numa linha sequencial de desenvolvimento e de formação de nível superior;

Começar/ integrar — programa de formação específico destinado aos jovens recém admitidos, abrangendo a sua identificação com a Empresa e o Grupo e a aquisição de noções essenciais necessárias a um desempenho profissional no sector financeiro;

Formação de desenvolvimento — destinada a actualizar e desenvolver as capacidades técnicas e de gestão dos quadros, consubstanciou-se na frequência de cursos de formação superior e especializada (mestrados e pós-graduações) organizados pela Espaço Atlântico e por outros organismos especializados de formação.

Rede de distribuição no país

Na gestão da rede de distribuição o BPA continuou a ter como preocupações fundamentais o seu alargamento e diversificação, tendo a inauguração de 33 balcões de diferentes tipos permitido ampliar a cobertura geográfica e, ao mesmo tempo, adaptar melhor a tipologia dos balcões às características de cada segmento de mercado.

Durante 1994, o BPA prosseguiu a sua política de expansão e reconfiguração da rede de balcões em articulação com a UBP e o BCM, atendendo às potencialidades e especificidades do mercado e às perspectivas de recuperação do investimento.

Assim, em paralelo com a ampliação da cobertura geográfica da rede de balcões, o Banco continuou a adequar a sua tipologia às características do mercado, numa perspectiva quer de segmentos específicos de clientes ou de produtos e serviços quer de optimização e racionalização de recursos afectos (designadamente os balcões ruais e a instalação de postos multifunções em lojas automáticas já existentes).

Por outro lado, e dentro da estratégia definida, prosseguiu a implantação de lojas automáticas em zonas urbanas de maior densidade populacional, em espaços contíguos a balcões ou delimitados por uma actividade (por ex. comercial, estudantil), complementada com a instalação de postos multifunções.

Deste modo, o Banco procedeu, ao longo do ano, à abertura de 15 balcões polivalentes, 10 lojas automáticas, dois balcões MS, quatro postos multifunções e dois postos de câmbio, procedendo simultaneamente ao encerramento de alguns postos de câmbio.

Ao mesmo tempo, tendo em vista o objectivo de captação de recursos e a fidelização de clientes em zonas não bancarizadas, o BPA dedicou especial atenção ao trabalho desenvolvido pelas duas lojas móveis, criadas em 1993, redefinindo, numa óptica de adequação ao meio e de rendibilização, as suas áreas de actuação e os respectivos circuitos.

Paralelamente, com o objectivo de uniformizar a imagem, adequar o *lay-out* dos balcões às necessidades actuais e dignificar os espaços, o Banco realizou importantes obras de remodelação que, nalguns casos, implicaram mudanças para novas instalações.

Internacionalização

O BPA prosseguiu, em 1994, a estratégia de internacionalização delineada, reforçando a sua implantação no estrangeiro quer com a instalação de representações próprias quer mediante o estabelecimento de novos acordos de cooperação com bancos internacionais.

A par do desenvolvimento da sua actividade nas regiões onde se localizam as sucursais e outras estruturas já existentes, o BPA procurou alargar a sua presença no exterior, em particular na América Latina e em África, mercados considerados prioritários no seu processo de expansão internacional.

Na América Latina, o Banco procedeu, em 1994, à abertura de escritórios de representação em Buenos Aires, na Argentina, e em Caracas, na Venezuela, destinados a apoiar as comunidades portuguesas locais

e a operar na intermediação de operações comerciais. Neste sentido, o escritório de representação de Buenos Aires estabeleceu já contactos e desenvolveu relações com um grande número de bancos na Argentina, no Paraguai e no Chile.

A entrada em funcionamento daquelas estruturas veio complementar a importante intervenção que o BPA já desenvolve na área das américas através das sucursais localizadas nos EUA e do BPA Brasil, instituição adquirida em 1993, cujos resultados foram no exercício especialmente favoráveis.

A presença do Banco foi também reforçada em África, com a transformação do escritório de representação de Luanda em sucursal, cuja actividade será direccionada basicamente para operações de conversão de moeda e para concessão de crédito local, com garantias reais, e a filiais de empresas portuguesas instaladas em Angola. Nesta sucursal e na de Maputo, inaugurada em 1993, o BPA pretende alargar a sua actuação a outras áreas de actividade, nomeadamente ao *leasing* mobiliário, através da constituição de empresas locais em associação com outras instituições.

Na Europa, o BPA inaugurou mais uma agência, em Asnières, na região parisiense, alargando para sete a rede de balcões existente desde 1982 em França.

No que respeita ao extremo oriente, a estratégia do BPA é concertada ao nível do Grupo, privilegiando-se o BCM como o principal intérprete dessa expansão, a partir de Macau em direcção aos mercados vizinhos, em particular ao da República Popular da China.

A par da instalação de representações próprias, o Banco continuou a adoptar uma filosofia de estabelecimento de relações preferenciais com bancos correspondentes, com o objectivo de viabilizar, mediante reciprocidade, o acesso ao mercado de retalho em países onde não dispõe de presença física ou onde a presença efectiva não é eficaz para o acompanhamento de determinado tipo de clientes.

Neste sentido, o BPA celebrou, em 1994, um acordo com o Crédit Commercial de France, que envolveu, ainda, o estabelecimento de participações cruzadas de capital no âmbito da terceira fase do processo de reprivatização do Banco.

Com efeito, aquela instituição tomou 1 % do capital do BPA, passando a integrar o conjunto dos seus accionistas institucionais estrangeiros, e, em contrapartida, o BPA adquiriu uma participação de 0,4 % no capital do Crédit Commercial de France, envolvendo montantes de investimento equivalentes.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 24.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício:

- a) Para reserva legal — 2 010 000 contos;
- b) Para distribuição de dividendos — 12 540 000 contos;
- c) O remanescente, no montante de 5 544 249 contos, terá a aplicação que for deliberada em assembleia geral, conforme disposto nas alíneas d), e), f) e g) do artigo 24.º dos Estatutos.

26 de Janeiro de 1995. — O Conselho de Administração: *João dos Santos Oliveira*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha* — *João José Mendonça Esteves da Silva* — *Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário* — *António Inácio Oliveira Carvalho* — *José Manuel Trindade Neves Adelino* — *Amândio Anes Azevedo*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Principais empresas do grupo — quadro síntese em 31 Dezembro de 1994

(Em milhares de contos)

	Participação do Grupo (porcentagem) (a)	Activo líquido	Situação líquida	Resultado do exercício	Cash-flow do exercício
SPASA. — Sociedade Part. Atlântico, SGPS, S. A.	100,00	8 917	1617	401	401
BCM — Banco Comercial de Macau, S. A.	41,88	334 955	25 359	2 140	5 812
UBP — União de Bancos Portugueses, S. A.	28,92	775 833	36 637	1 612	21 960
UBP — União de Bancos Portugueses (Luxemburgo), S. A.	28,92	68 933	2 670	20	337
Banco Português do Atlântico — Brasil, S. A.	100,00	34 495	5 321	1373	2 330
BPA Overseas Bank Ltd.	100,00	304 974	1 591	—	—
BCM International Bank Ltd.	41,88	5 918	1 563	— 39	— 37
Companhia de Seguros Bonança, S. A.	38,79	80 160	19 503	1 100	10 724
Bonança-Vida — Companhia de Seguros, S. A.	45,96	27 523	1 825	292	8 284
BPA — Seguros Vida, S. A.	70,95	24 794	3 304	169	7 820
Praemium — Sociedade Gestora Fundos Pensões, S. A.	70,95	666	497	155	262

	Participação do Grupo (porcentagem) (a)	Activo líquido	Situação líquida	Resultado do exercício	Cash-flow do exercício
Luso — Atlântica — Mediadora Seguros, S. A.	44,42	316	35	7	42
Leasing Atlântico — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.	100,00	34 174	3 091	338	1 472
Lusoleasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.	28,92	29 954	5 104	242	1 206
Macalease — Locação Financeira, S. A.	29,04	18 667	2 112	87	366
Leasimpor — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A.	100,00	45 651	3 022	306	1 473
Macalease Imobiliária — Locação Financeira, S. A.	29,02	6 830	1 590	59	144
Credinova — Sociedade Financeira Aquisição Crédito, S. A.	100,00	5 170	533	1	264
Unifina — Sociedade Financeira Aquisição Crédito, S. A.	17,35	3 057	501	1	79
BPA-Factor — Sociedade Factoring, S. A.	100,00	15 183	505	53	325
Heller Factoring Portuguesa, S. A.	12,06	18 913	4 671	652	1 200
CPG — Companhia Portuguesa de Gestão de Fundos Investimento Mobiliária, S. A.	49,36	875	653	126	326
Primogest — Gestão de Fundos Mobiliário, S. A.	100,00	1 025	898	59	124
Gestiprimus — Gestão de Fundos Imobiliário, S. A.	100,00	984	881	144	247
Uniger — Sociedade de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.	28,92	707	700	30	35
SPR — Sociedade Port. de Capital de Risco, S. A.	71,63	3 463	2 707	— 19	45
Corretora Atlântico — Sociedade Financeira Corretagem, S. A.	68,38	847	782	112	240
SLEI — Sociedade Luso-Atlântico Empreendimento Industrial, SPGS, S. A.	100,00	29 417	8 399	171	184
Edifícios Atlântico, S. A.	100,00	26 648	14 247	1 174	1 340
AGII-Atlântico — Gestão de Investimento Imobiliário, S. A.	100,00	22 332	10 911	209	542
SPEL — Sociedade Parques Estacionamento, L.ª	25,00	180	127	— 7	12
Novafecar — Imobiliária e Metalúrgica, S. A.	98,48	10 457	4 313	15	30
Lusotur — Sociedade Financeira Turismo, S. A.	18,53	17 511	13 469	144	664
Marinoteis — Sociedade Prom. Const. Hotéis, S. A.	72,25	10 469	6 100	— 276	330
Vilamouraténis — Emp. Desp. Turísticos, L.ª	100,00	290	85	46	54
SLAG — Sociedade Luso-Atlântico Gestão, SGPS, S. A.	100,00	7 381	1 952	13	16
Fomento — Sociedade Gestão, SPGS, S. A.	66,33	1598	1 263	— 20	— 13
Luso-Atlântica — Aluguer Viaturas, S. A.	89,76	7 128	521	64	164
Conselho — Gestão e Investimento, S. A.	100,00	1 708	191	— 8	1
Espaço Atlântico — Formação Financeira, S. A.	97,13	1 023	167	— 255	— 230

(a) Participações ponderadas globais do Grupo BPA.

SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.

Capital social: 1 000 000 de contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100 %;

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa dep. aplic. em inst. de crédito	21 858	24 351
Investimentos financeiros	7 891 570	8 123 830
Imobilizações (líquido)	—	—
Outros activos	15 446	15 586
Contas de regularização	161	155
<i>Total do activo</i>	<i>7 929 035</i>	<i>8 163 922</i>
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	7 298 168	6 952 168
Outros passivos	1 531	1 413
Contas de regularização	409	522
Capital	1 000 000	1 000 000
Reservas	— 772 441	11 022
Resultado líquido	401 368	198 797
<i>Total do passivo</i>	<i>7 929 035</i>	<i>8 163 922</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	2 232	2 932
Juros e custos equiparados	—	—
Rendimento de títulos	410 000	204 179
Outros proveitos de exploração	—	—

	1994	1993
Outros custos de exploração	108	109
Margem financeira alargada	412 124	207 002
Gastos gerais administrativos	8 680	8 669
Cash-flow exploração	403 444	198 333
Resultados extraordinários	— 2 076	464
Cash-flow exercício	401 368	198 797
Amortizações	—	—
Impostos sobre lucros	—	—
Resultado líquido	401 368	198 797

Banco Comercial de Macau, S. A.

Capital social: 14 087 500 contos;

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 41,60 %;

Allfinanz Inc.: 8,22 %;

Fundo de Pensões BPA: 5,72 %;

Eindhoven Finance Inc.: 5,17 %;

Interfina, S. A.: 4,32 %;

Fundação do Oriente: 4,16 %;

Panda Investments Corporation, Ltd.: 3,80 %;

Multipensões Fundo Pensões BESCL: 2,29 %;

Mota Gestão e Participações, S. A.: 2,24 %.

Participação do Grupo BPA: 41,88 %.

Balanco

(Em milhares de contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	2 730	16 135
Dispon. e crédito sobre instit. de crédito	75 970	27 441
Créditos sobre clientes	145 216	132 825

	1994	1993
Obrigações, acções e outros títulos	79 788	52 071
Partic. e partes capital em empr. colig.....	10 418	10 224
Imobilizações	4 610	5 242
Outros activos e contas de regulariz.	16 223	14 573
<i>Total do activo</i>	334 955	258 511
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	125 655	68 702
Débitos para com clientes	146 100	137 727
Débitos representados por títulos	15 000	10 420
Provis. para riscos banc. gerais e encargos	3 769	3 047
Outros passivos e contas de regulariz.	7 572	5 179
Passivos subordinados	11 500	11 500
Capital social.....	14 088	8 750
Reservas	9 131	11 178
Resultado líquido	2 140	2 008
<i>Total do passivo</i>	334 955	258 511

Demonstração dos resultados

	1994	1993
+ Juros e proveitos equiparados	26 964	25 393
– Juros e custos equiparados	20 239	18 781
Margem financeira	6 725	6 612
+ Outros proveitos de exploração	5 516	7 387
– Outros custos de exploração	3 459	5 555
Margem financeira alargada	8 782	8 444
– Gastos gerais administrativos	4 141	3 736
Cash-flow exploração	4 641	4 708
+ Resultados extraordinários	186	18
+ Reposições e anulações provisões	985	918
Cash-flow do exercício	5 812	5 644
Amortizações do exercício	683	835
Provisões do exercício	2 923	2 754
Impostos sobre os lucros	66	47
Resultado líquido	2 140	2 008

União de Bancos Portugueses, S. A.

Capital social: 30 000 000 contos.

Composição accionista:

Companhia de Seguros Bonança, S. A.: 50,26%;

Estado Português (Partest): 20%;

Banco Português do Atlântico, S. A.: 8,65%;

Banco Comercial de Macau, S. A.: 1,85%;

Fundo de Pensões BPA: 8,65%.

Participação do Grupo BPA: 28,92 %.

Balanço

(Em milhares de contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	19 721	95 598
Dispon. e crédito sobre instit. de crédito	253 320	123 174
Créditos sobre clientes	251 553	274 460
Obrigações, acções e outros títulos	185 867	154 483
Partic. e partes capital em empr. colig.....	11 053	12 161
Imobilizações	20 911	22 139
Outros activos e contas de regulariz.	33 408	26 836
<i>Total do activo</i>	775 833	708 851

	1994	1993
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	139 392	82 291
Débitos para com clientes	538 323	520 345
Débitos representados por títulos	6 000	6 000
Provis. para riscos banc. gerais e encargos	20 503	29 379
Outros passivos e contas de regulariz.	21 478	22 348
Passivos subordinados	13 500	13 500
Capital social.....	30 000	30 000
Reservas	5 025	3 509
Resultado líquido	1 612	1 479
<i>Total do passivo</i>	775 833	708 851

Demonstração dos resultados

	1994	1993
+ Juros e proveitos equiparados	70 737	77 882
– Juros e custos equiparados	45 792	49 524
Margem financeira	24 945	28 358
+ Outros proveitos de exploração	13 787	11 874
– Outros custos de exploração	7 389	3 398
Margem financeira alargada	31 343	36 834
– Gastos gerais administrativos	21 426	22 022
Cash-flow exploração	9 917	14 812
+ Resultados extraordinários	2 776	5 472
+ Reposições e anulações provisões	9 267	4 521
Cash-flow do exercício	21 960	24 805
Amortizações do exercício	1 820	2 166
Provisões do exercício	18 516	21 160
Impostos sobre os lucros	12	–
Resultado líquido	1 612	1 479

União de Bancos Portugueses (Luxembourg), S. A.

Capital social: 500 000 000 de francos luxemburgueses.

Composição accionista:

União de Bancos Portugueses, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 28,92 %.

Balanço

(Em milhares de contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	84	78
Dispon. e crédito sobre instit. de crédito	53 232	30 981
Créditos sobre clientes	12 980	15 939
Obrigações, acções e outros títulos	679	1 086
Partic. e partes capital em empr. colig.....	–	6
Imobilizações	860	796
Outros activos e contas de regulariz.	1 097	880
<i>Total do activo</i>	68 933	49 766
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	46 842	30 600
Débitos para com clientes	16 569	14 675
Débitos representados por títulos	1 518	986
Provis. para riscos banc. gerais e encargos	100	208
Outros passivos e contas de regulariz.	1 234	704
Capital social.....	2 499	2 445
Reservas	151	133
Resultado líquido	20	15
<i>Total do passivo</i>	68 933	49 766

Demonstração dos resultados

	1994	1993
+ Juros e proveitos equiparados.....	5 513	4 641
– Juros e custos equiparados.....	4 850	3 993
Margem financeira.....	663	648
+ Outros proveitos de exploração.....	361	441
– Outros custos de exploração.....	110	101
Margem financeira alargada.....	914	988
– Gastos gerais administrativos.....	688	655
Cash-flow exploração.....	226	333
+ Resultados extraordinários.....	–	25
+ Reposições e anulações provisões.....	111	118
Cash-flow do exercício.....	337	476
Amortizações do exercício.....	69	63
Provisões do exercício.....	232	379
Impostos sobre os lucros.....	16	20
Resultado líquido.....	20	15

Banco Português do Atlântico — Brasil, S. A.

Capital social: 3 500 140 reais.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanco

(Em milhares de contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal...	845	1
Investimentos financeiros.....	18 844	12 383
Imobilizações (líquido).....	12 722	2 942
Outros activos.....	155	461
Contas de regularização.....	–	12
Total do activo.....	1 449	626
Passivo:	929	10 087
Débitos com instituições de crédito.....	34 945	26 512
Outros passivos.....		
Contas de regularização.....	26 292	20 538
Capital.....	69	2 881
Reservas.....	1 427	17
Resultado líquido.....	68	–
Total do passivo.....	1 768	378
Capital social.....	661	828
Reservas.....	3 287	1 639
Resultado líquido.....	1 373	231
Total do passivo.....	34 945	26 512

Demonstração dos resultados

	1994	1993
+ Juros e proveitos equiparados.....	17 842	5 418
– Juros e custos equiparados.....	13 499	5 308
Margem financeira.....	4 344	110
+ Outros proveitos de exploração.....	5 351	6 852
– Outros custos de exploração.....	4 547	6 507
Margem financeira alargada.....	5 148	456
– Gastos gerais administrativos.....	838	198

	1994	1993
Cash-flow exploração.....	4 309	258
+ Resultados extraordinários.....	– 2 051	–
+ Reposições e anulações de provisões.....	71	–
Cash-flow do exercício.....	2 330	258
Amortizações do exercício.....	141	9
Provisões do exercício.....	124	–
Impostos sobre os lucros.....	692	17
Resultado líquido.....	1 373	231

BPA Overseas Bank Ltd.

Capital social: 10 000 000 de dólares americanos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanco

(Em milhares de contos)

	1994
Activo:	
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal.....	–
Disponib. e crédito sobre instituições de crédito.....	260 799
Créditos sobre clientes.....	20
Obrigações, acções e outros títulos.....	36 652
Participadas e partes capital em empresas colig.....	–
Imobilizações.....	8
Outros activos e contas de regularização.....	7 495
Total do activo.....	304 974
Passivo:	
Débitos para com instituições de crédito.....	227 259
Débitos para com clientes.....	70 024
Débitos representados por títulos.....	–
Provisões para riscos bancários gerais e encargos.....	–
Outros passivos e contas de regularização.....	6 100
Passivos subordinados.....	–
Capital social.....	1 591
Reservas.....	–
Resultado líquido.....	–
Total do passivo.....	304 974

Demonstração dos resultados

	1994
+ Juros e proveitos equiparados.....	14 224
– Juros e custos equiparados.....	14 081
Margem financeira.....	144
+ Outros proveitos de exploração.....	105
– Outros custos de exploração.....	41
Margem financeira alargada.....	208
– Gastos gerais administrativos.....	208
Cash-flow exploração.....	–
+ Resultados extraordinários.....	–
+ Reposições e anulações de provisões.....	–
Cash-flow do exercício.....	–
Amortizações do exercício.....	–
Provisões do exercício.....	–
Impostos sobre os lucros.....	–
Resultado líquido.....	–

BCM International Bank, Ltd.:

Capital social: 1 000 000 de dólares americanos.

Composição accionista:

Banco Comercial de Macau, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 41,88 %.

Balanço

(Em milhares de contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	—	—
Dispon. e crédito sobre instit. de crédito	1 610	1 778
Créditos sobre clientes	—	—
Obrigações, acções e outros títulos	4 245	—
Partic. e partes capital em empr. colig.....	2	—
Imobilizações	1	3
Outros activos e contas de regulariz.	61	—
<i>Total do activo</i>	5 918	1 781
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	4 355	—
Débitos para com clientes	—	—
Débitos representados por títulos	—	—
Provis. para riscos banc. gerais e encargos	—	—
Outros passivos e contas de regulariz.	—	102
Passivos subordinados	—	—
Capital social	159	167
Reservas	1 443	1 500
Resultado líquido	— 39	12
<i>Total do passivo</i>	5 918	1 781

Demonstração dos resultados

	1994	1993
+ Juros e proveitos equiparados	62	15
– Juros e custos equiparados	105	3
Margem financeira	– 43	12
+ Outros proveitos de exploração	20	—
– Outros custos de exploração	13	—
Margem financeira alargada	– 36	12
– Gastos gerais administrativos	1	—
Cash-flow exploração	– 37	12
+ Resultados extraordinários	—	—
+ Reposições e anulações provisões	—	—
Cash-flow do exercício	– 37	12
Amortizações do exercício	1	—
Provisões do exercício	—	—
Impostos sobre os lucros	—	—
Resultado líquido	– 39	12

Seguros:

No ano de 1994, a actividade seguradora registou uma produção global de aproximadamente 625 milhões de contos. A produção do Ramo Não-Vida foi de cerca de 405 milhões de contos, traduzindo um acréscimo de 14 %, relativamente a 1993. Por seu lado, o Ramo Vida apresentou uma produção de aproximadamente 220 milhões de contos, mais 32 % do que no ano anterior, destacando-se o forte crescimento dos seguros de vida individual, principalmente nos produtos de capitalização.

O Grupo BPA desenvolve a actividade seguradora através da Companhia de Seguros Bonança, no Ramo Não-Vida, e da BPA Vida e Bonança Vida no Ramo Vida. Paralelamente, oferece produtos poupança/reforma — Fundos de Pensões e PPRs — através da Praemium. O Grupo BPA possui, ainda, uma empresa de intermediação na área dos seguros — a Luso-Atlântica — Mediadora de Seguros.

Em 1994, destaca-se a realização da última fase de reprivatização da Companhia de Seguros Bonança, S. A., através da Oferta Pública de Venda de 25 % do capital social da seguradora, passando esta a ser controlada em cerca de 90 % pelo Grupo BPA. Prosseguindo a reorganização da actividade seguradora no interior do Grupo, a Companhia de Seguros Bonança alienou, em sessão especial de bolsa, 90 % da Bonança-Vida, S. A., à Engenho — Investimentos, Estudos e Consultoria, SGPS, S. A.

O volume global de prémios recebidos pelas seguradoras do Grupo BPA no ano de 1994, conjuntamente com as subscrições de PPRs e contribuições para os fundos de pensões, perfez um total de cerca de 61,8 milhões de contos. Os prémios comercializados pela Luso-Atlântica — Mediadora de Seguros atingiram os 3 milhões de contos.

Assim, o Grupo BPA detinha no final do ano cerca de 9,7 % do mercado do Ramo Não-Vida, com um volume de prémios superior a 39,3 milhões de contos, e aproximadamente 10 % do mercado do Ramo Vida, com um volume de prémios (e PPRs) de mais de 22 milhões de contos.

No final do ano, o valor global das carteiras geridas pelas três seguradoras do Grupo e pela Praemium (incluindo PPRs e fundos de pensões) ultrapassava os 262 milhões de contos.

Companhia de Seguros Bonança, S. A.

Capital social: 6 000 000 de contos.

Composição accionista:

Engenho — Inv. Est. e Consult., SGPS, S. A.: 50,68 %;

União de Bancos Portugueses, S. A.: 16,63 %;

BCM — International Bank, S. A.: 11,21 %;

Banco Comercial de Macau, S. A.: 7,36 %;

Fundo de Pensões BPA: 9,96 %;

Banco Português do Atlântico, S. A.: 2,51 %.

Participação do Grupo BPA: 38,79 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Provisão para riscos curso e sinistros	2 774 113	2 705 800
Val. emprego prov. técnicas	62 521 029	59 597 995
Valores em depósito dev. p/ val. dep.	162 901	224 638
Imobilizado	3 312 142	3 291 496
Devedores gerais, agências ex. colónias	4 076 243	4 806 981
Acréscimos e diferimentos	619 464	—
Prémios em cobrança	5 833 918	5 663 973
Títulos de crédito	197 467	228 929
Caixa e depósitos em bancos	631 260	564 791
<i>Total do activo</i>	80 128 538	77 084 603
Passivo:		
Prov. matem. e para riscos em curso	12 420 086	18 119 096
Prov. para sinistros e evol. sinistros	28 432 044	15 973 726
Credores gerais e p/ val. dep.	15 002 326	18 411 246
Acréscimos e diferimentos	771 893	—
Comis., prémios a pagar com resseg.	420 984	412 756
Outras provisões	3 576 936	3 155 363
Capital	6 000 000	6 000 000
Contas a amortizar	— 87 795	— 161 493
Reservas, fundo de flut. valores	5 909 460	5 490 995
Flutuação de valores	6 582 307	9 426 617
Resultado líquido	1 100 296	256 297
<i>Total do passivo e sit. líquida</i>	80 128 538	77 084 603

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prémios seguros directos (líquido).....	35 645 875	31 178 976
Indemnizações pagas	25 230 702	20 235 922
Receitas de resseguros cedidos	2 208 430	1 561 426
Provisão téc. de seguro directo (líq.)	1 877 751	3 010 441
Rend. fin. títulos afectos r. técnico (líq.)	1 607 786	2 211 554
Margem técnica	12 353 639	11 705 593
Rendimento fin. títulos livres.....	58 261	55 098
Despesas gerais	9 535 342	11 380 987
Receitas diversas (líquido).....	— 740 590	911 484
Amortizações	1 035 672	1 034 891
Resultado líquido	1 100 296	256 297
Amortizações	1 035 672	1 034 891
Resultado líquido	1 100 296	256 297

Bonança Vida — Companhia de Seguros, S. A.

Capital social: 1 500 000 contos.

Composição accionista:

Engenho — Inv., Est. e Consult., SGPS, S. A.: 90%;

Companhia de Seguros Bonança, S. A.: 10%;

Participação do Grupo BPA: 45,96%.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Provisões matem. e para sinistros	55 431	38 585
Val. emprego provisões técnicas	23 889 603	18 168 381
Imobilizações	112 285	45 138
Devedores gerais	873 556	451 958
Acréscimos e diferimentos	513 868	—
Prémios em cobrança	333 149	95 275
Títulos de crédito	1 586 400	86 400
Caixa e depósitos em bancos	158 431	106 311
Total do activo	27 522 723	18 992 048
Passivo:		
Provisões matem. e para sinistros	24 311 530	16 360 393
Provisões para part. resultados	905 004	931 464
Credores gerais e para val. dep.	298 536	218 493
Acréscimos e diferimentos	155 677	—
Comis. de prémios a pagar com resseg.	5 918	6 910
Outras provisões	20 699	75 692
Capital	1 500 000	1 500 000
Contas a amortizar	—	— 134 066
Reservas, fundo de flut. de valores	143 907	180 834
Flutuação de valores	— 110 744	— 152 676
Resultado líquido	292 196	5 004
Total do passivo e sit. líquida	27 522 723	18 992 048

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prémios seguros directos (líquido).....	9 063 126	5 840 648
Indemnizações pagas	2 510 018	1 470 213
Receitas de resseguros cedidos	140 987	72 229
Provisões téc. de seguro directo (líq.)	7 725 629	5 136 542
Participação nos resultados	838 870	907 152
Resultados distribuídos	865 329	615 645
Rend. fin. tit. afectos r. técn. (líq.)	2 075 106	1 718 266
Margem técnica	1 070 031	732 881
Rendimento fin. títulos livres.....	7 693	3 462

	1994	1993
Despesas gerais	638 586	411 950
Receitas diversas (líquido).....	— 61 003	— 176 554
Amortizações	85 938	142 835
Resultado líquido	292 196	5 004

BPA — Seguros Vida, S. A.

Capital social: 1 800 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 70,95%;

MMA — Mutuelles du Mans Assur. Vie: 27,50%.

Participação do Grupo BPA: 70,95%.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Provisões matem. e para sinistros	47 152	34 001
Val. emprego provisões técnicas	20 771 008	13 034 007
Imobilizações	581 791	611 887
Empréstimos hipotecários	120 457	113 220
Devedores gerais e c. regul.	360 472	238 285
Prémios em cobrança	30 809	74 921
Títulos de crédito	1 660 344	1 690 104
Caixa e depósitos em bancos	990 934	677 401
C. amort., flut. valores, r. ex. ant.....	231 371	217 606
Total do activo e sit. líq. passiva	24 794 339	16 691 432
Passivo:		
Provisões matemát. e para sinistros	20 137 543	12 503 898
Provisões para particip. resultados	902 452	683 633
Credores gerais	83 970	127 307
Outras provisões	135 341	74 601
Capital	1 800 000	1 800 000
Reservas, flutuação de valores	1 565 905	1 374 622
Resultado líquido	169 130	127 370
Total do passivo e sit. líq. activa	24 794 339	16 691 432

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prémios seguros directos (líq.).....	7 140 893	6 829 876
Indemnizações pagas	660 871	347 144
Receitas de resseguros cedidos	306 090	215 011
Prov. técnicas de seguro directo (líq.)	7 557 828	6 957 736
Participação nos resultados	776 109	686 900
Resultados distribuídos	556 858	204 380
Rend. financ.s títulos afectos r. técnicos	1 779 374	1 126 886
Margem técnica	788 408	384 373
Rendimento financeiro títulos livres.....	277 807	306 892
Despesas gerais	636 946	519 030
Receitas diversas (líquido).....	— 164 475	44 493
Amortizações	95 663	89 358
Resultado líquido	169 130	127 370

Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Capital social: 240 000 contos.

Composição accionista:

BPA — Seguros Vida, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 70,95%.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Imobilizado	12 199	11 139
Investimentos financeiros	496 449	391 337
Créditos de curto prazo	133 558	84 698
Depósitos bancários e caixa	11 187	11 093
Acréscimos e diferimentos	12 867	16 721
<i>Total do activo.....</i>	<i>666 260</i>	<i>514 988</i>
Capital próprio e passivo:		
Capital social.....	240 000	240 000
Reservas	102 419	40 944
Resultado líquido	154 760	61 474
Débitos curto prazo	153 264	152 693
Acréscimos e diferimentos.....	15 817	19 877
<i>Total do cap. próprio e passivo.....</i>	<i>666 260</i>	<i>514 988</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prestação de serviços	659 625	504 790
Gastos gerais administrativos	429 491	347 219
Amortizações do exercício.....	4 475	4 589
Outros proveitos de exploração	48 539	29 406
Outros custos de exploração	18 669	70 821
Resultados de exploração.....	255 529	111 567
Resultados extraordinários.....	2 650	— 8 066
Resultado antes de impostos sobre lucros	258 179	103 501
Impostos sobre lucros	103 419	42 027
Resultado líquido	154 760	61 474

Luso-Atlântica — Mediadora de Seguros, S. A.

Capital social: 10 000 contos.

Composição accionista:

Engenho — Inv., Est. e Consult., SGPS, S. A.: 95 %.

Participação do Grupo BPA: 44,42 %.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Imobilizações incorpóreas	13 343	—
Imobilizações corpóreas.....	211 784	221 942
Investimentos financeiros	12 694	12 894
Dívidas ter. curto prazo	10 565	6 840
Títulos negociáveis	—	—
Depósitos bancários e caixa	65 892	66 465
Acréscimos e diferimentos.....	2 011	12 229
<i>Total do activo.....</i>	<i>316 288</i>	<i>320 370</i>
Capital próprio e passivo:		
Capital social.....	10 000	10 000
Reservas	18 063	10 031
Resultado líquido	7 203	8 032
Dívidas curto prazo	263 267	276 054
Acréscimos e diferimentos.....	17 756	16 253
<i>Total do cap. próprio e passivo.....</i>	<i>316 288</i>	<i>320 370</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prestação de serviços	302 595	263 238
Gastos gerais administrativos	239 479	217 220
Amortizações do exercício.....	27 677	17 637
Outros custos de exploração	3 684	1 315
Resultados da actividade corrente.....	31 754	27 066
Resultados financeiros	— 14 549	— 9 166
Resultados de exploração.....	17 205	17 900
Resultados extraordinários.....	— 2 641	— 5 823
Impostos sobre lucros	7 361	4 045
Resultado líquido	7 203	8 032

Locação financeira:

Em 1 de Janeiro de 1994 ocorreu a esperada alteração do método de contabilização da locação financeira. Os bens objecto de contrato de *leasing* passaram, a partir de então, a figurar nos balanços dos locatários, apesar da propriedade jurídica continuar a ser das empresas locadoras. A esta alteração contabilística correspondeu uma modificação do tratamento fiscal, assente no princípio de neutralidade fiscal das diferentes formas de financiamento, mas apenas aplicável aos contratos com início a partir de 1994.

Por este motivo, muitas empresas anteciparam as suas decisões de investimento para o final de 1993, o que se reflectiu negativamente no volume de negócios do sector em 1994. De facto, o sector de locação financeira mobiliário registou, em 1994, uma quebra de produção de cerca de 20 %, relativamente ao ano anterior. Paralelamente, o sector de *leasing* imobiliário ressentiu-se das dificuldades existentes na actividade imobiliária, nomeadamente nas áreas de comércio e escritórios.

A rentabilidade do sector foi afectada quer pelo aumento da concorrência, que determinou uma redução significativa da margem financeira, quer pelo agravamento do risco de crédito.

Em 1994, as cinco empresas de locação financeira do Grupo BPA atingiram uma produção global de cerca de 57 milhões de contos, ascendendo o valor global dos activos geridos a mais de 135 milhões de contos, no final do ano.

Ao contrário do previsto, não se verificaram, no exercício em apreço, alterações ao enquadramento legal quer das sociedades de locação financeira, quer dos contratos de locação financeira. Estas apontam no sentido do alargamento do âmbito de actividade, da flexibilização dos contratos e, bem assim, de conferir às locadoras mecanismos que assegurem maior eficácia na recuperação dos bens associados a contratos em situação de incumprimento. Espera-se para 1995 a concretização destas alterações e a retoma progressiva do investimento, variável fundamental neste sector de actividade.

Leasing Atlântico — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.

Capital social: 2 500 000 contos.

Composição accionista:

SPASA — Soc. Part., Atlântico, SGPS, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	1 117	1225
Disponib. sobre instit. de crédito	114 887	68 032
Crédito sobre clientes.....	32 430 588	35 979 097
Obrigações, acções e outros títulos.....	22 639	33 750
Imobilizado	895 217	939 112
Outros activos e contas de regulariz.	709 666	1 843 466
<i>Total activo.....</i>	<i>34 174 114</i>	<i>38 864 682</i>

	1994	1993
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	17 439 778	21 964 366
Débitos representados por títulos	7 000 000	7 000 000
Outros passivos e contas de regulariz.	2 184 813	2 717 456
Provisões diversas	458 812	419 943
Passivos subordinados	4 000 000	4 000 000
Capital social	2 500 000	2 500 000
Reservas e resultados transitados	252 700	262 917
Resultado líquido	338 011	—
<i>Total do passivo</i>	34 174 114	38 864 682

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	5 570 117	5 226 555
Juros e custos equiparados	3 999 794	4 094 613
Margem financeira	1 570 323	1 131 942
Outros proveitos exploração	187 709	797 160
Outros custos exploração	137 188	101 660
Margem financeira alargada	1 620 844	1 827 442
Gastos gerais administrativos	551 144	1 265 656
<i>Cash-flow</i> de exploração	1 069 700	561 786
Resultados extraordinários	305 154	654 412
Reposições e anulações provisões	97 687	1 382 613
<i>Cash-flow</i> do exercício	1 472 541	2 598 811
Amortizações exercício	70 004	79 563
Provisões exercício	1 028 526	2 766 337
Impostos sobre lucros	3 600	—
Resultado líquido	338 011	— 247 089

(a) Balanço de 1 de Janeiro de 1994.

Lusoleasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.

Capital social: 2 200 000 contos.

Composição accionista:

UBP — União de Bancos Portugueses, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993 (a)
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	500	1 025
Dispon. sobre instit. de crédito	55 654	138 922
Crédito sobre clientes	28 891 914	32 510 270
Obrigações, acções e outros títulos	—	—
Imobilizado	389 240	386 150
Outros activos e contas de regulariz.	616 934	774 708
<i>Total do activo</i>	29 954 242	33 811 075
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	11 818 172	17 031 761
Débitos representados por títulos	9 500 000	9 500 000
Outros passivos e contas de regulariz.	1 229 866	2 043 435
Provisões diversas	302 150	334 941
Passivos subordinados	2 000 000	—
Capital social	2 200 000	2 200 000
Reservas e resultados transitados	2 661 655	2 700 938
Resultado líquido	242 399	—
<i>Total do passivo</i>	29 954 242	33 811 075

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	4 927 829	5 692 359
Juros e custos equiparados	2 983 443	4 010 408
Margem financeira	1 944 386	1 681 951
Outros proveitos de exploração	188 829	316 430
Outros custos exploração	446 670	354 892
Margem financeira alargada	1 686 545	1 643 489
Gastos gerais administrativos	656 465	578 293
<i>Cash-flow</i> de exploração	1 030 080	1 065 196
Resultados extraordinários	175 759	— 17 546
Reposições e anulações provisões	—	571
<i>Cash-flow</i> do exercício	1 205 839	1 048 221
Amortizações do exercício	103 228	62 806
Provisões do exercício	860 212	367 225
Impostos sobre lucros	—	464 291
Resultado líquido	242 399	153 899

(a) Balanço de 1 de Janeiro de 1994.

Macaulease — Locação Financeira, S. A.

Capital social: 2 000 000 contos.

Composição accionista:

BCM — Banco Comercial de Macau, S. A.: 69,34 %.

Participação do Grupo BPA: 29,04 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	700	650
Dispon. sobre instit. de crédito	3 804	217
Crédito sobre clientes	16 258 150	11 858 876
Obrigações, acções e outros títulos	1 405 631	136 995 4
Imobilizado	450 588	468 033
Outros activos e contas de regulariz.	548 281	1 301 940
<i>Total do activo</i>	18 667 154	14 999 670
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	8 388 320	7 228 770
Débitos representados por títulos	6 000 000	4 000 000
Outros passivos e contas de regulariz.	1 006 677	581 243
Provisões diversas	160 519	138 072
Passivos subordinados	1 000 000	1 000 000
Capital social	2 000 000	2 000 000
Reservas e resultados transitados	24 905	51 585
Resultado líquido	86 733	—
<i>Total do passivo</i>	18 667 154	14 999 670

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	2 418 704	2 389 299
Juros e custos equiparados	1 640 359	1 323 154
Margem financeira	778 345	1 066 145
Outros proveitos exploração	199 002	233 893
Outros custos de exploração	104 979	10 865
Margem financeira alargada	872 368	1 289 173
Gastos gerais administrativos	490 308	518 048

	1994	1993
<i>Cash-flow</i> de exploração	382 060	771 125
Resultados extraordinários	— 16 208	— 182 901
Reposições e anulações de provisões	—	—
<i>Cash-flow</i> do exercício	365 852	588 224
Amortizações do exercício	78 622	49 810
Provisões do exercício	124 007	61 981
Impostos sobre lucros	76 490	45 489
Resultado líquido	86 733	430 944

(a) Balanço de 1 de Janeiro de 1994.

**Leasimpor — Sociedade de Locação
Financeira Imobiliária, S. A.**

Capital social: 2 000 000 de contos.

Composição accionista:

SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	404	495
Dispon. sobre instit. de crédito	457 457	330 833
Créditos sobre clientes	43 506 808	38 934 720
Obrigações, acções e outros títulos	22 639	33 250
Imobilizado	34 738	45 911
Outros activos e contas de regulariz.	1 629 148	2 570 101
<i>Total do activo</i>	45 651 194	41 915 310
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	31 208 669	27 606 374
Débitos representados por títulos	90 000	—
Outros passivos e contas de regulariz.	773 681	1 095 342
Provisões diversas	556 882	478 852
Passivos subordinados	10 000 000	10 000 000
Capital social	2 000 000	2 000 000
Reservas e resultados transitados	715 632	734 742
Resultado líquido	306 330	—
<i>Total do passivo</i>	45 651 194	41 915 310

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	6 207 723	6 369 067
Juros e custos equiparados	4 591 993	4 974 160
Margem financeira	1 615 730	1 394 907
Outros proveitos de exploração	67 179	139 329
Outros custos de exploração	78 967	113 578
Margem financeira alargada	1 603 942	1 420 658
Gastos gerais administrativos	354 628	347 756
<i>Cash-flow de exploração</i>	1 249 314	1 072 902
Resultados extraordinários	— 15 986	1 181
Reposições e anulações de provisões	238 460	68 596
<i>Cash-flow</i> do exercício	1 471 788	1 142 679
Amortizações do exercício	19 936	41 356
Provisões do exercício	1 123 522	347 978
Impostos sobre lucros	22 000	301 338
Resultado líquido	306 330	452 007

(a) Balanço de 1 de Janeiro de 1994.

Macaulease Imobiliária — Locação Financeira, S. A.:

Capital social: 1 500 000 contos.

Composição accionista:

Macaulease — Locação Financeira, S. A.: 92%;

BCM — Banco Comercial de Macau, S. A.: 5,50%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	—	—
Dispon. sobre instit. de crédito	701	331
Créditos sobre clientes	6 379 174	2 308 585
Obrigações, acções e outros títulos	328 000	328 000
Imobilizado	11 427	18 434
Outros activos e contas de regulariz.	110 371	211 699
<i>Total do activo</i>	6 829 673	2 867 049
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	1 311 172	463 424
Débitos representados por títulos	3 000 000	—
Outros passivos e contas de regulariz.	113 797	96 329
Provisões diversas	64 745	25 873
Passivos subordinados	750 000	750 000
Capital social	1 500 000	1 500 000
Reservas e resultados transitados	31 066	31 423
Resultado líquido	58 893	—
<i>Total do passivo</i>	6 829 673	2 867 049

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	515 777	131 592
Juros e custos equiparados	240 711	3 721
Margem financeira	275 066	127 871
Outros proveitos de exploração	1 907	178
Outros custos de exploração	20 096	386
Margem financeira alargada	256 877	127 663
Gastos gerais administrativos	95 729	111 394
<i>Cash-flow</i> de exploração	161 148	16 269
Resultados extraordinários	— 17 113	65 389
Reposições e anulações de provisões	—	—
<i>Cash-flow</i> do exercício	144 035	81 658
Amortizações do exercício	7 008	3 606
Provisões do exercício	38 872	24 476
Impostos sobre lucros	39 262	20 540
Resultado líquido	58 893	33 036

(a) Balanço de 1 de Janeiro de 1994.

Financiamento de aquisições a crédito:

A actividade das sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC) desenvolveu-se, em 1994, num clima de recessão económica e de forte concorrência, dado o crescente interesse dos bancos pelo crédito a particulares. A revogação, no final de Fevereiro de 1994, do regime legal de vendas a prestações veio eliminar as condicionantes de ordem legal que impediavam sobre a actividade das SFAC, permitindo-lhes actuar sem restrições no crédito ao consumo.

Os indicadores respeitantes à evolução da procura interna ao longo de 1994, em particular do consumo, reflectem uma situação de debilidade que frustrou as expectativas de crescimento criadas pelas SFAC e bancos a operar no segmento de particulares. Por outro lado, o agravamento do risco de crédito, associado à perda do poder de compra dos salários e ao aumento do desemprego, tornou indispensável o reforço das provisões para créditos de cobrança duvidosa, induzindo uma quebra de rentabilidade do sector.

Em 1994 desenvolveu-se uma nova área de negócio no sector — a gestão de cartões de crédito privados — que assume particular importância, dado o potencial de crescimento que apresenta. No entanto, a actividade creditícia manteve-se como a principal actividade do sector. O segmento das empresas ligadas à comercialização de veículos automóveis manteve o seu elevado peso na produção do sector.

As empresas de financiamento de aquisições a crédito do Grupo BPA — Credinova e Unifina — desenvolvem a sua actividade no segmento de particulares, disponibilizando soluções de crédito para aquisição de diversos produtos e serviços, e procedem à gestão de cartões de crédito privados. No decurso de 1994, as duas empresas concederam crédito no montante de 5,4 milhões de contos e a carteira de crédito global ascendia a 8 461 000 contos, no final do ano.

Com a revogação do regime legal de vendas a prestações e a abolição do imposto de selo sobre o consumo, prevista para 1995, estão criadas as condições legais necessárias ao desenvolvimento do mercado de crédito ao consumo. As previsões de crescimento económico para 1995 permitem perspectivar um forte crescimento deste mercado, sendo um bom indicador a crescente oferta de crédito por parte de bancos e novas SFAC.

Credinova — Sociedade de Financiamento de Aquisições a Crédito, S. A.

Capital social: 530 000 contos.

Composição accionista:

SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	1 288	2 059
Dispon. sobre instit. de crédito	1 229	36 817
Créditos sobre clientes	4 547 257	5 476 246
Obrigações, acções e outros títulos	15 000	15 000
Imobilizado	507 265	143 515
Outros activos e contas de regulariz.	98 037	213 997
<i>Total do activo</i>	5 170 075	5 887 634
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	3 034 704	3 756 944
Débitos com clientes e outros credores..	100 897	282 959
Débitos representados por títulos	455 000	525 000
Outros passivos e contas de regulariz. ...	463 493	158 799
Provisões para riscos e encargos	82 888	90 013
Passivos subordinados	500 000	500 000
Capital social	530 000	750 000
Reservas	2 038	52 009
Resultado líquido	1 056	— 228 090
<i>Total do passivo</i>	5 170 075	5 887 634

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	757 608	1 224 400
Juros e custos equiparados	561 192	752 690
Margem financeira	196 416	471 710
Outros proveitos de exploração	59 074	63 052
Outros custos de exploração	21 968	17 205
Margem financeira alargada	233 521	517 557
Gastos gerais administrativos	224 976	279 750
<i>Cash-flow de exploração</i>	8 545	237 807
Resultados extraordinários	— 23 347	— 60 770
Reposições e anulações de provisões	279 017	33 491
<i>Cash-flow do exercício</i>	264 214	210 528

	1994	1993
Amortizações do exercício	52 397	43 619
Provisões do exercício	1 002 645	394 999
Cobert. de prej. por redução de capital	791 884	—
Impostos sobre lucros	—	—
<i>Resultado líquido</i>	1 056	— 228 090

Unifina — Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S. A.

Capital social: 500 000 contos.

Composição accionista:

União de Bancos Portugueses, S. A.: 60%;

Multiparticipações, S. A.: 40%.

Participação do Grupo BPA: 17,35%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e disponib. no Banco de Portugal	550	—
Disponib. sobre instit. de crédito	25 335	203 676
Créditos sobre clientes	2 852 902	321 428
Obrigações, acções e outros títulos	—	—
Imobilizado	35 542	40 722
Outros activos e contas de regulariz.	143 064	78 572
<i>Total do activo</i>	3 057 393	644 398
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	2 247 056	113 235
Débitos com clientes, outros credores ..	—	—
Débitos representados por títulos	—	—
Outros passivos e contas de regulariz. ...	225 587	24 343
Provisões para riscos e encargos	58 645	6 429
Passivos subordinados	25 000	—
Capital social	500 000	500 000
Reservas	391	160
Resultado líquido	714	231
<i>Total do passivo</i>	3 057 393	644 398

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	301 104	71 397
Juros e custos equiparados	116 335	3 012
Margem financeira	184 769	68 385
Outros proveitos de exploração	90 209	34 819
Outros custos de exploração	30 651	3 021
Margem financeira alargada	244 327	100 183
Gastos gerais administrativos	166 557	89 584
<i>Cash-flow de exploração</i>	77 770	10 599
Resultados extraordinários	—	—
Reposições e anulações de provisões	407 444	— 4 221
<i>Cash-flow do exercício</i>	78 620	10 816
Amortizações do exercício	17 797	3 784
Provisões do exercício	59 696	6 650
Impostos sobre lucros	413	151
<i>Resultado líquido</i>	714	231

Factoring:

O sector de *factoring*, cuja actividade consiste na gestão, cobrança e antecipação de facturas, tem demonstrado um forte ritmo de crescimento

ao longo dos últimos anos, assumindo um papel crescente no financiamento de curto prazo das empresas.

Em 1994, a produção global do sector, medida em volume de créditos tomados, aumentou cerca de 16% relativamente a 1993, atingindo cerca de 435 milhões de contos. Esta evolução pode considerar-se positiva dada a redução/estagnação da actividade económica. A entrada de novos operadores no mercado intensificou a concorrência e contribuiu, simultaneamente, para o crescimento do sector e para o estreitamento das margens de intermediação.

No que se refere aos resultados do sector, verificou-se uma quebra entre 15% e 20%, relativamente a 1993, que se explica pela redução das margens e pelo impacto do crédito mal parado na conta de resultados.

As sociedades de *factoring* que integram o Grupo BPA — BPA-Factor e Heller Factoring — tomaram créditos no valor de 120,7 milhões de contos ao longo de 1994, sendo responsáveis por cerca de 28% da produção do sector. No final do ano, as duas empresas detinham uma carteira de crédito global de 32,7 milhões de contos, o que traduz um crescimento de 23% face a Dezembro de 1993.

Para 1995, e tendo em linha de conta as condicionantes da economia e do mercado, perspectiva-se um crescimento moderado do sector.

BPA-Factor — Sociedade de Factoring, S. A.

Capital social: 500 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal ...	1 340	905
Dispon. e créd. sobre instit. de crédito ...	8 128	122 892
Créditos sobre clientes	14 451 080	8 556 310
Imobilizações	185 743	90 078
Outros activos e contas de regulariz.	537 183	594 745
<i>Total do activo</i>	15 183 474	9 364 930
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	10 577 865	6 865 287
Prov. para riscos banc. gerais e encargos	61 540	59 258
Outros passivos e contas de regulariz.	4 039 186	1 988 586
Capital social.....	500 000	500 000
Reservas	— 48 201	292
Resultado líquido	53 083	— 48 493
<i>Total do passivo</i>	15 183 474	9 364 930

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	1 227 090	156 387
Juros e custos equiparados	934 350	76 860
Margem financeira	292 740	79 527
Outros proveitos de exploração	186 304	37 113
Outros custos de exploração	65 465	4 370
Margem financeira alargada.....	413 578	112 270
Gastos gerais administrativos	140 358	77 349
<i>Cash-flow</i> de exploração.....	273 220	34 921
Resultados extraordinários.....	— 17 524	— 520
Reposições e anulações de provisões.....	69 628	—
<i>Cash-flow</i> do exercício	325 325	34 401
Amortizações do exercício.....	31 264	23 636
Provisões do exercício	237 968	59 258
Impostos sobre lucros	3 010	—
Resultado líquido	53 083	— 48 493

Heller Factoring Portuguesa, S. A.

Capital social: 1 000 000 contos.

Composição accionista:

União de Bancos Portugueses, S. A.: 41,70%;

Heller International Group: 40,23%;

Fundo de Pensões UBP: 7%;

Banco Comercial de Macau, S. A.: 0,01%.

Participação do Grupo BPA: 12,06%.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal.....	189	106
Dispon. e créd. sobre instit. de crédito...	471 096	197 308
Créditos sobre clientes	17 772 044	21 331 081
Partic. e partes cap. em empresas colig..	1 250	1 250
Imobilizações	627 510	644 184
Outros activos e contas de regulariz.	41 106	94 340
<i>Total do activo</i>	18 913 195	22 268 269
Passivo:		
Débitos para com instit. de crédito	5 866 322	10 044 052
Prov. para riscos banc. gerais e enc.....	199 621	278 907
Outros passivos e contas de regulariz.	8 176 206	7 558 996
Capital social.....	1 000 000	1 000 000
Reservas	3 018 815	2 685 621
Resultado líquido	652 231	700 693
<i>Total do passivo</i>	18 913 195	22 268 269

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	1 546 696	1 731 791
Juros e custos equiparados	599 739	745 605
Margem financeira	946 957	986 186
Outros proveitos de exploração	530 806	534 228
Outros custos de exploração	30132	26 808
Margem financeira alargada.....	1 447 631	1 493 606
Gastos gerais administrativos	332 625	304 702
<i>Cash-flow</i> de exploração.....	1 115 006	1 188 904
Resultados extraordinários.....	5 619	7 065
Reposições e anulações de provisões.....	79 286	65 658
<i>Cash-flow</i> do exercício	1 199 911	1 261 627
Amortizações do exercício.....	48 463	46 313
Provisões do exercício	83 179	85 822
Impostos sobre os lucros.....	416 038	428 799
Resultado líquido	652 231	700 693

Fundos de investimento:

Os montantes actualmente geridos pelo sector de fundos de investimento, mais de 2350 milhões de contos, fazem com que este sector seja considerado o maior investidor institucional português e o maior tomador de dívida pública nacional (cerca de 800 milhões de contos).

Durante o ano de 1994 a representação institucional dos fundos de investimento sofreu alterações, tendo sido extinta a Associação das Sociedades Gestoras de Investimento Mobiliário (ASGFIM) e constituída a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento (APFIN), a qual representa também os fundos de investimento imobiliário, aumentando assim o seu peso institucional.

Em 2 de Novembro foi publicado o Decreto-Lei n.º 276/94, que estabeleceu o novo regime jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário, introduzindo no plano interno a regulamentação comunitária sobre este assunto. As novas regras têm implicações profundas na composição e valorização dos fundos de investimento.

A *performance* dos fundos variou bastante, apresentando os Fundos de Ações Nacionais uma rentabilidade efectiva média de cerca de 12%, seguindo-se os Fundos de Obrigações Nacionais com uma rentabilidade próxima dos 7%. Os Fundos de Ações Internacionais apresentaram uma rentabilidade negativa devido à evolução positiva do escudo face ao dólar.

O Grupo BPA integra quatro sociedades gestoras de fundos de investimento — Primogest, Gestiprimus, CPG e Uniger —, administrando 10 fundos que representavam, no final de 1994, uma carteira global de cerca de 174 milhões de contos.

**CPG — Companhia Portuguesa de Gestão
de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.**

Capital social: 400 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico: 46,03 %;

Banco Pinto e Sotto Mayor: 46,03 %;

Banco Comercial de Macau: 7,94 %;

Participação do Grupo BPA: 49,36 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa dep. aplic. em instit. de crédito....	27 401	222 502
Obrigações e outros títulos.....	514 931	277 883
Imobilizações (líquido).....	159 630	162 537
Outros activos.....	62 642	1 152
Contas de regularização.....	110 623	74 205
<i>Total do activo.....</i>	<i>875 227</i>	<i>738 279</i>
Passivo:		
Outros passivos.....	118 144	4 174
Contas de regularização.....	41 535	203 241
Provisões para outros riscos.....	62 076	—
Capital social.....	400 000	400 000
Reservas.....	127 665	75 177
Resultado líquido.....	125 807	55 687
<i>Total do passivo.....</i>	<i>875 227</i>	<i>738 279</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e outros proveitos (líquido).....	47 854	60 840
Comissões (líquido).....	379 772	125 623
Outros custos de exploração.....	1 973	1 158
Margem financeira alargada.....	425 653	185 305
Gastos gerais administrativos.....	110 764	85 034
<i>Cash-flow</i> de exploração.....	<i>314 889</i>	<i>100 271</i>
Resultados extraordinários.....	1 943	2 062
Reposições e anulações provisões.....	8 867	197
<i>Cash-flow</i> exercício.....	<i>325 699</i>	<i>102 530</i>
Amortizações do exercício.....	9 450	13 546
Provisões para depreciação de títulos.....	70 942	197
Impostos sobre lucros.....	119 500	33 100
Resultado líquido.....	125 807	55 687

**Primogest — Gestão de Fundos
de Investimento Mobiliários, S. A.**

Capital social: 400 000 contos.

Composição accionista:

SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa dep. aplic. em instit. de crédito....	30 027	20 175
Obrigações e outros títulos.....	611 836	606 536
Imobilizações (líquido).....	314 856	339 787
Outros activos.....	43 160	40 320
Contas de regularização.....	25 210	85 268
<i>Total do activo.....</i>	<i>1 025 089</i>	<i>1 092 086</i>
Passivo:		
Outros passivos.....	40 891	78 385
Contas de regularização.....	53 938	41 550
Provisões para outros riscos.....	32 332	32 332
Capital social.....	400 000	400 000
Reservas.....	438 818	415 543
Resultado líquido.....	59 110	124 276
<i>Total do passivo.....</i>	<i>1 025 089</i>	<i>1 092 086</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e outros proveitos (líquido).....	33 291	99 841
Comissões (líquido).....	237 683	257 940
Outros custos de exploração.....	29 875	22 137
Margem financeira alargada.....	241 099	335 644
Gastos gerais administrativos.....	105 234	131 331
<i>Cash-flow</i> de exploração.....	<i>135 865</i>	<i>204 313</i>
Resultados extraordinários.....	— 12 324	4 056
Reposições e anulações de provisões.....	—	—
<i>Cash-flow</i> do exercício.....	<i>123 541</i>	<i>208 369</i>
Amortizações do exercício.....	26 096	28 223
Provisões para depreciação.....	—	—
Títulos de impostos sobre lucros.....	38 335	55 870
Resultado líquido.....	59 110	124 276

Gestiprimus — Gestão de Fundos Imobiliários, S. A.

Capital social: 500 000 contos.

Composição accionista:

SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa dep. aplic. em instit. de crédito....	75 602	89 063
Obrigações e outros títulos.....	796 395	1 086 609
Imobilizações (líquido).....	37 848	46 477
Outros activos.....	3 957	—
Contas de regularização.....	70 608	111 050
<i>Total do activo.....</i>	<i>984 410</i>	<i>1 333 199</i>
Passivo:		
Outros passivos.....	29 692	176 482
Contas de regularização.....	73 069	117 065
Provisões para outros riscos.....	—	—
Capital social.....	500 000	500 000
Reservas.....	237 652	178 809
Resultado líquido.....	143 997	360 843
<i>Total do passivo.....</i>	<i>984 410</i>	<i>1 333 199</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e outros proveitos (líquido)	38 361	144 619
Comissões (líquido)	384 286	606 842
Outros custos de exploração	62 611	48 875
Margem financeira alargada	360 036	702 586
Gastos gerais administrativos	101 857	134 011
Cash-flow de exploração	258 179	568 575
Resultados extraordinários	— 11 481	— 316
Reposições e anulações de provisões	—	—
Cash-flow de exercício	246 698	568 259
Amortizações do exercício	9 712	11 801
Provisões para depreciação	—	—
Títulos de impostos sobre lucros	92 989	195 615
Resultado líquido	143 997	360 843

UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Capital social: 500 000 contos.

Composição accionista:

União de Bancos Portugueses, S. A.: 100 %.

Participação do Grupo BPA: 100 %.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa dep. aplic. em instit. de crédito	1 962	1 379
Obrigações e outros títulos	661 182	665 167
Imobilizações (líquido)	5 631	8 444
Outros activos	9 805	26 436
Contas de regularização	28 312	31 942
<i>Total do activo</i>	706 892	733 368
Passivo:		
Outros passivos	5 952	62 932
Contas de regularização	1 402	1 006
Provisões para outros riscos	—	—
Capital social	500 000	500 000
Reservas	169 430	148 574
Resultado líquido	30 108	20 856
<i>Total do passivo</i>	706 892	733 368

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e outros proveitos (líquido)	79 359	97 598
Comissões (líquido)	25 582	9 117
Outros custos de exploração	1 627	2 605
Margem financeira alargada	103 314	104 110
Gastos gerais administrativos	69 824	82 136
Cash-flow de exploração	33 490	21 974
Resultados extraordinários	1 256	8 762
Reposições e anulações de provisões	—	—
Cash-flow do exercício	34 746	30 736
Amortizações do exercício	3 720	9 880
Provisões para depreciação de títulos	—	—
Impostos sobre lucros	918	—
Resultado líquido	30 108	20 856

Capital de risco:

Em 1994, continuou a assistir-se à estagnação da actividade de capital de risco, representada no final do ano por 13 sociedades, ao mesmo tempo que se verificava um maior peso das empresas controladas pelo Estado.

A excepção da intervenção das sociedades de capital de risco ligadas ao Estado, associada à canalização de fundos comunitários através dos Fundos de Capital de Risco, a actuação do sector pautou-se por uma presença discreta na economia nacional.

A tendência verificada durante o ano aponta para uma diminuição do volume de capital investido, relativamente a 1993, havendo, no entanto, que considerar a excepção atrás referida. A natureza dos investimentos efectuados reforçou a presença das sociedades de capital de risco nas empresas em que já participavam, em detrimento de novos investimentos.

SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.

Capital social: 3 750 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 37,75 %;

SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 32,96 %;

MMA — Muluelles du Mans Assurances: 15 %;

União de Bancos Portugueses, S. A.: 3,01 %;

IAPMEI: 3,03 %;

Banco Comercial de Macau, S. A.: 0,13 %.

Participação do Grupo BPA: 71,63 %.

Balanco

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal	150	150
Dispon. sobre instit. de crédito	319 130	323 417
Créd. sobre clientes e outros devedores	86 696	86 029
Obrigações, acções e outros títulos	2 808 732	2 066 045
Imobilizado	15 640	18 033
Outros activos e contas de regulariz.	232 201	221 033
<i>Total do activo</i>	3 462 549	2 714 707
Passivo:		
Débitos com instit. de crédito	214 000	64 000
Débitos representados por títulos	—	—
Outros passivos e contas de regulariz.	494 786	448 915
Provisões para riscos e encargos	46 599	10 000
Capital social	3 750 000	3 000 000
Reservas	— 1 023 646	— 404 648
Resultado líquido	— 19 191	— 403 560
<i>Total do passivo</i>	3 462 549	2 714 707

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	47 820	88 430
Juros e custos equiparados	9 185	384
Margem financeira	38 635	88 046
Outros proveitos de exploração	3 318	5 893
Outros custos de exploração	2 534	1 073
Margem financeira alargada	39 419	92 866
Gastos gerais administrativos	50 686	58 961
Cash-flow de exploração	— 11 266	33 905
Resultados extraordinários	— 20 146	— 24 040
Reposições e anulações de provisões	76 712	9 554
Cash-flow do exercício	45 299	— 205 950
Amortizações do exercício	9 540	11 376

	1994	1993
Provisões do exercício	54 951	186 234
Impostos sobre lucros	—	—
Resultado líquido	— 19 191	— 403 560

Intermediação de valores mobiliários:

Ao longo de 1994, o mercado de capitais apresentou uma grande volatilidade das cotações e volumes de transacção mensais muito díspares. Nos dois primeiros meses do ano, prosseguiu a tendência, iniciada em 1993, de subida geral e acentuada das cotações, com o índice BPA a atingir o máximo de 160,6 pontos em 18 de Fevereiro (+ 18% que no fim de 1993), acompanhada de grande liquidez do mercado. A partir de Março, a tensão verificada no mercado cambial tornou menos atractivo o mercado de capitais, situação que foi agravada pela ocorrência de um mini-crash na Europa com repercussões imediatas em Portugal. As cotações caíram vertiginosamente, tanto no segmento accionista como no segmento obrigacionista, tendo o índice BPA atingido o mínimo anual (125,5 pontos) no dia 20 de Junho. O volume de negócios mensal acompanhou a descida das cotações, caindo a níveis inferiores aos de 1993.

Com a estabilização da taxa de câmbio e a retoma da tendência de descida das taxas de juro, os investidores regressaram ao mercado de capitais, tendo este recuperado algum dinamismo quer ao nível da liquidez quer ao nível dos preços, em especial no segmento accionista. Desde Agosto, o índice BPA tem oscilado entre 139 e 145 pontos, terminando 1994 com 140,3 pontos.

Em comparação com as principais praças internacionais, o mercado de capitais português evidenciou uma evolução muito favorável em 1994, com excepção do Japão, cuja evolução já no ano passado tinha sido diferenciada.

Variação em 1994

(Em percentagem)

Índice BPA	FT-SE 100	IG Madrid	NYSE	CAC40	NIKKEY	DAX
3,2	— 10,3	— 11,7	— 3,1	— 17,2	13,2	— 7,1

O mercado secundário transaccionou valores mobiliários no montante de 7040 milhões de contos, o que representa um crescimento de 41% em relação a 1993. O segmento obrigacionista assumiu-se mais uma vez como o principal segmento de mercado, tendo movimentado 5936 milhões de contos, que traduz um acréscimo de 50% relativamente ao ano anterior. Destaca-se, neste segmento, o volume de transacções das obrigações do Tesouro, que praticamente duplicou, em detrimento das restantes obrigações.

Em Março de 1994, o Grupo BPA procedeu, no âmbito da sua reestruturação, à alienação da Ascor Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., passando a integrar apenas uma sociedade financeira de corretagem — a Corretora Atlântico. Esta empresa intermediou operações sobre valores mobiliários no montante de 1118 milhões de contos, representando cerca de 15,9% do total transaccionado em mercado secundário.

Corretora Atlântico — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.

Capital social: 500 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 30%;
 SPASA — Soc. Part. Atlântico, SGPS, S. A.: 20%;
 Praemium — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A.: 20%;
 CTT — Correios e Telecomunicações de Portugal: 20%;
 Banco Comercial de Macau, S. A.: 10%;
 Participação do Grupo BPA: 68,38%.

Balço

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Caixa e dispon. no Banco de Portugal	1 554	4 175
Dispon. sobre instit. de crédito	43 235	27 194

	1994	1993
Outros créd. sobre instit. de crédito	—	90 178
Obrigações, acções e outros títulos	334 778	216 808
Imobilizado	428 373	427 026
Outros activos e contas de regulariz. (a)	39 340	51 712
<i>Total do activo</i>	847 280	817 093
Passivo:		
Débitos com instituições de crédito	15 000	—
Outros passivos	50 426	97 814
Capital social	500 000	500 000
Reservas	169 359	115 110
Resultado líquido	112 495	104 169
<i>Total do passivo</i>	847 280	817 093

(a) Inclui o valor líquido da rubrica de contas de regularização.

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Juros e proveitos equiparados	30 140	27 290
Juros e custos equiparados	4 240	3 003
Comissões (líquido)	431 835	513 933
Lucros em operações financ. (líquido)	14 809	16 794
Outros proveitos de exploração	16 426	21 315
Outros custos de exploração	8 110	9 348
Margem financeira alargada	480 860	566 981
Gastos gerais administrativos	268 410	374 212
Cash-flow de exploração	212 450	192 769
Resultados extraordinários	18 638	521
Reposições e anulações de provisões	8 438	12 345
Cash-flow de exercício	239 526	205 635
Amortizações do exercício	54 262	34 231
Provisões do exercício	25 853	8 760
Impostos sobre lucros	46 916	58 475
Resultado líquido	112 495	104 169

Actividade imobiliária e turística:

Em 1994, verificou-se o crescimento da oferta no mercado imobiliário apesar da crise verificada do lado da procura.

Na área de edifícios para comércio, assistiu-se a um grande acréscimo da oferta em Lisboa e no Porto, devido, em larga medida, à passagem da fase do comércio tradicional para os hipermercados e centros comerciais, assim como para as cadeias internacionais, mudando profundamente a estrutura no sector. Com os empreendimentos já terminados ou em fase de acabamento, julga-se ter atingido o ponto de saturação do mercado, no que respeita a glandes superfícies.

No subsector de escritórios, continuou a verificar-se um excesso de oferta, com reflexo numa apreciável redução do preço por m².

Na habitação, o mercado esteve um pouco mais animado, tendo a procura sido potenciada pelas interessantes condições que têm sido oferecidas no crédito. Este facto reflectiu-se, também, no próprio mercado de arrendamento, que teve de se adaptar à descida das taxas de juro, baixando os valores das novas rendas.

O sector de hotelaria e turismo apresentou uma razoável melhoria com o regresso do fluxo tradicional de turistas, que ultrapassaram os 9 milhões de pessoas.

O grupo BPA prosseguiu, durante o ano, uma estratégia de valorização dos seus activos, dando continuidade aos empreendimentos já iniciados (São João da Foz, Av. José Malhoa, entre outros), participando em novos projectos (Empreendimento Colombo), e desenvolvendo a qualidade dos serviços prestados pelas suas unidades turísticas e hoteleiras.

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.:

Capital social: 8 000 000 de contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100%.
 Participação do Grupo BPA: 100%.

Balança

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Imobilizações incorpóreas	—	11 008
Imobilizações corpóreas	12 265	13 008
Investimentos financeiros	27 534 021	29 190 259
Créditos de médio e longo prazos	1 194 191	851 691
Créditos de curto prazo	165 709	301 570
Depósitos bancários e caixa	58 088	33 116
Acréscimos e diferimentos	453 006	456 519
<i>Total do activo</i>	<i>29 417 280</i>	<i>30 857 171</i>
Capital próprio e passivo:		
Capital social	8 000 000	8 000 000
Reservas	228 116	195 734
Resultado líquido	171 110	32 382
Débitos de médio e longo prazos	6 262 965	7 375 046
Débitos de curto prazo	14 747 637	15 247 808
Acréscimos e diferimentos	7 452	6 201
<i>Total do cap. próprio e passivo</i>	<i>29 417 280</i>	<i>30 857 171</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prestação de serviços	202 316	196 540
Gastos gerais administrativos	79 065	70 292
Amortizações do exercício	11 840	20 749
Outros custos de exploração	16 372	16 764
Resultado da actividade corrente	95 039	88 735
Resultados financeiros	— 69 651	— 24 165
Resultado de exploração	25 388	64 570
Resultados extraordinários	147 187	— 31 688
Impostos sobre lucros	1 465	500
Resultado líquido	171 110	32 382

AGII-Atlântico — Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.:

Capital social: 7 000 000 de contos.
 Composição accionista:
 Banco Português do Atlântico, S. A.: 100%.
 Participação do Grupo BPA: 100%.

Balança

(Em contos)

	1994	1993
Activo:		
Imobilizações incorpóreas	—	—
Imobilizações corpóreas	21 773 692	20 763 636
Dívidas terceiros curto prazo	381 453	243 713
Depósitos bancários e caixa	6 097	4 822
Acréscimos e diferimentos	170 925	55 320
<i>Total do activo</i>	<i>22 332 167</i>	<i>21 067 491</i>
Capital próprio e passivo:		
Capital social	7 000 000	7 000 000
Reservas	3 702 410	2 654 747
Resultado líquido	208 768	284 990
Dívidas de médio e longo prazos	10 091 745	9 881 746
Dívidas de curto prazo	1 008 905	802 474
Acréscimos e diferimentos	320 339	443 534
<i>Total do cap. próprio e passivo</i>	<i>22 332 167</i>	<i>21 067 491</i>

Demonstração dos resultados

	1994	1993
Prestação de serviços	1 617 068	1 965 331
Gastos gerais administrativos	248 454	182 990
Amortizações do exercício	292 206	337 931
Provisões do exercício	37 353	100 230
Outros custos de exploração	35 432	9 542
Resultado da actividade corrente	1 003 623	1 334 638
Resultados financeiros	— 1 097 903	— 1 577 434
Resultado de exploração	— 94 280	— 242 796
Resultados extraordinários	306 348	528 246
Impostos sobre lucros	3 300	460
Resultado líquido	208 768	284 990

Edifícios Atlântico, S. A.

Capital social: 12 500 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 86,32%.

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais,
 SGPS, S. A.: 13,68%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	16 252	16 294	26 648
Situação líquida	7 304	13 073	14 247
Resultado líquido	85	269	1 174
Cash-flow	513	424	1 340

SPEL — Sociedade de Parques de Estacionamento, L.ª

Capital social: 68 000 contos.

Composição accionista:

Sonae Imobiliária, SGPS, S. A.: 75%;

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais,
 SGPS, S. A.: 25%.

Participação do Grupo BPA: 25%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	410	571	180
Situação líquida	128	134	127
Resultado líquido	12	6	(7)
Cash-flow	26	24	12

Novafacar — Imobiliária e Metalúrgica, S. A.

Capital social: 8 175 000 contos.

Composição accionista:

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais,
 SGPS, S. A.: 98,48%.

Participação do Grupo BPA: 98,48%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	2 889	10 457	10 457
Situação líquida	(344)	4 298	4 313
Resultado líquido	(230)	5 053	15
Cash-flow	(132)	5 068	30

Lusotur — Sociedade Financeira de Turismo, S. A.

Capital social: 5 125 000 contos.

Composição accionista:

Cofipsa, SGPS, S. A.: 33,37%;

Sofimpar — Consultoria e Gestão de Empresas, S. A.: 13,67%;

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.: 12,08%;

Vilatur, SGPS, S. A.: 2,90%.

Participação do Grupo BPA: 18,53%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	14 394	16 069	17 511
Situação líquida.....	12 414	12 533	13 469
Resultado líquido	271	119	144
Cash-flow	491	364	664

Marinoteis — Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, S. A.

Capital social: 6 300 000 contos.

Composição accionista:

SLEI — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.: 71,43%;

Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.: 16,79%;

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.: 3,33%;

Lusotur — Sociedade Financeira de Turismo, S. A.: 2,93%;

Companhia de Seguros Fidelidade, S. A.: 2,22%;

Aliança Seguradora, S. A.: 1,67%;

União de Bancos Portugueses, S. A.: 1,56%;

Participação do Grupo BPA: 72,25%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	10 781	10 794	10 469
Situação líquida.....	5 976	6 452	6 100
Resultado líquido	(377)	(575)	(276)
Cash-flow	74	(46)	330

Vilamouratenis — Empreendimentos Desportivos e Turísticos, L.ª

Capital social: 82 000 contos.

Composição accionista:

Edifícios Atlântico, S. A.: 100%;

Participação do Grupo BPA: 100%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	235	280	290
Situação líquida.....	65	40	85
Resultado líquido	2	(26)	46
Cash-flow	10	(18)	54

SLAG — Sociedade Luso-Atlântico de Gestão, SGPS, S. A.

Capital social: 1 150 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	1 875	4 086	7 381
Situação líquida.....	1 262	1 264	1 952

	1994	1993	1994
Resultado líquido	28	2	13
Cash-flow	32	4	16

Fomento — Sociedade de Gestão, SGPS, S. A.

Capital social: 400 000 contos.

Composição accionista:

SLAG — Sociedade Luso-Atlântico de Gestão, SGPS, S. A.: 65,96%;

Finangest: 9,65%;

SLAC — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Comerciais S. A.: 0,03%;

Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.: 0,03%.

Participação do Grupo BPA: 66,33%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	1 390	1 631	1 598
Situação líquida.....	1 219	1 471	1 263
Resultado líquido	106	183	(20)
Cash-flow	112	208	(13)

Actividade industrial e serviços de consultadoria e formação

Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.:

Capital social: 200 000 contos.

Composição accionista:

SLAG — Sociedade Luso-Atlântico de Gestão, S. A.: 89,71%;

SLAC — Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Comerciais, S. A.: 0,05%.

Participação do Grupo BPA: 89,76%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	5 612	6 211	7 128
Situação líquida.....	403	452	521
Resultado líquido	43	49	64
Cash-flow	346	158	164

Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.

Capital social: 120 000 contos.

Composição accionista:

Banco Português do Atlântico, S. A.: 100%.

Participação do Grupo BPA: 100%.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	1 171	1 747	1 708
Situação líquida.....	206	197	191
Resultado líquido	(7)	(9)	(8)
Cash-flow	—	(1)	1

Espaço Atlântico — Formação Financeira, S. A.

Capital social: 600 000 contos.

Composição accionista:

SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.: 46,67%;

Banco Português do Atlântico, S. A.: 23,33%;

Edifícios Atlântico, S. A.: 9,17%;

Leasing Atlântico — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.: 5%;

Leasimpor — Comp. de Locação Financeira Imobiliária, S. A.: 5%;

SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.: 5%;

BCM — Banco Comercial de Macau, S. A.: 2,50%;

**Credinova — Sociedade de Financiamento
de Aquisições a Crédito: 2,50 %;**

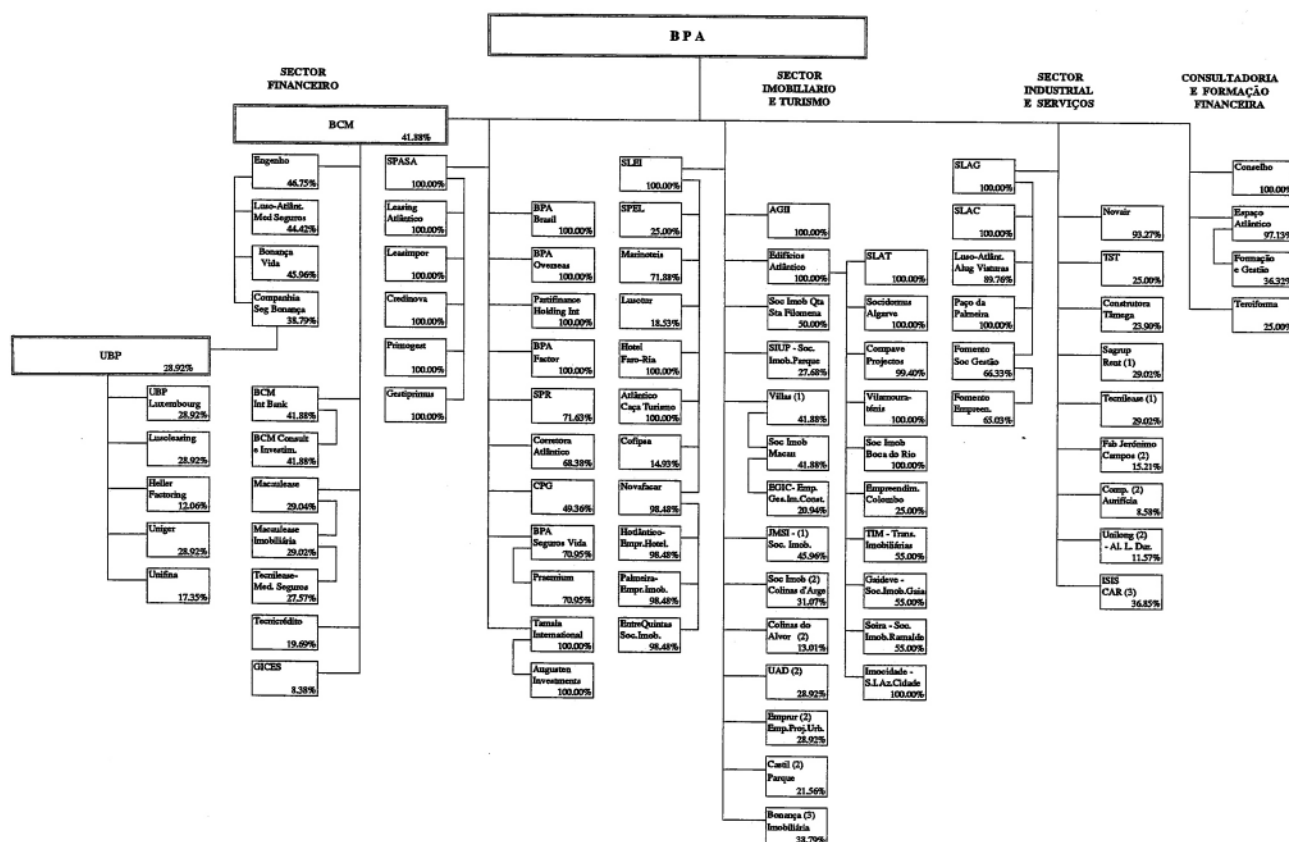
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A.: 0,83 %.

Participação do Grupo BPA: 97,13 %.

(Em milhares de contos)

	1994	1993	1994
Activo líquido	760	775	1 023
Situação líquida.....	559	418	167
Resultado líquido	(39)	(143)	(255)
Cash-flow	(12)	(125)	(230)

Participações do Grupo BPA em 31 de Dezembro de 1994



Posição accionista dos membros dos órgãos sociais

Participações dos membros de órgãos de administração e de fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, discriminam-se as operações sobre acções, obrigações e títulos de participação efectuadas por esses órgãos no exercício de 1994:

Conselho de administração:

João dos Santos Oliveira:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 5910 acções BPA, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos;

Adquiriu 1500 acções BPA, em 14 de Fevereiro de 1994, ao preço unitário de 2478\$13;

Adquiriu 500 acções BPA, em 17 de Fevereiro de 1994, ao preço unitário de 2495\$;

Adquiriu 1000 acções BPA, em 17 de Fevereiro de 1994, ao preço unitário de 2483\$;

Adquiriu 1000 acções BPA, em 7 de Junho de 1994, ao preço unitário de 2400\$;

Adquiriu 1000 acções BPA, em 15 de Junho de 1994, ao preço unitário de 2310\$;

Adquiriu 100 acções BPA, em 14 de Julho de 1994, ao preço unitário de 2040\$;

Adquiriu 476 direitos de subscrição, em 28 de Junho de 1994, no aumento de capital do BPA de 100 milhões para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 55\$;

Adquiriu 524 direitos de subscrição, em 29 de Junho de 1994, no aumento de capital do BPA de 100 milhões para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 66\$;

Adquiriu 1453 acções BCM, ao preço unitário de 2000\$, no aumento de capital de 8 750 000 contos para 10 062 500 contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

60 278 acções BPA;

9453 acções BCM;

158 títulos de participação Marinoteis.

Eduardo Manuel da Silva Rocha:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 130 acções BPA, em 5 de Julho de 1994, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos, reserva de preferência para accionistas;

Adquiriu nove acções BPA, em 15 de Julho de 1994, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos, reserva de preferência para accionistas — rateio.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

1353 acções BPA.

João José de Mendonça Esteves da Silva:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 381 acções BPA, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

3945 acções BPA.

Dr. Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 122 acções BPA, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 1400\$;

Adquiriu 39 acções BCM, no aumento de capital de 8 750 000 para 10 062 500 contos, ao preço unitário de 2000\$.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

1260 acções BPA;

289 acções BCM;

142 Títulos de Participação Marinoteis.

António Inácio Oliveira Carvalho:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 955 acções BPA, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

10 488 acções BPA;

160 acções BCM.

José Manuel Trindade Neves Adelino:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Não detém acções do BPA, nem de nenhuma das empresas do Grupo.

Dr. Amândio Anes Azevedo:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 300 acções BPA, em 11 de Janeiro de 1994, ao preço unitário de 2219\$;

Adquiriu 500 acções BPA, em 27 de Abril de 1994, ao preço unitário de 2645\$;

Adquiriu 700 acções BPA, em 31 de Maio de 1994, ao preço unitário de 2405\$;

Adquiriu 158 acções BPA, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos;

Adquiriu 200 acções BPA, em 13 de Outubro de 1994, ao preço unitário de 2199\$;

Adquiriu 300 acções BPA, em 13 de Outubro de 1994, ao preço unitário de 2200\$;

Adquiriu 400 acções BPA, em 27 de Dezembro de 1994, ao preço médio de 2042\$50.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

2558 acções BPA.

Conselho fiscal:

Pedro João Reis de Matos Silva:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 13 acções BPA, ao preço unitário de 1400\$, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

139 acções BPA.

José Rodrigues Jesus:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 5002 direitos de subscrição do BCM;

Adquiriu 1424 acções do BCM, no aumento de capital de 8 750 000 para 10 062 500 contos, ao preço unitário de 2000\$.

Adquiriu quatro direitos de incorporação do BCM, ao preço unitário de 689\$, no aumento de capital de 10 062 500 para 14 087 500 contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

4656 acções BCM.

Armando Jorge Gomes Ferreira:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 541 acções BPA, em 1 de Julho de 1994, no aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 1400\$;

Adquiriu 38 acções BPA em 15 de Julho de 1994, por rateio, no aumento de capital de 100 para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 1400\$;

Adquiriu 45 acções BCM, em 1 de Agosto de 1994, no aumento de capital de 8 750 000 contos para 10 062 500 contos, ao preço unitário de 2000\$;

Adquiriu sete acções BCM, em 10 de Agosto de 1994, por rateio, no aumento de capital de 8 750 000 contos para 10 062 500 contos, ao preço unitário de 2000\$.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

5993 acções BPA;

358 acções BCM;

360 acções UBP;

3400 títulos de participação/87 UBP;

500 obrigações/87 UBP.

António Monteiro Magalhães:

Operações efectuadas no exercício de 1994:

Adquiriu 81 acções BPA, no último aumento de capital de 100 milhões para 110 milhões de contos, ao preço unitário de 1400\$;

Adquiriu 45 acções BCM, no aumento de capital de 8 750 000 contos para 10 062 500 contos.

Saldo em 31 de Dezembro de 1994:

882 acções BPA;

307 acções BCM;

200 obrigações UBP/87;

200 títulos de participação UBP/87.

Principais accionistas

Accionistas com participações iguais ou superiores a 1 % do capital social:

Accionistas	Número de acções
Estado Português	26 830 691
Imocapital — Serv. A. E. Gestão Investimento Imobiliário, S. A.	7 997 760
Mota Gestão Participações, S. A.	5 907 602
Credicapital, SGPS, S. A.	4 368 155
Caisse Nationale Prévoyance Assurances, S. A.	3 322 210
Banco Económico, S. A.	3 041 400
RAR — Sociedade Controle Holding, S. A.	2 950 793
Colep Holding	2 186 564
Companhia Seguros Mundial Confiança, S. A.	1 888 121
Clients of Chase Manhattan Bank	1 742 670
Rações Valouro, S. A.	1 619 720
Les Mutuelles Mans	1 100 000
Crédit Commercial de France	1 100 000

O Conselho de Administração: *João dos Santos Oliveira*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha* — *João José Mendonça Esteves da Silva* — *Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário* — *António Inácio Oliveira Carvalho* — *José Manuel Trindade Neves Adelino* — *Amândio Anes Azevedo*.

Balço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

(Em euros)

	1994			Ano anterior (líquido)
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	32 299 503	—	32 299 503	187 212 015
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	17 741 622	—	17 741 622	11 956 959
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	848 540 115	329 255	848 210 860	492 237 301
4 — Crédito sobre clientes.....	826 601 169	18 871 045	807 730 124	814 693 149
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	786 691 770	3 360 693	783 331 077	753 526 558
a) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de emissores públicos.....	602 985 577	872 132	602 113 445	542 875 766
b) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de outros emissores	183 706 193	2 488 561	181 217 632	210 650 792
(Dos quais: obrigações próprias)	(—)	(—)	(—)	(—)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	30 770 230	951 278	29 818 952	25 678 297
7 — Participações	3 467 081	—	3 467 081	2 898 783
8 — Partes de capital em empresas coligadas	31 891 471	548 392	31 343 079	24 990 162
9 — Imobilizações incorpóreas	2 557 387	466 252	2 091 135	4 935 914
10 — Imobilizações corpóreas.....	61 233 895	32 205 274	29 028 621	26 414 348
(Dos quais: imóveis)	(22 055 899)	(6 885 617)	(15 170 282)	(16 927 132)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias.....	—	—	—	3 854
13 — Outros activos	38 474 442	—	38 474 442	38 161 400
15 — Contas de regularização	83 751 361	—	83 751 361	57 387 744
16 — Prejuízo do exercício.....	—	—	—	—
<i>Total do activo.....</i>	<i>2 764 020 046</i>	<i>56 732 189</i>	<i>2 707 287 857</i>	<i>2 440 096 484</i>

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 005 424 048	785 635 490
a) À vista.....	18 891 772	15 529 022
b) A prazo ou com pré-aviso	986 532 276	770 106 468
2 — Débitos para com clientes	1 387 901 210	1 377 214 456
a) Depósitos de poupança	392 704 845	393 519 795
b) Outros débitos.....	995 196 365	983 694 661
ba) À vista.....	252 863 955	266 399 901
bb) A prazo.....	742 332 410	717 294 760
3 — Débitos representados por títulos.....	795 907	—
a) Obrigações em circulação.....	—	—
b) Outros	795 907	—
4 — Outros passivos	8 992 978	7 589 242
5 — Contas de regularização	87 435 196	75 770 401
6 — Provisões para riscos e encargos.....	27 840 145	24 550 794
a) Provisões para pensões e encargos similares.....	6 394 830	3 619 524
b) Outras provisões	21 445 315	20 931 270
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	10 989	100
8 — Passivos subordinados	23 082 231	23 098 708
9 — Capital subscrito.....	110 000 000	100 000 000
10 — Prémios de emissão.....	4 000 000	—
11 — Reservas	23 725 174	15 994 912
12 — Reservas de reavaliação	7 985 730	7 912 120
13 — Resultados transitados.....	—	—
14 — Lucro do exercício	20 094 249	22 330 261
<i>Total do passivo</i>	<i>2 707 287 857</i>	<i>2 440 096 484</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Ano
1 — Passivos eventuais.....	301 662 524
Dos quais:	
Aceites e compromissos por endossos de efeitos redescontados.....	2 833 901

	Ano
Cauções e activos dados em garantia.....	—
2 — Compromissos.....	260 949 131
Dos quais:	
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra.....	—

O Conselho de Administração: *João dos Santos Oliveira*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha* — *João José Mendonça Esteves da Silva* — *Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário* — *António Inácio Oliveira Carvalho* — *José Manuel Trindade Neves Adelino* — *Amândio Anes Azevedo*. — O Director da Contabilidade e Estatística, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

DÉBITO

(Em euros)

	Ano	Ano anterior
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados.....	208 893 049	202 607 917
2 — Comissões.....	1 417 580	1 441 325
3 — Prejuízos em operações financeiras.....	64 085 195	96 414 191
4 — Gastos gerais administrativos.....	44 439 171	45 996 890
a) Custos com o pessoal.....	26 825 604	27 524 321
Dos quais:		
(— salários e vencimentos).....	(18 609 761)	(18 694 891)
(— encargos sociais).....	(7 913 350)	(8 488 123)
Dos quais:		
(— com pensões).....	(3 140 718)	(3 249 243)
b) Outros gastos administrativos.....	17 613 567	18 472 569
5 — Amortizações do exercício.....	5 566 548	6 089 861
6 — Outros custos de exploração.....	605 902	380 187
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos.....	16 617 232	19 049 252
8 — Provisões para imobilizações financeiras.....	548 392	—
10 — Resultado da actividade corrente.....	(22 731 350)	(24 386 972)
11 — Perdas extraordinárias.....	3 362 386	1 112 558
13 — Impostos sobre os lucros.....	2 006 432	1 676 846
14 — Outros impostos.....	449 846	474 434
15 — Lucro do exercício.....	20 094 249	22 330 261
<i>Total</i>	368 085 982	397 573 722

PROVEITOS

	Ano	Ano anterior
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados.....	265 306 534	266 310 710
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo).....	(82 789 267)	(83 603 437)
2 — Rendimentos de títulos.....	726 654	1 022 120
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável.....	14 119	464 179
b) Rendimento de participações.....	216 147	161 550
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas.....	496 388	396 391
3 — Comissões.....	8 782 507	10 871 889
4 — Lucros em operações financeiras.....	80 316 564	111 855 146
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relat. a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos.....	5 630 868	1 349 703
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras participadas e partes de capital em empresas coligadas.....	—	—
7 — Outros proveitos de exploração.....	4 141 292	4 957 027
8 — Resultado da actividade corrente.....	—	—
9 — Ganhos extraordinários.....	3 181 563	1 207 127
10 — Prejuízo do exercício.....	—	—
<i>Total</i>	368 085 982	397 573 722

O Conselho de Administração: *João dos Santos Oliveira*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha* — *João José Mendonça Esteves da Silva* — *Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário* — *António Inácio Oliveira Carvalho* — *José Manuel Trindade Neves Adelino* — *Amândio Anes Azevedo*. — O Director da Contabilidade e Estatística, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às contas anuais 31 de Dezembro de 1994

1 — Ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior:

Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 1994, do novo regime de contabilização dos contratos de locação financeira, foram efectuados os ajustamentos contabilísticos relativos aos contratos vigentes em 31 de Dezembro de 1993, de acordo com as regras definidas na carta-circular n.º 133/DSB, de 28 de Dezembro de 1993, do Banco de Portugal, sendo os resultados daí decorrentes registados nas rubricas «11 a débito» e «9 a crédito», da demonstração de resultados, conforme se indica adiante na nota n.º 39.

Em harmonia com a carta-circular n.º 76-DSB, de 14 de Dezembro de 1994, foram introduzidas alterações ao PCSB, reportados a 1 de Janeiro de 1994, das quais, para efeitos de comparabilidade, se destacam:

As despesas de investimento realizadas em edifícios arrendados não susceptíveis de recuperação, anteriormente registadas em imobilizações incorpóreas, passaram a ser relevadas em imobilizações corpóreas.

As despesas suportadas em campanhas de publicidade passaram a ser registadas em contas de despesas com custo diferido em vez de imobilizações incorpóreas.

2 — Mapas financeiros apresentados:

Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço, possam, no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — Principais critérios contabilísticos:

a) *Geral.* — Os mapas financeiros incluem as contas das sucursais e agências em Macau, Madrid, Vigo, Barcelona, Paris, Londres, Ilhas Caimão, Miami, Nova Iorque, Maputo e Luanda, bem como da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (*off-shore*), as quais são consolidadas, por expurgo de activos e passivos recíprocos e correspondentes proveitos e custos, em sintonia com o elenco de contas adoptado em Portugal, sendo convertidas em escudos pela utilização do câmbio médio em vigor no último dia do mês.

As contas foram elaboradas segundo o princípio fundamental do custo histórico, modificado pelas reavaliações do activo imobilizado corpóreo legalmente autorizadas e pelos aumentos patrimoniais das participações financeiras resultantes da atribuição gratuita de acções, em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade, da consistência, da especialização de exercícios, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade.

b) *Efectividade das operações.* — Os custos e os proveitos são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, excepto para o caso dos lucros e dividendos das empresas participadas, que são contabilizados apenas quando distribuídos, e para as remunerações dos títulos de participação, em que o valor total das remunerações a pagar, incluindo a parte fixa correspondente ao período que finda em Junho do ano seguinte, é mensuralizado e totalmente imputado ao exercício corrente, de Janeiro a Dezembro.

De acordo com o plano de contas, não são reconhecidos os resultados obtidos mediante a alienação de imóveis, títulos, etc., a entidades vinculadas à instituição e cujo preço se satisfaça com fundos desta.

c) *Operações em moeda estrangeira.* — Os activos e passivos em moeda estrangeira são mostrados pelo seu contravalor em escudos, por aplicação do câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio das posições cambiais à vista e a prazo, apuradas na reavaliação diária respectivamente ao câmbio oficial de divisas, do dia, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal e ao câmbio a prazo calculado com base nas taxas de juro para o prazo residual de cada operação, são reconhecidas imediatamente como proveito ou custo. Exceptuam-se as posições cambiais respeitantes aos activos imobilizados, em que as diferenças são registadas em conta de flutuação.

Nas operações de permuta temporária de divisas (*swaps* de moeda) os resultados reflectem a amortização do prémio ou do desconto de cada operação.

d) *Títulos de rendimento fixo.* — Na carteira de negociação, são escriturados pelo valor global de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação do mercado (última cotação da bolsa mais juros corridos). O produto da reavaliação diária é registado nas contas de carteira e de resultados.

Na carteira de investimento, os títulos emitidos com base no valor nominal são registados ao valor de aquisição (excluídos os juros corridos) e os emitidos a valor descontado são registados ao valor do reembolso

(valor nominal), sendo a diferença entre este valor e o valor de aquisição registada em contas de receitas com proveito diferido.

Os juros são periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável. O prémio ou o desconto verificado na ocasião da compra (isto é, a diferença para mais ou para menos em relação ao valor de reembolso) é escalonado até ao vencimento.

As provisões para menos-valias em títulos-investimento são determinadas com base na cotação da bolsa e, nos casos de ausência dessa cotação, com base no esperado preço de venda, com excepção para os títulos de dívida pública, relativamente aos quais não é constituída provisão, conforme aviso n.º 13/90-MF, publicado no *Diário da República* n.º 279, 1.ª série, de 4 de Dezembro de 1990. Na alínea b), da nota n.º 28 deste anexo apresenta-se a diferença entre o valores de cotação e de balanço dos títulos de dívida pública registados na carteira de investimento.

e) *Títulos de rendimento variável.* — No caso de negociação, são registados ao valor de aquisição e reavaliados diariamente segundo a cotação do mercado, sendo as diferenças de reavaliação registadas em conta de flutuação e os prejuízos potenciais provisionados.

Os dividendos recebidos são registados nas respectivas contas de carteira, reflectindo-se em resultados apenas no momento da alienação dos títulos.

Tratando-se de títulos-investimento ou de imobilizações financeiras, os títulos são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifique a entrada de acções gratuitas, caso em que o valor da carteira é acrescido do valor nominal das acções recebidas até à concorrência do valor nominal global da nova posição detida.

As provisões para menos-valias em títulos-investimento e em imobilizações financeiras são determinadas com base na cotação da bolsa de valores e, nos casos de ausência dessa cotação, com base no valor presumível de mercado.

Uma parte significativa das participações financeiras corresponde a investimentos em empresas imobiliárias e turísticas, exigindo, no caso dos primeiros, prazos relativamente alargados para o seu desenvolvimento e alienação em condições vantajosas. A rendibilização destes investimentos está, assim, condicionada pela evolução do mercado imobiliário. O risco temporal está, porém, protegido por substanciais mais-valias potenciais, de acordo com avaliações recentes, pelo que não é considerada necessária qualquer provisão, para além das existentes, para diminuição de valor daqueles investimentos (nem para crédito concedido ou outros valores a receber dessas empresas).

f) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas são mostradas ao custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas, legalmente, em Portugal, liquidas das reintegrações acumuladas

Em conformidade com o aviso n.º 9/94, de 15 de Novembro, do MF, com efeitos a partir do exercício de 1994, as amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo passaram a corresponder, no ano de início de utilização, a uma quota proporcional correspondente ao número de meses de utilização no exercício, e as despesas em edifícios arrendados realizadas a partir do exercício de 1994 passaram a ser amortizadas no período de 10 anos, salvo nos casos em que seja inferior a utilidade esperada.

As reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes, por forma a reintegrar o valor dos bens no termo da sua vida útil esperada.

g) *Provisões para crédito vencido e para riscos gerais de crédito.* — Para fazer face a eventuais perdas no crédito concedido e nas garantias e avals prestados são constituídas provisões para crédito vencido e provisões para riscos gerais de crédito. Na apresentação do balanço, as primeiras são subtraídas às respectivas rubricas do activo e as segundas são mostradas na rubrica «6.b) — Outras provisões», do lado do passivo. Os créditos renegociados adquirem, por efeito da renegociação, a característica de crédito não vencido, sendo considerados no cômputo da provisão para riscos gerais de crédito. No caso de incumprimento por parte do devedor, dá-se o vencimento do crédito com o consequente efeito no cômputo da provisão para crédito vencido.

Os totais provisionados correspondem às percentagens impostas pelo aviso n.º 13/90-MF, publicado no *Diário da República* n.º 279, 1.ª série, de 4 de Dezembro de 1990. As mesmas provisões correspondem às necessidades estimadas com base em análise individualizada dos riscos existentes, incluindo o crédito soberano geralmente segundo os níveis recomendados pelos bancos centrais, verificando-se uma margem para cobrir riscos futuros de crédito, a qual excede o reforço líquido médio anual da provisão para crédito vencido que se tem mostrado necessário nos últimos anos.

h) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — Como explicado na nota n.º 24, o Banco tem uma cobertura das suas responsabilidades totais com pensões de reforma e sobrevivência a um nível (92,32%) que

excede o mínimo (55%) exigido pelo Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 1994.

4 — Derrogações a critérios valorimétricos:

Não há derrogações aos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

5 — Valias não escrituradas:

Os títulos da dívida pública, Tesouro 77 — Nacionalizações/expropriações, contabilizados na carteira de títulos-investimento, cujo valor de reembolso (ou nominal) será sensivelmente igual ao valor de aquisição, apresentam no entanto, dada a sua baixa taxa de remuneração, menos-

-valia implícita que se situa em 21 236 contos. Prevendo-se porém a utilização destes títulos nos processos de privatizações, as referidas menos-valias nunca chegarão a ser concretizadas.

As carteiras de investimento e de imobilizações financeiras incluem acções cujos preços de cotação potenciam mais-valias líquidas que globalmente ascendem a 2981 milhares de contos, considerando neste cômputo o valor dos direitos resultantes do aumento de capital, por incorporação de reservas, efectuado pelo BCM conforme escritura celebrada em 29 de Novembro de 1994.

6 — Participações financeiras directas superiores ou iguais a 20% dos capitais próprios:

(Em contos)

Empresas	Participação			Capitais próprios (incluindo resultados transitados)	Valor proporcional nos capitais próprios	Difer. entre o valor das participações e o valor proporcional nos capitais próprios
	Quantidade	Custo	Porcentagem			
AGII-Atlântico — Gestão e Investimento Imobiliário, S. A., Rua de Azevedo Coutinho, 352, 2.º, 4100 Porto.	7 000 000	7 063 753	100,000	9 939 737	9 939 737	(2 875 984)
Banco Comercial de Macau, S. A., Av. da Boavista, 757, 4100 Porto.	4 188 310	7 555 331	41,623	31 750 898	13 215 676	(5 660 345)
Banco Português do Atlântico, Brasil. S. A., Av. Paulista, 460, 16.º, São Paulo, Brasil.	127 298	2 863 674 (USD 18 Mio)	100,000	3 948 599 (BRL 20 895 472)	3 948 599	(1 084 925)
BPA Factor — Sociedade de Factoring, S. A., Rua do Dr. Nicolau Bettencourt, 3, 3.º, 1000 Lisboa.	500 000	500 000	100,000	451 799	451 799	48 201
BPA Futures (Cayman), Ltd., Cayman Island.....	—	159 (USD 1 000)	100,000	16 381 (USD 102 962)	16 381	(16 222)
BPA Nominee, Ltd., London.....	—	25 (GBP 100)	100,000	25 (GBP 100)	25	—
BPA Overseas, Ltd., Cayman Island	(USD 10 Mio)	1 590 930 (USD 10 Mio)	100,000	1 590 930 (USD 10 Mio)	1 590 930	—
BPA — Seguros Vida, S. A., Rua Costa Cabral, 757, 4200 Porto.	1 277 120	2 121 916	70,951	3 375 250	2 394 774	(272 858)
Conselho — Gestão e Investimentos, S. A., Rua de Eugénio de Castro, 352, 2.º, 4100 Porto.	120 000	66 347	100,000	196 864	196 864	(130 517)
Corretora Atlântico — Soc. Fin. Corret, S. A., Rua de Azevedo Coutinho, 39, 5.º direito, 4100 Porto.	150 000	180 000	30,000	669 359	200 808	(20 808)
CPG — Comp. Port. Gest. F. I. Mob., S. A., FIPOR, Rua de Azevedo Coutinho, 39, r/c esquerdo, 4100 Porto.	184 114	192 521	46,030	527 664	242 884	(50 363)
Edifícios Atlântico, S. A., Rua de Azevedo Coutinho, 39, 7.º esquerdo, 4100 Porto.	10 789 576	11 471 789	86,320	13 072 609	11 284 276	187 513
Espaço Atlântico — Formação Financeira, S. A., Edif. Heliântia, Av. Sanatórios, 4405 Valadares.	140 000	140 000	23,330	420 329	98 063	41 937
Paço da Palmeira — Sociedade Agric. e Com., Quinta Paço da Palmeira, Palmeira, 4700 Braga.	—	1 600	20,000	9 638	1 928	(328)
Partifinance Hold. Intern., Ltd., Cayman Island.....	—	1 591 (USD 10 000)	100,000	(805 275) (USD 5 061 659)	(805 275)	806 866
SLAG — Soc. Luso Atlântico de Gestão, SGPS, S. A., Rua de D. Manuel II, 296, 10.º, 4000 Porto.	1 150 000	1 150 000	100,000	1 264 352	1 264 352	(114 352)
SLEI — Soc. Luso Atlântico Empr. Ind., SGPS, S. A., Rua de Eugénio de Castro, 352, 2.º, 4100 Porto.	8 000 000	7 810 733	100,000	8 228 115	8 228 115	(417 382)
SPASA — Soc. Participações Atlântico, SGPS, S. A., Rua de Eugénio de Castro, 352, 2.º, 4100 Porto.	1 000 000	1 040 000	100,000	1 209 819	1 209 819	(169 819)
SPR — Sociedade Portuguesa Capital de Risco, S. A., Rua de D. Manuel II, 296, 10.º, 4000 Porto.	1 415 693	1 415 693	37,750	2 726 355	1 029 199	386 494
Soc. de Construções Golf-Mar, L.ª, Rua da Marinha, 9, 8000 Porto.	—	(a) 151 811	73,160	(1 466 030)	(1 072 548)	1 224 359
Sociedade Imobiliária Quinta Santa Filomena, L.ª, Apartado 65, 8125 Quarteira.	—	(a) 25 000	50,000	(645 621)	(322 811)	347 811
Tamala International, Ltd., AID Internat Center — IFSC, Dublin 1, República da Irlanda.	—	—	99,000	—	—	—

Empresas	Participação			Capitais próprios (incluindo resultados transitados)	Valor proporcional nos capitais próprios	Difer. entre o valor das participações e o valor proporcional nos capitais próprios
	Quantidade	Custo	Porcentagem			
Terciforma — Estudos Com. e Serviços, S. A., Rua do Rosário, 172, 4000 Porto.	4 999	4 999	25,000	20 043	5 011	(12)
TST — Tecnologia Serviços Telecomunicações, S. A., Rua de João de Barras, 265, 4100 Porto.	82 500	(a) 82 500	25,000	(136 034)	(34 009)	116 509

(a) Estão constituídas provisões para depreciação de títulos pelo valor do custo da participação.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos por terceiros:

No decurso do ano de 1995, vencem-se os seguintes montantes de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

(Em contos)

	Total	De emissores públicos	De outros emissores
Carteira do Banco em Portugal.	72 974 048	48 503 529	24 470 519
Carteira das sucursais no exterior.	21 609 063	3 775 409	17 833 654

8 — Créditos sobre empresas participadas:

O montante dos créditos sobre as empresas participadas (com posse directa de capital social, excluídas as coligadas), desdobra-se pela seguinte rubrica do balanço:

Rubrica 4 — Créditos sobre clientes: 4 431 179 contos.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

O montante do crédito sobre as empresas coligadas (em relação de domínio directo ou indirecto), ou também ditas empresas filiais, desdobra-se pelas seguintes rubricas do balanço:

Rubrica 2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito: 900 595 contos;

Rubrica 3 — Outros créditos sobre instituições de crédito — 282 454 142 contos;

Rubrica 4 — Créditos sobre clientes: 54 328 666 contos;

Rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo: 21 683 935 contos;

Rubrica 13 — Outros activos — 26 418 971 contos.

10 — Inventário da carteira de títulos:

São apresentados em separado os inventários das carteiras de títulos da sede e das sucursais no exterior, os quais reportam às rubricas 5), 6), 7), 8) e 12) do activo. A rubrica 5) do activo inclui a mais, relativamente aos inventários, a importância de 226 426 contos, contabilizada em crédito e juros vencidos:

Inventário de títulos e de participações financeiras — Portugal:

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A — Títulos-negociação	2 777 565				45 462 169 174
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes.....	2 330 035				44 649 882 037
De dívida pública portuguesa.....	2 157 850				21 619 367 564
A médio e a longo prazos.....	2 157 850				21 619 367 564
OTRV-NOV/94/99	2	10 000	10 000	10 025	20 249
Tesouro FIP/89.....	230 010	5 000	5 022	5 040	1 202 140 963
Tesouro FIP/91/00 (Prot. 7/12/90)	1 165 080	10 000	10 110	—	12 433 957 200
Tesouro FIP/91/97 (Prot. 7/12/90)	5 050	10 000	10 060	—	53 642 068
Tesouro Longo Prazo — Jun. 93/03 — 10,625%.....	25 000	10 000	9 531	9 430	236 332 192
Tesouro Médio Prazo — Abr. 91/95 — 17%	10 320	10 000	10 206	10 200	108 580 537
Tesouro Médio Prazo — Abr. 93/00 — 11,875%.....	72 170	10 000	10 182	10 110	745 839 876
Tesouro Médio Prazo — Dez. 92/95 — 13,5%.....	84 980	10 000	10 335	10 260	874 409 277
Tesouro Médio Prazo — Jan. 93/96 — 12,75%.....	10 000	10 000	10 191	10 194	107 563 973
Tesouro Médio Prazo — Jan. 93/98 — 12,5%.....	313 998	10 000	10 306	10 248	3 390 980 538
Tesouro Médio Prazo — Jan. 94/97 — 8,875%.....	74 790	10 000	9 587	9 560	777 185 920
Tesouro Médio Prazo — Jan. 94/99 — 8,375%.....	110 610	10 000	9 020	9 000	1 082 288 546
Tesouro Médio Prazo — Jun. 91/96 — 16%.....	55 840	10 000	10 719	10 825	606 426 225
De outros residentes.....	172 185				23 030 514 473
A curto prazo.....	2 185				22 044 749 987
Papel comercial.....					—
A. Silva & Silva/93 — 4.ª em. — 10,5%	40	10 000 000	9 742 166	—	398 201 717
AGII 93 — 10.ª em. — 11,125%	200	10 000 000	9 477 166	—	1 939 323 521
AGII93 — 11.ª em. — 10,625%	270	10 000 000	9 536 407	—	2 620 415 381
ANLORBEL/94 — 2.ª em. — 13,25%	8	10 000 000	10 000 000	—	80 029 041
CIN/93 — 22.ª em. — 11,4375%.....	30	10 000 000	9 454 856	—	296 524 627
CIN/93 — 32.ª em. — 9,8125%.....	15	10 000 000	9 962 504	—	149 760 165
CIN/93 — 33.ª em.	80	10 000 000	9 915 262	—	794 103 141
Compal/94 — 4.ª em. — 10,50%	30	10 000 000	9 739 437	—	295 031 046

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Crisal/94 — 4.ª em. — 13,875 %	30	10 000 000	10 000 000	—	304 903 767
Daimler 94 — 13.ª em. — 10,5 %	43	10 000 000	9 507 684	—	412 665 082
ECOP/94 — 3.ª em. — 10,5 %	10	10 000 000	9 742 166	—	99 953 169
ECOP/94 — 4.ª em. — 10,5 %	10	10 000 000	9 742 166	—	99 521 662
Edifícios Atlântico 94 — 1.ª em. — 11,0625 %	100	10 000 000	9 734 489	—	973 749 984
EDP/94 — 1.ª em. — 3.º leilão — 1.ª tr. — 10,625 %	17	10 000 000	10 000 000	—	174 602 226
EDP/94 — 1.ª em. — 5.ª PR. — 10,8125 %	41	10 000 000	10 195 122	—	419 457 466
EDP/94 — 1.ª em. — 7.ª PR. — 10,1875 %	150	10 000 000	10 000 000	—	1 501 255 993
EDP/94 — 2.ª em. — 7.ª PR. — 10,4375 %	150	10 000 000	10 000 000	—	1 501 286 815
EDP/94 — 4.ª em. — 4.ª PR. — 10,625 %	70	10 000 000	10 128 571	—	711 445 205
EDP/94 — 5.ª em. — 1.ª PR. — 10,75 %	26	10 000 000	9 741 776	—	253 515 907
EDP/94 — 5.ª em. — 6.ª PR. — 10,4686 %	31	10 000 000	10 000 000	—	310 800 218
EDP/94 — 6.ª em. — 6.ª PR. — 11,0625 %	6	10 000 000	10 000 000	—	60 163 664
IBERA/94 — 5.ª em. — 11,375 %	3	10 000 000	10 000 000	—	30 729 247
IBERA/94 — 5.ª em. — 11,125 %	3	10 000 000	10 000 000	—	30 557 774
J. S. Correia 93 — 8.ª em. — 11,656 %	33	10 000 000	9 539 509	—	327 449 769
JMA 94 — 1.ª em.	17	GBP 50 000	12 023 700	—	205 101 834
Lusotur/93 — 9.ª em. — 10,5 %	100	10 000 000	9 911 610	—	991 448 687
Lusotur/94 — 5.ª em. — 10,5 %	150	10 000 000	10 000 000	—	1 501 294 520
Mota & C.ª/94 — 1.ª em.	13	10 000 000	9 746 377	—	127 334 873
Portucel/94 — 10.ª em. — 6,03125 %	77	XEU 75 000	14 418 454	—	1 115 622 098
Portucel/94 — 11.ª em. — 6,25 %	13	XEU 75 000	14 412 848	—	188 083 895
RAR/94 — 7.ª em. — 11 %	34	10 000 000	9 535 792	—	334 770 887
Sagilpor/93 — 7.ª em. — 13,625 %	150	10 000 000	9 674 961	—	1 480 360 598
Salvador Caetano/94 — 3.ª em. — 10,15625 %	124	10 000 000	9 748 216	—	1 219 474 802
Teixeira Duarte/94 — 5.ª em.	11	10 000 000	9 911 509	—	109 532 527
Teixeira Duarte/94 — 6.ª em.	25	10 000 000	9 750 559	—	244 972 031
Unicer/93 — 24.ª em. — 9,625 %	50	10 000 000	9 960 601	—	498 293 751
Vicaima/93 — 5.ª em. — 11 %	25	10 000 000	9 485 447	—	243 012 887
A médio e a longo prazos	170 000				985 764 486
DBI/92 — Obrig. caixa — 1.ª em.	80 000	10 000	10 105	10 170	688 778 082
EDP/90 — 16.ª em. — Série B	90 000	1 000	1 001	1 010	96 986 404
De rendimento fixo — emitidos por não residentes	269 500				295 362 036
De organismos financeiros internacionais	254 500				278 537 276
BEI/91 — 1.ª em.	38 000	1 000	1 045	1 114	47 005 219
BEI/91 — 2.ª em.	8 000	1 000	1 010	1 055	8 895 891
BEI/92 — 1.ª em.	41 000	1 000	955	1 250	53 808 400
BEI/93 — 1.ª em.	3 000	1 000	1 012	1 004	3 330 493
BEI/93 — 3.ª em.	50 000	1 000	925	995	48 330 479
BIRD/93	45 000	1000	904	990	41 151 575
KFW/93	5 000	1000	902	1000	5 019 178
Sociedade Financeira Internacional/80	14 500	1 000	1 039	1 054	16 013 164
Sociedade Financeira Internacional/91	50 000	1000	1 007	1 075	54 982 877
De outros não residentes	15 000				16 824 760
A médio e a longo prazos	15 000				16 824 760
CECA/90	15 000	1 000	1 036	1 110	16 824 760
Valores de rendimento variável	177 400				515 845 701
Emitidos por residentes	177 400				515 845 701
Acções	177 400				515 845 701
BCM	2 600	1 000	2 654	1 935	5 031 000
BCP	3 500	1 000	2 188	2 080	7 280 000
BPI	8 600	1 000	2 957	2 376	20 433 600
Cimpor	17 200	1 000	2 828	2 810	48 332 000
Corticeira Amorim	4 900	1 000	2 497	2 651	12 989 900
Efacec	9 600	1 000	3 164	1 837	17 827 200
Engil	10 000	1 000	2 259	2 250	24 525 000
Império	4 200	1 000	1 300	1 270	5 334 000
J. Martins	4 500	1 000	6 836	6 898	31 041 000
Mague	1 500	1 000	6 000	3 299	4 948 500
Modelo Continente	3 200	1 000	17 018	13 950	44 640 000
Modelo, SGPS	4 800	1 000	5 122	4 850	23 280 000
Radio Marconi	5 300	1 000	5 278	5 430	28 779 000
Salvador Caetano	4 100	1 000	3 998	3 290	13 489 000
Soja Portugal	7 200	1 000	2 138	2 180	15 686 000
Sonae Indústria	3 000	1 000	2 208	1 820	5 460 000
Sonae Investimentos	33 500	1 000	3 280	3 661	122 643 501
Tertir	20 800	1 000	1 192	1 045	21 736 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Tranquilidade	6 000	1 000	2 001	2 330	13 880 000
Unicer.....	22 000	1 000	2 487	2 200	48 400 000
Títulos próprios	630				1 078 400
De rendimento variável.....	630				1 079 400
Títulos de participação	630				1 079 400
BPA/86 — 1.ª em.	400	1 000	2 090	1 800	720 000
BPA/86 — 2.ª em.	160	1 000	1 853	1 800	288 000
BPA/92 — Remuneração	1,5	1 000	1 047	1 020	71 400
B — Títulos-investimento.....	116 981 364				506 132 892 552
De rendimento fixo — de emissores públicos	52 513 825				435 686 280 480
De dívida pública portuguesa.....	44 128 246				396 618 418 448
A curto prazo.....					30 027 838 000
Bilhetes do Tesouro.....					30 002 000 000
Clips					25 838 000
A médio e a longo prazos.....	44 129 246				366 580 581 448
Bicentenário Ministério Finanças/88.....	165	10 000	10 242	9 960	1 688 913
Emp. Int. Amortizável — DL114/88	38	100 000	100 000	—	3 800 000
Emp. Int. Amortizável — Decreto-Lei 265/89	34 292	50 000	50 000	—	1 714 600 000
Emp. Int. Amortizável — Decreto-Lei 342A/81	307 000	1 000	1 000	—	307 000 000
Fundo Externo 1902 — 1.ª série	3	5 142	5 035	5 200	15 105
Fundo Externo 1902 — 3.ª série — Carimbado	120	5 117	4 625	4 320	555 033
Fundo Externo 1902 — 3.ª série — S/ juro	459	1 705	621	900	284 855
Fundo Externo 1902 — 3.ª série — S/ juro — Carimb.	180	1 705	847	780	152 408
República Portugal 83/03 — 5,75 %.....	1 500	USD 1 000	141 915	—	212 873 178
República Portugal 83/03 — 7,125 %.....	4 000	DEM 1 000	101 467	—	405 869 275
República Portugal 94/04 — 6 %.....	16 250	XEU 1 000	190 317	—	3 092 647 710
República Portugal 94/99	1 300	DEM 10 000	1 024 149	—	1 331 393 676
Tesouro/75 — NAC. BNU — 1.ª série	450	3 370	3 601	2 650	1 620 663
Tesouro/75 — NAC. BNU — 2.ª série	237	4 352	4 405	3 630	1 043 901
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe IX	22 318	1 000	999	901	22 304 337
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe VII	325	1 000	899	994	324 701
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe VIII.....	2 230	1 000	986	970	2 221 408
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe X.....	29 223	1 000	1 000	810	28 210 386
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe XI	40 323	1 000	1 000	695	40 337 018
Tesouro/77 — NAC./EXP. — Classe XII.....	3 526	1 000	1 000	680	3 525 771
Tesouro/80 — FIDES/FIA — Classe X.....	900	1 000	1 000	954	300 000
Tesouro/80 — FIDES/FIA — Classe XI	2 770	1 000	1 000	891	2 769 340
Tesouro Cap. Automática/90.....	7 013 580	1 788	1 802	1 718	12 637 085 765
Tesouro FIP/89	7 040 218	5 000	5 079	5 040	35 759 135 209
Tesouro FIP/90.....	10 435 283	10 000	10 302	10 500	107 502 649 511
Tesouro FIP/91/97 (Prot. 7/12/90)	1 363	10 000	10 032	—	13 673 861
Tesouro FIP/81/98.....	848	10 000	10 153	10 139	9 635 141
Tesouro FIP/91/99.....	6 110	10 000	10 212	10 138	62 386 328
Tesouro Longo Prazo — Jan. 94/04 — 8,875 %.....	1 600 375	10 000	10 064	8 530	16 105 773 058
Tesouro Longo Prazo — Jun. 93/03 — 10,625 %.....	5 785 120	10 000	10 788	9 430	62 577 413 577
Tesouro Médio Prazo — Abr. 93/00 — 11,875 %.....	3 724 950	10 000	10 824	10 110	40 692 485 314
Tesouro Médio Prazo — Dez. 92/95 — 13,5 %.....	471 834	10 000	10 283	10 260	4 852 850 728
Tesouro Médio Prazo — Dez. 92/97 — 13 %.....	517 820	10 000	10 934	10 410	5 662 101 463
Tesouro Médio Prazo — Jan. 92/85 — 13,5 %.....	10	10 000	10 000	10 050	100 000
Tesouro Médio Prazo — Jan. 93/96 — 12,75 %.....	1 861 725	10 000	10 200	10 194	20 010 419 100
Tesouro Médio Prazo — Jan. 93/98 — 12,5 %.....	2 584 072	10 000	10 880	10 248	28 115 036 015
Tesouro Médio Prazo — Jan. 94/97 — 8,875 %.....	947 585	10 000	9 812	8 560	9 297 882 050
Tesouro Médio Prazo — Jan. 84/99 — 8,375 %.....	867 178	10 000	9 977	8 000	8 651 786 144
Tesouro Médio Prazo — Jun. 81/96 — 16 %.....	693 355	10 000	10 767	10 825	7 465 009 505
De outros emissores públicos nacionais	7 050 287				7 117 939 750
A médio e a longo prazos.....	7 050 287				7 117 939 750
Câmara Municipal Oeiras/83	300 000	1 000	986	850	298 820 093
Câmara Municipal V. N. Famalicão/92.....	275 000	1 000	1 000	1 000	275 000 000
Fundo Esp. Transp. Terrestres/85.....	4 289	10 000	9 982	—	42 814 581
Governo Regional dos Açores/89	71 300	1 000	1 042	1 040	74 265 024
Governo Regional dos Açores/80 — 2.ª em.	60 000	1 000	1 016	1 051	60 970 589
Governo Regional dos Açores/94 — 2.ª série.....	680 000	1 000	1 000	999	680 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Região Autónoma da Madeira/90 — série A	5 659 698	1 000	1 005	1 057	5 686 069 463
De emissores públicos estrangeiros	1 334 292				31 949 921 282
A médio e a longo prazos.....	1 334 292				31 949 921 282
BTPS 93/03 — 11 %	2 800	ITL 5 000 000	522 238	—	1 462 266 816
BTPS 93/03 — 11,5 %	8 200	ITL 5 000 000	536 011	—	4 395 282 101
BTPS 83/03 — 9 %	5 000	ITL 5 000 000	500 187	—	2 500 936 491
BTPS 93/98 — 11,5 %	1 000	ITL 5 000 000	515 046	—	515 045 647
BTPS 94/04 — 8,5 %	5 000	ITL 5 000 000	489 034	—	2 445 169 808
BTPS MA192/02 — 12 %	4 400	ITL 5 000 000	545 941	—	2 402 142 241
BTPS SET 92/02 — 12 %	400	ITL 5 000 000	549 121	—	219 648 291
DBR 93/03 — 6,5 %	3 272	DEM 1 000	100 026	—	327 286 660
France 93/03 — 6,75 %	4 220	FRF 2 000	58 187	—	245 548 013
SPGB 93/03 — 10,5 %	700 000	ESP 10 000	13 792	—	9 654 192 784
SPGB 93/03 — 10,9 %	300 000	ESP 10 000	14 171	—	4 251 445 080
SPGB 94/04 — 8 %	300 000	ESP 10 000	11 770	—	3 530 947 340
De rendimento fixo — de outros emissores.....	34 842 824				42 319 007 886
Emitidos por residentes.....	34 842 924				42 319 007 886
A curto prazo.....	1				115 000 000
Certificados de depósito.....					—
Barclays Bank	1	115 000 000	115 000 000	—	115 000 000
A médio e a longo prazos.....	34 842 923				42 204 007 886
A. Silva & Silva/94.....	250 000	1 000	1 000	—	250 000 000
APAJP/94.....	500 000	1 000	1 000	—	500 000 000
Amadeu Gaudêncio/92.....	50 000	1 000	1 000	—	50 000 000
Auto Industrial 87 — Série B	1 000	1 000	1 009	971	1 009 324
Auto Industrial/92.....	570 000	1 000	1 001	—	570 675 000
Auto Sueco/94.....	875 000	1 000	1 000	—	875 000 000
Autosil/94.....	460 000	1 000	1 000	—	460 000 000
Banco Finantia/93 — Obrig. caixa	44 590	10 000	9 883	9 985	445 156 833
Banco Finantia/94 — Obrig. caixa	25 000	10 000	10 000	10 000	250 000 000
Baviera/93.....	645 000	1 000	1 001	—	645 520 182
BCM/94 — Obrig. caixa — 1.ª e 2.ª emissões	398 000	10 000	10 000	9 930	3 990 000 000
BNC/94 — Obrig. caixa — 2.ª em.	5 000	10 000	8 808	9 905	49 542 273
BPSM/87.....	150	1 000	1 070	975	160 473
BRISA/94.....	300 000	1 000	1 000	—	300 000 000
C. P. San. Financeiro/1/85.....	17 715	10 000	9 947	—	176 215 592
Cargeste/93 — Obrig. caixa.....	10 000	10 000	10 000	—	100 000 000
Carneiro Campos/87	56 000	1 000	999	—	55 920 000
CIC/92.....	100 000	1 000	1 000	—	100 000 000
CISF/87 — 1.ª em. — Série A	600	1 000	1 017	960	609 926
Cofipsa/93.....	10 700 000	1 124	1 124	—	12 022 465 956
Colep/87 — Série A	15 000	1 000	998	1 000	14 967 000
Colep/87 — Série B.....	12 000	1 000	1 037	1 000	12 447 568
Colep/87 — Série C.....	20 000	1 000	1 057	1 040	21 142 857
CRCB/93 — 1.ª em.....	77 800	1 000	1 000	—	77 800 000
Crediloc SFAC/94 — Obrigações de caixa.....	15 000	10 000	10 000	—	150 000 000
Cunha Gomes/87.....	60 000	1 000	1 007	1 010	60 428 572
ESF Portugal/93.....	200 000	1 000	1 089	—	213 714 286
Edifícios Atlântico/94.....	500 000	1 000	1 000	—	500 000 000
EDP/87 — 13.ª em. — Série B.....	50	1 000	1 012	974	50 580
EDP/87 — 13.ª em. — Série C.....	150	1 000	1 012	979	151 739
EDP/88 — 14.ª em. — Série B.....	25	1 000	1 121	985	28 014
EDP/89 — 15.ª em. — Série B.....	128 840	1 000	1 015	1 000	130 760 368
EDP/89 — 15.ª em. — Série C.....	422 665	1 000	1 018	1 020	430 409 968
Empresa Madeirense Tabacos/93.....	250 000	1 000	1 000	1 028	250 000 000
ENU/90.....	183 750	550	550	—	101 062 500
Euroleasing/92 — Obrigações de caixa.....	5 000	10 000	10 000	9 970	50 000 000
F. N. Viana/87	44 900	1 000	998	—	44 724 428
Fab. Cons. Madrugada/87 — Série A	20 000	1 000	999	—	19 982 400
Fab. Cons. Madrugada/87 — Série B.....	15 000	1 000	989	—	14 981 351
Fab. Cons. Madrugada 87 — Série C	15 000	1 000	999	—	14 878 571
Fábrica Têxtil Vizela/87.....	20 000	1 000	992	—	19 845 227
Filmes Lusomundo/88 — Série A.....	32 000	1 000	999	—	31 982 000
Filmes Lusomundo/88 — Série B.....	32 000	1 000	997	—	31 908 745
Filmes Lusomundo/88 — Série C.....	32 000	1 000	999	—	31 971 812
Fricarnes/87 — Série A.....	3 500	1 000	956	900	3 346 000
Grupo Auto Industrial/87 — Série A	33 735	1 000	1 001	—	33 785 477

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Grupo Auto Industrial/87 — Série B	41 235	1 000	1 002	—	41 317 645
Imoleasing/87 — 2.ª em. — Série A	100	1 000	1 025	980	102 508
Imoleasing/89 — 1.ª em.	122 000	1 000	1 013	1 051	123 548 170
IPE/89 — 1.ª série	795 800	700	710	711	565 106 568
Jomar/87	50	1000	1 013	1 030	50 658
Lacticoop/80	2 000	500	498	—	895 294
Leasimpor/83 — Obrig. de caixa subord. — 2.ª em.	65 000	10 000	10 000	10 000	650 000 000
Leasing Atlântico/92 — Obrig. de caixa — 2.ª em.	13 000	10 000	10 000	9 990	130 000 000
Leasing Atlântico/93 — Obrig. de caixa — 1.ª em.	85 000	10 000	10 000	10010	850 000 000
Locapor/93 — Obrigações de caixa — 1.ª em.	15 000	10 000	10 000	10 600	150 000 000
Locapor/93 — Obrigações de caixa — 2.ª em.	15 000	10 000	10 000	10 000	150 000 000
Marques Soares/92	190 000	1 000	1 001	—	180 117 234
Modelo Continente/94	215 000	1 000	1 001	1 000	215 187 543
Mota & Companhia/93	1 895 000	1 000	1 000	—	1 895 000 000
Moto-Meca/87	62 250	1 000	999	—	62 163 879
Mundial Filmes/88 — Série C	80 000	1 000	999	—	79 912 604
Novafacar/83 — Cupão zero — 1.ª série	1 020 000	1 000	1 000	—	1 020 000 000
Novafacar/93 — Cupão zero — 2.ª série	1 060 000	1000	1 000	—	1 060 000 000
Novafacar/93 — Cupão zero — 3.ª série	1 100 000	1 000	1 000	—	1 100 000 000
Novafacar/93 — Cupão zero — 4.ª série	1 150 000	1 000	1 000	—	1 150 000 000
Novafacar/93 — Cupão zero — 5.ª série	1 250 000	1 000	1 000	—	1 250 000 000
Petrogal/94	2 000 000	1 000	1 000	—	2 000 000 000
Portucel/90 — 2.ª série	152 100	1 000	1 008	1 000	153 369 749
Proleite/87 — Série A	56 860	1 000	1 000	—	56 852 368
Proleite/87 — Série B	2 190	1 000	998	—	2 186 426
Proleite/87 — Série C	50	1 000	998	—	49 915
Quintas & Quintas/87 — Série A	5 500	1 000	1 007	985	5 536 300
Quintas & Quintas/87 — Série B	8 700	1 000	1 008	949	8 754 081
RAR/88 — Série C	27 500	1 000	1 021	994	28 086 667
RAR/88 — Série D	19 540	1 000	1 048	1 021	20 475 132
Riopele/89	1 045 490	1 000	1 000	1 000	1 045 185 198
SPL/93 — Obrigações de caixa — 2.ª em.	15 000	10 000	9 964	9 860	149 462 785
Salvador Caetano/93	50 000	1 000	1 000	1 003	50 000 000
Sanitana/93 — Série A	400 000	1 000	1 000	—	400 000 000
Sardinha & Leite/91	44 000	500	500	—	22 000 000
Sel Leasing/92 — Obrig. caixa — 2.ª em.	15 000	10 000	10 005	—	150 070 589
Setenave — Port. 143/88	168 719	1 000	1 003	—	169 272 330
Setenave — Port. 296/88	96 271	1 000	1 003	—	96 588 354
Sofinloc/89 — 3.ª em.	484 260	400	406	750	196 599 033
Sogrape/87	16 282	1 000	983	846	16 007 188
Solidal/94	100 000	1 000	1 000	—	100 000 000
Somec/94	500 000	1 000	1 000	—	500 000 000
Somelos/87 — Série A	34 800	1 000	584	—	20 321 004
Somelos/87 — Série B	35 895	1 000	743	—	26 663 183
Somelos/88	95 885	700	700	—	67 119 500
Sopete/87 — Série A	6 910	1 000	890	730	6 149 900
Sopete/87 — Série B	8 403	1 000	994	845	8 350 765
Sopete/87 — Série C	10 950	1 000	1 029	1 012	11 262 858
Sopete/89 — 2.ª em.	245 250	1 000	1 001	970	245 415 830
Sopete/94 — 1.ª em.	203 611	1 000	1 000	—	203 611 000
Teixeira Duarte/83	450 000	1 000	1 000	1 000	450 000 000
Tertir/87 — Série B	2 910	1 000	1 003	1 000	2 918 901
Têxtil Manuel Gonçalves/87	811 342	1 000	988	970	799 677 342
TLP/92 — Série A/B	331 300	1 000	1 000	995	331 300 000
TLP/93 — Série B	865 000	1 000	1 000	1 017	865 000 000
Valentim de Carvalho/92	170 000	1 000	1 001	—	170 205 556
Vicaima/88 — 2.ª em. — Série C	26 500	1 000	999	950	28 476 420
Vicaima/88 — 2.ª em. — Série D	12 800	1 000	999	950	12 792 509
Valores de rendimento variável	29 624 615	—	—	—	28 127 604 186
Emitidos por residentes	25 673 669	—	—	—	27 858 975 857
Acções	19 026 324	—	—	—	19 787 491 235
AGII	5 193 646	1 000	1 010	—	5 248 157 288
Conduril	21 551	1 000	1 960	2 060	42 240 000
CPC Imobiliária	18 350	1 000	5 000	—	91 750 000
Edifícios Atlântico	4 874 895	1 000	1 099	—	5 356 318 816
Ilídio Monteiro	214 684	1 000	1 000	—	214 684 000
Lisnave	1 468 060	1 000	1 000	780	1 468 060 000
Lusotur	7 901	1 000	2 396	3 200	18 927 052
Publimeios	50 000	1 000	3 100	—	155 000 000
SPE	3 999	1 000	2 000	—	7 999 000
SLAG	862 500	1 000	1 000	—	862 500 000
SLEI	5 999 530	1 000	987	—	5 921 104 284
Soc. Imob. Urbanização Parque	1 384	1 000	1 000	—	1 384 000
SOGEO	98 118	1 000	1 004	—	98 488 738

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Soporcel	12 857	1 000	7 200	4 580	92 570 400
SPASA	105 000	1 000	1 075	—	112 843 137
TST	82 500	1 000	1 000	—	82 500 000
Terciforma	4 999	1 000	1 000	—	4 999 000
World Trade Center Porto	6 350	1 000	1 254	—	7 965 520
Titulos de participação	2 746 454				2 801 419 432
Marinoteis/86 — 1.ª em.	628 185	1000	1017		638 888 380
Marinoteis/86 — 2.ª em.	203 443	1 000	599		203 312 258
Marinoteis/87 — 3.ª em.	955 050	1 000	1 018		972 284 753
Marinoteis/91 — 4.ª em.	216 499	1 000	1 000		216 494 000
UTIC/87	743 277	1000	1 037		770 430 041
Unidades de participação	2 752 000				4 121 175 040
Imoprimus Valor	2 752 000		1 498		4 121 175 040
Outros valores	1 148 891				1 148 690 150
Cofaco/94 — Obrigações de participantes	36 487	1 000	1 000	—	36 487 000
Comalpe/94 — Obrigações de participantes	10 354	1 000	1 000	—	10 354 000
Construções Golf-Mar, L.ª	151 812	1 000	1 000	—	151 811 150
José A. Pereirav94 — Obrigações de participantes	20 000	1 000	1 000	—	20 000 000
Lusotufo/94 — Obrigações de participantes	45 000	1 000	1 000	—	45 000 000
Maconde/84 — Obrigações de participantes	95 238	1 000	1 000	—	95 238 000
SETSA/94 — Obrigações de participantes	90 000	1 000	1 000	—	90 000 000
Soc. Imob. Santa Filomena	25 000	1 000	1 000	—	25 000 000
SOMIT/94 — Obrigações de participantes	200 000	1 000	1 000	—	200 000 000
TMG/94 — Obrigações de participantes	200 000	1 000	1 000	—	200 000 000
Vonepa/94 — Obrigações de participantes	15 000	1 000	1 000	—	15 000 000
Yazaki/94 — Obrigações de participantes	260 000	1 000	1 000	—	260 000 000
Emitidos por não residentes	3 950 946				268 628 329
Acções	3 950 946				268 628 329
Bank of Lisbon International	3 934 765	52	63	—	246 982 299
Diamang Diamantes de Angola	16 181	500	1 338	—	21 646 030
C — Imobilizações financeiras	33 132 023				32 493 102 581
Participações	1 563 838				3 467 080 790
Em instituições de crédito no país	6 250				62 500 000
Acções	6 250				62 500 000
SPGM	6 250	10 000	10 000	—	62 500 000
Em outras empresas no país	1 556 431				3 380 335 559
Acções	1 556 431				2 200 335 559
Clínica Particular do Porto	25 000	1 000	1 100	—	27 500 000
Construtora do Tâmega	656 522	1 000	2 000	—	1 313 044 000
Cosec	30 000	1 000	1 417	—	42 521 250
Euro Travellers Cheque	480	1 000	1 000	—	480 000
NET	500	1 000	1 000	—	500 000
Norpedip	151 000	1 000	1 001	—	151 211 280
Portuguesa Rating	2 100	1 000	1 000	—	2 100 000
SIBS	388 269	1 000	1 000	—	388 269 000
Sodera	1 950	5 000	5 000	—	9 750 000
Sulpedip	151 000	1 000	1 001	—	151 199 680
Unicre	149 610	1 000	760	—	113 760 349
Outras	—	—	—	—	1 180 000 000
FRIE IPE Capital-RETEX/PAIEP	—	—	—	—	200 000 000
FRIE-NORPEDIP	—	—	—	—	290 000 000
FRIE-NORPEDIP-RETEX	—	—	—	—	200 000 000
FRIE-SULPEDIP	—	—	—	—	290 000 000
FRIE-SULPEDIP-RETEX	—	—	—	—	200 000 000
Em outras empresas no estrangeiro	1 157				24 245 231
Acções	1 157				24 245 231

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Companhia de Seguros de Macau.....	600	MOP 1 000	17 737	—	10 642 426
SWIFT.....	557	BEF 5 000	24 422	—	13 602 805
Partes de capital em empresas coligadas	31 568 185				29 026 021 791
Em instituições de crédito no país	7 279 710				11 580 022 919
Acções.....	7 279 710				11 580 022 919
BCM (a).....	4 185 710	1 000	1 803	1 935	7 548 531 021
BPA Factor.....	500 000	1 000	1 000	—	500 000 000
UBP.....	2 594 000	1 000	1 361	1 150	3 531 491 898
Em instituições de crédito no estrangeiro	10 000 000				1 590 930 000
Acções.....	10 000 000				1 590 930 000
BPA Overseas.....	10 000 000	USD 1	159	—	1 590 930 000
Em outras empresas no país.....	14 288 475			—	15 855 068 773
Acções.....	14 288 475				15 853 468 773
AGII.....	1 806 354	1 000	1 005	—	1 815 596 056
BPA — Seguros Vida.....	1 277 120	1 000	1 661	—	2 121 916 194
CPG.....	92 057	2 000	2 091	—	192 521 130
Companhia de Seguros Bonança	150 600	1 000	4 400	4 480	662 640 000
Conselho	120 000	1 000	553	—	66 347 010
Corretora Atlântico.....	150 000	1 000	1 200	—	180 000 000
Edifícios Atlântico	5 914 681	1 000	1 034	—	6 115 469 558
Espaço Atlântico	140 000	1 000	1 000	—	140 000 000
Novair	39 000	1 000	1 000	—	39 000 000
SPR	1 415 693	1 000	1 000	—	1 415 693 000
SLAG	287 500	1 000	1 000	—	287 500 000
SLEI.....	2 000 470	1 000	945	—	1 889 628 962
SPASA	895 000	1 000	1 036	—	927 156 863
Quotas	—	—	—	—	1 600 000
Paço da Palmeira — Soc. Agrícola e Comercial, L.da.....	—	—	—	—	1 600 000
Em outras empresas no estrangeiro.....					99
Outras.....	—	—	—	—	99
Tamala International	—	—	—	—	99
<i>Total</i>	152 890 952				584 088 164 307

(a) Sem incluir as correspondentes 1 674 284 novas acções resultantes do aumento de capital por incorporação de reservas, cuja escritura foi celebrada em 29 de Novembro de 1994, estando ainda em curso a ulitimação do respectivo processo.

Inventário de títulos e de participações financeiras — Sucursais no exterior:

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
B — Títulos-investimento.....	34 031 335				265 640 511 948
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos.....	9 132 102				145 679 929 543
De dívida pública	382				1 468 027 964
A curto prazo.....	1				1 113 651 000
Treasury Bills — U. S. Government.....	1	USD 7 000 000	1 113 651 000	—	1 113 651 000
A médio e a longo prazos.....	381				354 376 964
Banco de Espana Certif. Dep. CR. 2/90.....	379	ESP 100 000	120 880	—	45 813 520
Treasury Notes — U. S. Government	2	USD 1 000 000	159 093 000	—	308 563 444
De outros emissores públicos nacionais	105				33 582 427 985
A médio e a longo prazos.....	105				33 562 427 985
Adjustable Rate Mortgage FHLMC.....	21	USD 6 383 509	1 015 571 586	—	21 916 082 625
Adjustable Rate Mortgage F.N.M.A.	5	USD 5 701 194	907 020 060	—	4 620 330 077
Small Business Administration	79	USD 527 000	83 842 018	—	7 046 015 283

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
De emissores públicos estrangeiros	9 131 615				110 629 473 594
A médio e a longo prazos.....	9 131 615				110 629 473 594
Bank of Greece	1	USD 5 000 000	782 774 161	—	795 906 620
Bank of Greece	1	USD 3 000 000	477 058 760	—	477 265 371
Bank of Greece	1	USD 2 000 000	308 519 665	—	314 726 343
Bank of Greece	3 800	USD 1 000	159 246	—	573 285 972
Bank of Greece	1	FRF 10 000 000	296 072 840	—	296 549 417
CTE. Italy.....	10 000	ECU 1 000	195 284	—	1 952 840 576
Development Fund of Iceland.....	1	USD 2 000 000	313 535 597	—	316 071 955
Development Fund of Iceland.....	2	USD 1 000 000	157 671 070	—	317 077 154
Empréstimo Interno Amortizável.....	15 000	PTE 50 000	44 969	—	730 613 068
Estados Unidos do México.....	1	USD 6 636 000	1 055 741 148	—	1 055 741 147
Estados Unidos do México.....	1	USD 250 000	39 773 250	—	39 773 250
Estados Unidos do México.....	1	USD 27 114	4 313 691	—	4 313 691
Government of Malaysia.....	3	USD 2 000 000	308 862 931	—	913 786 267
Government of Malaysia.....	3	USD 1 000 000	153 000 336	—	456 893 133
Government of Malaysia.....	1	DEM 1 535 000	157 847 976	—	157 742 781
Government of Malaysia.....	1	DEM 679 000	69 823 307	—	69 776 774
Hydro Quebec.....	1	ECU 2 700 000	527 035 724	—	527 035 724
Instituto de Crédito Oficial.....	1	ESP 1 000 000 000	1 208 418 020	—	1 208 418 020
Instituto de Crédito Oficial.....	1	ESP 500 000 000	604 209 010	—	604 209 010
República da Bulgária — Discount Bonds.....	1	USD 4 264 973	678 527 349	—	678 527 349
República da Bulgária — FLIRBs.....	1	USD 2 992 757	476 126 689	—	476 126 689
República da Bulgária — IAB.....	1	USD 3 590 545	571 230 576	—	571 230 576
República da Polónia — PAR Bonds.....	1	USD 35 295 000	5 615 187 435	—	5 615 187 435
República da Polónia — PDI Bonds.....	1	USD 11 563 000	1 839 592 359	—	1 839 592 359
Região Autónoma da Madeira/90 — Série A.....	2 126 706	PTE 1 000	1 027	1 057	2 183 088 078
Região Autónoma da Madeira/90 — Série B.....	1234740	PTE 1 000	1 048	1 050	1 291 635 986
Reino da Suécia/94 — 10,938%.....	1 000	PTE 1 000 000	997 603	—	997 636 992
Reino da Suécia/94 — 8,3%.....	1 061 000	PTE 1 000	894	1 080	950 942 296
Reino de Espanha.....	1	USD 5 000 000	798 179 780	—	796 179 780
Reino de Espanha.....	1	USD 2 800 000	445 477 582	—	445 477 582
Republic of Austria.....	1	USD 478 800	76 176 687	—	76 176 666
Republic of Finland.....	1	USD 10 000 000	1 590 991 364	—	1 590 991 364
Republic of Finland.....	1	USD 5 000 000	796 179 780	—	796 179 780
Republic of Finland.....	1	ECU 5 000 000	1 030 086 259	—	1 016 660 953
Republic of Greece.....	1	DEM 5 000 000	504 249 218	—	513 387 516
Republic of Iceland.....	1	USD 7 000 000	1 111 865 083	—	1 112 242 911
Republic of Iceland.....	3 000	USD 1 000	159 246	—	477 738 310
Republica da Argentina.....	1	USD 9 137 000	1 453 632 741	—	1 453 632 741
Republica da Argentina.....	1	USD 7 631 000	1 214 038 683	—	1 214 038 683
República da Argentina.....	1	USD 2 492 000	396 459 756	—	396 459 756
Republica da Irlanda/93 — 8,75%.....	1 240 100	PTE 1 000	923	1 100	1 146 684 875
República da Venezuela.....	1	USD 10 021 000	1 594 270 953	—	1 594 270 953
República da Venezuela.....	1	USD 1 867 000	297 293 530	—	297 293 530
República da Itália.....	1	USD 10 000 000	1 590 991 364	—	1 590 991 364
República da Itália.....	4	USD 5 000 000	821 872 810	—	3 234 933 815
República da Itália.....	6	ECU 5 000 000	976 385 080	—	5 858 310 480
República da Itália.....	1	ECU 3 000 000	560 279 732	—	584 843 144
República da Itália.....	1	ECU 2 000 000	373 804 967	—	374 141 800
República de Portugal.....	1	USD 20 000 000	3 184 719 120	—	3 184 719 120
República de Portugal.....	4	USD 10 000 000	1 420 092 131	—	5 726 303 731
República de Portugal.....	1	USD 5 000 000	796 179 780	—	796 179 780
República de Portugal.....	1	JPY 1 250 000 000	1 996 034 325	—	1 996 034 325
República de Portugal.....	2	JPY 1 000 000 000	1 596 827 460	—	3 193 654 920
República de Portugal.....	1	JPY 800 000 000	1 277 461 968	—	1 277 461 968
República de Portugal.....	2	DEM 5 000 000	513 183 401	—	1 026 461 033
República Federativa do Brasil — Conv. Bonds.....	1	USD 9 140 000	1 454 110 020	—	1 454 110 020
República Federativa do Brasil — Debt C. Bonds.....	1	USD 1 973 000	313 890 489	—	313 890 489
República Federativa do Brasil — Discount Bonds.....	1	USD 12 998 000	2 067 890 814	—	2 067 890 814
República Federativa do Brasil — E I Bond.....	1	USD 6 964 000	1 107 923 652	—	1 107 923 652
República Federativa do Brasil — New Money.....	1	USD 2 244 000	357 004 692	—	357 004 692
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 10 613 000	1 688 454 009	—	1 688 454 009
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 8 774 000	1 395 881 982	—	1 395 881 982
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 8 821 060	1 371 550 299	—	1 371 550 299
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 1 928 000	306 731 304	—	306 731 304
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 1 927 000	306 572 211	—	306 572 211
República Federativa do Brasil — Par Bond.....	1	USD 576 000	91 637 568	—	91 637 568
Southern Australian Governm. Financ. Authorit.....	1	AUD 3 442 446	424 595 439	—	424 595 439
Tesouro FIP/89.....	873 264	PTE 5 000	4 983	5 040	4 355 121 303
Tesouro Médio Prazo — Abr.93/00 — 11,875%.....	2 121 387	PTE 10 000	11 210	10 110	23 575 331 595
Tesouro Médio Prazo — Jan.93/98 — 12,5%.....	431 162	PTE 10 000	10 395	10 248	4 510 718 159
Tesouro Médio Prazo — Jun.91/06 — 16%.....	10 600	PTE 10 000	10 813	10 825	114 614 044

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
De rendimento fixo — de outras emissores	24 401 251				117 634 881 403
Emitidos por residentes	28				19 124 912 215
A curto prazo	3				3 373 990 233
Caisse Centrale des Banques Populaires — CD	1	FRF 25 000 000	747 498 388	—	747 498 388
Cassa di Risparmio London — CD	1	USD 8 500 000	1 034 678 606	—	1 034 678 605
Morgan Grenfell — CD	1	USD 10 000 000	1 591 813 240	—	1 591 613 240
A médio e a longo prazos	25				15 750 921 982
Alliance & Leicester	1	GBP 500 000	120 395 700	—	124 440 000
Australia and New Zealand Bank London	1	USD 1 000 000	158 385 417	—	159 181 323
Banco di Napoli London	1	USD 2 000 000	315 370 039	—	318 362 647
Banque Indosuez — CD	1	ECU 5 000 000	976 385 080	—	976 385 080
Chase London	1	USD 5 115 962	814 365 573	—	814 365 572
Cie. Financière de Cred. Indust. Commerc. U. E.	1	USD 5 000 000	793 711 823	—	795 037 128
Co-Operative Bank	1	GBP 2 000 000	486 684 840	—	497 760 000
Crédit Commercial de France — CD	1	FRF 50 000 000	1 489 300 000	—	1 489 300 000
Crédit Lyonnais	1	USD 5 084 000	916 012 162	—	931 320 492
Crédit Lyonnais	2	USD 5 000 000	816 641 600	—	1 582 359 560
Crédit Lyonnais	2	FRF 20 000 000	643 824 390	—	1 238 149 375
Crédit Lyonnais	1	CAD 7 000 000	779 225 674	—	782 547 628
Credito Italiano London	1	USD 2 000 000	317 089 197	—	318 362 647
First Orient Corp.	1	USD 2 000 000	318 186 000	—	316 186 000
First Orient Corp.	1	USD 1 840 000	292 731 120	—	292 731 120
Halifax Building Society	1	GBP 1 600 000	498 407 088	—	398 208 000
Hungarian Intl Bank London	1	USD 1 000 000	158 130 727	—	159 181 323
Istituto Bancário S. Paolo di Torino London	1	USD 2 000 000	315 019 840	—	318 362 647
Nissan Auto Receivables/91	1	USD 452 867	72 047 911	—	72 047 911
Royal Bank of Scotland	1	GBP 9 000 000	2 175 136 536	—	2 239 920 000
SNCF	1	ECU 3 887 000	869 482 337	—	850 500 367
Select Auto Receivables Trust/91	1	USD 431 780	68 693 161	—	68 683 161
Standard Chartered PLC	1	GBP 4 000 000	972 223 662	—	995 520 000
Emitidos por não residentes	24 401 223	—	—		98 709 969 188
Por organismos internacionais	10 836 070	—	—		10 866 364 116
BEI/89 — 12,125 %	1 101 170	PTE 1 000	996	—	1 096 560 549
BEI/89 — 15,25 %	248 350	PTE 1 000	998	—	245 849 117
BEI/90 — 1.ª em.	289 800	PTE 1 000	1 020	1 085	294 893 610
BEI/91 — 1.ª em.	2 410 000	PTE 1 000	1 032	1 114	2 483 023 233
BEI/91 — 2.ª em.	398 000	PTE 1 000	1 013	1 055	402 940 322
BEI/92 — 1.ª em.	1 831 000	PTE 1 000	970	1 250	1 777 491 807
BEI/94 — 9,35 %	780 000	PTE 1 000	995	—	778 057 456
Eurofima/91 — 13,875 %	1 549 150	PTE 1 000	1 000	1 086	1 561 995 689
Nordic Investment Bank	581 500	PTE 1 000	983	1 000	571 862 458
World Bank/91 — 12 %	849 300	PTE 1 000	995	—	646 025 994
World Bank/92 — 11,5 %	1 000 700	PTE 1 000	1 011	—	1 011 663 783
Por outros não residentes	13 564 253	—	—		87 841 605 072
A curto prazo	2	—	—		41 428 264
Banco Económico — CD	1	USD 59 613	9 484 011	—	9 484 011
Banco Florencia — CD	1	USD 200 790	319 442 53	—	31 944 253
A médio e a longo prazos	13 564 251	—	—		87 800 176 808
AGII/92	2 000 000	PTE 1 000	1 000	—	2 000 200 401
Allied Irish Bank	1	USD 4 000 000	636 725 296	—	636 725 295
American Express Bank	1	USD 1 000 000	156 235 352	—	158 262 782
Amorim Investimentos e Participações/92	5 500 000	PTE 1 000	1 000	—	5 499 888 900
Australia & New Zealand Bank	1	USD 3 000 000	477 134 619	—	477 664 853
Banco UNB, S. A.	1	USD 1 440 121	229 113 143	—	229 113 143
Banco de Santander	1	ESP 850 000 000	87 977 865 690	—	669 087 794
Banco di Roma	1	ECU 3 000 000	583 779 903	—	583 740 223
Banco di Roma	1	ECU 5 000 000	969 257 736	—	972 900 371
Banco Exterior International, Ltd.	1	USD 1 000 000	155 519 406	—	158 298 173
Banco Indusval — CD	1	USD 500 000	79 548 500	—	79 548 500
Banco Português de Investimento	1	DEM 2 000 000	204 572 839	—	204 894 091
Banesto Insurances Ltd.	1	USD 4 000 000	634 614 635	—	835 656 119
Banesto Insurances Ltd.	1	USD 1 000 000	158 621 839	—	158 914 030
Bangkok Bank United	1	USD 4 000 000	634 169 158	—	834 733 887
Bank Foreign Economic Affairs	2	NLG 5 000 000	458 868 223	—	917 736 446
Bank Fur Arbeit Und Wirtschaft	1	USD 2 000 000	312 632 120	—	318 362 647
Bank of America	1	USD 5 000 000	790 208 432	—	793 517 401
Bank of America	1	USD 3 000 000	477 297 409	—	477 297 409

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Bank of China	4	USD 2 000 000	311 663 150	—	1 267 069 411
Bank of China	3	USD 1 000 000	155 572 439	—	474 353 382
Bank of Foreign Trade	1	DEM 5 000 000	513 392 698	—	513 392 698
Bank of Ireland	1	USD 2 000 000	318 362 648	—	318 362 647
Bank of Nova Scotia	1	GBP 1 000 000	241 301 604	—	248 880 000
Bank of Tokyo	1	HKD 15 000 000	302 244 642	—	303 505 132
Banque Bruxelles Lambert N.V.	1	USD 2 000 000	306 424 937	—	313 588 187
Banque d'Arbitr. Tresor. Instrum. Financiers	1	USD 1 000 000	158 780 938	—	159 037 067
Banque d'Arbitr. Tresor. Instrum. Financiers	1	USD 500 000	79 350 694	—	79 518 534
Banque Indosuez	1	USD 1 950 000	310 243 318	—	310 243 316
Barings Bv	1	USD 5 750 000	886 820 077	—	915 292 814
Beverly Blue/BNP	1	USD 5 000 000	795 085 128	—	795 882 893
Ceca/92 — 11,125 %	658 350	PTE 1 000	971	1 050	640 011 951
Chase Corp	1	USD 7 000 000	1 077 753 072	—	1 114 289 267
Chase Manhattan Bank	1	USD 5 000 000	795 495 882	—	795 495 682
Christiania Bank	1	USD 5 000 000	761 603 044	—	795 908 820
Christiania Bank	1	USD 2 000 000	318 886 489	—	318 213 565
Citibank	1	USD 2 134 540	339 603 471	—	339 603 471
Citibank	1	USD 1 944 880	309 393 727	—	309 393 727
Citibank	1	USD 1 928 820	308 841 776	—	306 841 776
Citibank Hong Kong	2	HKD 10 000 000	203 615 910	—	1 227 876 287
Citibank Hong Kong	1	HKD 8 000 000	163 368 369	—	163 716 838
Citibank Hong Kong	1	HKD 3 000 000	60 603 135	—	61 393 814
Citibank Hong Kong	1	HKD 2 500 000	50 245 602	—	51 161 512
Citibank Hong Kong	2	HKD 2 000 000	40 196 481	—	81 858 419
Citicorp	1	USD 3 000 000	467 117 595	—	477 543 973
Citicorp	1	GBP 4 000 000	960 925 680	—	995 520 000
Citicorp	4	GBP 1 000 000	247 908 646	—	995 053 647
Citicorp — CD	1	USD 4 900 000	780 256 184	—	780 256 184
Citicorp Finance	1	GBP 3 000 000	730 877 406	—	736 664 463
Cofaco/93	200 000	PTE 1 000	1 000	—	200 020 040
Collateral Mortg. Oblig. Bear Sterns/89	1	USD 1 940 625	269 722 518	—	269 722 518
Collateral Mortg. Oblig. Bear Sterns/90	1	USD 439 899	76 910 953	—	76 910 932
Collateral Mortg. Oblig. Capstead/92	1	USD 8 335 489	1 334 276 974	—	1 334 276 985
Collateral Mortg. Oblig. Capstead/98	1	USD 4 551 048	728 485 608	—	728 465 856
Collateral Mortg. Oblig. Guardian/91	1	USD 4 851 657	742 773 766	—	742 773 791
Collateral Mortg. Oblig. Homeowners/88	1	USD 1 020 394	164 331 298	—	165 160 536
Collateral Mortg. Oblig. Homeowners/88	1	USD 888 487	141 699 237	—	141 699 237
Collateral Mortg. Oblig. Homeowners/89	1	USD 171 443	27 810 493	—	27 610 496
Collateral Mortg. Oblig. Morgan Trust	1	USD 367 038	59 460 549	—	58 109 560
Collateral Mortg. Oblig. Prudential Home/92	1	USD 5 204 257	853 439 387	—	853 439 318
Collateral Mortg. Oblig. Resolution/92	1	USD 11 917 597	1 930 945 262	—	1 930 945 292
Collateral Mortg. Oblig. Ryland/88	1	USD 590 629	93 153 319	—	93 153 260
Collateral Mortg. Oblig. Ryland/92	1	USD 5 999 999	976 871 188	—	976 871 236
Collateral Mortg. Oblig. Ryland/92	1	USD 5 253 597	853 343 884	—	853 343 900
Collateral Mortg. Oblig. Salomon/92	1	USD 3 785 176	613 025 422	—	613 025 457
Collateral Mortg. Oblig. Sears/92	1	USD 2 453 875	398 555 338	—	396 555 294
Collateral Mortg. Oblig. West Fed/88	1	USD 652 054	103 864 552	—	103 664 551
Conselho da Europa/90 — 15,5 %	33 000	PTE 1 000	1 021	—	33 566 558
Continental Mabor/94	985 000	PTE 1 000	1 000	—	965 096 693
Crediloc Leasing/93	25 000	PTE 10 000	10 001	—	250 025 050
Crediloc SFAC/93	25 000	PTE 10 000	10 001	—	250 025 050
Crédit Lyonnais	1	USD 3 000 000	475 628 868	—	476 104 428
Crédit Lyonnais	1	GBP 4 000 000	996 918 250	—	996 918 253
Crédit Lyonnais	1	ECU 2 500 000	487 996 040	—	487 996 041
Creditcard	1	USD 367 920	58 565 993	—	58 565 994
Crédito Italiano	2	USD 3 000 000	475 221 185	—	952 481 104
Crédito Italiano	2	USD 2 000 000	317 052 759	—	634 987 403
Crédito Italiano	1	USD 1 000 000	158 889 589	—	158 746 651
DAH Sing Bank	1	USD 3 000 000	476 581 483	—	477 297 409
DAH Sing Bank	1	HKD 10 000 000	204 827 287	—	204 236 204
DAI Ichi Hotels	1	CHF 3 000 000	364 250 015	—	364 250 015
Daiwa Bank, Ltd.	1	HKD 5 000 000	102 675 795	—	102 621 028
Daiwa Bank, Ltd.	1	HKD 3 000 000	61 405 008	—	61 572 817
Den Danske Bank	1	USD 500 000	78 075 140	—	79 590 662
EDP — 15.ª em. — Série B	50 000	PTE 1 000	999	1 000	49 966 015
EDP — 15.ª em. — Série C	105 440	PTE 1 000	999	1 020	105 388 332
Efibanca	1	USD 3 000 000	475 734 935	—	477 215 931
Emplas Corporation	1	CHF 3 000 000	364 627 888	—	364 627 887
Espírito Santo Finantial (Portugal)/93 — Taxa fixa	925 000	PTE 1 000	1 000	—	925 092 685
ESSI 94 — Série B — Obrigações de caixa	40 000	PTE 10 000	10 001	—	400 040 080
Ferrovie Dello Stato	1	ECU 7 500 000	1 463 988 122	—	1 463 988 122
Filmes Lusomundo/91	5 240	PTE 500	500	—	2 619 947
Finish Export Cred.	1	USD 1 095 890	174 355 153	—	174 355 153
First Chicago Corporation	1	USD 2 000 000	312 777 634	—	316 400 362
Generale de Banque	1	HKD 20 000 000	411 546 174	—	411 509 942
Generale de Banque	1	HKD 16 000 000	327 822 352	—	328 219 637

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Generale de Banque	1	HKD 8 000 000	163 993 419	—	164 109 818
Generale de Banque	1	HKD 2 000 000	40 977 794	—	41 027 455
Goldman Sachs	300	USD 10 000	1 594 054	—	478 192 161
Halifax Building Society	1	GBP 800 000	199 642 849	—	199 383 651
Hanwaco, Ltd.	1	USD 2 900 000	461 387 496	—	461 387 496
Imoleasing/93 — 1.ª em. — Obrigações de caixa	145 700	PTE 10 000	10 001	10 050	1 457 145 992
Imoleasing/94 — 1.ª em. — Obrigações de caixa	25 000	PTE 10 000	10 001	10 010	250 025 050
Industrial Development Bank of India	1	DEM 3 000 000	308 032 510	—	308 032 509
Industrial Development Bank of India	2	CHF 5 000 000	605 757 447	—	1214 552 239
Instituto Bancário S. Paolo di Torino	1	USD 4 000 000	632 962 925	—	634 313 182
Instituto Bancário S. Paolo di Torino	1	USD 5 000 000	791 040 906	—	792 556 660
Isveimer	2	USD 3 000 000	473 419 368	—	952 726 092
Japan Leasing Corporation	1	USD 1 000 000	166 576 796	—	162 366 501
Jerónimo Martins/93 — 2.ª em.	200 000	PTE 1 000	1 000	—	200 020 040
Keadar Peabody	1	USD 2 000 000	318 186 000	—	318 186 000
Kleinwort Benson Finance	1	USD 5 000 000	794 352 851	—	795 906 620
Kobayashi Metal Ltd.	1	CHF 1 750 000	199 937 625	—	208 807 487
Korea Development Bank	2	USD 2 000 000	315 811 786	—	635 841 856
Lavoro Overseas Bank	1	USD 5 000 000	795 495 682	—	795 495 682
Lavoro Overseas Bank	1	USD 3 000 000	476 350 112	—	477 543 973
Lavoro Overseas Bank	1	CHF 7 150 000	868 129 203	—	868 129 203
Lavoro Overseas Finance	1	DEM 3 000 000	304 854 651	—	308 255 534
Leasing Atlântico/92 — 2.ª em. — Obrig. de caixa	245 000	PTE 10 000	10 001	9 990	2 450 245 491
Lloyds Eurofinance NV	1	GBP 630 000	154 502 390	—	157 014 625
Modelo, SGPS 94	658 260	PTE 1 000	1 010	1 010	658 890 604
Monte Dei Paschi — CD	1	ITL 4 000 000 000	299 475 593	—	346 321 431
Nagawa Co, Ltd.	1	CHF 1 000 000	120 327 203	—	121 177 239
Naka Corporation	1	DEM 5 000 000	513 649 394	—	513 517 836
National Bank Mortgage	1	USD 4 306 000	685 080 881	—	685 080 881
National Bank of Canada	1	USD 3 225 000	507 863 768	—	511 011 011
National Bank of Canada	1	USD 3 000 000	471 092 543	—	475 359 080
National Bank of Canada	1	USD 2 000 000	315 048 110	—	316 906 053
National Bank of Canada	3	USD 1 000 000	157 534 662	—	475 359 080
National Westminster Bank	1	GBP 4 000 000	995 388 548	—	895 388 548
Nippon Kasei	1	CHF 9 000 000	961 620 041	—	1 069 122 324
Oliver Corporation	1	CHF 5 000 000	607 083 359	—	607 083 358
Ono Sokki Co., Ltd.	1	CHF 4 000 000	486 170 517	—	486 170 517
Quintas & Quintas	205 000	PTE 1 000	1 000	—	205 020 541
Raika Co. Ltd.	1	DEM 5 000 000	513 238 680	—	513 308 314
Royal Bank of Scotland	1	GBP 1 000 000	238 886 536	—	244 001 717
S. G. Warburg Capital B. V. (Netherlands)	1	USD 4 000 000	618 912 906	—	636 725 296
Sanwa Bank	1	HKD 16 000 000	322 558 772	—	323 347 890
Sanwa Bank	1	HKD 5 000 000	103 143 554	—	102 830 635
Shawmut Corporation	2	USD 1 000 000	158 041 686	—	317 060 899
Shawmut Corporation	1	USD 500 000	78 981 034	—	79 244 921
Shearson Lehman	1	USD 7 000 000	1 097 953 182	—	1 114 269 267
Shearson Lehman	1	USD 1 000 000	157 508 145	—	158 747 037
Siam Comercial Bank, Ltd.	1	USD 2 000 000	316 798 200	—	318 138 088
Siam Comercial Bank, Ltd.	1	USD 1 000 000	158 351 371	—	158 068 044
Skandinaviska Enskilda Banken	1	USD 3 000 000	477 297 409	—	477 297 409
Skandinaviska Enskilda Banken	1	GBP 3 000 000	746 640 000	—	746 640 000
Skop Bank	1	USD 3 000 000	477 543 972	—	477 543 973
Soc. Port. Leasing/93 — 1.ª em. — Obrig. de caixa	45 500	PTE 10 000	10 001	10 300	455 045 591
Societe Generale	1	USD 2 000 000	318 452 831	—	318 283 009
Sonae/94	1 312 000	PTE 1 000	1 000	999	1 312 131 463
Standard Chartered Perpetual	1	USD 167 000	26 568 531	—	26 566 531
Standard Chartered PLC	1	HKD 20 000 000	401 635 839	—	406 643 557
Standard Chartered PLC	1	GBP 3 000 000	730 938 696	—	737 932 189
Standard Chartered PLC	2	GBP 1 000 000	243 559 590	—	492 915 160
Sumitomo Light Metal Industries	1	CHF 3 400 000	413 078 836	—	413 078 838
Tertir/92 c/ warrant	195 295	PTE 2 000	2 000	2 200	380 628 137
Thai Military Bank	1	USD 2 500 000	395 957 976	—	386 627 399
Thai Military Bank	1	USD 2 000 000	318 198 273	—	318 198 273
Thai Military Bank	1	USD 997 208	158 654 903	—	158 287 754
Toyo Tire & Rubber	1	USD 5 000 000	682 326 072	—	793 806 887
Toyo Tire & Rubber	1	USD 1 700 000	270 468 532	—	270 468 532
Union Bank Of Finland	1	USD 4 000 000	635 133 483	—	636 725 296
Wells Fargo	1	USD 1 000 000	156 060 343	—	158 094 267
Wing Hang Bank	1	HKD 20 000 000	410 682 618	—	410 743 559
Valores de rendimento variável	497 582	—	—	—	2 125 701 002
Emitidos por residentes	300 015	—	—	—	1 970 734 707
Acções	300 015	—	—	—	1 970 734 707
Crédit Commercial de France	300 000	FRF 100	6 563	—	1 970 690 028
Sofaris — Fundo Nacional de Garantia	15	FRF 100	2 979	—	44 679

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Emitidos por não residentes	197 967	—	—	—	154 966 295 147
Acções.....	192 967	—	—	—	147 405 181
International Strategy Services, Inc.	50	USD 1 000	159 093	—	7 954 650
Sopete (nominativas)	107 103	PTE 1 000	710	720	75 991 393
Sopete (portador)	85 814	PTE 1 000	740	730	63 459 138
Unidades de participação	5 000	—	—	—	7 561 114
Oporto Growth Fund.....	5 000	USD 10	1 512	—	7 561 114
C — Imobilizações financeiras.....	127 400	—	—	—	2 865 448 911
Partes de capital em empresas coligadas	127 400	—	—	—	2 865 448 911
Em instituições de crédito no estrangeiro	127 298	—	—	—	2 863 674 000
Acções.....	127 298	—	—	—	2 863 674 000
BPA Brasil.....	127 298	BRC	22 496	—	2 863 674 000
Em empresas no país.....	102	—	—	—	1 774 911
Acções.....	100	—	—	—	24 888
BPA — Nominnee.....	100	GBP 1	24 888	—	24 888
Quotas	2	—	—	—	1 750 023
BPA Futures	1	USD 1 000	159 093	—	159 093
Partifinance	1	USD 10 000	1 590 930	—	1 590 930
Total	34 158 735				268 505 960 859

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 1994:

(Em contos)

Contas	Saldo do exercício anterior			Aumentos		Transferências (líquido)	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 1994
	Câmbios/93	Câmbios/94								
	Valor líquido em 31 de Dez. de 1993	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações incorpóreas:										
Trespasses	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento.	111 556	95 873	12 882	—	—	—	30 798	—	—	52 193
Custos plurianuais.....	1 164 980	359 987	—	46 133	—	433 216	195 764	—	—	643 572
Despesas de investigação e desenvolvimento.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sist. de trat. automat. de dados — <i>software</i> .	101 547	388 259	289 595	181 080	—	226 372	126 990	—	—	379 126
Outras	143 193	204 167	62 237	—	—	66 333	43 000	—	13 701	151 562
Imobiliz. corpóreas:								—		
Imóveis de serv. próprio (<i>a</i>).	15 998 149	22 696 364	6 716 951	178 934	—	854 897	365 895	—	1 846 798	14 800 551
Obras em imóveis arrendados.	2 123 439	3 579 481	1 473 832	52 658	—	1 518 673	1 103 157	—	—	2 573 823
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento (<i>a</i>).....	7 425 922	25 159 380	19 601 959	5 968 845	—	1 189 557	3 700 944	—	89 010	8 925 869
Patrim. artístico	1 070 942	1 070 681	—	10 371	—	—	—	— 2 647	—	1 078 405
Outras imobilizações corpóreas.	68 618	65 167	—	13 546	—	—	—	—	—	78 713
Imobiliz. em curso:										
Imobilizações incorpóreas.	1 268 985	1 268 985	—	1 591 548	—	— 2 036 033	—	—	—	824 500
Imóveis.....	928 983	928 983	—	553 392	—	— 961 635	—	—	—	520 740
Equipamento	770 804	770 804	—	1 116 277	—	— 1 146 714	—	—	—	740 367
Património artístico....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas.	254	254	—	—	—	— 254	—	—	—	—
Adiantamento por conta de imobilizações.	172 890	172 796	—	383 581	—	— 206 042	—	—	—	350 335
Totais	31 350 262	56 761 181	28 157 456	10 096 365	—	(b) — 61 630	5 566 548	— 2 647	1 949 509	31 119 756

(a) Inclui o imobilizado de locação financeira.

(b) Transferido para outras contas.

12 — Activos subordinados:

Os activos com carácter subordinado estão registados na rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, do balanço, e constam do inventário da carteira de títulos a que se refere a nota n.º 10.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Foram cedidos com acordo de recompra firme os activos incluídos na seguinte rubrica do balanço:

Rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo: 28 176 178 contos.

14 — Desdobramento dos créditos em função da duração residual:

Rubrica do balanço	Prazo residual				
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado (a)
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	487 923 977	345 173 394	10 287 864	4 654 418	500 462
4 — Créditos sobre clientes	384 251 998	162 883 771	144 945 446	98 463 394	36 056 560

(a) Inclui a totalidade do crédito vencido.

15 — Imobilizações corpóreas e imobilizações financeiras:

a) Reavaliações do exercício:

Não foram efectuadas no exercício reavaliações do activo corpóreo;

As reservas de reavaliação de aplicações financeiras verificadas no exercício resultam da atribuição gratuita de acções por virtude de aumentos de capital por incorporação de reservas em empresas participadas.

Valor contabilístico das reservas de reavaliação

(Em contos)

Reservas	Saldo do ano anterior	Variação		Saldo em 31 de Dezembro de 1994
		Constituição	Conversão em capital	
De imóveis de serviço próprio	2 735 052	—	—	2 735 052
De outros imóveis/aplicações de recuperação de crédito	—	—	—	—
De património artístico	599 394	—	—	599 394
De equipamento	2 487 116	—	—	2 487 116
De títulos — Negociação	3	—	—	3
De títulos — Investimento	782 500	—	—	782 500
De imobilizações financeiras	1 308 055	73 610	—	1 381 665
<i>Totais</i>	7 912 120	73 610	—	7 985 730

b) Valor contabilístico das imobilizações corpóreas e financeiras:

(Em contos)

Imobilizações	Custo histórico	Valores correspondentes às reavaliações efectuadas		Amortizações acumuladas	Saldo em 31 de Dezembro de 1994
		Em exercícios anteriores	Em 1994		
Corpóreas:					
Objecto de reavaliação	13 950 930	26 457 731	—	23 781 261	16 627 400
Sem reavaliação	20 825 234	—	—	8 424 013	12 401 221
Financeiras:					
Objecto de reavaliação	10 208 615	2 023 453	73 610	—	12 305 678
Sem reavaliação	23 222 923	—	—	—	23 222 923

c) Não foram efectuadas quaisquer amortizações excepcionais.

16 — Trespases, despesas de estabelecimento e despesas de investigação e desenvolvimento:

Não há situações a assinalar.

17 — Correcções de valor introduzidos no activo não imobilizado:

Não há correcções de valor introduzidas no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal

18 — Desdobramento dos débitos em função do prazo residual:

Rubrica do balanço	Prazo residual				
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado
1.b) — Débitos para com instit. de crédito — a prazo ou com pré-aviso.....	551 986 829	434 545 447	—	—	—
2.a) — Débitos para com clientes — depósitos de poupança.....	220 290 725	172 234 912	179 208	—	—
2.bb) — Débitos para com clientes — a prazo	433 148 911	308 142 222	723 091	318 186	—

19 — Vencimento de obrigações emitidas pelo Banco:

Não há obrigações ou outros títulos em circulação, emitidos pelo Banco, com vencimento no decurso do próximo ano.

20 — Débitos perante empresas participadas:

O montante dos débitos perante as empresas participadas (com posse directa de capital social, excluídas as coligadas) desdobra-se pelas seguintes rubricas do balanço:

Rubrica 2 — Débitos para com clientes:

- a) Depósitos de poupança: 9000 contos;
ba) À vista: 35 775 contos;
bb) A prazo: 101 000 contos.

21 — Débitos perante empresas coligadas:

O montante dos débitos perante as empresas coligadas (em relação de domínio directo ou indirecto), também de empresas filiais, desdobra-se pelas seguintes rubricas do balanço:

1 — Débitos para com instituições de crédito:

- a) À vista: 33 881 506 contos;
b) A prazo ou com pré-aviso: 255 879 677 contos.

2 — Débitos para com clientes:

- a) Depósitos de poupança: 31 937 contos.
ba) À vista: 1 267 616 contos;
bb) A prazo: 22 918 844 contos.

22 — Passivos subordinados:

O valor registado na rubrica 8 — Passivos subordinados, de 23 082 231 contos, decompõe-se em:

a) Títulos de participação BPA: 582 231 contos.

Correspondendo:

371 070 contos à parte remanescente dos títulos de participação emitidos em 1986, após a operação de conversão em acções no aumento de capital que coincidiu, em Maio de 1992, com a segunda fase de reprivatização do Banco;

71 869 contos à parte remanescente da mesma operação de conversão em acções dos títulos distribuídos gratuitamente por efeito do aumento de capital em 1989;

139 292 contos aos títulos distribuídos gratuitamente em virtude dos aumentos de capital em 1991 e 1992.

Os títulos de participação têm uma remuneração anual composta de uma parte fixa (16,5% para o período compreendido entre 1 de Junho de 1994 e 1 de Junho de 1995) e uma variável em função dos lucros do Banco (com um mínimo de 5%), bem como uma remuneração complementar pela atribuição gratuita de novos títulos sempre que ocorram aumentos de capital por incorporação de reservas constituídas por fundos gerados após a emissão dos títulos, e são reembolsáveis ao valor nominal a partir do final do 10.º ano de vida (1996-1997), por iniciativa do participante.

b) Obrigações de caixa subordinadas BPA/93:

1.ª emissão de 1 500 000 obrigações realizada em 12 de Fevereiro de 1993, no montante nominal global de 15 000 000 de contos.

A taxa de juro do 1.º cupão foi de 15,125% e a dos cupões seguintes será igual à taxa base anual calculada e divulgada pelo Banco de Portugal reportada ao antepenúltimo dia útil do semestre anterior, multiplicada pelo factor 1,055 e arredondada para 1/16 de ponto percentual imediatamente igual ou superior;

A amortização será feita ao par, numa única prestação no final do 20.º semestre, ou seja, em 15 de Fevereiro de 2003.

2.ª emissão de 750 000 obrigações realizada em 10 de Dezembro de 1993, no montante nominal global de 7 500 000 contos.

A taxa de juro do 1.º cupão, pago em 15 de Junho de 1994, foi de 11,5% e a dos cupões seguintes será igual à taxa Lisbor para o prazo de seis meses em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,2 pontos percentuais e arredondada para 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior;

A amortização será feita ao par, numa única prestação no final do 20.º semestre, ou seja, em 15 de Dezembro de 2003;

Em ambas as emissões pode o Banco proceder ao reembolso antecipado (*call-option*) total ou parcialmente mediante autorização prévia do Banco de Portugal e pagando um prémio sobre o valor nominal das obrigações reembolsar;

Também em ambas as emissões, em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações fica subordinado ao prévio reembolso de todos os demais credores não subordinados, tendo todavia os respectivos detentores prioridade sobre os accionistas do Banco.

Os encargos com os passivos subordinados imputados ao exercício de 1994 são explicitados adiante na nota n.º 40.

23 — Compromissos comerciais:

a) Os compromissos assumidos pelo Banco encontram-se relevados em contas extrapatrimoniais, sendo os seguintes discriminados por natureza (em contos):

Pela prestação de garantias e avales.....	42 449 737
(Dos quais, perante empresas coligadas)	(7 796 101)
Por aceites e endossos.....	2 883 901
(Dos quais, perante empresas coligadas)	(17 992)
Por cartas de crédito <i>stand-by</i>	12 760 758
Por créditos documentários abertos	18 564 243
(Dos quais, perante empresas coligadas)	(819 171)
Por fianças e indemnizações/contragarantias.....	225 053 885
(Dos quais, perante empresas coligadas)	(14 982 054)
Compromissos irrevogáveis:	
Por operações a prazo	1 510 465
Por contratos a prazo de depósitos.....	51 954 500
(Dos quais, perante empresas coligadas)	(2 693 551)
Por linhas de crédito.....	132 189 753
Por emissão de acções.....	1 740 000
Por subscrição de títulos	43 800 000
Por outros compromissos irrevogáveis	11 539 413
Por tomada firme.....	7 160 000
Compromissos revogáveis:	
Por linhas de crédito.....	2 641 000
Por emissão de garantias bancárias.....	8 414 000

b) Não há garantias reais oferecidas pelo Banco.

24 — Pensões de reforma e sobrevivência:

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar, ao seu pessoal, pensões de reforma e de sobrevivência.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, foi constituído pelo Banco, em Fevereiro de 1988, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 397/86, um fundo de pensões autónomo, o qual suporta, nesta data, a totalidade dos compromissos.

Eis a situação das responsabilidades e respectivas coberturas:

a) De acordo com os estudos actuariais realizados pela sociedade gestora do Fundo de Pensões, e no pressuposto de uma taxa de remuneração

real dos meios de cobertura de 4%, o valor actual das responsabilidades normais do Banco por serviços passados, a cargo do Fundo, é o seguinte (em contos):

Em relação a reformados e pensionistas (excluindo o acréscimo resultante das reformas antecip.).	34 160 820
Em relação a pessoal no activo — responsabilidades por serviços passados.	33 120 325
<i>Total de responsabilidades normais.....</i>	<i>67 281 145</i>
Para fazer face a estas responsabilidades, o Banco dispõe das seguintes coberturas, em 31 de Dezembro de 1994:	
Provisão para pensões de reforma e sobrevivência	2 903 595
Contribuição normal de 1994 ainda não transferida para o Fundo.	2 970 708
Valor do fundo de pensões:	
Contribuições do Banco para o Fundo até 31 de Dezembro de 1993.	49 193 862
Rend. do Fundo até 31 de Dezembro de 1994 (líquido do pagamento de pensões efectuado).	12 212 980
<i>Total de cobert. para respons. normais.....</i>	<i>67 281 145</i>

b) Do mesmo modo, com base nos estudos actuariais realizados pela sociedade gestora, o acréscimo de responsabilidades motivado pelas reformas antecipadas foi de 4 589 483 contos em 1993 e 4 785 971 contos em 1994.

A cobertura destas responsabilidades é feita através de dotações da provisão para pensões de reforma e sobrevivência e repartida por quatro exercícios, tendo sido imputado ao exercício o montante de 2 343 864 contos. O valor acumulado das provisões constituídas até 31 de Dezembro de 1994 ascende a 3 491 235 contos.

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 129-M/DSB, de 16 de Dezembro de 1993, do Banco de Portugal, as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverão apresentar uma cobertura mínima de 55 % em 31 de Dezembro de 1994.

No caso do BPA, a cobertura mínima exigida pela referida norma do Banco de Portugal corresponde a 42,16 milhões de contos, valor largamente ultrapassado pelo total de 70,77 milhões de contos de coberturas existentes (92,32 %) no final de 1994.

25 — Provisões:

São os seguintes os saldos e movimentos das contas de provisões no exercício:

BPA — Actividade em Portugal

(Em contos)

Provisões	Saldo em 31 de Dezembro de 1993	Movimento durante o ano de 1994			Saldo em 31 de Dezembro de 1994
		Dotações	Utilizações	Reposições	
Para crédito vencido.....	18 479 274	9 686 672	11 649 683	—	16 516 263
Para depreciação de títulos — Negociação.....	474	53 387	5 233	—	48 628
Para depreciação de títulos — Investimento.....	667 119	249 897	—	—	917 016
Para depreciação de imobilizações financeiras.....	—	548 392	—	—	548 392
Para riscos gerais de crédito.....	14 321 595	540 958	104 955	—	14 757 598
Para pensões de reforma e sobrevivência.....	3 619 524	2 990 635	(a) 215 329	—	6 394 830
Para riscos bancários gerais.....	100	10 889	—	—	10 989
<i>Totais.....</i>	<i>37 088 086</i>	<i>14 080 830</i>	<i>11 975 200</i>	<i>—</i>	<i>39 193 716</i>

(a) Por pagamento de pensões directamente a cargo do Banco.

BPA — Actividade global

(Em contos)

Provisões	Saldo do ano anterior		Movimento durante o ano de 1994			Saldo em 31 de Dezembro de 1994
	Câmbios de 31 de Dezembro de 1993	Câmbios de 31 de Dezembro de 1994	Dotações	Utilizações	Reposições	
Para crédito vencido.....	29 668 068	28 759 979	(a) 10 236 842 (157 075)	(b) (c) 14 912 479 (1 386 223)	4 741 763	19 342 579
Para deprec. de títulos — Negociação.....	474	474	53 388	5 234	—	48 628
Para deprec. de títulos — Investimento.....	1 475 364	1 469 946	(b) (d) 2 706 342 (240 343)	11	55 213	4 121 064
Para deprec. de imobiliz. financeiras.....	—	—	548 392	—	—	548 392
Para riscos gerais de crédito.....	20 931 270	20 393 984	(c) (d) 2 147 252 (1 130 698)	(a) 262 029 (157 075)	833 892	21 445 315
Para pensões de reforma e sobrevivência.....	3 619 524	3 619 524	2 990 635	215 329	—	6 394 830
Para riscos bancários gerais.....	100	100	10 889	—	—	10 989
<i>Totais.....</i>	<i>55 694 800</i>	<i>54 244 007</i>	<i>18 693 740</i>	<i>15 395 082</i>	<i>5 630 868</i>	<i>51 911 797</i>

(a) Inclui transferência de 157 075 contos da rubrica de provisões para riscos gerais de crédito para a rubrica de provisões para crédito vencido.

(b) Inclui transferência de 247 825 contos da rubrica de provisões para crédito vencido para a rubrica de provisões para depreciação de títulos de investimento.

(c) Inclui transferência de 1 138 398 contos da rubrica de provisões crédito vencido para a rubrica de provisões para riscos gerais de crédito.

(d) Inclui flutuação cambial de 7482 contos em provisões para títulos de investimento e de 7700 contos de provisões para riscos gerais de crédito.

26 — Critérios de distinção entre títulos de negociação e de investimento:

O critério seguido para distinguir os títulos de negociação daqueles que constituem investimentos e imobilizações financeiras assentou fundamentalmente na intenção da aquisição.

Assim, em relação aos títulos adquiridos durante o exercício, se a finalidade era a revenda a curto prazo foram registados como títulos-negociação; se a intenção era a alienação para além dos seis meses, assumindo portanto a detenção carácter duradouro, os títulos foram registados em títulos-investimento. As participações em empresas coligadas

e com carácter de imobilizado foram contabilizadas em imobilizações financeiras.

27 — Acréscimos e diferimentos de proveitos e custos:

Saldos das seguintes contas em 31 de Dezembro de 1994 (em contos):

Proveitos a receber	61 138 423
Custos a pagar	65 466 039
Receitas com proveito diferido	7 688 002
Despesas com custo diferido	4 082 665

28 — Escalonamento dos rendimentos de títulos:

Avaliação dos títulos investimento e negociação:

a) Os títulos emitidos a valor descontado são registados na carteira de investimento do Banco pelo valor de reembolso, sendo a diferença, que em 31 de Dezembro de 1994 somava 3631 milhares de contos, reflectida na rubrica 5 — Contas de regularização do passivo (receitas com proveito diferido).

Por sua vez os títulos de investimento adquiridos por valor superior ou inferior ao seu valor de reembolso (ou nominal) estão contabilizados na carteira do Banco pelo valor de aquisição. As diferenças entre os valores contabilísticos e os valores nominais, em 31 de Dezembro de 1994, que

relativamente aos títulos portugueses ascendem a 25 585 milhares de contos (a positiva) e a 866 milhares de contos (a negativa), serão escalonadas até aos vencimentos em custos e proveitos, respectivamente.

b) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos portugueses na carteira de investimento e a sua avaliação com base nos valores de mercado, com exclusão dos títulos já referidos no ponto 5, atinge o montante de 15 770 milhares de contos (menos-valia).

c) Relativamente aos títulos portugueses registados na carteira de negociação, a diferença entre o valor por que estão contabilizados (valores de cotação) e os correspondentes valores de aquisição assume a importância de 1 337 milhares de contos.

29 — Fundos próprios:

O capital está representado por 110 000 000 acções, de valor nominal de 1000\$ cada, das quais 26 830 691 pertencentes ao Estado Português.

Neste exercício foi concluída a terceira fase de reprivatização do Banco (25 % do capital social), nos termos do Decreto-Lei n.º 169/93, de 11 de Maio, com a alienação de 7 500 000 acções reservadas para instituições estratégicas.

Também neste exercício e na sequência da deliberação em assembleia geral de accionistas de 28 de Maio de 1994, o capital social do Banco foi aumentado de 100 para 110 milhões de contos, por oferta pública de subscrição reservada a accionistas, com prémio global de emissão de 4 milhões de contos.

Capital, reservas e títulos de participação

Movimentos em 1994	Capital	Reservas				Capital e reservas	Títulos de participação	Empréstimos subordinados
		Legal	Reavaliação	Outras	Total			
Saldos do ano anterior	100 000 000	2 025 000	7 912 120	13 969 913	23 907 033	123 907 033	598 708	22 500 000
Variações:								
Aumento de capital por subscrição de novas acções	10 000 000	—	—	4 000 000	4 000 000	14 000 000	—	—
Aplicação dos resultados	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplicação dos resultados do exercício de 1993 (a)	—	2 235 000	—	5 495 261	7 730 261	7 730 261	—	—
Anulação (b)	—	—	—	—	—	—	16 477	—
Reaval. de imobil. financeiras	—	—	73 610	—	73 610	73 610	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 1994	110 000 000	4 260 000	7 985 730	23 465 174	35 710 904	145 710 904	582 231	22 500 000

(a) Segundo ponto da acta n.º 7 da assembleia geral anual de accionistas de 28 de Março de 1994.

(b) Anulação em conformidade com o Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto, que regulamenta os títulos de participação.

30 — Partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares:

Não há partes de capital do BPA beneficiárias, nem obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

31 — Desenvolvimento das rubricas outros activos e outros passivos:

Os principais elementos patrimoniais que integram as rubricas 13 do activo e 4 do passivo são os seguintes (em contos):

Rubrica 13 — Outros activos:

Ouro	103 917
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	51 582
Outras disponibilidades	1 046 823
Vales de correio	175 813
Cupões e títulos sorteados	175
Recibos e outros valores	870 835
Devedores e outras aplicações	37 102 070

De que destacamos:

Bonificações a receber	199 824
DGT — Juros a cargo do Estado	5 635 699
Cessões de crédito e recursos subordinados junto de empresas participadas e coligadas	26 487 441

Devedores, residentes, diversos	678 189
Aplicações de recuperação de créditos	2 192 448
Devedores, residentes nas sucursais estrangeiras	1 908 469
Outras imobilizações financeiras	170 049

Rubrica 4 — Outros passivos:

Credores	5 700 442
Credores para fornecimento de imobilizado — Regime de locação financeira	
Credores para fornecimento de bens imobilizados	
Credores para rendimento de títulos	
Credores por parcelas a realizar em títulos subscritos	
Fornecedores	
Credores para depósitos para garantia de obras	
Credores — residentes — diversos	
Credores — nas sucursais no estrangeiro	
Outras exigibilidades	3 292 537

De que se destaca:

IRC a pagar	1 092 763
IVA a pagar	144 351
Retenção de impostos na fonte	1 576 013
Contribuições para a segurança social	158 657
Cobranças por conta de terceiros	22 958
Contribuições para o SAMS	95 898
Impostos nas sucursais	51 815

32 — Fundos administrados por conta de outrem:

Não existem fundos administrados por conta de outrem.

33 — Operações a prazo:

As operações a prazo não vencidas à data de 31 de Dezembro de 1994, cuja maioria é destinada à cobertura de taxas de câmbio e representa operações comerciais, desdobram-se nos seguintes tipos e contravalores:

(Em milhares de contos)

	Portugal		Sucursais no exterior	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Operações cambiais a prazo	176 530	178 960	1 424 852	1 419 129
Operações <i>swap</i> :				
<i>Swap</i> de moeda	176 649	176 937	291 453	260 300
<i>Swap</i> de taxa de juro	135 744	135 744	795	795
Contratos a prazo de taxa de juro (FRA)	—	2 000	—	11 138

34 — Efectivo de trabalhadores:

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco no exercício de 1994, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

35 — Remunerações dos órgãos sociais:

As remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização foram no ano de 1994:

Conselho de administração: 328 858 contos;

Conselho fiscal: 11 310 contos.

36 — Serviços de gestão e de representação prestados a terceiros:

Não houve contabilização de proveitos relativos à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros.

37 — Totais do activo e do passivo em moeda estrangeira:

Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, ao câmbio médio de 31 de Dezembro de 1994, são:

Activo: 852 253 116 contos;

Passivo: 864 873 390 contos.

38 — Ventilação dos proveitos por mercados geográficos:

a) Proveitos correntes gerados em Portugal:

As oportunidades de negócios com o estrangeiro são em regra encaminhadas para as sucursais no exterior.

Pode por isso afirmar-se que a generalidade dos proveitos correntes contabilizados em Portugal são gerados no próprio mercado português.

b) Proveitos correntes gerados nas sucursais no exterior:

Em relação às sucursais, e partindo do pressuposto de que a distribuição dos proveitos feitos naquelas é proporcional à repartição geográfica da carteira de crédito (deduzida dos créditos soberanos que não estão a vencer juros) e de títulos, temos o seguinte quadro de origens dos proveitos:

Portugal: 35,97%;

Restantes países da CE: 16,50%;

Restantes países da OCDE: 24,14%;

Restantes países da Europa: 0,61%;

América Latina: 12,10%;

Ásia: 6,10%;

África e Médio Oriente: 1,49%.

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

A — Custos:

Rubrica 6 — Outros custos de exploração:

Quotizações	50 644
Donativos	23 584
Remuneração de títulos de participação (parte variável além da mínima)	26 350
Bolsas e estágios concedidos a estranhos	76 915
Diversos	428 408

Rubrica 11 — Perdas extraordinárias:

Menos-valias na realização de valores imobilizados	70 128
Multas e outras penalidades legais	16 066
Prejuízo por extravio, roubo ou falsificação de valores	138 750
Perdas relativas a exercícios anteriores:	
Anulação de juros op. activas	614 542
Anulação de juros rendimento de títulos	19 985

Diversos	367 156	1 001 683
Outras perdas extraordinárias		2 135 759
Locação financeira — Decreto-Lei n.º 29/93		1 983 745
B — Proveitos:		
Rubrica 7 — Outros proveitos de exploração:		
Rendimento de imóveis		21 662
Proveitos pela prestação serviços diversos		453 854
Reembolso de despesas		2 552 087
Rendimentos de recursos consignados		3 600
Outros proveitos		1 110 089
Rubrica 9 — Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados		130 049
Indemnizações por incorporação de contratos		1 300
Ganhos relativos a exercícios anteriores:		
Recuperação de créditos incobráveis	424 856	
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	7 864	
Outros ganhos	479 065	911 785
Outros ganhos extraordinários		2 138 429
De que se destaca:		
Locação financeira — Decreto-Lei n.º 29/93		1 950 571
40 — Encargos com passivos subordinados:		
a) Títulos de participação (em contos):		
Regularização dos encargos que foram assumidos no exercício anterior:		
Remuneração em dinheiro		110 334
Imputação de encargos no exercício de 1994:		
Parte fixa	45 689	
Parte variável (a)	36 306	81 995
Na anulação de 16 477 títulos, foram utilizados os seguintes encargos:		
Parte fixa	1 155	
Parte variável	916	2 071

(a) Esta parcela inclui a parte variável além da mínima, referida na nota n.º 39-A.

b) Obrigações de caixa subordinadas — BPA/93:

(Em contos)

	1.ª emissão	2.ª emissão
Pagamento de juros	1 650 000	882 509
Imputação de encargos ao exercício de 1994	1 727 344	867 260

41 — Carga fiscal:

Imposto sobre o rendimento (IRC):

(Em contos)

	1994	1993	1992
1 — Carga fiscal estimada	298 100	1 355 000	—
2 — Carga fiscal imputada	298 100	1 218 198	—
3 — Entrega por conta (incluindo retenção na fonte)	841 985	2 566	1 156 736
4 — Entrega adicional	—	—	42 340
5 — Derrama para o município (incluído na carga fiscal imputada)	44 063	128 578	—
6 — Liquidação fiscal IRC	—	—	—
7 — IRC a reembolsar	—	—	—
8 — Correção contabilística (2)–(1) — Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	—	136 802	—

A diferença entre a verba de 1 934 750 contos, constante da rubrica 13 — Impostos sobre lucros, a débito, da demonstração de resultados, e a carga fiscal estimada para o exercício de 1994 de 298 100 contos corresponde ao valor líquido a pagar dos montantes previsionais da liquidação adicional do IRC 1992 e do reembolso do IRC 1993, em consequência da periodificação em três exercícios, para efeitos fiscais, do prémio do reembolso dos TP mobilizados na 2.ª fase de reprivatização do Banco.

42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

O imposto sobre lucros na conta de resultados analisa-se nas seguintes proporções:

Sobre os resultados correntes — 100 %
Sobre os resultados extraordinários: 0 %

43 — Inclusão das contas do banco noutra instituição:

As contas do Banco não são consolidadas em qualquer outra instituição.

44 — Empresas filiais noutros estados membros da Comunidade Europeia:

O BPA não tem empresas filiais, mas apenas sucursais, instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia.

45 — Operações de locação financeira:

As operações de locação financeira atingiram até 31 de Dezembro de 1994 o montante de 4 465 628 contos, e as amortizações acumuladas

ascendem a 2 778 503 contos. Estes valores estão incluídos na rubrica 10 do activo — Imobilizações corpóreas.

O Conselho de Administração: *João dos Santos Oliveira*, presidente — *Eduardo Manuel da Silva Rocha* — *João José Mendonça Esteves da Silva* — *Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário* — *António Inácio Oliveira Carvalho* — *José Manuel Trindade Neves Adelino* — *Amândio Anes Azevedo*. — O Director da Contabilidade e Estatística, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do Banco Português do Atlântico, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 707 287 857 contos e um total de capital próprio de 165 805 153 contos, incluindo um resultado líquido de 20 094 249 contos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — Em minha opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português do Atlântico, S. A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

14 de Fevereiro de 1995. — O Revisor Oficial de Contas, *José Rodrigues de Jesus*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos estatutos, vem o conselho fiscal do Banco Português do Atlântico, S. A., apresentar o relatório da sua actividade no ano de 1994, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, apresentados pelo conselho de administração.

1 — Neste primeiro exercício completo de actividade dos seus actuais membros, o conselho fiscal reuniu regularmente com carácter mensal e extraordinariamente sempre que tal foi considerado necessário.

Nas reuniões efectuadas, analisaram-se diversos relatórios e informações elaborados periodicamente pelos serviços ou especialmente solicitados pelo conselho, relativos às várias áreas funcionais do Banco e às sociedades que compõem o Grupo. Foi dada especial atenção aos normativos legais e regulamentares, com especial incidência nas activi-

dades bancária e afins, assim como aos avisos e instruções do Banco de Portugal nomeadamente sobre grandes riscos, fundos próprios, provisões e *ratios* de solvabilidade e do imobilizado.

2 — Tal como no ano anterior, acompanhámos a actividade do Banco, nomeadamente pela participação nas reuniões do conselho de administração e pela representação regular nas reuniões da comissão executiva e, bem assim, pelos frequentes contactos e reuniões com os membros daquele conselho, sempre que as situações o justificaram.

Seguimos a actividade dos serviços, apreciando em particular os trabalhos da Direcção de Estudos Económicos e Planeamento, da Direcção de Auditoria e Inspecção, das Direcções Comerciais e do Departamento de Contabilidade e Estatística, cujos responsáveis nos dedicaram o necessário apoio.

3 — Em 26 de Julho de 1994 foi publicado o anúncio preliminar do lançamento de uma oferta pública de aquisição sobre quarenta por cento das acções representativas do capital social do Banco, a qual não foi autorizada por despacho do Ministro das Finanças de 9 de Setembro.

No dia 9 de Janeiro do ano corrente foi publicado novo anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de acções, agora incidente sobre a totalidade do capital do Banco, processo que está em fase final de apreciação pelas autoridades competentes.

4 — De acordo com a deliberação da assembleia geral de 28 de Março de 1994, o capital social do Banco foi aumentado de 100 para 110 milhões de contos, tendo o aumento de 10 milhões de contos sido reservado a accionistas, com o prémio de emissão de 4 milhões de contos.

A terceira fase de reprivatização do Banco ficou concluída em Maio de 1994, mediante a alienação pelo Estado de 7 500 000 acções a investidores estratégicos estrangeiros, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 169/93, de 11 de Maio.

5 — Em 1994 prosseguiram os esforços de desenvolvimento e consolidação do Grupo e diversificação das suas áreas de negócios.

No plano interno foi lançado um processo de estudo organizacional com a colaboração de uma reconhecida empresa internacional de consultadoria.

Continuou o processo de reestruturação das participações do Grupo nas áreas não financeiras, com vista, designadamente, ao cumprimento das disposições do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Agosto.

Neste quadro, foi requerido e obtido despacho favorável para o conjunto de isenções fiscais e emolumentares referentes à área imobiliária, previstas no Decreto-Lei n.º 404/90, de 21 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 143/94, de 24 de Maio.

No plano internacional, foram factos marcantes a abertura de escritórios de representação em Buenos Aires e Caracas, a transformação do escritório de representação de Luanda em sucursal, tendo-se iniciado a actividade do BPA — Overseas Bank, Ltd., sediado em Cayman.

Durante o ano de 1994 a Instituição abriu 30 novos estabelecimentos (balcões e equipados) 28 dos quais em Portugal, elevando-se o número total para 359 no final do exercício.

Em 1994 o Banco celebrou os 75 anos da sua existência, tendo sido promovida a realização de diversas acções alusivas à efeméride.

6 — O relatório do conselho de administração descreve a evolução da actividade do Banco e do Grupo no exercício de 1994.

Os balanços, as demonstrações de resultados e os correspondentes anexos, do Banco e do Grupo, foram, como nos anos anteriores, elaborados em conformidade com as normas emanadas do Banco de Portugal.

Do exame destes documentos salientam-se os seguintes valores:

a) Os activos líquidos do Banco e consolidado ascenderam em 31 de Dezembro de 1994 a 2707,3 e 3609,6 milhões de contos, respectivamente, tendo crescido 11 % e 5,4 %, também respectivamente, em relação a igual data do ano anterior;

b) A margem financeira do Banco, individualmente considerado, foi de 57,1 milhões de contos enquanto no exercício anterior tinha sido de 64,7 milhões de contos, tendo-se verificado, assim, uma diminuição de cerca de 11,7 %;

c) O *cash-flow* do Banco ascendeu a 44,8 milhões de contos, correspondendo a uma diminuição de 8,8 % relativamente ao exercício anterior; no que respeita ao Grupo, o *cash-flow* foi de 79,4 milhões de contos, a que correspondeu uma redução de 2,1 % em relação ao ano anterior;

d) Os resultados líquidos do exercício foram de 20,1 milhões de contos no Banco e de 22,2 milhões de contos no Grupo, valores que reflectem, quando comparados com os do exercício anterior, variações negativas de 10 % e 5,4 %, respectivamente;

e) O *ratio* de solvabilidade do Banco e do Grupo, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, passou de 10,3 % para 11,1 %, no primeiro caso, e de 11,4 % para 12,8 %, no segundo.

7 — O conselho fiscal apreciou o relatório de revisão legal elaborado pelo revisor oficial de contas assim como as certificações legais de contas do Banco Português do Atlântico, S. A. e consolidadas, documentos que mereceram concordância.

Reunimos com os auditores externos, quando as circunstâncias o tornaram conveniente e apreciamos os relatórios produzidos pelos mesmos, inclusive o relatório sobre as contas do exercício de 1994.

8 — No desempenho das nossas funções não detectámos qualquer violação das normas legais e estatutárias, não se tendo igualmente tomado conhecimento de factos relevantes subsequente ao termo do exercício de 1994 que afectem as contas apresentadas pelo conselho de administração.

9 — Em face do exposto, o conselho fiscal é de parecer que a assembleia geral aprove:

O relatório, os balanços, as demonstrações de resultados e correspondentes anexos, relativos às contas individuais e consolidadas do Banco Português do Atlântico, S. A., apresentados pelo conselho de administração;

A proposta de aplicação de resultados formulada pelo conselho de administração.

14 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Fiscal: *Pedro Matos Silva*, presidente — *Armando Jorge Gomes Ferreira*, vogal — *José Rodrigues de Jesus*, vogal e revisor oficial de contas.

Acta n.º 10 da assembleia geral anual

Aos 20 de Março de 1995, pelas 15 horas, reuniu no Seminário de Vilar, Grande Auditório, na Rua Arceidiago Van Zeller, 50, no Porto, a assembleia geral anual do Banco Português do Atlântico, S. A., com sede na Praça D. João I, 28, no Porto, pessoa colectiva n.º 500697477, matriculada sob o n.º 1/790910 na Conservatória do Registo Comercial do Porto, com o capital social de 110 000 000 000\$, sendo a mesa da assembleia constituída pelo presidente, Dr. Augusto Lopes Cardoso, pelo vice-presidente, Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro e pelo secretário, Dr. Carlos da Silva Costa. O nome dos accionistas presentes ou representados e o valor nominal das partes sociais de cada um constam da lista de presenças, organizada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que fica anexa à presente acta.

Estavam também presentes os membros do conselho de administração, Eduardo Manuel da Silva Rocha, João José Mendonça Esteves da Silva, Abílio Xavier Frederico Giraldo do Rosário, António Inácio de Oliveira Carvalho, Amândio Anes de Azevedo, José Manuel Trindade Neves Adelino e José Manuel de Castro Plácido Pires e todos os membros do conselho fiscal, Pedro Matos Silva, Armando Jorge Gomes Ferreira e José Rodrigues de Jesus. Não compareceu por motivo de doença o presidente do conselho de administração, Dr. João dos Santos Oliveira.

Aberta a sessão, o presidente apresentou os seus cumprimentos aos accionistas e aos membros dos órgãos sociais e informou que o presidente do conselho de administração, Dr. João dos Santos Oliveira lhe dera notícias que confirmou por carta que foi lida na assembleia de que por motivo de saúde não lhe foi possível estar presente. Manifestou também o desejo do rápido restabelecimento do Dr. João Oliveira. Mais informou seguidamente que tinham sido respeitadas todas as normas relativas à convocação desta assembleia e que fora cumprido previamente o disposto no artigo 289.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais. Seguidamente o presidente procedeu à leitura da ordem do dia que era a seguinte:

1.º Deliberar sobre o relatório da gestão e consolidado do exercício de 1994, bem como sobre as contas do Banco Português do Atlântico e contas consolidadas, referentes ao mesmo exercício;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos dos artigos 376.º, n.º 1, alínea c) e 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

O presidente deu então a palavra ao Dr. Eduardo Rocha que, depois de apresentar saudações aos accionistas, à mesa da assembleia geral e ao conselho fiscal, remeteu para a descrição minuciosa do relatório, contas e anexos tudo o que no momento pudesse dizer à assembleia, manifestando, porém, a disponibilidade para a prestação de quaisquer esclarecimentos, os quais, porém, não foram solicitados.

Encerrada a discussão e não havendo nenhuma proposta sobre o ponto um da ordem do dia, mas dado tratar-se de matéria obrigatoriamente sujeita a deliberação nos termos da lei, foram submetidos à votação o relatório de gestão e consolidado do exercício de 1994, bem como as contas do Banco Português do Atlântico e contas consolidadas referentes ao mesmo exercício, que foram aprovados por maioria, com 47 votos contra e 1192 abstenções. O presidente passou ao seguinte ponto da ordem do dia. Informou então

a assembleia do auto de protesto que o accionista Império lavrou em sede de informação sobre a distribuição de resultados, bem como da resposta negativa que tal oportunamente lhe merecera, documentos que leu na ocasião e que se encontram arquivados na sede da instituição.

Na sequência do entendimento da mesa de que deveriam ser votadas separadamente as três alíneas da proposta de aplicação de resultados, foi apresentada uma proposta pelo accionista Dr. João Soares da Silva — consubstanciada na discussão e votação em bloco das alíneas a), b) e c) da mesma proposta de aplicação de resultados, pelo que o presidente submeteu esta proposta metodológica à votação. A assembleia rejeitou esta proposta por maioria, com 328 088 abstenções, tendo os accionistas e/ou representantes, Miguel Galvão Teles, João Soares da Silva, Ricardo Sá Fernandes e Augusto Aguiar Branco, pedido menção expressa em acta do respectivo voto favorável àquela proposta. Tendo sido sufragado pela assembleia o entendimento da mesa, o presidente passou à discussão e votação separada de cada uma das alíneas da proposta apresentada pelo conselho de administração, nos termos e para os efeitos do n.º 1, alínea b), do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 24.º dos estatutos, a qual é do seguinte teor:

Nos termos da alínea f) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 24.º dos estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício:

a) Para reserva legal — 2 010 000 contos;

b) Para distribuição de dividendos — 12 540 000 contos,

c) O remanescente, no montante de 5 544 249 contos, terá a aplicação que for deliberada em assembleia geral, conforme disposto nas alíneas d), e), f) e g) do artigo 24.º dos estatutos.

Esta proposta foi assim objecto de três deliberações separadas, uma para cada uma das alíneas, tendo as alíneas a) e b) sido aprovadas por maioria, com, respectivamente, 877 e 44741 abstenções. Os accionistas e/ou representantes, Miguel Galvão Teles, João Soares da Silva, Ricardo Sá Fernandes e Augusto Aguiar Branco, fizeram declaração nominativa de que se abstiveram na votação de cada uma das diversas alíneas.

Com relação à alínea c), o presidente informou que tinham dado entrada na mesa duas propostas subscritas por Mota, SGPS, S. A., Família Oliveira, António Falcão, Colep Holding, SGPS, S. A., Nelson Quintas e Estado português, as quais são do seguinte teor:

«Para os fins previstos nas alíneas d) e e) do artigo 24.º dos Estatutos, propõe-se uma verba global de 1 400 000 contos, a afectar do modo seguinte:

a) Atribui-se à comissão de vencimentos competência para fixar o montante a atribuir de acordo com a alínea d) do referido artigo 24.º, bem como as regras dessa atribuição;

b) Atribui-se igualmente à comissão de vencimentos competência para fixar o montante a atribuir aos membros dos órgãos sociais, de acordo com a alínea e) do artigo 24.º dos estatutos, bem como às regras dessa atribuição;

c) Atribui-se competência ao conselho de administração para determinar a distribuição do remanescente pelos trabalhadores, estabelecendo as regras necessárias para esse efeito.»

e, «Propõe-se que a verba remanescente dos resultados, no valor de 4 144 249 456\$70, e que resulta após a afectação de 2 010 000 contos para a reserva legal, 12 540 000 contos para dividendos e 1 400 000 contos para os fins previstos nas alíneas d) e e) do artigo 24.º dos estatutos, seja aplicada, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 24.º dos estatutos, para reforço de outras reservas.»

Postas à discussão e votação sucessivamente as duas propostas, as mesmas foram aprovadas por maioria, com, respectivamente, 44 738 e 44 512 abstenções. Os accionistas e/ou representantes, Miguel Galvão Teles, João Soares da Silva, Ricardo Sá Fernandes e Augusto Aguiar Branco, fizeram declaração nominativa de que se abstiveram.

O presidente passou ao terceiro ponto da ordem do dia, informando que dera entrada na mesa uma proposta subscrita por Mota, SGPS, S. A., Família Oliveira, António Falcão, Colep Holding, SGPS, S. A., Nelson Quintas e Estado português, a qual era do seguinte teor:

«Considerando a actividade desenvolvida no exercício de 1994, propõe-se um voto de louvor e confiança na administração e fiscalização do Banco Português do Atlântico.»

Posta à discussão e depois à votação, esta proposta foi aprovada por maioria, com 98 155 abstenções.

Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos.

Do que decorreu na assembleia foi elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Augusto Lopes Cardoso*, presidente — *Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro*, vice-presidente — *Carlos da Silva Costa*, secretário.

COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S. A.**Relatório n.º 6-C/2008****Relatório e contas de 1999****Relatório do conselho de administração***Srs. accionistas:*

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, o conselho de administração tem a honra de submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão e as contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., respeitantes ao exercício de 1999.

Assistiu-se, em 1999, a uma desaceleração do crescimento do PIB para um valor que não deverá exceder os 3 % face ao ano anterior.

A evolução verificada no produto interno decorreu de um menor crescimento da procura interna e do significativo abrandamento verificado nas exportações.

Efectivamente, a procura interna cresceu, em 1999, entre 4,25 e 4,75 % (6,4 % no ano anterior). Para este resultado contribuiu muito significativamente a evolução registada no investimento, de 9,8 % em 1998 para valores entre 4,25 e 5,25 % em 1999. Por outro lado, o consumo público registou também uma desaceleração para 2,4 % (3 % no ano anterior), enquanto o consumo privado registou uma tendência no mesmo sentido, tendo crescido entre 4,75 e 5,25 % em 1999, contra 5,6 % em 1998.

O abrandamento da procura externa, decorrente do contexto de menor crescimento económico dos países da área do euro, levou a que as exportações portuguesas tivessem crescido em 1999 entre 3,25 e 4,25 %, quando no ano anterior esse crescimento se tinha situado em 9,1 %.

O défice orçamental baixou para 1,8 % do PIB e prosseguiu a tendência decrescente do indicador relativo do peso da dívida pública, que se terá fixado em cerca de 57 % do PIB.

A inflação retomou a tendência decrescente tendo-se fixado em 2,3 %, para o que terá sobretudo contribuído o comportamento de preços dos produtos alimentares e das despesas com habitação e educação.

Por outro lado, a taxa de desemprego baixou para 4,6 %, enquanto se começou a esboçar a tendência para a subida nas taxas de juro, tendo a Lisboa a seis meses passado de 3,34 % no final de 1998 para 3,58 % no final do ano de 1999.

Para o sector segurador, o ano de 1999 foi marcado por um significativo crescimento da receita de prémios e por um conjunto de importantes iniciativas legislativas e regulamentares; a outro nível, são de referir os movimentos de concentração ocorridos na estrutura empresarial do sector.

Os prémios de seguro directo processados pelo conjunto das seguradoras no mercado português atingiram um total de 1 339 681 264 contos, que representam mais 18,8 % que a produção do ano anterior. Dessa forma, continuou a verificar-se o reforço do peso do sector no produto interno, tendo este indicador passado para 6,5 %, enquanto no ano transacto se tinha situado em 5,8 %.

Com um crescimento de 28,3 % e prémios de 753 042 586 contos, correspondentes a 56,2 % do total, o Ramo Vida reforçou o seu peso no total dos prémios processados pelo conjunto dos operadores.

Por sua vez os Ramos Não-Vida registaram um crescimento anual nos prémios processados de 8,4 %.

Do ponto de vista da distribuição, não se verificaram alterações relevantes no número dos operadores em exercício, tendo-se reforçado o grau de penetração das companhias que desenvolvem a actividade de bancasseguros.

No que respeita aos preços, os Ramos Não-Vida continuaram a ser afectados por uma concorrência muito significativa. As contas consolidadas do sector deverão voltar a registar degradação dos resultados técnicos, já que, embora se tenham registado algumas melhorias do ponto de vista da sinistralidade, os resultados decorrentes da actividade financeira, como tinha sido previsto, terão registado uma baixa relevante.

Do ponto de vista legislativo, foi publicado um conjunto de importantes diplomas para o sector, nomeadamente a regulamentação do novo regime jurídico dos acidentes de trabalho, a criação dos Planos de Poupança Educação e Planos de Poupança Reforma/Educação e o

novo Código do Imposto de Selo, com a criação da taxa de 2 % sobre as comissões de mediação, a vigorar a partir de 1 de Março de 2000.

O novo regime jurídico dos acidentes de trabalho, cujo impacto ocorreu a partir de 1 de Janeiro de 2000, veio originar um esforço importante de adaptação das seguradoras à nova realidade e deverá traduzir-se em mudanças importantes na forma de gestão desta linha de negócio.

Do ponto de vista da concentração no sector financeiro com impacto na actividade seguradora, 1999 foi um ano em que se registaram vários desenvolvimentos nesse sentido. Já em 2000, o anúncio de fusão entre os Grupos BES e BPI deu o seguimento natural à tendência referida. Neste âmbito insere-se o anúncio da intenção de oferta pública de aquisição sobre a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., anunciada pela Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., actual accionista maioritária.

Neste contexto, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., prosseguiu os seus objectivos de ampliação da sua quota de mercado consolidada, passando de 15,5 % para 16 %. A empresa do grupo — Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., consolidou a sua liderança no Ramo Vida, aumentando a sua quota de mercado de 19,8 % para 20,4 %. Nos Ramos Não Vida assistiu-se a uma redução da quota para 10,1 %. Importa realçar o contributo da rede da Tranquilidade para o objectivo de reforço global do peso no mercado.

Evolução da quota de mercado**(Em percentagem)**

	1999	1998
Vida	20,4	19,8
Não Vida	10,1	10,7
<i>Total</i>	16,0	15,5

Nos ramos Não-Vida, a Tranquilidade apresentou crescimentos mais elevados do que os da média do sector em Incêndio e Outros Danos, Transportes e Responsabilidade Civil.

Há, no entanto, que referir o mais fraco crescimento nos agrupamentos Acidentes e Doença (+ 4,1 % contra 10,1 % da média da actividade) e Automóvel, em que o mercado cresceu 7,5 % enquanto a Tranquilidade registava uma redução anual nos prémios processados de 1,5 %, reflectindo um esforço de selecção de carteira.

Durante o exercício, concluímos com sucesso os trabalhos de desenvolvimento do novo sistema de informação da Companhia, e foi dado um novo impulso no sentido da modernização com a consolidação do projecto de informatização dos melhores agentes e o lançamento do projecto dos *call centers* que deverão estar operacionais a partir do 2.º semestre de 2000. Foram também concluídos com êxito os trabalhos de adaptação ao problema do ano 2000, não se tendo verificado perturbações nesta matéria. Por outro lado, concluímos a primeira fase de adaptação ao euro, encontrando-se a decorrer normalmente os trabalhos preparatórios para as fases posteriores.

1 — Prémios de seguro directo

Os prémios de seguro directo processados totalizaram 59 505 898 contos, com uma variação positiva de 2,2 % em relação ao ano anterior.

A reduzida expressão do crescimento dos prémios decorre essencialmente da diminuição de 1,5 % verificada no Ramo Automóvel, na sequência de uma política deliberadamente assumida de saneamento de carteira e de não alinhamento com práticas de degradação tarifária nalguns segmentos de mercado.

O aumento dos prémios no conjunto dos Ramos Não Vida, exceptuando o Ramo Automóvel, foi de 6,7 %, com variações superiores às da média do sector segurador nos Ramos Incêndio e Outros Danos, Transportes e Responsabilidade Civil.

Prémios de seguro directo (a)**(Em milhares de escudos)**

Ramos	1999	Porcentagem	1998	Porcentagem	Variação 1999-1998 (percent.)
Acidentes e Doença.....	16 459 358	27,7	15 815 420	27,2	4,1
Incêndio e Outros Danos.....	7 738 087	13,0	6 899 255	11,8	12,2

Ramos	1999	Porcentagem	1998	Porcentagem	Variação 1999-1998 (percent.)
Automóvel.....	31 679 091	53,2	32 148 967	55,2	— 1,5
Transportes.....	1 548 652	2,6	1 557 499	2,7	— 0,6
Responsabilidade Civil	1 516 156	2,5	1 147 893	2,0	32,1
Diversos	564 554	0,9	654 258	1,1	— 13,7
<i>Total</i>	<i>59 505 898</i>	<i>100,0</i>	<i>58 223 292</i>	<i>100,0</i>	<i>2,2</i>

(a) Inclui sucursal em Espanha.

2 — Custos com sinistros de seguro directo

Os custos com sinistros de seguro directo aumentaram cerca de 60 000 contos, com uma inexpressiva variação de 0,1 %.

Custos com sinistros de seguro directo (a)**(Em milhares de escudos)**

Ramos	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
Acidentes e doença	13 212 604	12 623 925	4,7
Incêndio e outros danos	3 877 485	3 841 330	0,9
Automóvel.....	24 347 926	24 770 805	— 1,7
Transportes.....	700 570	668 373	4,8
Responsabilidade civil	626 442	948 797	— 34,0
Diversos	390 012	241 838	61,3
<i>Total</i>	<i>43 155 039</i>	<i>43 095 068</i>	<i>0,1</i>

(a) Inclui sucursal em Espanha.

O *ratio* total de custos com sinistros/prémios evoluiu uma vez mais favoravelmente, descendo de 74 % para 72,5 %, para o que contribuíram sobretudo as melhorias conseguidas nos Ramos Incêndio e Outros Danos e Responsabilidade Civil.

Apesar das medidas tomadas ao nível do saneamento da carteira do Ramo Automóvel e do bom desempenho na gestão da regularização dos sinistros, a taxa de sinistralidade permaneceu elevada.

Ainda assim, haverá que realçar que, no âmbito do sistema de regularização IDS (indenização directa ao segurado), o qual abrangeu já cerca de 25 % do total de sinistros participados, as estatísticas da Associação Portuguesa de Seguradores demonstram que o custo médio dos sinistros regularizados pela Tranquilidade se situa em cerca de 5 % abaixo da média do sector.

No que respeita ao Ramo Acidentes e Doença, verificou-se um agravamento do *ratio* de sinistralidade, essencialmente devido à forte progressão de provisões matemáticas no Ramo de Acidentes de Trabalho, com acréscimo de 1 683 871 contos, e à persistência de forte sinistralidade no Ramo Doença, que ainda não pôde beneficiar totalmente do novo modelo de gestão de sinistros em desenvolvimento com a empresa do grupo AdvanceCare.

Custos com sinistros/prémios (a)**(Em percentagem)**

Ramos	1999	1998
Acidentes e Doença.....	80,3	79,8
Incêndio e Outros Danos.....	50,1	55,7
Automóvel.....	76,9	77,1
Transportes.....	45,2	42,9
Responsabilidade Civil	41,3	82,7
Diversos	69,1	37,0
<i>Total</i>	<i>72,5</i>	<i>74,0</i>

(a) Inclui sucursal em Espanha.

3 — Provisões técnicas

As provisões técnicas aumentaram 4 581 797 contos, dos quais 4 535 472 respeitam à provisão para sinistros.

O reforço efectuado situou o total das provisões técnicas constituídas em 86 188 462 contos. A relação provisões técnicas/prémios, que era de 140 % em 1998, foi elevada para 145 %.

Provisões técnicas (seguro directo+resseguro aceite) (a)**(Em milhares de escudos)**

	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
Provisão para prémios não adquiridos.....	15 566 298	15 687 531	— 0,8
Provisão para sinistros	66 435 339	61 899 867	7,3
Outras provisões técnicas	4 186 825	4 019 267	4,2
<i>Total</i>	<i>86 188 462</i>	<i>81 606 665</i>	<i>5,6</i>

(a) Inclui sucursal em Espanha.

4 — Resseguro cedido

A sinistralidade do seguro directo nos ramos com maior nível de cedência apresentou significativa redução, pelo que aumentou o saldo favorável aos resseguradores, que totalizou 4 812 971 contos.

O aumento de 11,7 % nos prémios cedidos foi acompanhado por uma mais elevada variação nas comissões recebidas, que representaram 21,3 % dos prémios (19,4 % no ano anterior).

Resseguro cedido (a)**(Em milhares de escudos)**

	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
Prémios	9 316 997	8 340 608	11,7
Comissões	— 1 981 648	— 1 615 849	22,6

	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
Sinistros e variação das provisões técnicas.....	— 2 522 378	— 3 384 575	— 25,5
Resultado.....	4 812 971	3 340 184	44,1

(a) Inclui sucursal em Espanha.

Os prémios contabilizados de resseguro aceite, no valor de 173 919 contos, continuaram a não ter expressão relevante nos negócios da companhia.

5 — Prémios de cobrança

No ano de 1999 não foi possível melhorar a situação da cobrança de prémios, pelo que a provisão para recibos por cobrar foi reforçada em 276 267 contos.

Recibos por cobrar e sua provisão (a)

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
A — Prémios.....	59 505 898	58 223 292	2,2
B — Recibos por cobrar	12 522 066	10 749 142	16,5
C — Provisão p/ recibos por cobrar.	1 589 743	1 313 476	21,0
Relação B/A (em percentagem).	21,0	18,5	—
Relação C/B (em percentagem).	12,7	12,2	—

(a) Inclui sucursal em Espanha.

6 — Pessoal

Ampliou-se o investimento na formação do pessoal traduzida em 572 acções de formação (+ 5,9%) com um total de 2225 participantes (+ 12%).

Durante o ano de 1999 foram admitidos no quadro efectivo 59 novos colaboradores e verificaram-se 65 saídas, das quais 33 por passagem à situação de pré-reforma e reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo veio a apresentar uma vez mais uma pequena diminuição no final do exercício.

Pessoal

	1999	1998	Variação 1999-1998 (percent.)
Número de acções de formação.....	572	540	5,9
Número de participantes.....	2 225	1 987	12,0
Admissões.....	59	72	— 18,1
Saídas.....	65	82	— 20,7
Das quais: pré-reforma ou reforma	33	47	— 29,8
Total do quadro efectivo.....	992	998	— 0,6

Ao nível da produtividade, é de referir que o valor de prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo aumentou 2,8%, atingindo 59 986 contos.

Em 31 de Dezembro de 1999, o Fundo de Pensões da Tranquilidade encontrava-se dotado para responder às respectivas responsabilidades com pensões de pré-reforma e de reforma, estando ainda adquiridas rendas vitalícias para responder pelas responsabilidades relativas às pensões de reforma em pagamento.

7 — Investimentos

O valor dos investimentos em carteira aumentou 11,3 %, totalizando 118 743 292 contos.

Investimentos em carteira (a)

(Milhares de escudos)

	1999	Perce- tagem	1998	Perce- tagem
Títulos.....	92 853 703	78,2	76 940 095	72,1
Imóveis.....	25 097 414	21,1	24 301 938	22,8
Empréstimos.....	500 927	0,4	514 319	0,5
Depósitos.....	291 248	0,2	4 968 401	4,7
Total.....	118 743 292	100,0	106 724 753	100,0

(a) Inclui sucursal em Espanha.

8 — Capitais próprios

Os capitais próprios da Companhia tiveram uma evolução muito positiva, aumentando 6 754 068 contos (+ 17,2%) e atingindo 46 016 350 contos no final do exercício.

Foi redenominado o capital social para euros, passando o seu montante a ser de 95 000 000 de euros, tendo cada acção o valor nominal de cinco euros.

9 — Resultados

Os resultados do exercício foram afectados pela diminuição em 1 553 000 contos (— 14,8%) do saldo da actividade financeira, essencialmente decorrente da diminuição em 1 978 000 contos (— 36,2%) do valor de mais valias líquidas realizadas. Importa, no entanto, sublinhar que a reserva de reavaliação regulamentar aumentou 6 490 978 contos (+ 44,3%).

Os custos de exploração líquidos, influenciados pelo incremento das amortizações dos projectos de desenvolvimento em curso, aumentaram 6,6%.

Assim, os resultados da Companhia no exercício de 1999 fixaram-se em 2 640 049 856\$.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 764 796 532\$60, correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de ser distribuídos 3 404 846 388\$60, para os quais temos a honra de propor aos accionistas a seguinte distribuição:

a) 10% do resultado do exercício, no valor de 264 004 986\$, para reserva legal;

b) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 264 004 986\$, para distribuição a trabalhadores nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do contrato de sociedade, de acordo com critérios a definir pelo conselho de administração;

c) Para distribuição de dividendos: 1 900 000 000\$;

d) Para reforço do Fundo de Pensões da Tranquilidade: 275 000 000\$;

e) O remanescente, 701 836 416\$60, à disposição da assembleia geral para os efeitos e nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 30.º do contrato de sociedade.

10 — Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas:

Publicam-se em anexo a este relatório informações respeitantes à divulgação de informação recomendadas pela CMVM.

11 — Perspectivas para o ano 2000:

O mercado segurador Não Vida deverá continuar a ter como pano de fundo um ambiente de concorrência muito forte entre vários operadores e entre os vários canais de distribuição, num contexto de concentração no sector. O objectivo de melhoria sustentada da rentabilidade continuará a nortear os esforços dos operadores, sobretudo num ambiente de alguma degradação dos saldos técnicos, como se tem vindo a verificar nos últimos anos.

A Tranquilidade, dotada que está das estruturas adequadas para a prossecução desse objectivo, com uma estratégia clara e orientada para o negócio, apostando na qualidade do serviço que presta ao seu cliente, encara com confiança o futuro difícil que se avizinha.

Neste contexto, a Tranquilidade adoptou como orientações estratégicas para o ano 2000:

Reforçar a eficácia da política de distribuição, através do desenvolvimento da sua nova rede de agentes profissionais, do prosseguimento da informatização dos seus melhores agentes e gestores de seguros, do aumento da venda cruzada, do incremento da *assurfinance* e da implantação de plataformas telefónicas de *servicing* nas vertentes de produção e de sinistros.

Melhorar, de forma sustentada, a rentabilidade técnica, investindo ainda mais na análise de risco, na prevenção e na selecção de carteira e introduzindo, já no 1.º trimestre, uma nova tarifa do ramo automóvel melhor segmentada.

Prosseguir a racionalização dos meios e melhorar a qualidade de serviço tirando partido do novo sistema de informação, simplificando processos, concentrando grande parte do atendimento em plataformas telefónicas e externalizando algumas actividades.

12 — Considerações finais

No final de mais um exercício, o conselho de administração deseja expressar o seu reconhecimento aos accionistas, clientes, mediadores e colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do conselho fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000. — O Conselho de Administração: *Luis Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luis Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Participações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais):

Não existem participações no capital de quaisquer membros dos órgãos de administração e fiscalização.

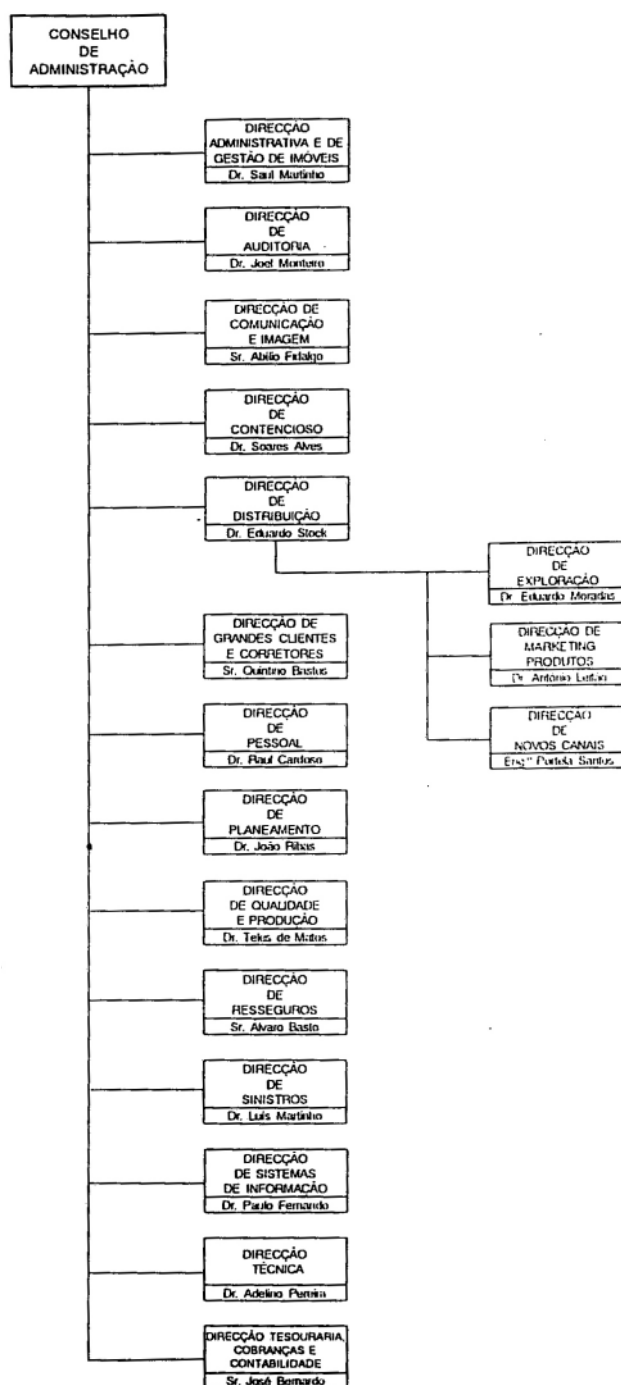
2 — Participações de accionistas, em 31 de Dezembro de 1999 (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionistas	Acções detidas em 31 de Dezembro de 1999
Partran, SGPS, S. A.....	9 759 992

Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas:

1 — Divulgação de informação:

1 — Repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos:



2 — Funções dos membros do órgão de administração e directores bem como sobre os cargos que os mesmos desempenham em outras sociedades:

Pelouros do conselho de administração:

Dr. Luís Frederico Redondo Lopes, presidente do conselho de administração:

Direcção de auditoria;
Direcção de Comunicação e Imagem;
Direcção de Sinistros.
Dr. António Manuel Lopes Chaves:
Direcção de Sistemas de Informação;
Direcção de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade.
Dr. José Queiroz Lopes Raimundo:
Direcção Administrativa e de Gestão de Imóveis;
Direcção de Contencioso;
Direcção de Qualidade e Produção.
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha:
Direcção de Distribuição;
Direcção de Grandes Clientes e Corretores;
Direcção de Resseguros;
Direcção Técnica.
Dr. Dominique Jacques Marie Berthou:
Direcção de Planeamento.
Prof. Doutor Carlos Alberto Alves Marques:
Direcção de Pessoal.
Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga: sem pelouro;
Dr. António José Baptista do Souto: sem pelouro;
Dr. Claude Emile André Filhuc: sem pelouro.

Cargos desempenhados em outras sociedades:

Administradores:

Dr. Luís Frederico Redondo Lopes:

Presidente do conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.;
Presidente do conselho de administração da Esumedica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A.;
Presidente da mesa da assembleia geral da Compta SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.;
Vice-presidente da mesa da assembleia geral da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.;
Presidente da mesa da assembleia geral da Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A.

Dr. António Manuel Lopes Chaves:

Primeiro secretário da mesa da assembleia geral da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.;
Presidente do conselho fiscal da Cires — Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S. A.;
Presidente do conselho fiscal da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros SGPS, S. A.;
Vogal do conselho de administração da ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A.;
Vogal do conselho de administração da Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultadoria e Administração de Empresas, S. A.

Dr. José Queiroz Lopes Raimundo:

Presidente da assembleia geral da Carrefour Portugal — Sociedade de Exploração de Hipermercados, S. A.;
Administrador da Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercados de Capitais, S. A.;
Administrador da Esumedica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A.

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha:

Vogal do conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.;
Presidente do conselho de administração da Espírito Santo Companhia de Seguros, S. A.;
Presidente do conselho de Administração da Advancecare — Gestão de Serviços de Saúde, S. A.;
Presidente do conselho de Administração da Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A.;
Administrador não executivo em representação da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., na Sopete Golf;
Vice-presidente da assembleia geral da Controlauto — Controlo Técnico Automóvel, S. A.;
Administrador da Vila Pasadena — Sociedade de Administração de Bens, S. A.

Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga:

Administrador não executivo da Controljornal, S. A.;
Presidente da assembleia geral do Interposto Comercial e Industrial do Norte;
Presidente da assembleia geral da Sociedade das Águas da Curia;
Presidente da assembleia geral da Sociedade Azevedo & Soares;
Presidente da assembleia geral da Fábrica de Chocolates Imperial;
Presidente da assembleia geral da sociedade A Fiandeira;
Presidente da assembleia geral da Sociedade de Corretagem de Seguros Jayme de Sousa.

Dr. António José Baptista do Souto:

Membro do conselho de administração e da comissão executiva do Banco Espírito Santo;
Presidente do conselho de administração da Besleasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A.;
Presidente do conselho de administração da Besleasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A.;
Presidente do conselho de administração da Centum — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.;
Presidente do conselho de administração da ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A.;
Presidente do conselho de administração da Espírito Santo — Empresa de Prestação de Serviços, ACE;
Vogal do conselho de administração da Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.;
Vogal do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.;
Vogal do conselho de administração da Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A.;
Vogal do conselho de administração da Espírito Santo Overseas, Ltd.

Dr. Claude Emile André Filhuc:

Vogal do conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.;
Vogal do conselho de administração da Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A.

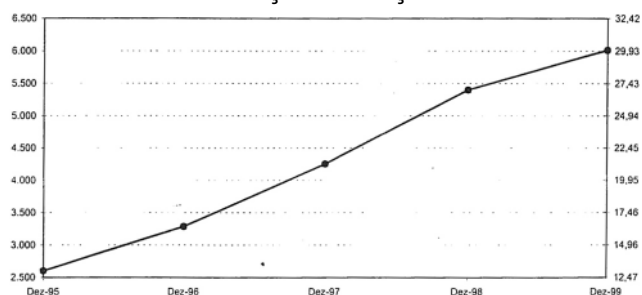
Directores:

Dr. João Filipe Nunes Ribas:

Vogal do conselho fiscal da Credibom, SFAC, S. A.

3 — Comportamento bolsista das acções:

Evolução das cotações



Nota. — No decorrer de 1999, foram realizadas transacções em todas as sessões de bolsa, tendo-se atingido os seguintes montantes:

Número de operações: 8823;

Número de títulos transaccionados: 6 663 085;

Valor de transacção: 174 995 029 euros.

4 — Política de distribuição de dividendos correntemente adoptada pela sociedade:

A política de distribuição de dividendos é aquela que consta do artigo 30.º, n.º 1, alínea b), do Contrato de Sociedade. Nos exercícios de 1996, 1997 e 1998 foram distribuídos por acção os dividendos brutos de 50\$, 75\$ e 90\$, respectivamente.

5 — Os acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções:

O conselho de administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais.

6 — Utilização das novas tecnologias de informação quanto à divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das assembleias gerais:

Não se encontra ainda disponível na Internet a informação referida.

7 — Existência de um gabinete de apoio ao investidor:

Assegurado através do Gabinete de Investimentos e Consolidação de Contas da Direcção de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade.

II — Exercício do direito de voto e representação de accionistas:

8 — Exercício do direito de voto:

O direito de voto por representação e a forma como tal direito deve ser exercido, encontram-se assegurados, como o têm sido em anteriores assembleias gerais, nos termos constantes das respectivas convocatórias.

9 — Procedimentos conexos com os pedidos de representação:

A Companhia disponibiliza a informação adequada para que o accionista representado possa dar instruções e sentido de voto, nomeadamente facultando, para consulta daquele, as propostas para serem presentes à assembleia geral.

III — Investidores institucionais:

10 — Responsabilidade dos investidores institucionais — Nada a referir.

11 — Dever de prestação de informação sobre o seu direito de voto — Nada a referir.

IV — Regras societárias:

12 — Estabelecimento de regras específicas para regularem situações de conflito de interesses entre membros da administração e a Companhia:

A Companhia está sujeita ao cumprimento das regras de conduta específicas da sua actividade, decorrentes do normativo em vigor, não dispondo, por isso, de códigos de conduta nem de regulamentos internos suplementares sobre a matéria.

13 — A adopção de medidas impeditivas do êxito de OPA devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas:

A Companhia e os seus accionistas não adoptaram no passado medidas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

V — Estrutura e funcionamento do órgão de administração:

14 — Pluralidade na composição do órgão de administração:

O conselho de administração da Companhia, no exercício das suas funções, tem tido por objectivo, entre outros, exercer um controlo efectivo na orientação da vida societária, reunir regularmente, estar devidamente informado e assegurar a supervisão sobre a gestão da Companhia, procurando assegurar a diversidade de opiniões e vitalidade dos processos deliberativos e que todos os seus membros presentes utilizem um juízo independente nas suas tomadas de posição.

15 — Inclusão no órgão de administração de membros independentes em relação aos accionistas dominantes:

O conselho de administração da Companhia tem nove membros, sendo que apenas um ocupa idênticas funções no accionista dominante.

Embora o conselho de administração tenha sido eleito por proposta daquele accionista, está assegurada a eleição isolada de administradores por grupos de accionistas que possuam acções representativas de mais de 10% do capital social da Companhia por via da legislação comercial em vigor.

Adicionalmente, de acordo com a lei, qualquer dos administradores pode votar contra a decisão da maioria, e informar as entidades de supervisão e fiscalização das deliberações, caso entendam que as mesmas violam os interesses da Companhia e dos accionistas.

16 — Equilíbrio na comissão executiva entre os administradores ligados aos accionistas dominantes e os administradores independentes — Nada a referir.

17 — Criação de comissões de controlo interno para matérias em que existam potenciais situações de conflito:

Na Companhia não estão constituídas comissões de controlo internas, com atribuição de competência em matérias em que existam potenciais situações de conflitos de interesses.

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*.

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em contos)

	Ano			Ano anterior — Activo líquido
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Imobilizações incorpóreas	6 958 543	3 791 807	3 166 736	2 745 761
Investimentos	118 776 096	—	118 776 096	106 778 009
Terrenos e edifícios	25 130 218	—	25 130 218	24 355 194
De serviço próprio	12 251 531	—	12 251 531	12 028 450
De rendimento	12 845 883	—	12 845 883	12 273 488
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	32 804	—	32 804	53 256
Investimentos em empresas do grupo e associadas	31 004 993	—	31 004 993	24 831 664
Partes de capital em empresas do grupo	30 105 830	—	30 105 830	23 999 616
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	899 163	—	899 163	831 048
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	1 000
Outros investimentos financeiros	62 578 008	—	62 578 008	57 534 939
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	20 690 710	—	20 690 710	17 342 415
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	41 158 000	—	41 158 000	34 766 016
Empréstimos hipotecários	236 746	—	236 746	274 661
Outros empréstimos	264 181	—	264 181	239 658
Depósitos em instituições de crédito	228 371	—	228 371	4 912 189
Outros	—	—	—	—
Depósitos junto de empresas cedentes	62 877	—	62 877	56 212

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Provisões técnicas de resseguro cedido	5 215 879	—	5 215 879	5 867 796
Provisão para prémios não adquiridos	2 166 346	—	2 166 346	2 093 260
Provisão para sinistros	3 049 533	—	3 049 533	3 774 536
Provisão para participação nos resultados	—	—	—	—
Outras provisões técnicas	—	—	—	—
Devedores	19 989 865	2 041 973	17 947 892	15 282 512
Por operações de seguro directo				
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	13 522 868	1 613 254	11 909 614	10 436 412
Por operações de resseguro:				
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	2 404 335	177 239	2 227 096	1 524 989
Por outras operações:				
Empresas do grupo	146 984	—	146 984	56 000
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	3 915 678	251 480	3 664 198	3 265 111
Subscritores de capital	—	—	—	—
Outros elementos do activo	7 622 894	5 864 897	1 757 997	2 160 077
Imobilizações corpóreas e existências	6 892 001	5 864 897	1 027 104	1 184 606
Depósitos bancários e caixa	730 893	—	730 893	975 471
Outros	—	—	—	—
Acréscimos e diferimentos	822 736	—	822 736	549 718
Juros a receber	774 046	—	774 046	510 766
Outros acréscimos e diferimentos	48 690	—	48 690	38 952
<i>Total do activo</i>	159 386 013	11 698 677	147 687 336	133 383 873

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
Capital próprio	46 016 790	39 262 282
Capital	(a) 19 045 790	19 000 000
Prémios de emissão	—	—
Reservas de reavaliação:		
Reavaliação regulamentar	21 142 092	14 651 114
Reavaliação legal	—	—
Reservas:		
Reserva legal	2 198 338	1 942 619
Reserva estatutária	—	—
Outras reservas	225 283	225 283
Resultados transitados	764 797	428 182
Resultado do exercício	2 640 050	3 015 084
Passivos subordinados	—	—
Provisões técnicas	86 188 462	81 606 665
Provisão para prémios não adquiridos	15 566 298	15 687 531
Provisão para sinistros:		
De acidentes de trabalho	23 844 048	21 390 742
De outros ramos	42 591 291	40 509 125
Provisão para participação nos resultados	—	—
Provisão para desvios de sinistralidade	309 153	257 180
Outras provisões técnicas	3 877 672	3 762 087
Provisões para outros riscos e encargos	429	429
Provisões para pensões	—	—
Provisões para impostos	429	429

	Ano	Ano anterior
Outras provisões.....	—	—
Depósitos recebidos de resseguradores.....	28 499	8 375
Credores.....	13 777 913	10 381 402
Por operações de seguro directo:		
Empresas do grupo.....	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores.....	4 499 085	3 188 267
Por operações de resseguro.....		
Empresas do grupo.....	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores.....	3 323 747	2 076 727
Empréstimos bancários:		
De empresas do grupo.....	—	—
De empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores.....	—	—
Estado e outros entes públicos.....	2 260 686	2 299 243
Credores diversos:		
Empresas do grupo.....	1 740 004	758 764
Empresas participadas e participantes	19 621	13 087
Outros credores.....	1 934 770	2 045 314
Acréscimos e diferimentos.....	1 675 683	2 124 720
<i>Total do passivo</i>	<i>147 687 336</i>	<i>133 383 873</i>

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Ganhos e perdas em 31 de Dezembro de 1999

(Em contos)

	Ano			Ano anterior		
Conta não técnica:						
Resultado da conta técnica não vida.....			8 906 490			4 174 588
Proveitos dos investimentos:						
Rendimentos de partes de capital:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Outros.....	—	—		—	—	
Rendimentos de outros investimentos:						
Relativos a empresas do grupo	3 151			5 407		
Outros.....	202 047	205 198		74 562	79 969	
Ganhos realizados em investimentos		140	205 338		124 762	204 731
Mais-valias não realizadas de investimentos			7 464			7 269
Outros proveitos.....			104 374			1 134 553
Proveitos não técnicos.....			317 176			1 346 553
Custos com investimentos:						
Custos de gestão de investimentos.....		28 981			26 900	
Perdas realizadas em investimentos.....		—	28 981		—	26 900
Menos-valias não realizadas de investimentos			88			742 996
Outros custos, incluindo provisões			411 581			1 102 709
Custos não técnicos.....			440 650			1 972 605
Resultado da actividade corrente			8 783 016			3 648 536
Proveitos e ganhos extraordinários			735 686			191 109
Custos e perdas extraordinários			387 675			277 724
Resultado extraordinário.....			348 011			
Dotação ou útil. da reserva de reavaliação regulamentar			— 8 557 400			— 4 253 023
Rec. de mais e menos-valias realizadas de investimentos			2 066 423			3 706 186

	Ano			Ano anterior		
Resultado antes de impostos			2 640 050			3 015 084
Imposto sobre o rendimento.....			—			—
Resultado líquido do exercício.....			2 640 050			3 015 084

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em milhares de escudos)

Introdução:

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo.

A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros e resseguros em todos os ramos técnicos não vida (com excepção do seguro de crédito) para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Presentemente, a Companhia opera através de dois escritórios em Lisboa e no Porto, de 60 delegações localizadas em várias zonas do país e de uma sucursal em Espanha.

As notas às contas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no plano de contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

1 — Valores comparativos:

Os valores do exercício de 1999 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 1998, tendo em consideração as situações referidas na nota n.º 3.2.2.4.

3 — Forma de apresentação, principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados:

3.1 — Apresentação:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma n.º 7/94-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 14/95-R, de 20 de Julho, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A Companhia não preparou a demonstração de origem e aplicação de fundos ou a demonstração dos fluxos de caixa, dado que estas informações financeiras não são exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Para fins estatutários, contabilísticos e fiscais, a moeda funcional da Companhia e do Grupo é o escudo. A informação financeira suplementar (balanço e conta de ganhos e perdas) apresentada em euros, relativa ao exercício de 1999 e ano anterior, é baseada na taxa fixa de conversão de 200\$482 para um euro.

As transposições dos valores em escudos para euros devem ser interpretadas como informação complementar, divulgada apenas a título indicativo durante o período de transição, e não como representando, os valores nas datas a que as operações se referem.

3.2 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.2.1 — Especialização de exercícios:

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento; o rendimento das acções em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, são realizadas no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

3.2.1.1 — Provisão para prémios não adquiridos:

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R do Instituto de Seguros de Portugal, calculou esta provisão mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor para todos os ramos.

3.2.1.2 — Provisão para sinistros:

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não pagos, no final do exercício, bem como a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 1999 e ainda não participados.

Esta provisão é determinada como segue:

a) A partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, com excepção do ramo Automóvel, a qual é calculada pelo método do custo médio, e do ramo de Acidentes de Trabalho, a qual é calculada, na parte não relativa a pensões, também pelo método do custo médio;

b) Pela aplicação de uma taxa genérica de 5% (1998: 4,5%) ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício;

c) Por uma provisão matemática que tem por objectivo registar a responsabilidade da Companhia, no ramo de Acidentes de Trabalho, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 1999 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 1999 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Adicionalmente, destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados que se encontravam hospitalizados em 31 de Dezembro de 1999, ou que a esta data apresentavam incapacidades temporárias parciais.

A provisão matemática relativa a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas estabelecidas pelo ISP, Ministério do Trabalho e legislação laboral em vigor. A responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FUNDAP — Fundo de Actualização de Pensões, fundo este que é gerido pelo Instituto de Seguros de Portugal e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios segurados do ramo Acidentes de Trabalho. A Companhia efectua o pagamento

integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FUNDAP.

3.2.1.3 — Provisão para riscos em curso:

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício.

De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, a Provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos *ratios* de sinistralidade, de despesa e de cedência seja superior a um. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de um.

3.2.1.4 — Provisão para desvios de sinistralidade:

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para o risco fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

3.2.1.5 — Provisões para o resseguro cedido:

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão.

3.2.1.6 — Comissões de mediação:

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento de processamento dos respectivos prémios.

3.2.1.7 — Provisão para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa:

Os montantes destas provisões são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.1.8 — Responsabilidade por férias e subsídio de férias:

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseados nos valores do respectivo exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

3.2.2 — Investimentos financeiros:

3.2.2.1 — Rendimento variável:

Os títulos de rendimento variável, quando cotados, estão valorizados pelo valor mínimo das cotações do último dia em que houve transacções. Os títulos para os quais não existe cotação da Bolsa de Valores, encontram-se valorizados pelo método contabilístico da equivalência patrimonial.

3.2.2.2 — Rendimento fixo:

Os títulos de rendimento fixo adquiridos são apresentados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. O prémio ou desconto verificado aquando da compra é amortizado de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

No exercício de 1999, a amortização dos prémios líquidos dos descontos reflectida na conta de ganhos e perdas ascendia a 221 637 contos (1998: 216 580 contos).

3.2.2.3 — Mais e menos-valias não realizadas:

As mais e menos-valias não realizadas resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o correspondente valor apurado segundo o critério valorimétrico citado em 3.2.2.1, são registadas da seguinte forma:

a) As mais-valias relativas a títulos a representar provisões técnicas são contabilizadas na conta técnica em mais-valias não realizadas de

investimentos. Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta de reserva de reavaliação regulamentar.

As menos-valias são incluídas na rubrica de menos-valias não realizadas de investimentos. Estas menos-valias são compensadas pelo saldo da conta de reserva de reavaliação regulamentar.

b) As mais-valias relativas a títulos não afectos são contabilizadas na conta não técnica em mais-valias não realizadas de investimento. Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta de reserva de reavaliação regulamentar.

As menos-valias são incluídas na conta menos-valias não realizadas de investimentos. Estas são compensadas pelo saldo da conta de reserva de reavaliação regulamentar.

A reserva de reavaliação regulamentar apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que se indicam:

- 1.º Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos;
- 2.º Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída;
- 3.º Registo das mais-valias realizadas de investimentos na rubrica da conta não técnica de recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos ou incorporação no capital social (v. nota n.º 3.2.2.4).

3.2.2.4 — Mais e menos-valias realizadas:

As mais e menos-valias realizadas que resultam da venda de imóveis e de títulos de rendimento são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.

Relativamente aos títulos de rendimento fixo, as mais e menos-valias que resultaram da venda são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem. Comparativamente ao exercício anterior em que, caso o proveito da venda fosse utilizado para adquirir outros títulos de rendimento fixo, as mais-valias eram reconhecidas nos resultados do exercício de forma escalonada de modo uniforme ao longo do período remanescente que decorria até ao vencimento do título, no exercício de 1999 e de acordo com a circular n.º 32/99 do ISP de 16 de Dezembro, estas passam a ser reconhecidas na sua totalidade no exercício em que ocorrem. Resultante desta alteração de critério, as mais-valias diferidas transitadas dos exercícios anteriores, no montante de 572 milhares de contos, foram registadas na rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários e o resultado do exercício foi afectado positivamente no montante de 712 milhares de contos.

No corrente exercício a recuperação de mais valias, ascendeu ao montante de 2 066 423 contos (1998: 3 706 186 contos) (n.º 3, alínea b) da nota n.º 3.2.2.3).

3.2.2.5 — Rendimentos:

O rendimento das acções em carteira é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos; em relação às obrigações e outros títulos, procede-se à especialização dos seus rendimentos no final do exercício.

3.2.2.6 — Terrenos e edifícios:

Os imóveis de rendimento e os imóveis de uso próprio são valorizados com base no:

- a) Valor de mercado;
- b) Custo de aquisição.

Em resultado das reavaliações efectuadas no exercício de 1999, relativamente a imóveis, os valores contabilísticos destes foram aumentados 842 093 contos (1998: diminuição de 64 400 contos) por contrapartida da rubrica de reserva de reavaliação regulamentar.

De acordo com a Norma n.º 7/94-R, de 27 de Abril e a Circular n.º 41/95, de 20 de Julho do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia avaliou até 31 de Dezembro de 1999 pelo valor de mercado todos os imóveis de rendimento e de serviço próprio, com excepção dos adquiridos no final de 1999.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, os imóveis não são amortizados.

3.2.3 — Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) estudos de estratégia, ii) projecto sobre o desenvolvimento do sistema de informação e iii) benfeitorias em imóveis alheios.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes, durante três anos ou cinco anos, conforme

a sua natureza, a contar da data em que são incorridos os respectivos custos.

3.2.4 — Mobiliário e material:

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, com excepção das viaturas que são registadas por duodécimos, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens (em percentagem):

Equipamento administrativo	12,5 a 25
Máquinas e ferramentas	12,5 a 25
Equipamento informático	25 a 33,33
Instalações interiores	10 a 16,66
Material de transporte	25
Equipamento hospitalar	12,5 a 33,33
Outro equipamento	12,5 a 33,33

3.2.5 — Contratos de locação financeira:

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo (imobilizado corpóreo) e passivo (credores), pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação financeira.

3.2.6 — Responsabilidade por pensões complementares de reforma:

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector de seguros, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos até Junho de 1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela segurança social. Para este efeito, a Companhia constituiu um fundo de pensões que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no activo e pré-reformados, calculadas em função dos seus salários projectados.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela empresa de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

3.2.7 — Imposto sobre o rendimento:

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, que até ao exercício de 1998

ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de cinco anos, contado a partir dos exercícios a que respeitam e as do exercício de 1999 e seguintes ficam sujeitas a inspecção durante um período de quatro anos; não se esperam ajustamentos significativos às declarações de anos anteriores.

No exercício de 1998 não houve lugar ao pagamento de IRC por não se ter apurado lucro tributável. Tal facto resulta da diferença entre os critérios de cálculo de mais valias contabilísticas e fiscais bem como do regime de tributação dos rendimentos de títulos.

Os prejuízos fiscais ocorridos até 31 de Dezembro de 1995 podem ser deduzidos aos eventuais lucros fiscais que se verificarem nos cinco anos seguintes, e os dos exercícios posteriores nos seis anos seguintes. Em 31 de Dezembro de 1999 existiam os seguintes prejuízos fiscais potencialmente dedutíveis:

Ano	Prejuízo fiscal declarado	Ano limite para dedução
Ano de 1995	662 226	2000
Ano de 1996	1 143 754	2002
Ano de 1997	2 507 941	2003
Ano de 1998	1 141 120	2004
Ano de 1999 (estimado)	—	2005

O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, não é adoptado pela Companhia aquando da apresentação anual de contas.

3.2.8 — Contratos cambiais a prazo:

Estas operações, efectuadas para cobertura do risco de câmbio de activos e passivos expressos em moeda estrangeira, foram convertidas para escudos, utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre a taxa de câmbio contratada e a vigente na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

4 — Operações em moeda estrangeira:

As conversões para escudos das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

As diferenças de câmbio resultantes das transacções em moeda estrangeira são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrem.

6 — Especificação de dados relativos a empresas do grupo e associadas:

Nome/sede	Classificação	Participação (percentagem)				Capital próprio	Resultado do exercício de 1999
		Directa	Indirecta	Direito de voto	Efectiva		
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Empresa-mãe	—	—	—	—	46 016 350	2 640 050
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	100,00	—	100,00	100,00	29 244 297	4 336 136
Tranquilidade — Particip. e Invest., SGPS, Unipessoal, L. da, Rua Cônego J. Dias Leite, Edifício Marina Fórum, loja A, 9000-052 Funchal, Madeira.	Emp. grupo	—	100,00	100,00	100,00	2 363 811	— 158 254
Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	75,00	—	75,00	75,00	117 499	— 2 129
Fiduprivate, S. A., Rua Dr. Brito Câmara, 7, 9000-039 Funchal, Madeira.	Emp. grupo	75,00	—	75,00	75,00	41 265	6 355
Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	59,98	—	59,98	59,98	1 737 721	— 9 460
AdvanceCare — Gestão e Serviços de Saúde, S. A., Avenida Liberdade, 49, 2.º, 1250-139 Lisboa.	Emp. grupo	0,01	50,99	51,00	51,00	231 108	— 508 196
Companhia de Seguros Inter Atlântico, S. A., Rua Cons. Crispiano, 53, 3.º, CEP 01037-901 São Paulo, Brasil.	Emp. associada	—	49,99	49,99	49,99	3 139 365	— 71 224
Cominvest — Soc. Gestão e Invest. Imobiliário, S. A., Rua Tierno Galvan, torre 3, 4.º, salas 402/403, 1070 Lisboa.	Emp. associada	46,67	—	46,67	46,67	1 390 765	40 759
Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S. A. (a), Avenida Infante D. Henrique, 343-C, 1800-218 Lisboa.	Emp. associada	—	35,00	35,00	35,00	— 12 706	— 32 706

Nome/sede	Classificação	Participação (percentagem)				Capital próprio	Resultado do exercício de 1999
		Directa	Indirecta	Direito de voto	Efectiva		
ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A., Avenida Álvares Cabral, 41, 7.º, 1250-015 Lisboa.	Emp. associada	7,14	19,91	27,06	27,06	1 713 603	28 126
Europ Assistance, S. A., Av. Álvares Cabral, 41, 3.º, 1250-015 Lisboa.	Emp. associada	24,00	—	24,00	24,00	1 242 650	70 134

(a) Valores contabilísticos de 30 de Junho de 1999.

7 — Número médio de colaboradores por categorias profissionais:

Direcção — 38;
Quadro técnico — 147;
Quadro técnico — administrativo — 544;
Quadro comercial — 178;
Quadro informático — 60;
Quadro de apoio geral — 25;
Quadro de construção civil — 1;
Quadro de electricistas — 5.

8 — Montante dos custos com o pessoal referentes ao exercício:

Contas	Rubricas	1999	1998
	Remunerações:		
6800	Dos órgãos sociais.....	147 620	144 351
6801	Do pessoal.....	4 910 088	4 443 284
6802	Encargos sobre remunerações.....	1 194 305	1 023 276
	Custos com pensões:		
6803	Pensões e respectivos encargos	—	262 435
6804	Prémios e contrib. para pensões	256 756	223 927

10 — Imobilizações incorpóreas:

Os valores líquidos das imobilizações incorpóreas encontram-se detalhados da seguinte forma:

Descrição	1999	1998
I — Despesas de constit. e instalação	—	—
II — Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de reestruturação	343 053	316 912
Proj. sobre sistema de informação	2 695 929	2 279 988
Proj. de base de dados/gestão de clientes	12 069	—
III — Despesas em edif. arrendados	15 515	141 732
IV — Outras imobiliz. incorpóreas.....	3 157	4 822
V — Imobiliz. em curso — Benfeitorias em imóveis alheios.	97 013	2 307
<i>Total</i>	<i>3 166 736</i>	<i>2 745 761</i>

12 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é de 675 950 contos, assim discriminadas:

	1999	1998
Outros devedores:		
Por operações de seguro directo	41 805	46 194
Por operações de resseguro	339 066	339 034
Por outras operações	295 079	290 195
	<i>675 950</i>	<i>675 423</i>

15 — Decomposição do capital social:

A totalidade do capital é representada por 19 000 000 de acções escriturais nominativas de valor nominal unitário de cinco euros.

20 — Imposto sobre o rendimento:

Não se verificam diferenças entre as cargas fiscais imputadas e as cargas fiscais pagas ou a pagar, em virtude da inexistência de lucros tributáveis (v. ponto 3.2.7).

21 — Operações em regime de locação financeira:

Relativamente a operações em regime de locação financeira destacam-se as seguintes rubricas:

	1999	1998
Imobilizações corpóreas — Equipamento informático.	1 739 467	1 598 236
Amortizações acumuladas respeitantes ao imobilizado.	1 633 544	1 598 236
Credores por operações de <i>leasing</i>	110 195	—

22 — Inventário de títulos e participações financeiras:

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
1 — Títulos de empresas do grupo e associadas:						
1.1 — Nacionais:						
1.1.1 — Partes de capital em empresas do grupo	—			—		—
1.1.2 — Obrigações de empresas do grupo	—			—		—
1.1.3 — Outros títulos de empresas do grupo.....	—			—		—
1.1.4 — Partes de capital em empresas associadas:						
Cominvest — SGFII	700 000	1 000	1 000	700 000 000	684	476 526 435
Espírito Santo — Equipamentos de Segurança	7 000	1 000	1 000	7 000 000	1 000	7 000 000
Espírito Santo Data Informática.....	378 800	1 000	1 230	466 041 420	1 170	443 008 000
C. Seguros Inter-Atlântico	19 003 933	BRL 1	129	2 458 922 000	83	1 569 369 000
Europ Assistance — C. Port. Seg. Assist.....	240 000	1 000	1 000	240 000 000	1 243	298 236 038
Subtotal	20 329 733			3 871 863 420		3 796 139 473
1.1.5 — Obrigações de empresas associadas.....	—			—		—
1.1.6 — Outros títulos de empresas associadas	—			—		—
Subtotal	20 329 733			3 871 863 420		3 796 139 473
1.2 — Estrangeiras:						
1.2.1 — Partes de capital em empresas do grupo	—			—		—
1.2.2 — Obrigações de empresas do grupo	—			—		—
1.2.3 — Outros títulos de empresas do grupo.....	—			—		—
1.2.4 — Partes de capital em empresas associadas.....	—			—		—
1.2.5 — Obrigações de empresas associadas.....	—			—		—
1.2.6 — Outros títulos de empresas associadas	—			—		—
Total	20 329 733			3 871 863 420		3 796 139 473
2 — Outros títulos:						
2.1 — Nacionais:						
2.1.1 — Títulos de rendimento fixo:						
2.1.1.1 — De dívida pública:						
Externo — 1S/1902-01	21	GBP 20	1 616	33 970	4 390	92 182
OT — Abril/93-00.....	68	10 000	9 000	612 000	9 866	672 248
OT — Abril/98-03.....	1 622 493	10 000	10 453	16 959 135 575	10 356	16 802 374 228

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
OT — Fevereiro/95-05.....	20 686	10 000	12 923	269 908 007	11 897	248 491 090
OT — Janeiro/94-04.....	358 174	10 000	11 560	4 140 545 462	11 056	3 959 926 404
OT — Julho/99-09.....	2 117 159	10 000	9 483	20 077 632 163	9 495	20 101 471 275
OT — Junho/93-03.....	220 268	10 000	12 296	2 708 434 292	11 321	2 493 660 043
OT — Setembro/98-13.....	2 836 259	10 000	10 593	30 044 189 048	10 556	29 939 496 956
OT — Agosto — 3,63 % — 99/04.....	1 941 868	10 000	9 943	19 307 570 815	9 944	19 309 992 449
OT — Fevereiro — 6,63 % — 97/07.....	376 255	10 000	11 150	4 195 330 168	10 987	4 134 079 298
OT — Fevereiro — 9,50 % — 96/06.....	134 660	10 000	11 762	1 583 896 110	11 288	1 520 061 392
OT — Junho — 5,38 % — 98/08.....	1 074 447	10 000	10 775	11 577 201 152	10 713	11 510 030 566
OT — Março — 5,38 % — 97/00.....	52 125	10 000	10 060	524 380 719	10 058	524 271 256
OT — Março — 5,75 % — 97/02.....	89 359	10 000	10 363	926 029 437	10 330	923 086 979
OT — Março — 8,75 % — 96/01.....	200 000	10 000	11 081	2 216 164 569	10 462	2 092 385 607
<i>Subtotal</i>	11 044 042			114 531 063 487		113 580 111 973
2.1.1.2 — De outros emissores públicos:						
C. M. Braga — 4 % — 93/00.....	50 000	1 000	1 003	50 150 100	1 000	50 008 701
Gov. Reg. Açores S.2 — 4,13 % — 94/06.....	200 000	1 000	999	199 800 000	1 000	199 900 646
Região Aut. Madeira, S. A. — 5,25 % — 90/02.....	1 240 000	419	448	555 821 563	427	528 965 098
<i>Subtotal</i>	1 490 000			805 771 663		778 874 447
2.1.1.3 — De outros emissores:						
Certificados de depósito.....	—	—	—	23 471 000 000	—	23 471 000 000
APA Juntas Portuárias — 4,50 % — 94/04.....	200 000	1 000	1 002	200 300 380	1 001	200 175 046
ADP — Aduos Port. TV/98.....	200 000	1 000	998	199 500 000	999	199 708 938
B. ESSI CX Subor. TV/98-01.....	15 000	10 000	10 000	150 000 000	10 000	150 000 000
BBI CX SUB/92-03.....	2 824	10 000	9 833	27 769 702	9 687	27 356 515
BC Macau CX (SUB.) 1 e 2.S — 3,93 % — 92/04.....	35 000	10 000	9 969	348 925 000	9 988	349 565 875
BCP CX (SUB.) 4,19 % — 95/05.....	15 000	10 000	9 980	149 700 000	9 990	149 843 713
BCP CX SUB. (1,2S)/93-03.....	12 100	10 000	9 954	120 445 292	9 966	120 588 624
BES Aforro/99-2004 ECU.....	100 000	EUR 50	10 024	1 002 410 000	10 024	1 002 410 000
BES Aforro 2E /99-2 ECU.....	200 000	EUR 50	10 024	2 004 820 000	10 024	2 004 820 000
BES CX Cabaz Ind. Mund. 1 e 2 S — 98/01.....	1 000	10 000	10 037	10 036 877	10 028	10 027 773
BES CX SB-TX VR/96-06.....	75 000	10 000	10 000	750 000 300	10 000	750 000 182
B. ESSI OB CX/98-00.....	20 000	10 000	10 000	200 000 000	10 000	200 000 000
BFB SUB./91-01.....	635 860	1 000	1 000	636 157 797	1 000	635 736 689
BIC CX (SUB.) 4,19 %-93/03.....	61 940	10 000	10 005	619 724 897	10 005	619 698 062
BIC CX (SUB.) 4,25 %-95/02.....	32 000	10 000	9 980	319 360 000	9 992	319 746 718
BII OB CX SUB. /95-2005.....	1 360	10 000	10 010	13 613 970	10 001	13 601 440
BNU CX SUB./92-02.....	10 000	8 000	7 962	79 621 100	7 991	79 910 641
BPA CX SUB./93-03.....	8 620	10 000	9 990	86 113 632	9 987	86 084 267
BPA CX SUB.2E /93-03.....	20 000	10 000	10 007	200 140 299	10 006	200 122 445
BPI CX SUB./94-04.....	76 500	10 000	10 137	775 479 120	10 124	774 515 085
BPS Mayor CX (SUB.) 4,44 % — 95/05.....	10 000	10 000	9 980	99 800 000	9 992	99 917 468
B. Santander (SUB.) 3,88 % — 95/05.....	316 000	1 000	992	313 534 994	995	314 290 188
BTA CX (SUB.) 4,44 % — 96/06.....	21 250	10 000	9 978	212 028 903	9 972	211 912 414
Banco Finantia TVR/97-02.....	25 000	10 000	9 985	249 625 000	9 992	249 792 672
Banco Santander/94-04.....	5 000	1 000	1 001	5 005 913	1 001	5 004 770

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
BANIF CX TX V — 3,94% — 96/06.....	25 000	10 000	9 975	249 375 000	9 983	249 568 484
BEI/94-01.....	327 000	1 000	1 027	335 950 989	1 013	331 117 411
BEI 3E /93-00.....	200 000	1 000	1 061	212 250 000	1 009	201 756 251
BES INV. — OB CX SUB./98-08.....	25 000	10 000	10 000	250 000 000	10 000	250 000 000
BES OB CX SUB./97-07.....	60 000	10 000	9 970	598 200 000	9 978	598 653 937
BES Perpétuas SUB./97.....	477 759	1 000	994	475 033 640	995	475 261 510
BESCL Cupão Zero/95-00.....	10 000	10 000	5 481	54 811 000	9 628	96 278 697
BESCL CX SUB/93-03.....	111 029	10 000	9 990	1 109 158 483	9 993	1 109 493 238
Besleasing Imob./99-20 ECU.....	50 000	EUR 50	10 004	500 202 590	10 004	500 205 056
Besleasing Mob./99-200 ECU.....	50 000	EUR 50	10 004	500 202 590	10 004	500 205 056
BFE-OCX 8.ª emissão — Série A/95-00.....	2 150	10 000	9 927	21 343 670	9 966	21 427 497
BIC CX 2.ª emissão/98-02.....	405 253	10 000	10 000	4 052 417 272	10 000	4 052 417 409
BIC Perpétuas SUB/97.....	6 040 000	1 000	968	5 843 970 423	974	5 882 327 334
BIC Perpétuas SUB/9B ECU.....	23 000	EUR 100	20 102	462 337 422	20 101	462 333 309
BRISA — IND. INF. /98-08.....	250 000	1 000	999	249 750 000	999	249 673 510
BSNP VER. INFL. /96-2003.....	9 900	10 000	13 005	128 747 508	12 586	124 600 884
C. Carris Ferro LX-TV/98.....	100 000	1 000	1 000	100 000 000	1 000	100 000 000
CCCA Mútuo — 3,74% — 96/03.....	500 000	1 000	998	499 000 000	999	499 339 695
C. Carris Ferro TX VR/96-03.....	150 000	800	802	120 239 886	800	119 996 811
C. Lyonnais CX (SUB) 4,56%—93/03.....	9 000	7 200	7 978	71 797 500	7 988	71 887 663
CEMG CX (SUB) TX V—96/07.....	20 000	10 000	10 000	200 000 000	10 000	200 000 000
CIN — CI Norte — 3,81 %-95/02.....	300 000	750	750	225 000 000	750	225 000 000
Com. Papel Porto Cavaleiros TX V/1990.....	17 500	1 000	1 000	17 500 000	1	17 500
Credibom/99 — Obrg. Perp. ECU.....	50 000	EUR 50	9 999	499 951 988	9 999	499 973 810
Crédito Predial (SUB) — 4,50% — 92/02.....	675 490	1 000	1 001	676 317 982	1 000	675 602 429
EDP 20E /92-01.....	4 800	1 000	669	3 212 279	676	3 247 047
EDP 21 EM — 3,88% — 92/02.....	245 700	1 000	1 001	245 939 756	1 000	245 742 481
EDP 23 EM — 3,25% — 96/11.....	1 000 000	1 000	1 000	999 667 000	1 000	999 739 586
EDP TXVR — 22.ª EM/96-06.....	20 278	1 000	998	20 232 382	998	20 237 496
ES INV. C/Z/99-2000 ECU.....	14 000	EUR 250	49 374	691 231 864	49 390	691 455 402
Edifer. Constr. TVR/98-03.....	100 000	1 000	999	99 900 000	999	99 936 861
EMASA SE — 16,75% — 1988.....	5 000	1 000	1 000	5 000 000	1	5 000
Engil, SGPS (warrants/98).....	2 150	1 000	1 080	2 321 428	1 070	2 300 208
Eurofima/93-00.....	49 500	1 000	1 016	50 316 629	1 003	49 669 641
Eurofima/94-04.....	170 000	1 000	1 001	170 161 800	1 001	170 094 939
Imoleasing CX 1E /94-01.....	8 800	10 000	9 991	87 922 674	9 996	87 965 357
Isar-Rakoll Chemie Port. TX V — 1995.....	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
JMR — Série A /94-00.....	144 009	1 000	1 001	144 131 708	1 000	144 020 671
JMR — Série C /94-00.....	19 400	1 000	1 001	19 424 356	1 000	19 406 058
J. Martins (warrants/96).....	55 665	10 000	8 919	496 495 365	8 634	491 744 621
Jerónimo Martins C/Z/97.....	1 667 444	1 774	1 122	1 870 480 133	1 216	2 027 169 850
JMR-PD-FN-IMO /98-03.....	100 000	1 000	999	99 900 000	999	99 931 055
L. Atlân. CX SUB. 2E/92-02.....	7 800	10 000	10 040	78 312 882	10 046	78 355 748
Leasimpor 1 EM — 4,44% — 92/02.....	15 500	10 000	9 982	154 715 349	9 994	154 902 386
Leasimpor CX (SUB) 3 EM — 4% — 92/02.....	10 000	10 000	9 985	99 850 000	9 995	99 949 955
Leasimpor CX 2E /93-03.....	9 800	10 000	9 957	97 580 254	9 959	97 593 325
Leasimpor CX SUB 2E /92.....	1 177	10 000	10 017	11 789 604	10 010	11 782 023
Lisnave/92-97-07.....	100 000	600	596	59 645 663	600	60 017 142
Lusoleasing CX (SUB.) — 4,13% — 95/05.....	5 000	10 000	9 975	49 875 000	9 985	49 926 076
P. Telecom — 96/01.....	170 000	1 000	1 000	169 921 329	1 000	169 977 017
P. Telecom TFX/97-02.....	520 000	1 000	1 038	539 898 479	1 022	531 564 590

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Paracelsia — Série A/89.....	25 000	1 000	985	24 625 000	1	25 000
Paracelsia — Série B/89.....	25 000	1 000	985	24 625 000	1	25 000
Petrogal 1 EM — 3,81 % — 96/03.....	500 000	1 000	1 000	500 000 000	1 000	500 000 000
Petrogal 1 EM — 4 % — 94/04.....	300 000	1 000	999	299 720 240	1 000	299 882 793
Petrogal 2 EM — 3,81 % — 96/03.....	1 100 000	1 000	999	1 099 062 300	1 000	1 099 516 266
Portucel Florestal — 4,56 % — 95/00.....	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 056
Portucel Viana — 4,56 % — 95/00.....	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 056
Proadec — Prod. Ad. Dec. TX V — 1995.....	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
Soc. Rações Vimeiro TX V 86/91.....	4 000	1 000	1 000	4 000 000	1	4 000
Sofinloc-TV/REuro Con/98.....	20 000	10 000	9 975	199 500 000	9 985	199 704 840
Somague TV/97-03-04.....	200 000	1 000	1 000	200 061 912	1 000	200 048 337
Somague, SGPS TX V — 4,31 % — 97/04.....	100 000	1 000	1 004	100 421 462	1 003	100 270 987
Sonae Imob., SGPS TVR/98-05.....	330 000	1 000	999	329 537 905	999	329 695 265
Sonae Ind. (warrants)/98-03.....	19 243	1 000	1 001	19 253 607	1 000	19 251 320
UBP CX (SUB.) TX V — 4 % — 93/04.....	40 000	10 000	9 975	399 011 237	9 989	399 568 170
Vilatextil — 16,25 % — 1988.....	7 500	600	600	4 500 000	1	7 500
<i>Subtotal</i>	19 454 301			59 305 465 716		59 432 653 141
<i>Subtotal</i>	31 986 343			174 642 300 866		173 771 639 561
2.1.2 — Títulos de rendimento variável:						
2.1.2.1 — Acções:						
Argogest.....	1 300	1 000	769	1 000 000	1	1 300
BCP — Nom e Port. Reg.	2 234 600	EUR 1	995	2 222 490 357	1 083	2 420 071 800
BESCL — Nominativas.....	7 505 967	EUR 5	3 506	26 312 209 277	5 497	41 260 757 677
BPI, SGPS — Nom. Port. Reg.....	413 710	EUR 1	920	380 616 049	840	347 516 400
BPSM — Nominativas.....	433 627	1 000	3 959	1 716 656 395	4 254	1 844 653 819
Banco Mello — Nom. Port. Reg.....	3 500	EUR 5	1 916	6 706 148	1 852	6 482 000
Bescleaving Imobiliária — Soc. Loc. Fin.....	25 800	1 000	723	16 652 677	786	20 289 894
Bescleaving Mobiliária — Soc. Loc. Fin.....	34 040	1 000	771	26 246 701	1 212	41 268 054
Brisa — Auto-Estradas — Port. Nom.....	747 250	EUR 1	1 741	1 300 994 582	1 510	1 128 187 797
C. Papel Porto Cavaleiros.....	2 483	1 000	1 319	3 274 002	1	2 483
C. Previdente.....	6	2 000	75 000	450 000	66 492	398 953
C. Previdente — Soc. C. Part. Financ.....	198	1 000	—	—	2 429	480 881
C. Seg. Mundial Confiança — Nominativas.....	152 201	1 000	10 256	1 560 998 795	10 285	1 565 387 285
Cassel.....	200	1 000	1 000	200 000	1	200
Central Control.....	80 000	1 000	1 200	96 000 000	1 000	80 000 000
Cimpor — Cim. Port. — Nominativasv.....	191 460	EUR 5	4 056	776 639 780	3 214	615 277 214
Cires — Comp. Ind. Resinas Sintéticas.....	49 500	1 000	3 598	176 113 214	2 155	106 681 484
Comércio e Indústria Associados.....	365 000	1 000	1 000	365 000 000	1	365 000
Compta — Eq. Serv. Informática.....	153 480	1 000	997	153 094 402	2 255	346 162 245
Comundo.....	2 008	100	66	133 200	1	2 008
Copinaque — Equip. Desenv. Empresas.....	4 000	1 000	2 250	9 000 000	1	4 000
Credibom, SFAC.....	230	1 000	1 000	230 000	1 196	275 089
Douro, SGPS.....	2 476	1 000	839	2 078 047	900	2 228 053
EDP — Nominativas.....	298 175	EUR 5	3 970	1 183 868 198	3 468	1 034 104 760
ESAF — Activos Financeiros.....	117 500	1 000	1 000	117 524 297	1 252	147 063 000
Espart — Esp. Sant. Part., SGPS.....	10 000	EUR 5	704	7 035 790	1 063	10 625 500

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Fetal.....	2 760	1 000	3 000	8 280 000	5 119	14 128 440
Finpetro, SGPS	327 300	1 000	936	306 195 696	777	254 213 910
GESFINC	8 000	1 000	1 002	8 012 960	950	7 598 400
Heartscan-Ibéria — Diagnóstico.....	10 200	1 000	1 000	10 200 000	220	2 248 000
Hotel Turismo Abrantes	125	1 000	—	—	1 202	150 284
Ilídio Monteiro Construções	41 675	1 000	1 000	41 675 000	1	41 675
Indústrias Metálicas Previdente	120 000	1 000	1 000	120 000 000	1 509	181 080 000
J. Martins & Filho, SGPS	124 651	EUR 5	5 766	718 695 175	5 044	628 739 644
Lignum.....	3 500	15 000	26 513	92 794 905	29 697	103 939 850
Madibel	7 955	1 000	1 000	7 955 000	2 123	16 884 488
Mague — Gestão e Participações	93 300	1 000	4 020	375 068 539	6 000	559 839 770
Marinoteis	210 000	1 000	714	150 000 000	771	161 994 000
Modelo Continente, SGPS.....	4 600	EUR 4,99	3 557	16 363 789	3 799	17 475 400
Pararede, SGPS, S. A.	20 000	EUR 1	2 252	45 043 360	1 961	39 220 000
Pirites Alentejanas.....	38 286	1 000	1 826	69 925 824	1	38 266
Port. Telecom Multimedia.....	200 473	EUR 0,5	6 223	1 247 569 817	10 856	2 176 337 395
Portugal Telecom — Nominativas	13 273 907	EUR 1	1 391	18 467 971 443	2 165	28 738 477 192
Quinta dos Cónegos, S. A.	140 600	1 000	1 628	228 890 311	955	134 329 240
RINAVE.....	20	5 000	1 000	20 000	79 198	1 583 952
ROL.....	200	10 000	706	141 200	19 357	3 871 400
Saivane Imobiliária	4 401	1 000	—	—	957	4 211 581
Semapa, SGPS, S. A.	407 100	1 000	3 421	1 392 691 015	3 422	1 393 096 200
Soc. Construtora do Tâmega.....	2 000	1 000	4 219	8 438 467	1 002	2 004 820
Sodera — Soc. Des. Regional.....	600	5 000	3 334	2 000 683	5 276	3 165 300
Somec — Soc. Metrop. Construções — Portador	31 900	1 000	148	4 721 200	1	31 900
Sonae, SGPS	113 967	EUR 4,99	8 924	1 017 094 920	10 395	1 184 686 965
Sonae Imobiliária, SGPS	16 800	EUR 4,99	3 005	50 462 474	2 596	43 612 800
Sonae Indústria, SGPS.....	33 006	1 000	2 736	90 365 238	1 603	52 908 616
Sonagi — S. N. Gest. Invest. — Portador	1 114	1 000	844	940 290	4 110	4 578 407
Sopete-Golf — Soc. Emp. Turismo.....	57 417	1 000	1 000	57 417 000	1 080	61 981 652
Soporcel — Soc. Port. Papel.....	50 000	1 000	1 665	83 253 001	2 596	129 812 095
Spectacolor Portugal.....	7 500	1 000	1 000	7 500 000	1 364	10 233 075
Telecel — Com. Pessoais — Nominativas	9 200	EUR 0,5	2 725	25 067 858	3 438	31 629 600
Tellus.....	1 200	1 000	1 010	1 211 910	1	1 200
Vilatextil — Soc. Ind. Têxtil.....	16	1 000	2 034	32 536	1	16
<i>Subtotal</i>	28 192 484			61 095 231 522		86 942 432 451
2.1.2.2 — Títulos de participação:						
Marinoteis — 4E/1991.....	20 969	1 000	1 000	20 969 000	1 000	20 969 000
<i>Subtotal</i>	20 969			20 969 000		20 969 000
2.1.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento:						
ES — Monetário	9 417 000		1 076	10 135 597 540	1 076	10 135 799 610
ES — Capitalização	239 041		1 589	379 912 642	1 589	379 912 642
Gestão Activa F. F.	542 471		1 229	666 463 596	1 229	666 463 596

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
ES — Obrigações Europa.....	1 220 048		1 503	1 833 962 512	1 492	1 820 641 029
ES — Portfolio Dinâmico.....	100 000		1 095	109 541 000	1 129	112 919 000
ES — Liquidez F. T.	1 300 000		1 038	1 349 945 000	1 044	1 357 161 000
ES — Money Market F. T.	1 530 000		1 034	1 581 668 100	1 040	1 590 802 200
ES — Portugal Index.....	132 000		974	128 519 216	1 130	149 130 960
ES — Fixed Income.....	6 903 000		1 025	7 078 571 050	1 025	7 077 991 050
ES — Multibond.....	400 000		1 039	415 400 000	1 037	414 684 000
ES — Top Ranking F. F.	102 810		1 164	119 639 571	1 285	132 095 429
ES — All Stars.....	57 250		1 107	63 387 200	1 107	63 387 200
Estratégia Mais F. F.	162 776		1 492	242 901 124	1 601	260 680 681
ES — Obrigações Global.....	1 955 000		1 501	2 935 199 300	1 489	2 910 291 200
ES — Portugal Acções.....	1 230 000		1 223	1 504 234 000	1 395	1 715 444 100
Prestigest Um.....	38 250		16 465	629 786 250	16 462	629 671 500
ES — Acções Europa.....	121 294		2 176	263 937 664	2 287	277 394 526
ES — Acções Global EUR.....	510 000		2 004	1 022 217 622	2 482	1 265 803 252
ES — Acções Rendimento EUR.....	500 000		2 233	1 116 384 017	2 342	1 170 814 880
ES — Acções América ECU.....	500 000		2 015	1 007 422 050	2 799	1 399 364 360
<i>Subtotal</i>	26 960 940			32 584 689 454		33 530 452 415
2.1.2.4 — Outros:						
BIC Tesouraria	3 000	—	1 121	3 361 602	1 129	3 387 765
<i>Subtotal</i>	55 177 393			93 704 251 578		120 497 241 631
2.2 — Estrangeiros:						
2.2.1 — Títulos de rendimento fixo:						
2.2.1.1 — De dívida pública:						
BONOS 6,0 JAN/98-08 (EESP).....	50 000	ESP 10 000	13 614	680 681 305	13 384	669 193 220
Bundesrepub 3,75/99-ECU.....	30 000	EUR 1 000	187 651	5 629 534 560	188 235	5 647 056 528
Bundesrepub 4,0/99-OECU.....	10 000	EUR 1 000	202 377	2 023 765 429	202 252	2 022 520 887
Bundesrepub 4,5/99-2ECU.....	2 500	EUR 1 000	197 192	492 980 172	197 333	493 331 562
Bundesrepub 4,75/9B-ECU.....	71 244	EUR 1 000	186 230	13 267 752 371	186 385	13 278 815 105
Deutsche Bund c/z /90DEM.....	1 000	DEM 5 000	154 437	154 437 060	167 185	167 184 667
E. U. Mexicanos TV/98-03.....	19 000	100 000	95 333	1 811 326 641	96 228	1 828 339 504
FRTRR c/z /92-2023 FRF.....	60 178	FRF 2 000	17 296	1 040 863 189	18 059	1 086 772 137

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
FRTRR c/z /94-2022 ECU	40 000	EJR 500	27 928	1 117 133 820	28 787	1 151 492 024
FRTRS c/z/91-2010 ECU	16 000	EUR 25	2 817	45 066 150	2 803	44 843 814
FRTRS c/z /91-2020 ECU	20 000	EUR 25	1 460	29 199 036	1 421	28 428 348
FRTRS c/z/91-2029 ECU	50 000	EUR 10	363	18 132 695	349	17 441 934
Rente — 4,50%-1952.....	20	FRF 10 000	388 231	7 764 613	376 715	7 534 305
Rep. Grécia TVr/98-05.....	850	1 000 000	1 000 970	850 824 422	1 000 770	850 654 080
Rep. Irlanda-ESC TV/97-04	100	10 000 000	8 987 305	898 730 490	9 165 388	916 538 775
Rep. Brazil 11,625/99-USD	2 000	USD 1 000	185 757	371 513 126	197 204	394 408 335
Rep. Helénica 6,0/99-2GRD.....	50 000	GRD 10 000	61 833	3 091 668 950	60 883	3 044 129 913
Rep. Helénica 6,3/99-2GRD.....	30 000	GRD 10 000	63 327	1 899 798 263	62 328	1 669 849 594
Rep. Helénica 6,5/99-2GRD.....	35 000	GRD 10 000	63 719	2 230 148 457	62 521	2 188 231 045
República da Grécia/95-00	330 000	1 000	1 012	334 109 250	1 003	331 097 241
SPGB 4%/99-2010 ECU	20 000 000	EUR 1	179	3 584 084 793	180	3 594 662 308
SPGB 4,75%/98-2014 ECU	7 500 000	EUR 1	195	1 459 258 358	195	1 460 778 512
U. K. Treasury 7,0/93 — 0GBP.....	5 000 000	GBP 1	303	1 512 657 882	336	1 678 456 209
U. K. Treasury 7,0/96 — 0GBP.....	10 000 000	GBP 1	310	3 100 399 796	341	3 408 111 615
U. K. Treasury Stock — Janeiro 6,25% — 94/10	10 515 000	GBP 1	333	3 502 783 610	372	3 915 771 483
U. K. Treasury Stock — Setembro 8,50% — 94/05	15 000 000	GBP 1	372	5 576 200 222	387	5 811 247 451
U. S. Treasury 5,5/9B-2USD	6 900	USD 1 000	207 991	1 435 140 628	218 945	1 510 717 105
U. S. Treasury TX F — 5,50%—98/28	9 200	USD 1	202 494	1 862 948 922	214 613	1 974 439 098
<i>Subtotal</i>	68 848 992			58 028 904 210		59 392 046 799
2.2.1.2 — De outros emissores públicos.....	—			—		—
2.2.1.3 — De outros emissores:						
Certificados de depósito.....	—	—	—	1 129 675 347	—	1 191 372 634
Hartman Weitz Corporation — 6 1875%	—	—	—	1 017 776 400	—	1 017 776 400
Martz Brenan Corp — 4,53%.....	—	—	—	14 906 899	—	14 906 899
Scorpio Int. Inv. Corp. — 6,44% — 99/00.....	—	—	—	4 606 836 430	—	4 889 318 245
Scorpio International Inv. — 5.ª emissão — 5,50% — 1999.....	—	—	—	8 759 115 967	—	9 397 496 674
Scorpio International Inv. Corp. — 5,3%.....	—	—	—	599 220 845	—	599 220 845
Scorpio International Inv. Corp. — 6,4375%.....	—	—	—	4 809 426 043	—	5 092 129 405
Zen Mackie Corporation — 6,1875%	—	—	—	3 760 682 600	—	3 991 280 000
Zyrcan Harthan Corp. — 5,16%.....	—	—	—	2 025 628 770	—	2 195 204 000
Zyrcan Harthan Corp. — 5,5%.....	—	—	—	2 393 924 910	—	2 594 332 000
Abbey Nat. Treasury/98ECU	5 000	EUR 1 000	201 847	1 009 235 654	200 489	1 002 445 865
ABN AMRO 12.75 /99-200ECU.....	1 000	EUR 5 000	1 002 410	1 002 410 000	1 002 410	1 002 410 000
ABN AMRO 12.9/99-2000ECU.....	1 000	EUR 5 000	1 002 410	1 002 410 000	1 002 410	1 002 410 000
ABN AMRO Bank C/Z /99-ECU.....	3 268	EUR 1 000	200 482	655 175 176	214 833	702 075 835
ABN AMRO Float/99-201ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 482	400 964 000	200 482	400 964 000
ANZ Float/97-07 USD.....	100	USD 10 000	1 668 909	166 890 904	1 956 891	195 689 137
Argentaria Cap. 6.35 SDEM.....	40 000	DEM 100	10 247	409 890 423	10 251	410 026 688
Argentaria GL /97-2007.....	10 000	100 000	107 910	1 079 100 000	107 335	1 073 349 823
Argentaria Global C/Z 97	180	77 848 613	10 596 050	1 907 288 928	12 550 950	2 259 171 040
Argentaria Global F/96	1 150 000	1 000	660	759 414 927	798	917 887 420
Asset Backed C 05/99-2USD.....	550	USD 10 000	1 905 894	1 048 241 615	1 995 640	1 097 602 000
Atlantic Cap. C/Z 98-1ECU.....	80	EUR 100 000	7 154 312	572 344 971	7 758 473	620 677 801
B. Boavista 10.0/97-20USD	150	USD 10 000	1 642 454	246 368 076	1 965 620	294 842 992
BEI 5,625% /99-2028ECU.....	124 000	EUR 8	1 740	215 762 786	1 736	215 284 621

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
BEI Escudos TXXF/96-16.....	357 900	1 000	1 295	463 470 000	1 268	453 938 018
B. Gen. Lux. C/Z/99-200ECU.....	50	EUR 100 000	20 048 200	1 002 410 000	20 182 206	1 009 110 309
B. Gen. Lux. C/Z/99-200USD.....	357	USD 10 000	1 941 288	693 039 922	1 998 970	713 632 283
BN Paris TVR/98-08.....	210	10 000 000	10 000 000	2 100 000 000	10 000 000	2 100 000 000
BA Credit Card TX V 96/03.....	5 000	100 000	99 730	498 650 000	99 849	499 246 874
Bacob Savings Bank/98-01.....	800 000	1 000	1 000	800 000 000	1 000	800 000 000
Banco Bradesco TV/96-01.....	500 000	1 000	985	492 600 000	990	494 940 393
Banco Itaé OBCX TVR/97-02.....	20 000	10 000	9 990	199 800 000	9 995	199 892 604
Bank America C. Card/97-03.....	1 208 400	1 000	996	1 202 967 419	996	1 204 097 365
Bank Áustria C/Z/98-2018.....	50 000	10 000	10 050	502 489 447	10 812	540 575 432
Bank Áustria TX V 7,14% — 96/06.....	700 000	1 000	900	630 192 660	913	639 304 472
Bank BBA Credit/97 (PTE).....	5 500	100 000	99 639	548 017 109	99 806	548 930 272
Bankers Trust TX V (SUB) 5,94% — 94/04.....	500 000	1 000	999	499 250 000	999	499 611 798
Bank Inter INTL/99-20ECU.....	20	EUR 10 000	2 001 813	40 036 255	2 002 186	40 043 726
Barclays Bank/99-2009ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
Bayer Hypo 4,5%/99-20ECU.....	3 500	EUR 1 000	192 964	675 373 738	193 108	675 876 256
Bayer Hypo 2/6/99-20ECU.....	4 000	EUR 1 000	200 482	801 928 000	200 482	801 928 000
Bayer Hypo 16/6/99-20ECU.....	30	EUR 100 000	20 048 200	601 446 000	20 048 200	601 446 000
BBV Inter FIN/96-08.....	400	1 000 000	998 375	399 350 000	998 553	399 421 383
BCM Float/95-05 USD.....	1 000	USD 1 000	169 400	169 399 900	198 309	198 309 091
BCP Cap. Fin./95-00 USD.....	18 000	USD 25	4 325	77 850 579	4 987	89 757 720
Bear Stearns Comp/97-00.....	1 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000 000	1 000 000	1 000 000 000
Bear Stearns Inc.-TV/98-03.....	8 000	100 000	99 962	799 692 091	99 975	799 799 939
BEI — FX/REV BOND/97-04.....	1 650 000	1 000	1 084	1 788 355 001	1 079	1 779 885 037
BEI-TX Fixa/95-00.....	117 000	1 000	1 088	127 328 840	1 019	119 172 949
Beta Finance TX F 6,85% 96/01.....	65 000	10 000	9 995	649 700 000	9 968	647 901 044
BIKUBN Float/97-05 USD.....	100	USD 10 000	1 659 863	165 986 300	1 948 995	194 899 519
BMW U. S. Cap. Corp. TX V 7,67% — 96/01.....	686 000	1 000	1 000	685 850 000	1 000	685 933 301
BNP 7 738 /97-49 USD.....	5 000	USD 1 000	173 821	869 102 560	203 162	1 015 810 478
BNWRMS Float/97-07 USD.....	200	USD 10 000	1 688 623	337 724 516	1 976 948	395 389 504
Boats 5,5%/99-2029 ECU.....	2 842	EUR 5 000	1 002 845	2 850 084 476	1 002 842	2 850 077 976
Boats Carvela TX V 8,78% — 96/99.....	200	1 000 000	1 000 000	200 000 000	1 000 000	200 000 000
BPI Cap. Fin./18-12-204USD.....	200 000	USD 25	4 635	927 077 870	4 995	999 090 424
BPI Cap. Fin./19-09-204USD.....	400 000	USD 25	4 411	1 764 554 134	4 993	1 997 260 699
BVBK Float/93-03 USD.....	400	USD 5 000	901 774	360 709 550	997 820	399 126 000
C. Águas Beira — 5,50% — 1953.....	110	1 000	1 182	130 000	1 182	130 000
CBPO/96-04.....	6 000	100 000	98 958	593 750 000	99 124	594 746 875
CECA C/2-97-02.....	20	100 000	76 169	1 523 378	87 894	1 757 880
CGD 6,25% /99-2009 ECU.....	1 000	EUR 1 000	200 031	200 030 916	200 039	200 039 095
C. Moçambique — 5%-1953.....	120	1 000	1 250	150 000	1 250	150 000
Cavale Float /97-07 USD.....	1 000	USD 1 000	170 339	170 338 640	199 213	199 212 599
Caymadrid Int. Knock/97-02.....	600 000	1 000	999	599 231 845	909	599 585 027
Caymadrid Internat./97-02.....	1 100 000	1 000	1 000	1 099 973 333	1 000	1 100 130 123
Central Hisp. Perp./96/USD.....	6 000	USD 25	5 085	30 511 899	5 086	30 513 414
Cidade Montreal TV/97-07.....	350	1 000 000	1 005 763	352 017 000	1 004 778	351 672 457
Citicorp TVR SUB/97-07.....	382	1 000 000	988 433	377 581 501	990 365	378 319 594
Citicorp 1 EM TX V 96/01.....	50 000	10 000	10 000	500 000 000	10 000	500 000 000
CMZB Float /96-06 USD.....	100	USD 10 000	1 732 006	173 200 841	1 952 839	195 283 897
Commerzbank/98-2008 DEM.....	2 000	DEM 1 000	102 710	205 420 020	102 703	205 405 714
Commerzbank/99-2014 ECU.....	4 000	EUR 1 000	199 429	797 717 878	199 469	797 877 195
Commerzbank AG /99-2014 ECU.....	1 500	EUR 1 000	200 081	300 121 554	200 088	300 131 682

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Commerzbank GRK C/Z/99GRD.....	32 500	GRD 100 000	61 677	2 011 002 500	57 665	1 874 112 500
Coronets LMT /99-2000 USD.....	45 700 000	USD 1	200	9 120 074 800	200	9 120 074 800
Corp. Prop. Inv. 7,18% — 95/13.....	500	USD 1 000	149 074	74 537 245	164 322	82 161 248
Corporate Services Group TX F 7,50% — 98/05.....	50	GBP 1 000	304 479	15 223 967	323 271	16 163 568
Crediop Overseas B 96/03.....	150 000	1 000	1 000	150 000 000	1 000	150 000 000
Credit S. F. Products/98-08.....	750	1 000 000	974 630	730 972 508	977 360	733 020 332
Credit Suisse/99-2019ECU.....	2 000	EUR 1 000	198 995	397 990 250	199 018	398 036 921
Credit Suisse F. B. (SUB.) TX V 10,69% — 94/00.....	550 000	1 000	1 000	550 000 000	1 000	550 000 000
Credit Suisse Fin. C/Z/97.....	1 000	3 662 458	980 415	980 414 740	1 170 759	1 170 759 078
CSAM HI YIELD 99/11 USD.....	3 000	USD 1 000	194 115	582 345 000	198 207	594 619 872
CSFB C/Z /99-2004 USD.....	4 400	USD 1 000	197 831	870 456 400	199 564	878 081 600
Daewoo Corp. C/Z/97-20USD.....	130	USD 5 000	658 213	85 567 751	708 521	92 107 766
Danone Fin. TV/TFX/97-04.....	600	1 000 000	999 921	599 952 868	999 824	599 894 646
Dean W. Discover TVR/96-01.....	650 000	1 000	998	648 840 000	999	649 506 290
DENIB 4,5%/99-2009 ECU.....	5 000	EUR 100	20 048	100 241 000	20 048	100 241 000
DENIB 5%/98-2008 ECU.....	275	EUR 10 000	2 004 820	551 325 500	2 004 820	551 325 500
DEPFA Europe/97-04.....	200	10 000 000	9 391 417	1 878 283 468	9 568 102	1 913 620 314
DEPFA Float/99-2019 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 482	400 964 000	200 482	400 964 000
Deutsche Bank/99-2039ECU.....	200	EUR 10 000	2 004 820	400 964 000	2 004 820	400 964 000
Deutsche Bank Canada/97.....	150	1 000 000	1 002 000	150 300 000	1 001 519	150 227 789
Deutsche Fin. C/Z /96-DEM.....	2 000	DEM 10 000	207 299	414 598 657	224 884	449 768 794
Deutsche Fin./99-2019 ECU.....	3 000	EUR 1 000	200 181	600 543 831	200 190	600 569 768
DNBK Float/88-49 USD.....	100	USD 10 000	1 567 611	156 761 126	1 663 846	166 384 563
Dresdner Bank/99-2004ECU.....	600	EUR 5 000	1 002 410	601 446 000	1 002 410	601 446 000
Dresdner Bank — 4,3% /99ECU.....	30 000	EUR 100	20 048	601 446 000	20 048	601 446 000
Dresdner Bank 99/2009 ECU.....	2 000	EUR 10 000	2 003 825	4 007 650 537	2 003 629	4 007 658 752
Dresdner Bank AG /99-2ECU.....	30	EUR 100 000	20 048 200	601 446 000	20 048 200	601 446 000
Dresdner Bank C/Z/98-ECU.....	297	EUR 100 000	3 367 521	1 000 153 616	3 641 023	1 081 383 817
Dresdner Bank C/Z/98-2013.....	400 000	1 000	1 095	438 142 420	1 121	448 213 664
Dresdner Bank TVR/97-07.....	25	10 000 000	9 990 000	249 750 000	9 992 766	249 819 141
Dresdner Bank TFX/96-01.....	14 800	10 000	10 931	161 786 000	10 416	154 155 845
Dresdner FNDG /99-201ECU.....	1 000	EUR 1 000	200 482	200 482 000	200 482	200 482 000
Dresdner Lat. 9 25 /99-USD.....	2 000	USD 1 000	189 899	379 798 626	198 183	396 365 448
Eagle Pier/95-02.....	200	1 000 000	817 138	163 427 658	873 581	174 716 175
EMA Finance Ltd. TVR/98-03.....	453 704	1 000	1 000	453 704 000	1 000	453 704 000
Embarc LMT /99-2000 USD.....	40 000 000	USD 1	200	7 982 560 000	200	7 982 560 000
Endesa S. A. / 99-2004 ECU.....	50	EUR 10 000	2 004 820	100 241 000	2 004 820	100 241 000
Endesa, S.A. — TXVR/96-01.....	25 000	10 000	9 974	249 345 540	9 988	249 701 693
ERSTBK Float/96-06 USD.....	10	USD 100 000	17 207 142	172 071 416	19 706 426	197 064 257
ESFG Overseas TV /98-ODEM.....	20 406	DEM 1 000	98 994	2 020 078 395	99 109	2 022 423 201
Euro DM Securit C/Z-86DEM.....	2 500	DEM 10 000	356 250	890 625 029	402 439	1 006 097 662
Euro DM Securit C/Z-86DEM.....	2 524	DEM 10 000	495 485	1 250 604 556	555 391	1 401 806 136
Euro Mutual F /99-2009ECU.....	150	EUR 100 000	20 048 200	3 007 230 000	20 048 200	3 007 230 000
Euroland Ever 1% /98-0ECU.....	1 900	EUR 1 000	202 507	384 763 050	202 330	384 427 911
FBK Float/97-49 USD.....	1 000	USD 1 000	162 573	162 572 700	190 278	190 278 313
Finance Danish Ind./97-03.....	50	10 000 000	10 000 000	500 000 000	10 000 000	500 000 000
First Austrian Bank/97-02.....	310	1 000 000	999 748	309 922 000	999 863	309 957 540
Fonbur Float/96-49 USD.....	100	USD 10 000	1 692 463	169 246 288	1 979 214	197 921 395
Ford Credit Europe/96-02.....	5 000	100 000	100 375	501 875 000	100 236	501 181 160
Freddie Mac 6,5%/97-07.....	2 600	100 000	106 135	275 950 000	105 221	273 575 305
Fuji Finance Float/97 USD.....	140	USD 10 000	1 879 460	263 124 400	1 995 640	279 389 600

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
GENBNQ Float/95-49 USD.....	100	USD 10 000	1 915 776	191 577 642	1 955 933	195 593 305
Globopar-TF STEP-UP/98-06.....	4 500	100 000	100 051	450 230 104	100 046	450 207 939
Goldman S. Group/95-00.....	1 000	100 000	100 589	100 588 785	100 351	100 350 933
Goldman Sachs/99-2007ECU.....	7 000	EUR 1 000	200 482	1 403 374 000	200 482	1 403 374 000
Goldman Sachs GP-TV/97-07.....	5 000	100 000	100 022	500 108 675	100 014	500 071 835
Goldman Sachs GR TV/98-03.....	700 000	1 000	1 000	699 695 000	1 000	699 801 694
Guarantd Fin./99-2009ECU.....	400	EUR 5 000	999 904	399 961 590	1 000 149	400 059 554
HFC Bank/99-2004 ECU.....	10	EUR 100 000	19 982 241	199 822 414	19 988 090	199 880 901
Halifax/99-2049 ECU.....	1 500	EUR 1 000	200 482	300 723 000	200 482	300 723 000
Hidro E. Revue 5%-1959.....	24	1 000	1 000	24 000	1 000	24 000
Household Bank/97-02 DEM.....	2 000	DEM 1 000	102 025	204 049 094	102 249	204 497 837
Household Fin. Corp/96-01.....	78 000	1 000	1 000	78 000 000	1 000	78 000 000
Household Float/96-03USD.....	1 000	USD 1 000	168 973	168 973 200	197 992	197 992 122
Inter-Atlântico TF/97-00.....	198	1 000 000	999 040	197 810 000	999 780	197 956 440
Intercontinental C/Z /98.....	26 033	500 000	320 911	8 354 285 816	339 185	8 829 996 347
Intned Float/99-2019 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 081	400 162 072	200 093	400 186 880
JPM C/Z/97-2037 ITL.....	5 000	ITL 10 000 000	70 014	350 068 549	76 947	384 734 183
J. Sainsbury TVR /97-05.....	76	10 000 000	10 010 579	760 804 000	10 008 471	760 643 776
JP Morgan TVR/98-06.....	40 000	10 000	9 932	397 286 438	9 942	397 699 086
Júpiter Cap. I/S/98-09.....	101	61 900	61 953	6 257 229	61 945	6 256 444
Júpiter Cap. C/Z /97-17.....	80 000	100 000	36 505	2 920 400 000	38 958	3 116 612 466
Júpiter Cap. Lim. C/Z/97-17.....	80 000	100 000	35 693	2 855 475 000	38 034	3 042 724 013
K2 Credit LKD/99-2009ECU.....	490	EUR 10 000	1 999 808	979 905 896	2 000 052	980 025 373
KBC Bank Funding/99-2ECU.....	2 000	EUR 1 000	188 453	376 906 160	188 546	377 091 024
LANRENO C/Z 97-2017 DEM.....	6 500	DEM 10 000	324 419	2 108 726 589	366 550	2 382 576 335
Lehman Brothers HLD/98-03.....	1 500	100 000	100 009	150 013 839	100 007	150 010 475
Lehman/Nikkei C/Z /99-ECU.....	7 500	EUR 1 000	202 090	1 515 673 992	222 262	1 666 967 332
Lloyds Float/86-49 USD.....	100	USD 10 000	1 510 518	151 051 800	1 770 790	177 078 989
Merrill Lynch TVR/98-03.....	275 000	1 000	996	273 998 654	998	274 337 372
Merrill Lynch TVR/96-02.....	161 000	1 000	1 000	161 000 001	1 000	161 000 001
Merrill Lynch (Swap)/9B-08.....	10 000	100 000	100 005	1 000 050 000	100 005	1 000 045 046
Midland Bank PLC / 85-USD.....	200	USD 10 000	1 602 888	320 577 650	1 735 754	347 150 872
Morgan Guaranty/97-07.....	2 500	100 000	100 750	251 875 000	100 441	251 102 639
Morgan Guaranty BK C/Z-97.....	19 250	393 530	102 381	1 970 831 690	121 753	2 343 739 626
Morgan Stanley-Dean/98-03.....	700	1 000 000	1 000 000	700 000 000	1 000 018	700 012 558
Natgre Float/97-07 USD.....	200	USD 10 000	1 668 397	333 679 400	1 956 158	391 231 509
Nativvbank 5/98-08 ECU.....	200	EUR 10 000	2 009 978	401 995 547	2 004 881	400 976 163
Nova N§1 LMT /98-05 DEM.....	25	DEM 100 000	10 231 142	255 778 546	10 250 936	256 273 394
P. Telecom. Fin./99-2004 ECU.....	240	EUR 5 000	1 002 410	240 578 400	1 002 410	240 578 400
Pacific L. F./99-2019 ECU.....	200	EUR 10 000	1 994 796	398 959 180	1 995 199	399 039 870
Panamerican Bev. TX F S 13%96/03.....	500	USD 1 000	193 535	96 767 591	206 234	103 116 837
Parmalat Cap. Fin. 98 ECU.....	50 000	EUR 100	20 181	1 009 035 299	20 049	1 002 446 909
PDRP Float/95-05 USD.....	200	USD 10 000	1 664 130	332 826 000	1 953 132	390 626 450
Pinto Totta I. Fin./97 USD.....	3 000	USD 1 000	193 497	580 492 343	199 583	598 749 619
Polo-2 EMIS 95-02.....	3 500	100 000	98 331	344 157 893	98 813	345 844 633
Popular Fin. C/Z /9B-28.....	50	10 000 000	10 000 000	500 000 000	10 820 207	541 010 355
Rabobank 7.5/97-2000 USD.....	300	USD 10 000	1 862 987	558 896 108	1 972 786	591 835 874
Rabobank 9.125/98-01 USD.....	8	USD 500 000	85 450 988	683 607 906	96 810 434	774 483 474
Regal 25 S 4.2 /99-20 ECU.....	100 000 000	EUR 1	200	20 048 200 000	200	20 048 200 000
Renault Credit/98-200 DEM.....	200	DEM 10 000	1 019 936	203 987 209	1 022 839	204 567 897
Renault Credit/99-200 ECU.....	5 000	EUR 1 000	200 482	1 002 410 000	200 482	1 002 410 000

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
SEB 6.75/99-2049 ECU.....	80 000	EUR 25	5 012	400 964 000	5 012	400 964 000
Salomon Inc. C/Z/97-2017.....	790	10 000 000	3 420 050	2 701 839 500	3 652 458	2 885 442 093
Salomon Inc. TVR/97-02.....	400	1 000 000	999 753	399 901 144	999 918	399 967 079
Salomon S. B./99-2009 ECU.....	25	EUR 100 000	20 048 200	501 206 000	20 048 200	501 205 000
SAPIC Inv. Ltd. C/Z /98-03.....	500	1 000 000	791 007	395 503 599	832 634	416 316 952
Soc. Generale C/Z /99-2 ECU.....	569	EUR 10 000	2 004 820	1 140 742 580	2 123 906	1 208 502 288
Socgen Australia/97-07.....	1 150	1 000 000	1 005 550	1 156 382 817	1 004 711	1 155 417 350
Solar Fund/99-2014 ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
SPARC 111 C/Z /99-2026 ECU.....	20	EUR 100 000	19 647 236	392 944 720	20 196 637	403 932 737
Stan Float/87-49 USD.....	200	USD 10 000	1 331 304	266 260 800	1 565 595	313 118 988
Stingray Lmt. 10 % /99 ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
Stingray Lmt. 99/2000 USD.....	56	USD 250 000	49 891 000	2 793 896 000	49 891 000	2 793 896 000
Stingray Lmt. 99-2004 ECU.....	50	EUR 100 000	20 048 200	1 002 410 000	20 048 200	1 002 410 000
Stingray Ltd. TVR 1998/06.....	150	10 000 000	9 527 756	1 429 163 432	9 594 520	1 439 177 998
Technology Bask C/Z/2 ECU.....	3 000 000	EUR 1	18	52 631 938	18	52 631 938
Tecnost Float/99-2004 ECU.....	1 319	EUR 1 000	204 821	270 159 375	204 567	269 823 466
Telefónica Europe/97-04.....	534	1 000 000	998 393	533 142 100	998 590	533 246 953
Trifun Float/98-03 USD.....	2 000	USD 1 000	170 675	341 350 093	199 227	398 454 515
UBS Fin. C/Z /98-2B DEM.....	8 000	DEM 5 000	85 265	682 122 670	92 917	743 337 635
Unibanco 7.68 TFX — 98/00.....	650	1 000 000	1 005 401	653 510 823	1 000 901	650 585 857
Unibnk Float/95-05 USD.....	200	USD 10 000	1 754 666	350 933 135	2 000 084	400 016 775
Univ. Valência 5.55/98ESP.....	250	ESP 1 000 000	1 206 700	301 675 000	1 204 920	301 230 000
Westland Ultrecht/99-2 ECU.....	20	EUR 100 000	19 877 790	397 555 806	19 879 495	397 589 902
Westways Fund/98-202 USD.....	200	USD 10 000	1 781 301	356 260 121	1 866 755	373 350 980
World Bank TFX/98-13.....	6 000	100 000	100 133	600 800 000	100 121	600 728 292
Xerox 5,25%/99-2004 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 115	400 230 236	200 121	400 242 666
Xunta de Galicia/96-03.....	3 082	100 000	99 772	307 496 235	99 836	307 695 794
Yorkshire B. Society/97.....	110	10 000 000	9 517 373	1 046 911 018	9 645 910	1 061 050 100
<i>Subtotal</i>	203 188 880			195 858 746 130		202 426 234 645
<i>Subtotal</i>	272 035 872			253 887 650 340		261 818 281 444
2.2.2 — Títulos de rendimento variável:						
2.2.2.1 — Acções:						
ACCOR.....	750	EUR	8 663	6 497 423	9 419	7 063 963
ACT Management Technologies.....	60 024	USD	622	37 353 253	2	119 786
Air Liquide.....	200	EUR	29 466	5 893 182	32 739	6 547 742
Alpine Select AG CHF.....	40 000	CHF 50	12 226	489 034 760	9 992	399 689 600
Archer Daniels Midland.....	1 102	USD	3 841	4 232 813	2 371	2 612 644
AT & T. Corp.....	600	USD	9 095	5 457 222	10 315	6 188 879
Banco Bilbao Vizcaya — Acções Pref. TX F 50 800.....	50 800	USD	18 701	950 026 888	19 532	992 232 213
Banco Boavista, S. A. BRL.....	1 399 418	BRL 1	556	777 712 279	167	234 359 133
Barrick Gold.....	500	USD	4 223	2 111 276	5 316	2 658 193
BCP Cap. Fin. (6,25 %) ECU.....	30 000	EUR 50	9 924	297 715 770	10 024	300 723 000
British Airways Fin. ECU.....	76 000	EUR 25	4 992	379 392 137	5 012	380 915 800
CADA (agricultura).....	2 100	900	645	1 354 782	645	1 354 782
C. Algodões Moçambique.....	1 900	1 000	—	215	0	215
C. Buzi.....	2 000	110	201	401 249	201	401 249

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
C. Ind. Matola	2 200	1 000	502	1 104 000	502	1 104 000
C. Moçambique	3 000	250	250	749 972	250	749 972
C. Resseguro Moçambique	250	1 000	1 000	250 000	1 000	250 000
C. Seg. A. Nacional	15 986	1 000	1 239	19 803 705	1 239	19 803 705
C Seg. Nauticus	500	100	113	56 512	113	56 512
C. Seg. Tranquilidade	9 750	1 500	582	5 676 200	582	5 676 200
Chester Holdings Ltd.	177 812	USD	451	80 242 681	2	354 849
Citybank Euro STX 50 ECU	3 658 600	—	148	540 625 273	227	628 836 293
Continental Mortgage Investors	600	USD	508	304 709	1	600
Creinvest AG USD	149 590	CHF 100	36 445	5 451 733 650	14 263	2 133 659 261
Dresdner BK Bank ECU	299 150	—	6 125	1 832 403 357	6 387	1 910 777 703
Dresdner BK Finance ECU	117 748	—	5 275	621 131 261	5 303	624 393 380
Dresdner BK Technology ECU	157 690	—	15 803	2 491 941 095	16 059	2 532 281 927
Dresdner BK Telecom ECU	116 570	—	21 592	2 517 018 374	22 853	2 663 967 586
ESFG Overseas (8 5 %) USD	99 500	USD 25	4 804	478 001 532	4 291	426 917 287
Essilor International	55	EUR	39 822	2 190 222	61 267	3 369 701
Fomento Predial Moçambique	50	1 000	1 000	50 000	1 000	50 000
Groupe Danone	130	EUR	46 541	6 050 320	46 271	6 015 262
Hidro Elect A. Catumbela	200	1 000	1 000	200 000	1 000	200 000
Ing. Group N. V.	500	EUR	10 951	5 475 474	11 869	5 934 267
KBC Bank Funding	6 640	EUR	5 050	33 529 612	4 737	31 456 267
Kingfisher PLC	3 000	EUR	2 166	6 497 423	2 217	6 651 993
Krediges Investements Limited	1	—	162 326	162 326	162 326	162 326
Krediges Holding Limited	1	—	162 326	162 326	162 326	162 326
Lehman Brothers/Tecn. ECU	5 235 602	—	191	1 002 409 982	198	1 039 147 521
Les Hauts de Vernon	5	FRF	2 979	14 893	2 960	14 798
Navang (C Naveg.)	448	1 000	1 205	540 000	1 205	540 000
Nocal (N. Emp. Cervejas)	2 508	1 000	124	310 656	124	310 656
Petrangol (Petróleos Ang.)	200	1 000	554	110 847	554	110 847
Pinault Printemps Redoute	200	EUR	33 860	6 771 969	50 963	10 196 514
Rabobank Capital Funding Trust	100 000	EUR	4 971	497 103 138	5 046	504 613 194
Royal Dutch Sico	500	EUR	11 261	5 630 593	11 999	5 999 424
Saptec, S. A.	13 292	BEF	8 841	117 508 249	9 523	126 578 321
Sena Sugar Estates Ltd.	77 375	LIB	42	3 224 400	1	77 375
Soc. Turismo Moçambique	100	1 000	1 000	100 000	1 000	100 000
Sonefe Nom.	573	500	478	274 016	478	274 016
Sotul (Soc. Turismo Ult.)	8 000	1 000	1 000	8 000 000	1 000	8 000 000
Suez Lyon Des Eaux	200	USD	32 183	6 436 593	31 395	6 279 096
USX — Marathon Group	2 000	USD	6 818	13 636 332	5 131	10 261 581
Zurich Financial Services Ltd.	160 000	EUR	4 974	795 913 540	4 905	784 766 741
<i>Subtotal</i>	12 085 921			19 510 528 481		16 034 968 720
2.2.2.2 — Títulos de participação	—			—		—
2.2.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento:						
ES — America G. F. (USD) USD	71 112	—	21 804	1 550 532 333	24 967	1 775 485 449
First Portuguese F. D. USD	5 000	—	19 291	96 453 830	24 572	122 861 577
ES — Global Equity EUR	2 068	—	32 031	66 240 127	32 031	66 240 127
ES — Euro Bond ECU	13 636	—	127 201	1 734 518 681	136 895	1 866 701 912

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
ES-Focus I ECU.....	30 197	—	113 928	3 440 283 816	117 829	3 558 090 945
ES — European Equity.....	3 919	—	25 966	101 762 433	25 966	101 762 434
Cachalot Fund USD.....	2 000	—	187 981	375 962 000	199 564	399 128 000
<i>Subtotal</i>	127 932			7 365 753 220		7 890 270 444
2.2.2.4 — Outros.....	—			—		—
<i>Subtotal</i>	12 213 853			26 876 281 701		23 925 239 164
<i>Total</i>	284 249 725			280 763 932 041		285 743 520 608
<i>Total geral</i>	391 745 194			552 982 447 905		582 808 541 273

23 — Imobilizações e outros investimentos financeiros:

Discriminação dos movimentos efectuados em imobilizações corpóreas e incorpóreas e correcções de valor de várias rubricas de investimentos — anexos n.ºs 2,3 e 4:

23.1 — Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas (anexo n.º 2):

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de constituição e instalação.....	1 774	1 774	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	4 802 586	2 205 686	1 791 669	—	74 018	—	1 285 242	21 742	3 051 051
Despesas em edifícios arrendados.....	323 312	181 580	4 944	—	—	—	109 419	— 21 742	15 515
Trespases.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações incorpóreas.....	67 214	62 392	1 549	—	57 500	—	3 215	57 500	3 156
Imobilizações em curso.....	2 307	—	95 575	—	668	—	—	—	97 014
Adiantamentos por conta.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Subtotal</i>	5 197 193	2 451 432	1 893 737	—	132 386	—	1 397 876	57 500	3 166 736
Imobilizações corpóreas:									
Equipamento administrativo.....	662 626	421 642	24 042	—	554	4 832	52 890	4 402	211 152
Máquinas e ferramentas.....	563 284	455 438	20 290	—	450	390	32 038	717	95 975
Equipamento informático.....	4 481 565	3 939 069	537 25B	—	934	2 374	575 438	2 374	503 382
Instalações interiores.....	78 962	65 093	—	—	—	—	2 375	—	11 494
Material de transporte.....	286 345	116 120	83 321	—	53	43 988	77 826	35 167	166 846
Equipamento hospitalar.....	38 792	38 630	—	—	—	—	114	—	48
Outras imobilizações corpóreas.....	151 921	123 622	3 884	—	53	—	7 260	—	24 870
Imobilizações em curso.....	33 604	—	—	—	33 604	—	—	—	—
Adiantamentos por conta.....	9 181	—	7 739	—	16 043	—	—	—	877
<i>Subtotal</i>	6 306 280	5 159 614	676 534	—	51 691	51 584	747 941	42 660	1 014 644
<i>Total</i>	11 503 473	7 611 046	2 570 271	—	184 077	51 584	2 145 817	100 160	4 181 380

23.2 — Terrenos e edifícios (anexo n.º 3):

Rubricas	Saldo inicial		Aquisições e beneficiações	Reavaliações e diminuições de valor	Transferências		Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço			Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
De serviço próprio:										
Terrenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edifícios	12 493 611	12 028 450	203 691	78 790	—	—	104 282	59 400	12 593 020	12 251 531
De rendimento:										
Terrenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edifícios	9 278 097	12 273 488	236 042	763 303	—	—	— 238 856	— 426 950	9 275 283	12 845 883
Imobilizações em curso.....	5 148	5 148	50 234	—	— 53 065	— 53 065	—	—	2 317	2 317
Adiantamentos por conta	48 108	48 108	166 697	—	— 184 318	— 184 318	—	—	30 487	30 487
<i>Total</i>	21 824 964	24 355 194	656 664	842 093	— 237 383	— 237 383	343 138	486 350	21 901 107	25 130 218

23.3 — Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos) (anexo n.º 4):

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições de valor	Alienações ou reembolsos	Saldo final
Investimentos em empresas do grupo e associadas:					
Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas associadas	1 000	—	1 000	—	—
Outros investimentos financeiros:					
Empréstimos hipotecários	274 661	38 714	76 629	—	236 746
Outros empréstimos:					
Empréstimos sobre apólices	—	—	—	—	—
Empréstimos sobre títulos	—	—	—	—	—
Outros	239 658	181 829	157 306	—	264 181
Depósitos em instituições de crédito	4 912 189	24 345 573	—	29 029 391	228 371
Outros	—	—	—	—	—
Depósitos junto de empresas cedentes	56 212	90 458	83 793	—	62 877
<i>Total</i>	5 483 720	24 656 574	318 728	29 029 391	792 175

24 — Movimentos relativos a reavaliações:

Rubricas	Imobiliz. corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	14 651 114	14 651 114
Aumentos	—	8 967 337	8 967 337
Diminuições:			
Incorp. capital social	—	—	—
Recuperação de mais/menos	—	2 066 423	2 066 423
Valias realizadas (v. nota n.º 3.2.2.3)	—	—	—
Outras	—	409 936	409 936
Fim do exercício	—	21 142 092	21 142 092
Custos históricos	—	51 300 276	51 300 276
Reavaliações	—	25 444 924	25 444 924
Valores contabilísticos reavaliados	—	76 745 200	76 745 200

Não existem movimentos relativos a imobilizações corpóreas.

26 — Provisões não técnicas:

Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 — Provisões para recibos por cobrar:				
4900 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4901 — De empresas associadas	—	—	—	—
4902 — De outras empresas participadas/participantes	—	—	—	—
4903 — De outros tomadores de seguro	1 313 476	276 267	—	1 589 743
	1 313 476	276 267	—	1 589 743
491 — Provisões para cobranças duvidosas:				
4910 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4911 — De empresas associadas	—	—	—	—
4912 — De outras empresas participadas/participantes	—	—	—	—
4913 — De outros tomadores de seguro	463 189	—	10 959	452 230
	463 189	—	10 959	452 230
492 — Provisões para riscos e encargos:				
4920 — Pensões de reforma	—	—	—	—
4921 — Pensões de pré-reforma	—	—	—	—
4922 — Impostos	429	—	—	429
4923 — Outros riscos e encargos	—	—	—	—
	429	—	—	429

28 — Demonstração dos resultados extraordinários:

PROVEITOS E GANHOS

CUSTOS E PERDAS		
	1999	1998
69100 — Donativos	1 355	2 907
69101 — Mecenato	5 313	8 448
69102 — Despesas confidenciais	—	—
69103 — Perdas em imobiliz. corpóreas	537	10 595
69104 — Ofertas a clientes	12 191	13 575
69105 — Dívidas incobráveis	147 191	969
69106 — Multas e penalidades	303	595
69107 — Quotizações diversas	9 757	8 123
69108 — Correc. relativas a exerc. anteriores	721	13 421
69109 — Outros custos e perdas extraord.	210 308	219 091
83 — Resultados extraordinários	348 011	— 86 615
	735 686	191 109

	1999	1998
79100 — Restituição de impostos	—	—
79101 — Recuperação de dívidas	—	—
79102 — Redução de amortizações e provisões	80 870	131 981
79103 — Ganhos em imobilizações corpóreas	3 553	10 906
79107 — Correções relativas a exercícios anteriores	11 020	27 730
79108 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	640 243	20 492
	735 686	191 109

O acréscimo registado na conta de outros proveitos e ganhos extraordinários resulta essencialmente da alteração de procedimento na contabilização das mais/menos valias realizadas, conforme ponto 3.2.2.4.

33 — Provisões técnicas:

Valores referentes às seguintes provisões técnicas:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço de 1999	Valor de balanço de 1998
Provisão para prémios não adquiridos	18 905 453	3 339 155	15 566 298	15 687 531
Provisão para riscos em curso	3 877 672	—	3 877 672	3 762 087

34 — Provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, seus reajustamentos e custos com sinistros:

34.1 — Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (anexo n.º 5):

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1998	Custos com sinistros — montantes pagos no exercício (a) (a)	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1999	Reajustamentos
Vida	—	—	—	—
Não vida:				
Acidentes e doença	22 299 073	2 702 217	19 576 755	— 20 101
Incêndio e outros danos	3 272 174	2 283 042	1 329 801	340 669
Automóvel:				
Responsabilidade civil	31 473 919	9 605 628	22 016 386	148 095
Outras coberturas	2 548 144	1 500 605	1 062 186	14 647
Marítimo, aéreo e transportes	658 460	549 091	321 281	211 912
Responsabilidade civil geral	1 049 642	431 332	760 845	142 535
Crédito e caução	324 778	86 260	252 431	13 913
Protecção jurídica	32 558	6 609	33 192	7 243
Assistência	—	—	—	—
Diversos	241 119	235 941	96 228	91 050
<i>Total geral</i>	61 899 867	17 400 725	45 449 105	949 963

(a) Sinistros ocorridos no ano 1998 e anteriores.

34.2 — Discriminação dos custos com sinistros (anexo n.º 7):

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos — prestações	Montantes pagos — custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro directo:				
Acidentes e doença	9 826 958	798 388	2 587 258	13 212 604
Incêndio e outros danos	3 812 074	227 031	— 161 620	3 877 485
Automóvel:				
Responsabilidade civil	17 090 138	996 111	2 180 706	20 266 955

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos — prestações	Montantes pagos — custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Outras coberturas	3 747 142	330 916	2 913	4 080 971
Marítimo, aéreo e transportes	655 690	45 462	— 582	700 570
Responsabilidade civil geral	521 962	51 297	53 183	626 442
Crédito e caução	72 283	150	— 62 116	10 317
Protecção jurídica	9 895	1 820	14 587	26 302
Assistência	—	1 717	86	1 803
Diversos	314 077	855	36 658	351 590
<i>Total</i>	36 050 219	2 453 747	4 651 073	43 155 039
Resseguro aceite	51 725	—	— 59 250	— 7 525
<i>Total geral</i>	36 101 944	2 453 747	4 591 823	43 147 514

35 — Reajustamentos mais relevantes relativos ao desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores:

Os reajustamentos relevados na contabilidade respeitantes a sinistros ocorridos em anos anteriores resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros.

36 — Métodos de valorimetria aplicados aos investimentos:

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados no ponto n.º 3.

37 — Valor actual dos terrenos e dos edifícios:

O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e dos edifícios é o referido no ponto n.º 3 e a respectiva discriminação, segundo o exercício correspondente à sua avaliação, é a seguinte:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
Ano de 1999	7 410 035	9 769 677
Ano de 1998	—	—
Ano de 1997	166 453	178 094
Ano de 1996	11 605 884	12 298 740
Ano de 1995	2 638 013	2 802 986

Este quadro refere-se apenas a avaliações efectuadas por técnicos nomeados pelo Instituto de Seguros de Portugal, não existindo avaliações anteriores ao ano de 1995.

39 — Valores recuperáveis relativamente a sinistros:

Relativamente ao montante recuperável pela ocorrência de sinistros provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação — Conta 470) não se registam quaisquer valores. Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados — Conta 2610) o valor é de 11 906 contos.

40 — Informações relativas ao seguro Não Vida:

40.1 — Discriminação de alguns valores por ramos (anexo n.º 6):

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos (a)	Custos de exploração brutos (a)	Saldo de resseguro
Seguro directo:					
Acidentes e doença	16 459 359	16 331 811	13 212 604	4 397 333	— 1 512 153
Incêndio e outros danos	7 738 087	7 485 451	3 877 485	3 175 991	— 706 179
Automóvel:					
Responsabilidade civil	23 384 847	23 635 283	20 266 954	6 678 630	— 1 005 531
Outras coberturas	8 294 243	8 294 243	4 080 972	2 357 016	— 44 872
Marítimo, aéreo e transportes	1 548 652	1 486 171	700 570	433 443	— 397 991
Responsabilidade civil geral	1 516 156	1 514 500	626 442	801 401	— 475 843
Crédito e caução	107 281	200 735	10 317	34 428	— 127 640
Protecção jurídica	8 054	8 477	26 302	9 835	—
Assistência	190 018	187 181	1 802	95 731	— 365 330
Diversos	259 201	274 377	351 591	113 657	75 311
<i>Total</i>	59 505 898	59 418 229	43 155 039	18 097 465	— 4 560 228
Resseguro aceite	173 919	178 571	— 7 525	66 320	— 252 743
<i>Total geral</i>	59 679 817	59 596 800	43 147 514	18 163 785	— 4 812 971

(a) Sem dedução da parte dos resseguradores.

41 — Prémios brutos emitidos de seguro directo:

Os prémios brutos emitidos de seguro directo provenientes de contratos celebrados em Portugal totalizam 59 480 301 contos e os celebrados em Espanha 25 597 contos, pelo que no global se registam 59 505 898 contos.

43 — Comissões relativas ao seguro directo:

O montante das comissões relativas ao seguro directo é constituído por:

	1999	1998
43.1 — Comissões de mediação e corretagem	4 365 839	4 305 407
43.2 — Comissões de cobrança	868 124	903 664
	5 233 963	5 209 071

44 — Investimentos segundo a sua afectação:

Rubricas	Seguros de Vida (contas 20, 21 e 240)	Seguro não Vida (contas 22 e 241)	Livres (conta 23)
Terrenos e edifícios	—	25 097 414	—
Investimentos em empresas do grupo e associadas	—	30 974 019	30 974
Outros investimentos financeiros	—	61 826 402	751 607
Depósitos junto de empresas cedentes	—	62 877	—
<i>Total em 1999</i>	—	117 960 712	782 581
<i>Total em 1998</i>	—	99 708 908	7 015 845

45 — Outras informações consideradas relevantes:

45.1 — Movimentos ocorridos nas contas de capital próprio:

	1998	Redução	Aumento	1999
Capital	19 000 000	—	45 790	19 045 790
Reservas de reavaliação:				
Reavaliação regulamentar (v. nota n.º 24)	14 651 114	— 2 476 359	8 967 337	21 142 092
Reavaliação legal	—	—	—	—
Reserva legal	1 942 619	— 45 790	301 509	2 198 338
Outras reservas	225 283	—	—	225 283
Resultados transitados	428 182	—	336 615	764 797
Resultado do exercício:				
1998	3 015 084	— 3 015 084	—	—
1999	—	—	2 640 050	2 640 050
Capitais próprios	39 262 282	— 5 537 233	12 291 301	46 016 350

Durante o exercício de 1999, e na sequência da redenominação e renominalização para euros do capital social da Companhia, procedeu-se a um aumento do capital em 45 790 contos por incorporação da reserva legal, para fixar o valor unitário das acções representativas em cinco euros.

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a reserva legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a concorrência do capital social.

O resultado do exercício de 1998 foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	301 508
Resultados transitados	336 615
Dividendos	1 710 000
Reforço do fundo de pensões	275 000
Distrib. a empregados e cons. de administração	391 961
	<u>3 015 084</u>

45.2 — Contratos cambiais a prazo:

No sentido de cobrir o risco de taxa de câmbio de activos e passivos expressos em moeda estrangeira, a Companhia em 31 de Dezembro de 1999, tinha operações em aberto de compra e venda de divisas no, montante de 751 000 contos (1998: 9354 milhares de contos) e de 16 994 milhares de contos (1998: 24 249 milhares de contos), respectivamente.

45.3 — Títulos das ex-colónias:

A Companhia apresenta no seu inventário de títulos e participações financeiras, activos de empresas sediadas nas ex-colónias que se encontram valorizados ao seu valor de aquisição no montante de 39 286 contos.

Para os referidos títulos foi constituída provisão de igual valor nos termos definidos pela norma n.º 10/82, de 4 de Fevereiro de 1982 do Instituto de Seguros de Portugal.

45.4 — Responsabilidades com pensões:

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector de seguros, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar

aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez.

Com referência a 31 de Dezembro de 1999, (i) as responsabilidades por serviços passados, determinadas em função dos salários projectados e apuradas com base no estudo actuarial realizado pela Companhia Seguros Tranquilidade Vida, cobrindo a totalidade do pessoal activo, pré-reformado e reformado, (ii) a situação patrimonial do Fundo e (iii) a insuficiência/excesso líquido global de cobertura, resume-se como segue:

	1999	1998
i) Responsabilidades totais por serviços passados:		
Reformados	409 420	—
Pré-reformados e empregados no activo em 31 de Dezembro.	8 314 633	8 139 698
Administradores	985 340	742 419
Responsabilidade total	9 709 393	8 882 117
ii) Valor do fundo em 31 de Dezembro.....	9 767 857	8 867 662
iii) Insuficiência/excesso global de cobertura.	58 464	— 14 455

Durante o exercício em análise, as contribuições para o fundo foram efectuadas com base em valores projectados.

No exercício de 1999 os encargos com prémios e contribuições para pensões ascenderam a 257 milhares de contos (1998: 224 milhares de contos). Adicionalmente foi efectuada uma contribuição de 275 milhares de contos (1998: 250 milhares de contos) na sequência da aplicação de resultados do exercício de 1998.

As responsabilidades por pensões de reforma foram calculadas tendo por base o valor actual dos salários projectados do pessoal no activo e das prestações em pagamento aos reformados e a tábua de mortalidade TV 73/77, de acordo com os seguintes pressupostos:

(Em percentagem)		
	1999	1998
Taxa prevista de rendimento do fundo	6	6
Taxa prevista de evolução salarial	3	3
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma.....	3	3
Taxa técnica de juro	4	4

É intenção da Companhia realizar estudos actuariais periodicamente, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

45.5 — Relações com empresas do grupo:

	Saldos		Proveitos		Custos	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Tranquilidade Vida.....	— 1 735 447	— 758 764	750 000	750 000	—	—
Esumédica	— 104 431	— 121 519	3 151	55 105	1 964 589	2 054 543
Advancecare.....	—	—	—	—	175 488	—

45.6 — Eventos subsequentes:

Novo regime jurídico de acidentes de trabalho:

Em meados de 1999 foi publicado o Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de Abril, que vem regulamentar o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais e que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2000.

Nele se prevêem algumas importantes alterações ao regime geral até aqui aplicado, das quais se realça a obrigatoriedade de remições de pensões vitalícias de reduzido montante, a serem efectuadas de acordo com um plano escalonado a seis anos, utilizando as seguintes bases técnicas: TD n.º 88/90, uma taxa de juro técnica de 5,25% e uma carga de gestão de 0%.

A Companhia irá aplicar o novo regime a partir do exercício de 2000, tendo um estudo efectuado para o sector segurador estimado em 6% o acréscimo do valor das responsabilidades resultantes desta alteração legislativa.

Inventário de títulos e participações financeiras:

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
	1 — Títulos de empresas do grupo e associadas:						
	1.1 — Nacionais:						
	1.1.1 — Partes de capital em empresas do grupo:						
921066001651	C. Seguros Tranquilidade Vida, S. A.	7 500 000	EUR 5	980	7 350 000 000	3 177	23 824 275 000
921006990651	Espírito Santo — C. Seguros	1 499 600	1 000	1 000	1 499 600 000	491	736 453 500
921085014151	Esumedica — Prest. Cuidados Médicos	90 000	1 000	1 000	90 000 000	986	68 875 900
921072012951	Fiduprivate, S. A.	18 750	1 000	1 055	19 780 727	1 602	33 786 000
	<i>Subtotal</i>	9 108 350			8 959 380 727		24 683 390 460
	1.1.2 — Obrigações de empresas do grupo		—			—	
	1.1.3 — Outros títulos de empresas do grupo		—			—	
	1.1.4 — Partes de capital em empresas associadas		—			—	
921074991551	Advancare — Gestão Serviços de Saúde	100	1 000	1 000	100 000	300	29 967
921074087351	Cominvest, SGFII	700 000	1 000	576	403 424 312	672	470 617 000
921051053451	Espírito Santo Data Informática	100 000	1 000	1 250	125 000 000	1 244	124 370 000
921066006951	Europ Assistance — C. Port. Seg. Assist.	240 000	1000	1 000	240 000 000	1 195	280 725 600
	<i>Subtotal</i>	1 040 100			768 524 312		861 742 567
	1.1.5 — Obrigações de empresas associadas	—			—		—
	1.1.6 — Outros títulos de empresas associadas	—			—		—
	<i>Subtotal</i>	10 148 450			9 727 905 039		25 565 133 027
	1.2 — Estrangeiras:						
	1.2.1 — Partes de capital em empresas do grupo	—					
	1.2.2 — Obrigações de empresas do grupo	—					
	1.2.3 — Outros títulos de empresas do grupo	—					
	1.2.4 — Partes de capital em empresas associadas	—					
	1.2.5 — Obrigações de empresas associadas	—					
	1.2.6 — Outros títulos de empresas associadas	—					
	<i>Total</i>	10 148 450			9 727 905 039		25 565 133 027
	2 — Outros títulos:						
	2.1 — Nacionais:						
	2.1.1 — Títulos de rendimento fixo:						
	2.1.1.1 — De dívida pública:						
111075900928	OT — Fevereiro — 9,50% — 96/06	40 000	EUR 0,01	12 691	507 657 521	12 068	463 506 241

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
111075900930	OT — Fevereiro — 6,83 % — 97/07	140 000	EUR 0,01	11 522	1 613 022 909	11 212	1 569 617 038
11107590093S	OT — Agosto — 3,63 % — 99/04	60 145	EUR 0,01	9 707	563 651 900	9 731	585 292 965
111075900932	OT — Junho — 5,38 % — 98/06	150 000	EUR 0,01	10 786	1 617 962 162	10 698	1 604 751 319
111075900928	OT — Março — 5,38 % — 97/00	52 125	EUR 0,01	10 060	524 380 719	10 058	524 271 256
111075900929	OT — Março — 5,75 % — 97/02	60 193	EUR 0,01	10 310	826 767 768	10 309	828 696 348
111075900925	OT — Março — 8,75 % — 96/01	200 000	EUR 0,01	11 081	2 216 164 569	10 462	2 092 385 607
	<i>Subtotal</i>	722 463			7 889 827 548		7 686 520 774
	2.1.1.2 — De outros emissores públicos:						
112075001803	C. M. Braga 4 % — 93/00	50 000	1 000	1 003	50 150 100	1 000	50 008 701
112075001513	Gov. Reg. Açores S 2 4,13 % — 94/06	200 000	1 000	999	199 800 000	1 000	199 900 648
112075001201	Região Aut. Madeira, S. A. — 5,25 % — 90/02	1 000 000	419	451	451 216 799	428	427 670 996
	<i>Subtotal</i>	1 250 000			701 166 899		677 580 345
	2.1.1.3 — De outros emissores:						
213091002001	APA Juntas Portuárias 4,50 % — 94/04	200 000	1 000	1 002	200 300 360	1 001	200 175 046
113065006108	BC Macau CX (SUB) 1 E 2 S 3,93 % — 92/04	35 000	10 000	9 969	348 925 000	9 968	349 565 675
213065003505	BCP CX (SUB) 4,19 % — 95/05	15 000	10 000	9 960	149 700 000	9 990	149 843 713
113065003601	BIC CX (SUB) 4 19 % — 93/03	6 438	10 000	9 993	84 322 556	9 996	64 360 628
113065003602	BIC CX (SUB) 4,25 % — 95/02	32 000	10 000	9 980	319 360 000	9 992	319 746 718
113065009302	BPS MAYOR CX (SUB) 4,44 % — 95/05	10 000	10 000	9 980	99 600 000	9 992	99 917 468
113065000504	BTA CX (SUB) 4,44 % — 08/00	20 000	10 000	9 980	199 000 000	9 987	199 738 226
113005090102	Santander (SUB) 3,88 % — 95/05	310 000	1 000	992	313 534 004	995	314 290 186
213065006601	Banif CX TX V 3 94 % — 96/06	25 000	10 000	9 975	249 375 000	9 963	249 566 464
213085007809	BES CX Cabaz Ind. Mund. 1 E 2 S — 98/01	1 000	10 000	10 037	10 036 877	10 026	10 027 773
113065006303	C. Lyonnais CX (SUB) 4,56 % — 93/03	9 000	7 200	7 976	71 797 500	7 986	71 887 663
113065000306	Crédito Predial (SUB) 4,50 % — 92/02	361 600	1 000	1 001	361 619 961	1 000	361 665 576
213024001905	CIN — C1 Norte 3,81 % — 95/02	300 000	750	750	225 000 000	750	225 000 000
213065021602	CCCA Mútuo 3 74 % — 96/03	250 000	1 000	999	249 625 000	999	249 766 822
113040000165	EDP 21 EM 3,88 % — 92/02	245 000	1 000	1 001	245 240 136	1 000	245 052 488
113040000182	EDP 23 EM 3,25 % — 96/11	1 000 000	1 000	1 000	999 667 000	1 000	999 739 586
913015003655	EMASA S E 16,75 % — 1988	5 000	1 000	1 000	5 000 000	1	5 000
913024001351	Isar-Rakoll Chemie Port. TX V — 1995	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
113065046607	Leasimpor 1 EM 4,44 % — 92/02	10 500	10 000	9 975	104 737 500	9 992	104 920 923
113065046604	Leasimpor CX (SUB) 3 EM 4 % — 92/02	10 000	10 000	9 985	99 850 000	9 995	99 949 955
113065011220	Lusoleasing CX (SUB) 4,13 % — 95/05	5 000	10 000	9 975	49 875 000	9 985	49 926 076
913065006753	CEMG CX (SUB) TX V — 96/07	20 000	10 000	10 000	200 000 000	10 000	200 000 000
913021009252	Com. Papel Porto Cavaleiros TX V — 1990	17 500	1 000	1 000	17 500 000	1	17 500
113023000505	Petrogal 1 EM 4 % — 94/04	300 000	1 000	999	299 720 240	1 000	299 682 793
113023000506	Petrogal 1 EM 3,61 % — 96/03	500 000	1 000	1 000	500 000 000	1 000	500 000 000
113023000507	Petrogal 2 EM 3,61 % — 96/03	1 000 000	1 000	999	999 000 000	999	999 473 753
113021030001	Portucel Florestal 4 56 % — 95/00	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 056
113021023901	Portucel Viana 4,56 % — 95/00	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 058
913024001651	Proadec — Prod. Ad. Dec. TX V — 1995	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
213074016601	Somague, SGPS TX V 4,31 % — 97/04	100 000	1 000	1 004	100 421 462	1 003	100 270 987
113065098504	UBP CX (SUB) TX V 4 % — 93/04	40 000	10 000	9 975	399 011 237	9 989	399 568 170
913015003451	Soc. Rações Vimeiro TX V — 66/91	4 000	1 000	1 000	4 000 000	1	4 000

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
913017007652	Vilatextil 16,25 % — 1968.....	7 500	600	600	4 500 000	1	7 500
	<i>Subtotal</i>	5 197 538			7 046 269 845		7 019 345 027
	<i>Subtotal</i>	7 170 001			15 637 264 292		15 383 446 146
	2.1.2 — Títulos de rendimento variável:						
	2.1.2.1 — Acções:						
921055016351	Argogest.....	1 300	1 000	769	1 000 000	1	1 300
121065007802	BESCL — Nominativas.....	2 111 600	EUR 5	5 271	11 131 295 849	5 497	11 609 021 676
921065096051	Bescleaving Imobiliária — Soc. Loc. Fin.	25 800	1 000	723	18 652 677	766	20 289 894
921065015351	Bescleaving Mobiliária — Soc. Loc. Fin.	34 040	1 000	771	26 246 701	1 212	41 268 054
121065009302	BPSM — Nominativas	20 000	1 000	4 255	65 097 281	4 254	85 084 561
121045006602	Brisa — Auto-Estradas Port. — Nom.....	431 000	EUR 1	1 714	738 603 212	1 510	650 650 297
921051013451	Cassel	200	1 000	1 000	200 000	1	200
921065036751	Central Control.....	60 000	1 000	1 200	98 000 000	1 000	80 000 000
921026000151	Cimpor — Cim. Port. — Nom.....	160 000	EUR 5	4 065	650 358 567	3214	514 196 234
121024002901	Cires — Comp. Ind. Resinas Sintéticas.....	49 500	1 000	3 596	176 113 214	2 155	108 681 484
921065002051	C. Previdente — Soc. C. Part. Financ.....	196	1 000	—	—	2 429	480 681
921074054951	Comércio e Indústria Associados.....	365 000	1 000	1 000	365 000 000	1	365 000
921074241951	C. Previdente.....	6	2 000	75 000	450 000	66 492	398 953
121072003401	Compta — Eq. Serv. Informática.....	153 480	1 000	997	153 094 402	2 255	346 162 245
921051029351	Comundo.....	2 008	100	66	133 200	1	2 008
321045000601	Soc. Construtora do Tâmega.....	2 000	1 000	4 219	8 438 467	1 002	2 004 620
921022002051	Copinaque — Equip. Desenv. Empresas	4 000	1 000	2 250	9 000 000	1	4 000
921065096651	Credibom, SFAC 230.....	1 000	1 000	230 000	1 196	275 069	
921065019051	Douro, SGPS	2 476	1 000	839	2 078 047	900	2 228 053
121040000102	EDP — Nominativas.....	100 000	EUR 5	4 302	430 215 000	3 468	346 833 660
921055004551	Hotel Turismo Abrantes	125	1 000	—	—	1 202	150 284
921045020451	Ilídio Monteiro Construções	41 675	1 000	1 000	41 675 000	1	41 675
121074067101	Mague — Gestão e Participações	93 300	1 000	4 020	375 068 539	6 000	559 839 770
921014000152	Pirites Alentejanas.....	38 286	1 000	1 626	69 925 824	1	38 286
921021009251	C. Papel Porto Cavaleiros	2 483	1 000	1 319	3 274 002	1	2 483
121064005402	Portugal Telecom — Nominativas.....	2 278 877	EUR 1	1 774	4 043 774 545	2 185	4 934 237 242
121074274202	Port. Telecom Multimedia.....	25 000	EUR 5	5 413	135 326 613	10 656	271 402 507
921060006951	Rinave	20	5 000	1 000	20 000	79 198	1 583 952
921026006951	ROL.....	200	10 000	706	141 200	19 357	3 671 400
921045000551	Saivane Imobiliária.....	4 401	1 000	—	—	957	4 211 561
921045000452	Somec — Soc. Metrop. Construções — Portador	31 900	1 000	148	4 721 200	1	31 900
921070000251	Sonagi — S. N. Gest. Invest. — Portador	1 114	1 000	844	940 290	4 110	4 578 407
121021000401	Soporcel — Soc. Port. Papel.....	50 000	1 000	1 665	83 253 001	2 596	129 812 095
921074123351	Spectacolor Portugal	7 500	1 000	1 000	7 500 000	1 364	10 233 075
921051006951	Tellus.....	1 200	1 000	1 010	1 211 910	1	1 200
725017007601	Vilatextil — Soc. Ind. Têxtil.....	16	1 000	2 034	32 536	1	16
	<i>Subtotal</i>	6 119 135			18 661 071 277		19 725 984 484
	2.1.2.2 — Títulos de participação	—			—		—

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
	2.1.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento.....	—			—		—
	2.1.2.4 — Outros.....	—			—		—
	<i>Total</i>	13 289 138			34 298 335 569		35 109 430 630
	2.2 — Estrangeiros:						
	2.2.1 — Títulos de rendimento fixo:						
	2.2.1.1 — De dívida pública:						
411101000101	Rente 4,50 % — 1952	20	FRF 10 000	366 231	7 764 613	376 715	7 534 305
411106000213	Treasury Stock — Janeiro 6,25 % — 94/10.....	5 000 000	GBP 1	335	1 674 226 154	374	1 670 375 798
411106000215	U. S. Treasury Stock — Setembro 8,50 % — 94/05.....	10 000 000	GBP 1	375	3 751 196 760	388	3 876 763 970
411400000109	U. S. Treasury TX F 5,50 % — 98/28.....	9 200	USD 1	202 494	1 862 948 922	214 613	1 974 439 098
	<i>Subtotal</i>	15 009 220			7 296 136 449		7 729 133 171
	2.2.1.2 — De outros emissores públicos.....	—			—		—
	2.2.1.3 — De outros emissores:						
714400001003	Scorpio International Inv. 5.ª EM 5,50 % — 1999.....	19 500 000	USD 19 500 000	184	3 590 672 260	200	3 691 498 195
714400000102	Scorpio Int. Inv. Corp. 6,44 % — 99/00.....	24 500 000	USD 24 500 000	168	4606 838 430	200	4880 316 245
413115008701	BANKERS TRUST TX V (SUB.) 5,94 % — 94/04.....	500 000	1 000	999	499 250 000	999	499 811 798
413115004201	Ba Credit Card TX V 96/03.....	5 000	100 000	99 730	496 650 000	99 849	499 248 874
413115001102	Bank Austria TX V 7,14 % — 96/06	500 000	1 000	1 000	500 000 000	1 000	500 000 000
413106000605	Beta Finance TX F 6,85 % 96/01.....	35 000	10 000	10 000	350 000 000	10 000	350 000 000
413400001601	BMW U S. Cap. Corp. TX V 7,67 % — 96/01	250 000	1 000	1 000	250 000 000	1 000	250 000 000
413106001201	Boats Carvela TX V B 78 % — 96/99	200	1 000 000	1 000 000	200 000 000	1 000 000	200 000 000
513366000101	C. Aguas Beira 5,50 % — 1953	110	1 000	1 182	130 000	1 182	130 000
513366000201	C. Moçambique 5 % — 1953.....	120	1000	1 250	150 000	1 250	150 000
413400001201	Credit Suisse F. B. (SUB.) TX V 10 69 % — 94/00	550 000	1 000	1 000	550 000 000	1 000	550 000 000
413115001401	Citicorp 1 EM TX V 96/01	40 000	10 000	10 000	400 000 000	10 000	400 000 000
413106006601	Corporate Services Group TX F 7,50 % — 98/05	50	GBP 1 000	304 479	15 223 987	323 271	16 183 566
413115002001	Crediop Overseas B 96/03.....	150 000	1 000	1 000	150 000 000	1 000	150 000 000
513366000304	Hidro E. Revue 5 % — 1959.....	24	1 000	1 000	24 000	1 000	24 000
413400001501	Corp. Prop. Inv. 7,16 % — 95/13.....	500	USD 1 000	149 074	74 537 245	164 322	62 161 248
413400002101	Panamerican Bev TX F 8,13 % — 96/03	500	USD 1 000	193 535	96 767 591	206 234	103 118 637
	<i>Subtotal</i>	46 031 504			11 782 241 513		12 581 420 765
	<i>Subtotal</i>	61 040 724			19 078 377 962		20 110 553 936
	2.2.2 — Títulos de rendimento variável:						
	2.2.2.1 — Acções:						
421101013601	ACCOR.....	750	EUR	6 663	6 497 423	9 419	7 063 963
421400007301	Act Management Technologies.....	60 024	USD	622	37 353 253	2	119 788
421116000301	SAPEC, S. A.	13 292	BEF	8 641	117 508 249	9 523	126 578 321
421101012601	Essilor International	55	EUR	39 822	2 190 222	61 267	3 369 701
421400006201	Chester Holdings, Ltd.	177 812	USD	451	80 242 681	2	354 849
421101000101	Air Liquide.....	200	EUR	29 466	5 893 182	32 739	6 547 742

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
421400007501	Barrick Gold.....	500	USD	4 223	2 111 276	5 316	2 658 193
421400016201	Archer Daniels Midland.....	1 102	USD	3 841	4 232 613	2 371	2 612 644
421400016701	AT & T Corp.	600	USD	9 095	5 457 222	10 315	6 188 679
421106006201	Banco Bilbao Vizcaya — Acções Pref. TX F	10 800	USD	16 682	201 761 803	17 961	193 976 213
521366001301	C. Ind. Matola	2 200	1 000	502	1 104 000	502	1 104 000
521366001401	C. Moçambique.....	3 000	250	250	749 972	250	749 972
521366001501	C. Resseguro Moçambique	250	1 000	1 000	250 000	1 000	250 000
521366001701	C. Seg. Nauticus.....	500	100	113	56 512	113	56 512
521366001601	C. Seg. Tranquilidade.....	9 750	1 500	582	5 676 200	582	5 676 200
521330000901	CADA (Agricultura)	2 100	900	645	1 354 782	645	1 354 782
521366000901	C. BUZI.....	2 000	110	201	401 249	201	401 249
521366000601	C. Algodões Moçambique.....	1 900	1 000	—	215	—	215
521330001801	C. Seg. A. Nacional.....	15 986	1 000	1 239	19 803 705	1 239	19 603 705
421400000601	Continental Mortgage Investors.....	600	USD	508	304 709	1	600
521386002201	Fomento Predial Moçambique.....	50	1 000	1 000	50 000	1 000	50 000
421101015201	Groupe Danone.....	130	EUR	46 541	6 050 320	46 271	6 015 262
521330002401	Hidro Elect. A. Catumbela.....	200	1 000	1 000	200 000	1 000	200 000
421103000901	Ing. Group N. V.	500	EUR	10 951	5 475 474	11 869	5 934 267
421115001701	KBC Bank Funding.....	6 640	EUR	5 050	33 529 612	4 737	31 456 267
421106007101	Kingfisher Plc.	3 000	EUR	2 166	6 497 423	2 217	6 651 993
421101003801	Les Hauts de Vernon	5	FRF	2 979	14 893	2 960	14 798
521330001701	Navang (C. Naveg.)	448	1 000	1 205	540 000	1 205	540 000
521330002501	Nocal (N. Emp. Cervejas).....	2 508	1 000	124	310 656	124	310 658
521330001301	Petrangol (Petróleos Ang.).....	200	1 000	554	110 647	554	110 847
421101011201	Pinault Printemps Redoute.....	200	EUR	33 860	6 771 969	50 963	10 196 514
421103005501	Rabobank Capital Funding Trust	20 000	EUR	5 007	100 148 778	5 182	103 649 194
421102000101	Royal Dutch Sico	500	EUR	11 261	5 630 593	11 999	5 999 424
421106000701	Sena Sugar Estates, Ltd.....	77 375	LIB	42	3 224 400	1	77 375
521366003001	Soc. Turismo Moçambique	100	1 000	1 000	100 000	1 000	100 000
521330003102	SONEFE — Nominativas	573	500	478	274 016	478	274 016
521330003401	Sotul (Soc. Turismo Ult.)	8 000	1 000	1 000	8 000 000	1 000	8 000 000
421101002501	Suez Lyon Des Eaux	200	USD	32 183	6 436 593	31 395	6 279 096
421400016301	USX — Marathon Group	2 000	USD	6 818	13 636 332	5 131	10 261 581
421115002801	Zurich Financial Serevices, Ltd.	80 000	EUR	5 012	400 964 000	4 672	389 737 008
	<i>Subtotal</i>	509 050			1 090 915 374		964 725 844
	2.2.2.2 — Títulos de participação	—			—		—
	2.2.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento	—			—		—
	2.2.2.4 — Outros.....	—			—		—
	<i>Subtotal</i>	506 050			1 090 915 374		964 725 844
	<i>Total</i>	61 546 774			20 189 293 336		21 075 279 780
	<i>Total geral</i>	84 984 360			64 195 533 944		81 749 843 437

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999, que evidencia um total de balanço de 736 661 326 euros (147 687 336 contos) e um total de capital próprio de 229 528 586 euros (46 016 350 contos), incluindo um resultado líquido de 13 168 513 euros (2 640 050 contos), a conta de ganhos e perdas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Lisboa, 9 de Março de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *José Manuel Macedo Pereira*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos da lei e do contrato sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o nosso relatório e parecer sobre o relatório de gestão e as contas apresentadas pelo conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

No âmbito das nossas atribuições acompanhamos com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão não só com base na análise dos documentos contabilísticos, como ainda através de esclarecimentos solicitados à administração e aos serviços, de quem obtivemos toda a colaboração solicitada. Realizámos ainda as acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

No final do exercício procedemos à análise do relatório de gestão e das contas apresentadas pelo conselho de administração. Constatámos que o relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício. Analisámos ainda as contas que nos foram submetidas para a emissão de parecer e os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados que mereceram o nosso acordo.

Registamos com satisfação a evolução positiva dos capitais próprios da Companhia que aumentaram 6 754 068 contos, tendo atingido os 46 016 350 contos no final do exercício.

Tomámos conhecimento da certificação legal das contas emitida pelo revisor oficial de contas, com a qual concordamos, e apreciamos o seu relatório de fiscalização, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais e que se considera como fazendo parte integrante deste.

Inteiramo-nos, ao longo do exercício, da auditoria efectuada por uma sociedade internacional de auditoria e tomámos conhecimento das suas conclusões constantes no relatório final.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e das conclusões obtidas, somos de opinião que as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a situação económica e financeira da Companhia à data a que se reportam.

Nestas condições somos de parecer:

a) Que se aprove o relatório de gestão e as contas apresentadas pelo conselho de administração;

b) Que se aprove a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 9 de Março de 2000. — O Conselho Fiscal: *Fernando Aguiar Branco*, presidente — *António Maria Pereira*, vogal — *António Sérgio C. Bustorff Silva*, vogal — *Isidro Valente*, vogal — *José Manuel Macedo Pereira*, revisor oficial de contas.

Relatório consolidado de gestão

Nos termos da lei, o conselho de administração tem a honra de submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., relativos ao exercício de 1999.

As empresas incluídas nas contas consolidadas, pelos métodos contabilísticos da integração global e da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Empresa-mãe:

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.

Empresas do Grupo (incluídas pelo método da integração global):

	Participação (percent.)
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.	100,00
Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A.	59,98
Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A.	75,00
Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultadoria, Administração de Empresas, S. A.	75,00
Tranquilidade — Participação e Investimentos SGPS, Unipessoal, L. ^{da}	100,00
Advancecare — Gestão de Serviços de Saúde, S. A.	51,00

Empresas associadas (valorizadas pelo método da equivalência patrimonial):

	Participação (percent.)
Cominvest — Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.	46,67
Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A.	24,00
ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A.	27,00
Espírito Santo — Equipamentos de Segurança, S. A.	35,00

Breve enquadramento da conjuntura macroeconómica:

As Companhias desenvolveram a sua actividade durante o exercício de 1999 num contexto macroeconómico que poderemos caracterizar, sumariamente, da seguinte forma:

Economia portuguesa: ligeira desaceleração do crescimento económico;

PIB: crescimento positivo de cerca de 3% (3,8% em 1998);

Consumo privado: crescimento entre 4,75% e 5,25% (5,6% em 1998);

Consumo público: crescimento da ordem de 2,4% (3% em 1998);

Investimento: crescimento entre 4,25% e 5,25% (9,8% em 1998);

Taxa de inflação: 2,3% (2,8% em 1998);

Desemprego: 4,6% (5% em 1998);

Taxa Lisbor (6 meses): 3,58% em Dezembro de 1999, contra 3,34% em Dezembro de 1998.

Breve enquadramento geral da actividade seguradora:

O conjunto dos indicadores macroeconómicos permitia esperar um exercício com condições moderadamente favoráveis ao desenvolvimento

da actividade seguradora, o que, na verdade, se veio a verificar ao nível da evolução dos prémios de seguro directo.

Após um ano de 1998 com um crescimento de prémios de mais 16,7%, o sector segurador em 1999 continuou o aumento da sua contribuição para o PIB, passando de 5,8% para 6,5%

Assim, os prémios de seguro directo processados pelo conjunto das seguradoras no mercado português atingiu um total de 1 339 681 264 contos, que representam mais 18,8% que a produção do ano anterior.

Com um crescimento de 28,3% e prémios de 753 042 586 contos, o Ramo Vida representa 56,2% do total da actividade seguradora.

Foi igualmente positiva a variação dos prémios em ramos Não-Vida, que cresceram 8,4%, no mercado nacional.

Ao nível da distribuição, não houve alteração relevante no elevado número de seguradores, mas aumentou a penetração das Companhias que desenvolvem a actividade de bancaseguros. Embora com variações percentuais muito elevadas, é ainda escassa a quota de mercado das seguradoras de linhas directas.

No domínio dos preços, os ramos Não-Vida continuaram a ser afectados por uma muito viva concorrência, tendo prosseguido a tendência des-

cendente das taxas de prémios e, não sendo favorável o comportamento da sinistralidade, nomeadamente nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, é de esperar que as contas consolidadas do sector venham a evidenciar forte degradação de resultados técnicos, embora compensados por resultados decorrentes da actividade financeira.

Entretanto, a empresa do grupo — Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., consolidou a sua liderança no Ramo Vida, aumentando a sua quota de mercado de 19,8% para 20,4%.

Em termos consolidados, o Grupo Tranquilidade ampliou a sua quota de mercado de 15,5% para 16%.

Principais indicadores relativos as empresas integrantes das contas consolidadas do exercício de 1999:

Empresa-mãe:

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prémios brutos emitidos.....	59 679 817	58 399 132	54 097 577
Custos com sinistros	43 147 515	43 175 958	41 086 755
Custos de exploração líquidos	18 163 785	16 789 405	15 763 258
Resseguro cedido	(4 812 971)	(3 340 184)	(1 084 318)
Resultado da conta técnica do seguro não vida	8 906 490	4 174 588	15 778 770
Resultado líquido do exercício.....	2 640 050	3 015 084	2 725 275
Balanço:			
Investimentos {menos imobilizações em curso}.....	118 743 292	106 724 753	95 261 914
Recibos por cobrar	12 522 066	10 749 142	10 668 325
Total do activo.....	147 687 336	133 383 873	122 071 502
Capital próprio	46 016 350	39 262 282	37 729 647
Provisões técnicas	86 188 462	81 606 665	72 923 092
Total do passivo	101 670 986	94 121 591	84 341 855

Verificou-se um aumento dos prémios brutos emitidos de cerca de 2,2% em relação ao exercício anterior, tendo o valor destes totalizado 59 679 817 contos em 31 de Dezembro de 1999.

O resultado líquido foi inferior em 12,4% relativamente ao ano anterior, atingindo o montante de 2 640 050 contos.

A Companhia preparou-se durante 1998 para o arranque do euro em Janeiro de 1999, estando em condições quer de aceitar seguros em euros, quer de efectuar pagamentos e recebimentos nessa moeda, por enquanto apenas escriturai, embora todos os registos internos continuem em escudos.

Foi redenominado o capital social para euros, passando o seu montante a ser de 95 000 000 de euros, tendo cada acção o valor nominal de cinco euros.

No final do ano de 1999 fez-se a transição para o ano 2000 sem qualquer problema de assinalar, quer ao nível de sistemas de informação quer quanto a outros sistemas.

Empresas do Grupo:

Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração dos resultados:			
Prémios brutos emitidos.....	155 000 718	117 296 668	85 751 064
Provisão matemática do Ramo Vida	142 471 651	110 007 446	82 537 390
Custos com sinistros	24 661 045	17 494 790	10 299 832
Custos de exploração líquidos	5 851 712	5 874 935	4 473 583
Resultado da conta técnica do seguro de vida	6 836 538	4 227 228	2 221 331
Resultado líquido do exercício.....	4 336 136	2 919 507	1 910 452
Balanço:			
Investimentos	524 557 104	395 977 910	285 504 081
Recibos por cobrar	215 381	250 063	493 188
Total do activo.....	584 262 810	420 895 457	303 240 750
Capital próprio	29 244 297	23 010 381	18 107 041
Provisão matemática	533 905 915	385 364 245	267 906 554
Total do passivo	555 018 513	397 885 076	285 133 709

A Companhia teve um crescimento de produção de 32,1 %, atingindo um volume de prémios brutos emitidos de 155 000 718 contos e um resultado líquido do exercício de 4 336 136 contos que, comparado com o resultado líquido de 2 919 507 contos em 1998, representa um crescimento de 48,5 %.

O crescimento resultou do excelente desenvolvimento da produção bancasseguros, através das redes do Banco Espírito Santo e do Banco Internacional de Crédito, bem como de um bom comportamento da rede de mediadores, permitindo que a Companhia terminasse o exercício de 1999 continuando na liderança do *ranking* das empresas de seguros que exploram o Ramo Vida, com uma quota de 20,4 % contra 19,8 % em 1998.

Foi redenominado o capital social para euros, passando o seu montante a ser de 37 500 000 euros, tendo cada acção o valor nominal de cinco euros.

Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prémios brutos emitidos.....	1 977 082	898 866	232 606
Custos com sinistros	570 516	203 406	78 330
Custos de exploração líquidos	951 686	795 138	524 404
Resseguro cedido	(87 517)	(24 306)	(1 538)
Resultado da conta técnica Não-Vida	(14 644)	(581 590)	(575 153)
Resultado líquido do exercício.....	(9 460)	(581 349)	(574 938)
Balanço:			
Investimentos	1 241 870	760 000	688 548
Total do activo.....	3 131 448	2 668 373	2 794 946
Capital próprio	1 737 721	1 747 155	2 328 504
Provisões técnicas	1 054 812	634 605	211 742
Total do passivo	1 393 727	921 218	466 442

Esta Companhia tem como objectivo desenvolver o negócio Não-Vida no contexto bancasseguros, em ligação com o Banco Espírito Santo e o Banco Internacional de Crédito, comercializando produtos específicos destinados ao segmento de clientes particulares.

O exercício de 1999 representou para esta empresa o ano de confirmação do desenvolvimento da actividade bancasseguros Não-Vida, com uma produção de 54 688 contratos.

O Ramo Automóvel atingiu o montante de prémios emitidos de 723 407 contos, contra 182 567 contos em 1998.

O Ramo Multiriscos-Seguro casa, manteve um bom ritmo de crescimento, o que está relacionado com a expansão do crédito à habitação, atingindo o montante de prémios emitidos de 1 157 458, contos, contra 716 300 contos em 1998.

O Seguro de Saúde, cuja venda foi iniciada no quarto trimestre de 1999, atingiu em 31 de Dezembro 2.041 contratos com 96 217 contos de prémios.

Além do forte desenvolvimento da produção de contratos e dos prémios brutos emitidos, a empresa apresentou um bom comportamento do *ratio* de sinistralidade e um domínio dos custos de funcionamento, actuação que permitiu atingir o final do exercício com um resultado, que embora ligeiramente negativo, é muito inferior à previsão inicial.

Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prestação de serviços	2 418 833	2 327 156	2 029 207
Fornecimentos e serviços externos	1 873 068	1 710 294	1 446 183
Custos com o pessoal	420 419	495 731	459 004
Resultado líquido do exercício.....	(2 129)	(28 984)	21 154
Balanço:			
Imobilizado	85 657	105 172	65 988
Clientes c/c.....	371 251	335 686	415 301
Custos diferidos	133 012	98 996	133 904
Total do activo.....	687 640	628 290	686 818
Capital próprio	117 499	119 628	158 612
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos	28 646	63 021	97 396
Dívidas a terceiros — curto prazo	495 485	399 270	375 947
Total do passivo	570 141	508 662	528 206

Para a Esumédica, o exercício de 1999 representou um crescimento de 3,9 % no montante das prestações de serviços.

O resultado líquido negativo apresentado tem pouco significado.

Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultadoria, Administração de Empresas, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prestações de serviços e venda de mercadorias	78 226	62 520	55 576

Custos de mercadorias	17 787	14 816	12 278
Fornecimentos e serviços externos	12 906	10 826	11 173
Custos com o pessoal	39 733	29 019	23 501
Resultado líquido do exercício	6 355	8 113	7 595
Balanço:			
Mercadorias	2 078	3 766	5 283
Dívidas a terceiros — curto prazo	637	2 059	382
Depósitos e caixa	44 658	37 578	32 772
Total do activo	56 373	45 635	40 383
Capital próprio	41 265	34 910	26 797
Total do passivo	15 108	10 725	13 586

A Fiduprivate, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Junho de 1994, tendo sido adquirida em Setembro de 1998 pelo grupo Tranquilidade uma participação correspondente a 75 % do capital. Esta empresa opera na actividade de prestação de serviços e consultadoria a empresas.

Tranquilidade — Participação e Investimentos, SGPS, Unipessoal, L. da.

Esta Companhia, detida a 100% directamente pela Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, é detentora da participação de 49,9% na Companhia de Seguros Inter-Atlântico, S. A., sede no Rio de Janeiro. Esta Companhia dedica-se à actividade seguradora nos Ramos Vida e Não-Vida.

A actividade desta empresa não teve reflexo relevante na situação económico-financeira da Tranquilidade, para além do valor do *goodwill* de que se iniciou a amortização, tendo contribuído com o valor negativo de 158 254 contos para o resultado consolidado.

Esta empresa tem um capital de 2 005 822 contos e prestações suplementares de 456 000 contos.

Advancecare — Gestão de Serviços de Saúde, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Demonstração dos resultados:		
Prestações de serviços	159 067	1 450

	1999	1998
Fornecimentos e serviços externos	279 070	29 378
Custos com pessoal	183 684	40 840
Resultado líquido do exercício	(508 196)	(162 866)
Balanço:		
Imobilizado corpóreo	430 022	496 460
Clientes, c/c	896	—
Custos diferidos	6 656	6 143
Total do activo	673 075	730 013
Capital próprio	231 108	(112 866)
Dívidas a terceiros (médio e longo prazos)	250 378	—
Dívidas a terceiros (curto prazo)	133 507	826 786
Total do passivo	441 967	842 879

Esta empresa iniciou a sua actividade em Dezembro de 1998 tendo apresentado no fim de 1999 um prejuízo de 508 196 contos e contribuído para o resultado consolidado da Tranquilidade com 259 180 contos negativos.

Empresas associadas:

Cominvest — Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração dos resultados:			
Prestações de serviços	25 637	25 763	30 344
Proveitos extraordinários	45 456	28 933	13 730
Fornecimentos e serviços externos	16 988	16 909	33 626
Amortiz. e provisões	16 022	15 651	16 953
Resultado líquido do exercício	40 759	13 956	(114 010)
Balanço:			
Imobilizações corpóreas	1 231 487	1 296 247	1 371 548
Total do activo	1 457 433	1 408 161	1 437 299
Capital próprio	1 390 765	1 350 006	1 336 050
Total do passivo	66 668	58 156	101 249

Esta empresa continuou a desenvolver a sua actividade no mercado imobiliário, nomeadamente nos imóveis destinados a escritórios.

Os resultados foram de 40 759 contos revelando uma continuação de tendência no sentido positivo.

Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prémios brutos emitidos	2 392 191	2 092 493	1 921 959

	1999	1998	1997
Custos com sinistros	1 445 663	1 299 074	1 153 150
Custos de exploração líquidos	741 587	702 881	575 290
Resultado da conta técnica do seguro Não Vida	106 380	69 792	62 489
Resultado líquido do exercício	70 134	35 038	82 782
Balanço:			
Investimentos	2 210 946	1 659 342	1 210 177
Total do activo	2 840 540	2 556 490	1 983 429
Capital próprio	1 242 650	1 154 318	635 362
Provisões técnicas	1 396 002	1 190 759	1 084 836
Total do passivo	1 597 890	1 402 172	1 348 067

O exercício de 1999 foi marcado pela continuação do processo de crescimento da empresa, o que tem permitido a consolidação da sua posição de liderança no mercado de assistência, com uma quota estimada em 27%.

O volume de prémios processados atingiu 2 392 191 contos, representando um acréscimo de 14,3 % em relação a 1998, enquanto os custos com sinistros aumentaram 11,3 % em relação ao mesmo período.

Os resultados líquidos do exercício foram positivos, num montante de 70 134 contos, valor superior em 100% ao verificado no ano anterior.

No plano internacional importa realçar o aumento dos resultados obtidos na subsidiária do Brasil (415 000 reais) e o equilíbrio do resultado operacional da subsidiária na Argentina.

A Europ Assistance passou a ser a primeira empresa de assistência nacional certificada em conformidade com o Normativo ISO 9000.

ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A.:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Demonstração de resultados:			
Prestação de serviços	1 267 033	1 730 407	3 947 978
Fornecimento e serviços externos	234 261	829 958	3 099 020
Custos com pessoal	944 739	817 801	683 039
Amortizações	33 950	19 221	95 242
Resultado líquido do exercício	28 126	32 995	31 367
Balanço:			
Imobilizado corpóreo	40 245	31 160	47 166
Dívida de terceiros — curto prazo	1 489 073	1 460 777	1 831 366
Depósitos em bancos e caixa	383 173	431 444	371 857
Total do activo	2 151 069	2 132 409	2 458 525
Capital próprio	1 713 603	1 699 476	1 680 481
Total do passivo	437 466	432 933	778 044

Esta empresa tem como objecto social o desenvolvimento de sistemas informáticos, trabalhando essencialmente para o Grupo Banco Espírito Santo e Grupo Tranquilidade.

Em Fevereiro de 1998 foi constituído um agrupamento complementar de empresas pelo BES, BIC, e BESSI, que desviou os recursos humanos até aí destacados na ESDI, para o ACE, o que teve forte impacto na facturação que continua a decrescer, apresentando um valor igual a 73 % do ano anterior.

Espírito Santo — Equipamentos de Segurança, S. A.:

Esta sociedade foi constituída em 22 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade em 1999. Face à sua reduzida actividade durante o ano, não teve qualquer impacto significativo nas contas da Tranquilidade.

Análise da actividade consolidada:

A informação sobre a actividade consolidada, seguidamente apresentada, diz exclusivamente respeito às empresas do Grupo Tranquilidade que se dedicam à actividade seguradora, englobando portanto apenas Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A. e Espírito Santo Companhia de Seguros, S. A.

1 — Prémios

Prémios de seguro directo e resseguro aceite:

	1999		1998		1997	
	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos	Variação (percent.)
Vida:						
Seguros individuais	123 317 489	31,6	93 740 867	38,5	67 667 419	46,8

	1999		1998		1997	
	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos	Variação (percent.)
Seguros Grupo	6 183 229	22,3	5 055 801	(9,5)	5 583 645	3,5
Operações — Capitalização	25 500 000	37,8	18 500 000	48,0	12 500 000	(43,2)
	155 000 718	32,1	117 296 668	36,8	85 751 064	16,7
Não-Vida:						
Acidentes e doença	16 555 744	4,7	15 815 273	15,7	13 667 373	20,0
Incêndio e outros danos	8 903 165	16,9	7 617 567	6,9	7 128 181	17,0
Automóvel.....	32 402 498	0,2	32 331 533	6,1	30 479 030	8,2
Outros.....	3 795 493	7,4	3 533 625	15,6	3 055 599	8,8
	61 656 900	4,0	59 297 998	9,1	54 330 183	12,1

A Tranquilidade Vida manteve a liderança no Ramo Vida, com uma quota de mercado de 20,4%. Em 1999, o volume de prémios emitidos pela Companhia atingiu um total de 155 000 718 contos, correspondendo a um crescimento de 32,1% em relação ao ano anterior, superior ao do mercado, 28,1%. De referir que cerca de 200 milhares de contos foram realizados através da sucursal de Madrid.

Sublinhamos, com agrado, o crescimento de 51,3% verificado nos PPRs, produto considerado estratégico face à duração média dos contratos. Foram lançadas novas modalidades sob a forma de *unit link*.

O excelente comportamento dos seguros de risco, que apresentam um crescimento de 32,5%, é sobretudo devido ao desenvolvimento dos seguros ligados ao crédito, comercializados através do Banco Espírito Santo e do Banco Internacional de Crédito, particularmente o do crédito à habitação.

Relativamente aos ramos Não-Vida, o crescimento consolidado foi de 4% no valor da produção.

Em termos de estrutura da actividade Não-Vida, os ramos Automóvel e de Acidentes e Doença continuam a ser os mais representativos, tendo tido um crescimento, respectivamente, de 0,2% e de 4,7%, em relação ao verificado no exercício de 1998.

Evolução da quota de mercado

(Em percentagem)

	1999	1998	1997
Vida	20,4	19,8	18,8
Não-Vida	10,4	10,8	10,5
<i>Total</i>	16,0	15,5	14,4

Reflectindo a tendência do mercado, o peso da Bancasseguros no Ramo Vida, desenvolvido em colaboração com o Banco Espírito Santo e o Banco Internacional de Crédito, é muito significativo, tendo representado no exercício de 1999 cerca de 93% da produção da Tranquilidade Vida.

2 — Custos com sinistros

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Vida	24 633 270	17 466 938	10 279 061
Não Vida	43 718 031	43 379 364	41 165 085

Os custos com sinistros no Ramo Vida em 31 de Dezembro de 1999 aumentaram cerca de 41% em relação ao exercício de 1998.

Este acréscimo verificou-se essencialmente nos produtos financeiros onde a renovação da oferta é constante e os resgates são canalizados para novos produtos.

3 — Provisões técnicas

Evolução das provisões técnicas:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Vida	539 229 655	389 085 641	271 490 576
Não Vida	87 243 274	82 241 269	73 134 833

As provisões técnicas dos ramos Vida e Não-Vida atingiram em 31 de Dezembro de 1999 um valor total de 626 472 929 contos, o que representa um acréscimo de 32,9% em relação ao exercício de 1998. Este aumento é justificado pelo crescimento do valor das provisões matemáticas do Ramo Vida em 38,6% e pelo aumento das provisões nos ramos Não Vida em 6,1%.

4 — Investimentos

O valor dos investimentos em carteira no final do exercício de 1999 totalizou 609 168 412 contos, com uma variação de 27,5% em relação ao ano anterior.

	1999		1998		1997
	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos	Variação (percent.)	Milhares de escudos
Terrenos e edifícios (a)	27 783 280	4,0	26 742 561	1,0	26 490 520
Títulos e partes de capital em empresas associadas	578 944 965	31,1	441 542 014	33,9	329 736 621
Empréstimos	1 356 732	(18,3)	1 660 429	3,5	1 604 095
Depósitos.....	1 083 435	(85,9)	7 687 455	88,5	4 077 666
	609 168 412	27,5	477 632 459	32,0	361 908 902

(a) Inclui imobilizações em curso.

Resultante da introdução do euro surgiram oportunidades de investir nos mercados da União Europeia, sem risco cambial, o que conduziu a um aumento significativo em activos denominados em euros.

5 — Prémios de cobrança

Recibos por cobrar e provisão:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
A — Prémios brutos emitidos	216 657 618	176 594 666	140 081 247
B — Recibos por cobrar	12 799 402	11 028 778	11 177 278
C — Provisão para recibos por cobrar	1 593 085	1 316 974	1 091 740
D — Indicadores de gestão:			
Relação B/A (percentagem)	5,9	6,2	8,0
Relação C/B (percentagem)	12,4	11,9	9,8

Os valores relativos aos recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 1999 estão dentro de limites razoáveis e, na sua maioria, também dentro dos prazos normais de cobrança.

A provisão para recibos por cobrar foi calculada de acordo com as normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

6 — Resultados

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Resultados líquidos	4 018 363	3 324 787	3 009 296
Resultados líquidos/capitais próprios (percentagem)	8,75	8,53	8,01

Os resultados líquidos consolidados apresentaram uma evolução positiva em relação ao exercício anterior, tendo aumentado cerca de 20,86%.

7 — Fundos de pensões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, a Tranquilidade Vida geriu 25 fundos de pensões, cujos activos ascenderam a 43 742 453 contos, isto é, cerca de mais 9,8% em relação aos geridos no ano anterior.

8 — Pessoal

(Número de colaboradores)

	1999	1998	1997
Tranquilidade	992	998	1 008
Tranquilidade Vida	62	61	58
Espírito Santo Seguros	22	19	20
	1 076	1 078	1 086

No ano de 1999 prosseguiram as acções de formação que abrangeram principalmente os domínios da racionalização e automatização bem como as áreas comercial, de gestão e técnica. Deu-se continuação a um investimento muito significativo na melhoria dos sistemas de informação, tendo sido concluída em fim do ano a substituição integral do *hardware* e do *software* a nível central.

9 — Perspectivas para 2000

É a actividade seguradora que contribui fortemente para o resultado consolidado.

Considerando as estratégias prosseguidas em 1999 pelas Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A. e Espírito Santo, Companhia de Seguros, S. A., nas áreas de

distribuição e de novos produtos e o desenvolvimento da actividade em colaboração com o BES e o BIC, antevemos um crescimento equilibrado da carteira de prémios consolidados, apesar da continuação de um forte ambiente concorrencial ao nível dos preços.

Embora a actividade seguradora seja caracterizada pela aleatoriedade, prevemos que o resultado consolidado da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., continue em 2000 a revelar evolução positiva.

29 de Fevereiro de 2000. — O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações incorpóreas	8 454 736	4 401 115	4 053 621	2 849 075
Diferenças de consolidação	949 796	158 299	791 497	—

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	32 658	11 292	21 366	27 898
Outras imobilizações incorpóreas	7 472 282	4 231 524	3 240 758	2 821 177
Investimentos:				
Terrenos e edifícios	27 783 280	—	27 783 280	26 742 561
De serviço próprio	14 081 151	—	14 081 151	13 724 450
De rendimento	13 669 325	—	13 669 325	12 964 855
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	32 804	—	32 804	53 256
Investimentos em empresas do grupo e associadas	2 796 139	—	2 796 139	1 428 796
Partes de capital em empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	2 796 139	—	2 796 139	1 178 796
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	250 000
Outros investimentos financeiros	578 525 987	—	578 525 987	449 404 761
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	142 077 951	—	142 077 951	114 121 008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	434 070 875	—	434 070 875	326 242 210
Empréstimos hipotecários	291 793	—	291 793	320 520
Outros empréstimos	1 064 939	—	1 064 939	1 089 909
Depósitos em instituições de crédito	1 020 429	—	1 020 429	7 631 114
Outros	—	—	—	—
Depósitos junto de empresas cedentes	63 006	—	63 006	56 341
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	4 302 020	—	4 302 020
Provisões técnicas de resseguro cedido	5 991 346	—	5 991 306	6 499 815
Provisão para prémios não adquiridos	2 166 346	—	2 166 346	2 093 260
Provisão matemática do ramo vida	31 342	—	31 342	28 387
Provisão para sinistros	3 455 474	—	3 455 474	4 059 254
Provisão para participação nos resultados	338 144	—	338 144	318 914
Outras provisões técnicas	—	—	—	—
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—
Devedores	21 227 162	2 047 824	19 179 338	16 647 513
Por operações de seguro directo:				
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	13 833 064	1 616 596	12 216 468	10 720 309
Por operações de resseguro:				
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	2 420 271	177 239	2 243 032	1 596 599
Por outras operações:				
Empresas do grupo	10 983	—	10 983	7 797
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	4 962 844	253 989	4 708 855	4 322 808
Subscritores de capital	—	—	—	—
Outros elementos do activo	60 024 061	7 962 614	52 061 447	18 488 659
Imobilizações corpóreas e existências	10 629 105	7 962 614	2 666 491	2 708 420
Depósitos bancários e caixa	49 394 956	—	49 394 956	15 780 239
Outros	—	—	—	—
Acréscimos e diferimentos	8 646 596	—	8 646 596	7 899 895
Juros a receber	6 781 380	—	6 781 380	5 830 080
Outros acréscimos e diferimentos	1 865 216	—	1 865 216	2 069 815
<i>Total do activo</i>	717 814 293	14 411 553	703 402 740	531 790 052

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
Capital próprio	45 926 502	38 972 793
Capital	(a) 19 045 790	19 000 000
Acções próprias — valor nominal	—	—
Acções próprias — descontos e prémios	—	—
Prémios de emissão	—	—
Reservas de reavaliação:		
Reavaliação regulamentar	17 618 504	12 255 377
Reavaliação legal	—	—
Reservas:		
Reserva legal	2 871 999	2 324 025
Reserva estatutária	—	—
Outras reservas	243 598	243 597
Resultados transitados	1 920 898	1 617 657
Resultado do exercício	4 018 363	3 324 787
Diferenças de consolidação	197 781	197 781
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	9 569	9 569
Interesses minoritários	594 688	476 282
Passivos subordinados	—	—
Fundo para dotações futuras	7 802 583	2 625 175
Provisões técnicas	622 427 964	469 546 698
Provisão para prémios não adquiridos	16 399 237	16 081 420
Provisão matemática do ramo vida	529 860 950	383 584 033
Provisão para sinistros:		
De vida	3 062 350	1 482 704
De acidentes de trabalho	23 844 048	21 390 742
De outros ramos	42 797 684	40 566 860
Provisão para participação nos resultados	2 261 390	2 238 692
Provisão para desvios de sinistralidade	311 580	258 224
Outras provisões técnicas	3 890 725	3 944 023
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investim. é suportado pelo tomador de seguro	4 044 965	1 780 212
Provisões para outros riscos e encargos	4 876	81 862
Provisão para pensões	—	—
Provisão para impostos	429	429
Outras provisões	4 447	81 433
Depósitos recebidos de resseguradores	45 099	25 257
Credores	14 804 579	12 646 622
Por operações de seguro directo:		
Empresas do grupo	—	—
Empresas associadas	—	—
Em empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores	4 618 564	3 462 187
Por operações de resseguro:		
Empresas do grupo	—	—
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores	3 653 575	2 282 816
Empréstimos bancários:		
De empresas do grupo	—	—
De empresas associadas	—	—
De empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores	—	—
Estado e outros entes públicos	2 917 769	3 259 250
Credores diversos:		
Empresas do grupo	10 541	—
Empresas participadas e participantes	19 621	13 087
Outros credores	3 584 509	3 629 282
Acréscimos e diferimentos	7 751 484	5 635 151
<i>Total do passivo</i>	<i>703 402 740</i>	<i>531 790 052</i>

(a) Valor correspondente a 95 000 000 de euros, de acordo com a redenominação.

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Ganhos e perdas consolidados em 31 de Dezembro de 1999

(Em milhares de escudos)

	Ano			Ano anterior		
Conta técnica do seguro Não Vida:						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro:						
Prémios brutos emitidos.....	61 656 900			59 297 998		
Prémios de resseguro cedido.....	— 10 218 640	51 438 260		— 8 698 089	50 599 909	
Prov. para prémios não adquir. (variação)	— 631 830			— 1 421 435		
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (var.).	73 087	— 558 743	50 879 517	157 148	— 1 264 287	49 335 622
Proveitos dos investimentos:						
Rendimentos de partes de capital:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas	—			—		
Outros.....	—	—		—	—	
Rendimentos de outros investimentos:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas	—			—		
Outros.....	2 775 704	2 775 704		3 348 615	3 348 615	
Ganhos realizados em investimentos		1 743 182	4 518 886		2 502 578	5 851 193
Mais-valias não realizadas de investimentos			8 959 898			5 939 432
Outros proveitos técn., liq. de resseguro.....			261 232			189 053
Proveitos técnicos			64 619 533			61 315 300
Custos com sinistros, líquidos de resseguro:						
Montantes pagos						
Montantes brutos.....	38 977 549			37 457 783		
Parte dos resseguradores.....	— 3 406 806	35 570 743		— 3 009 260	34 448 523	
Provisão para sinistros (variação):						
Montantes brutos.....	4 740 482			5 921 581		
Parte dos resseguradores.....	638 908	5 379 390	40 950 133	— 327 056	5 594 525	40 043 048
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação).			— 53 299			1 722 257
Participação nos resultados, líquida de resseguro			—			—
Custos de exploração líquidos:						
Custos de aquisição.....		11 567 603			10 538 765	
Custos de aquisição diferidos (variação)		— 314 014			— 309 177	
Custos administrativos.....		7 861 883			7 354 956	
Comissões e participações nos resultados de resseguro.		— 2 477 168	16 638 304		— 1 840 136	15 744 408
Custos com investimentos:						
Custos de gestão dos investimentos.....		636 414			547 357	
Perdas realizadas em investimentos.....		330 404	966 818		876 592	1 423 949
Menos-valias não realizadas de investimentos			409 847			950 681
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro			94 727			259 841
Provisão para desvios de sinistral. (var.).....			53 357			30 018
Custos técnicos.....			59 059 887			60 174 202
Resultado da conta técnica do seguro não vida			5 559 646			1 141 098
Conta técnica do seguro de Vida:						
Prémios líquidos de resseguro:						
Prémios brutos emitidos.....		155 000 718			117 296 668	
Prémios de resseguro cedido.....		— 946 830	154 053 888		— 933 976	116 362 692
Proveitos dos investimentos:						
Rendimentos de partes de capital:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas	—			—		
Outros.....	—	—		—	—	
Rendimentos de outros investimentos:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas	—			—		
Outros.....	20 083 873	20 083 873		21 204 013	21 204 013	
Ganhos realizados em investimentos		17 421 999	37 505 872		16 714 017	37 918 030
Mais-valias não realizadas de investimentos			8 570 881			3 710 467

	Ano			Ano anterior		
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro...			92 393			98 548
Proveitos técnicos			200 223 034			158 089 737
Custos com sinistros, líquidos de resseguro:						
Montantes pagos:						
Montantes brutos.....	23 053 624			17 319 065		
Parte dos resseguradores.....	— 262 819	22 790 805		— 173 776	17 145 289	
Provisão para sinistros (variação):						
Montante bruto.....	1 579 646			147 873		
Parte dos resseguradores.....	— 35 127	1 544 519	24 335 324	— 108 290	39 583	17 184 872
Outras provisões téc., líq. de resseguro (variação):						
Provisão matem. do ramo vida, líq. de resseguro:						
Montante bruto.....	142 471 651			110 007 446		
Parte dos resseguradores.....	— 2 959	142 468 692		6 812	110 014 258	
Outras provisões técnicas, líq. de resseguro		2 264 753	144 733 445		1 764 983	111 779 241
Participação nos resultados, líq. de resseguro.....			4 441 629			6 221 455
Custos de exploração líquidos:						
Custos de aquisição.....		4 163 970			4 126 416	
Custos de aquisição diferidos (variação)		61 557			123 589	
Custos administrativos		959 942			944 297	
Comissões e particip. nos result. de resseguro.		— 491 346	4 694 123		— 592 955	4 601 347
Custos com investimentos:						
Custos de gestão de investimentos.....		374 140			268 141	
Perdas realizadas em investimentos.....		7 307 135	7 681 275		10 535 178	10 803 319
Menos-valias não realiz. de investimentos			1 487 319			7 434 686
Outros custos técnicos, líq. de resseguro			85 973			80 858
Dot. ou utiliz. do fundo para dot. futuras.			5 177 408			— 4 993 269
Custos técnicos.....			192 636 496			153 112 509
Resultado da conta técnica do seguro de vida			7 586 538			4 977 228
Conta não técnica:						
Result. da conta técnica do seguro não vida			5 559 646			1 141 098
Result. da conta técnica do seguro de vida			7 586 538			4 977 228
Resultado da conta técnica.....			13 146 184			6 118 326
Proveitos de investimentos:						
Rendimentos de partes de capital:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas.....	—			—		
Outros.....	—	—		—	—	
Rendimentos de outros investimentos:						
Relativos a empresas do grupo	—			—		
Relativos a empresas associadas.....	—			—		
Outros.....	908 288	908 288		669 922	669 922	
Ganhos realizados em investimentos		140	908 428		1 250 339	1 920 261
Mais-valias não realizadas de investimentos			3 116 282			2 938 354
Outros proveitos.....			665 525			1 422 809
Proveitos não técnicos.....			4 690 235			6 281 424
Custos com investimentos:						
Custos de gestão de investimentos.....		58 688			56 536	
Perdas realizadas em investimentos.....		—	58 688		804 411	860 947
Menos-valias não realiz. de investimentos			429 988			1 195 782
Outros custos, incluindo provisões			1 630 171			1 499 937
Custos não técnicos.....			2 118 847			3 556 666
Resultado da actividade corrente			15 717 572			8 843 084
Proveitos e ganhos extraordinários			833 400			231 809
Custos e perdas extraordinários			531 761			281 922
Resultado extraordinário			301 639			— 50 113
Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar.			— 13 079			— 7 949 305
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos.....			400			
			2 066 423			3 246 200
Resultado antes de impostos			5 006 234			4 089 866
Imposto sobre o rendimento do exercício.....			1 275 187			1 018 226

	Ano			Ano anterior		
Resultados em empresas associadas e do grupo, não incluídas na consolidação.			43 465			10 986
Interesses minoritários			243 851			242 161
Resultado líquido do exercício.....			4 018 363			3 324 787

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível*.) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em milhares de escudos)

1 — Introdução:

1.1 — Actividade:

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, E. P., a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo.

As Companhias de Seguros que integram o Grupo Tranquilidade prosseguem o exercício da actividade de seguros e resseguros em todos os ramos técnicos Não Vida e Vida (com excepção do seguro de crédito) para os quais obtiveram as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são, no ramo Vida, os produtos de capitalização e, no ramo Não Vida, o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Presentemente, a Companhia opera através de dois escritórios em Lisboa e no Porto e 60 delegações localizadas em várias zonas do país e de uma sucursal em Espanha, a operar nos ramos Não Vida e Vida.

As notas às contas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de situações a reportar, ou não são relevantes.

1.2 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio e de acordo com a Norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro de 1995 do Instituto de Seguros de Portugal.

O Grupo Tranquilidade não preparou a demonstração de origem e aplicação de fundos ou a demonstração de fluxos de caixa, dado que estas informações não são exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As demonstrações financeiras individuais da Tranquilidade e as das suas subsidiárias Tranquilidade Vida e Espírito Santo Seguros, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos os quais são mantidos em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma n.º 7/94-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 14/95-R, de 20 de Julho, ambas do Instituto de Seguros de Portugal e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas por aquele instituto.

As demonstrações financeiras das suas subsidiárias Tranquilidade Unipessoal, Esumédica, Fiduprivate, e AdvanceCare, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos das empresas, os quais são processados em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

As demonstrações financeiras da Tranquilidade e de algumas das suas subsidiárias e associadas, directas e indirectas, em 31 de Dezembro de 1999, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção das administrações respectivas que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Para fins estatutários, contabilísticos e fiscais, a moeda funcional da Companhia e do Grupo é o escudo. A informação financeira suplementar (balanço e conta de ganhos e perdas) apresentada em euros, relativa ao exercício de 1999 e ano anterior, é baseada na taxa fixa de conversão de 200\$482 para um euro.

As transposições dos valores em escudos para euros devem ser interpretadas como informação complementar, divulgada apenas a título indicativo durante o período de transição e não como representando os valores em euros nas datas a que as operações se referem.

1.3 — Princípios de consolidação:

A consolidação das contas das empresas subsidiárias que integram o Grupo Tranquilidade, cujo valor de participação do capital social, ou direitos de voto, excedam 50% foi efectuada, em cascata, segundo o método de integração global. Os saldos e as transacções de maior significado apurados entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

O apuramento dos resultados das subsidiárias atribuíveis à empresa-mãe para efeitos de consolidação tem em conta a data efectiva de aquisição da participação financeira ou dá tomada de controlo de facto da subsidiária.

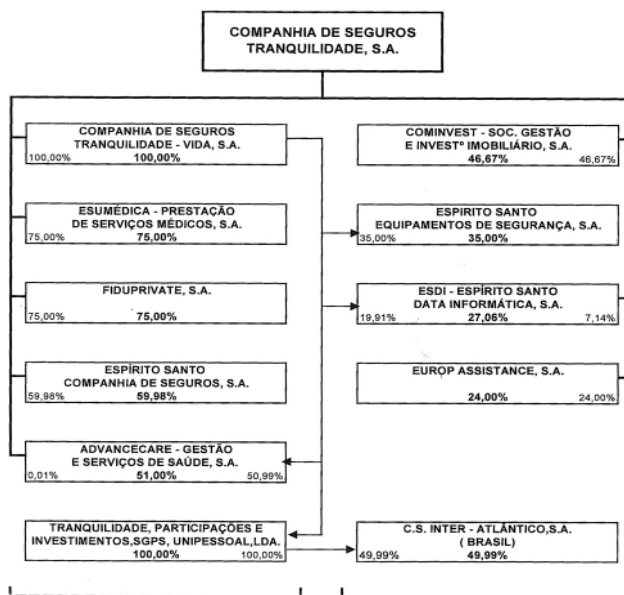
As participações em empresas associadas, cujo valor de participação no capital social, ou direitos de voto, representem 20% a 50% inclusive encontram-se valorizadas segundo o método de equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação ou controlo nessas empresas.

As diferenças apuradas entre o custo de aquisição da participação e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas calculadas à data da primeira consolidação são apresentadas no activo, se forem positivas, ou no capital próprio, se forem negativas, nas rubricas de diferenças de consolidação e diferenças de avaliação — equivalência patrimonial. As diferenças positivas são amortizadas em cinco anos, por duodécimos pelo método das quotas constantes.

1.4 — Estrutura do Grupo:

As demonstrações financeiras consolidadas da Tranquilidade em 31 de Dezembro de 1999 integram as demonstrações financeiras da Tranquilidade Vida, Tranquilidade Unipessoal, Esumédica, Fiduprivate, Espírito Santo Seguros, AdvanceCare, Companhia de Seguros Inter-Atlântico, Cominvest, Espírito Santo Data Informática, Europ Assistance e Espírito Santo Equipamentos de Segurança.

A estrutura do grupo de empresas subsidiárias e associadas da Tranquilidade em 31 de Dezembro de 1999, ilustra-se como segue:



1.5 — Especificação de dados relativos à empresa-mãe e empresas do grupo e associadas:

(Em contos)

Nome/sede	Classificação	Participação (percentagem)				Capital próprio	Resultado do exercício de 1999
		Directa	Indirecta	Direito de voto	Efectiva		
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Empresa-mãe	—	—	—	—	46 016 350	2 640 050
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	100,00	—	100,00	100,00	29 244 297	4 336 136
Tranquilidade — Particip. e Invest., SGPS, Unipessoal, L. da, Rua Cônego J. Dias Leite, Edifício Marina Fórum, loja A, 9000-052 Funchal, Madeira.	Emp. grupo	—	100,00	100,00	100,00	2 363 811	— 158 254
Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	75,00	—	75,00	75,00	117 499	— 2 129
Fiduprivate, S. A., Rua Dr. Brito Câmara, 7, 9000-039 Funchal, Madeira.	Emp. grupo	75,00	—	75,00	75,00	41 265	6 355
Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A., Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.	Emp. grupo	59,98	—	59,98	59,98	1 737 721	— 9 460
AdvanceCare — Gestão e Serviços de Saúde, S. A., Avenida Liberdade, 49, 2.º, 1250-139 Lisboa.	Emp. grupo	0,01	50,99	51,00	51,00	231 108	— 508 196
Companhia de Seguros Inter Atlântico, S. A., Rua Cons. Crispiano, 53, 3.º, CEP 01037-901 São Paulo, Brasil.	Emp. associada	—	49,99	49,99	49,99	3 139 365	— 71 224
Cominvest — Soc. Gestão e Invest. Imobiliário, S. A., Rua Tierno Galvan, torre 3, 4.º, salas 402/403, 1070 Lisboa.	Emp. associada	46,67	—	46,67	46,67	1 390 765	40 759
Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S. A. (a), Avenida Infante D. Henrique, 343-C, 1800-218 Lisboa.	Emp. associada	—	35,00	35,00	35,00	— 12 706	— 32 706
ESDI — Espírito Santo Data Informática, S. A., Avenida Álvares Cabral, 41, 7.º, 1250-015 Lisboa.	Emp. associada	7,14	19,91	27,06	27,06	1 713 603	28 126
Europ Assistance, S. A., Av. Álvares Cabral, 41, 3.º, 1250-015 Lisboa.	Emp. associada	24,00	—	24,00	24,00	1 242 650	70 134

(a) Valores contabilísticos de 30 de Junho de 1999.

Empresas consolidadas por integração global:

A Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., começou as suas operações em 1 de Janeiro de 1994. Com um *cross-selling* activo através das agências do BES, que representa cerca de 93% do total dos prémios brutos emitidos, a Companhia viu confirmada a sua posição da maior seguradora portuguesa em volume de prémios na área de Vida.

A Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A., detida a 75% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., começou as suas operações em 15 de Setembro de 1994, tendo por objecto a prestação de cuidados de saúde, em estabelecimentos próprios e/ou de outrem, podendo ainda exercer actividades conexas ou complementares com o seu objecto social.

A Espírito Santo Companhia de Seguros, S. A., foi constituída em 12 de Setembro de 1996, tendo por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos não vida, em 31 de Dezembro de 1999 tem como principais accionistas a Companhia de Seguros Tranquilidade (59,98%) e o Banco Espírito Santo (40%).

No âmbito da autorização de exploração concedida pelo Instituto de Seguros de Portugal, encontra-se abrangida a exploração dos grupos de ramos Seguro de Incêndio e Outros Danos e Seguro Automóvel.

Em 1 de Outubro de 1996 iniciou a sua actividade com a exploração do ramo Riscos Múltiplos Habitação, comercializado exclusivamente através das agências do BES e BIC tendo no exercício de 1998 iniciado a comercialização do ramo Seguro Automóvel.

Em Setembro de 1999 alargou a sua actividade, iniciando a exploração do ramo Doença, em seguimento da autorização concedida pelo ISP através da Norma n.º 5/99-A de 22 de Junho.

A Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultadoria, Administração de Empresas, S. A. (ex-Krediges) com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Julho de 1994, tendo sido adquirida, em Setembro de 1998, pelo Grupo Tranquilidade uma participação financeira correspondendo a 75% do capital desta empresa que opera na actividade de prestação de serviços e de consultoria a empresas. O restante capital é detido maioritariamente pelo Banco Espírito Santo, S. A. (24,76%).

A AdvanceCare — Gestão e Serviços de Saúde, S. A., foi constituída em 17 de Julho de 1998. O início de actividade ocorreu a 14 de Dezembro de 1998, após a conclusão da estrutura funcional da empresa

e desenvolvimento de uma rede de prestação de serviços de saúde. O Grupo Tranquilidade é detentor de 51% do capital desta sociedade, a Companhia de Seguros Victoria, S. A., de 24%, a Munchener Ruckversicherungs de 15% e a United Healthcare Corporation de 10%.

A AdvanceCare tem como actividade principal a gestão de serviços de saúde prestados aos segurados das companhias accionistas no ramo de doença.

A Tranquilidade — Participações e Investimentos, SGPS, Unipessoal, L. da, resultou da alteração da denominação da Supra-Summum, SGPS, L. da, adquirida no corrente exercício pela Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A., sendo esta Companhia detentora de 49,99% do capital da Companhia de Seguros Inter-Atlântico, S. A. (Brasil).

Empresas valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:

A Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A., foi constituída em 1993, tendo por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro do Ramo Assistência, sendo seus principais accionistas a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. (24%), o Banco Espírito Santo, S. A. (23%) e a Europ Assistance França (53%).

A Cominvest — Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S. A., foi constituída em 25 de Julho de 1988 e tem como objecto social o arrendamento de imóveis construídos ou adquiridos para esse fim e, acessoriamente, a compra e venda de imóveis nos termos da legislação aplicável às SGII. A empresa tem como principais accionistas a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. (46,67%) e o BES Investimentos, S. A. (53,33%).

A Espírito Santo Data Informática, S. A., foi constituída em Setembro de 1989, tendo como objecto social o desenvolvimento de sistemas informáticos. O Grupo Tranquilidade reforçou a sua posição em Setembro de 1998 passando então a deter 27,06% do capital da mesma.

A Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S. A., foi constituída em 22 de Dezembro de 1998 e é detida em 35% pelo Grupo Tranquilidade. A empresa iniciou a sua actividade já no decorrer de 1999.

A Companhia de Seguros Inter-Atlântico, S. A. (Brasil) é detida a 49,99% pelo Grupo Tranquilidade, sendo o restante capital detido maioritariamente pela ES Holding. Esta companhia está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil e opera nos ramos Vida e Não Vida.

3 — Empresas associadas:

Descritas na nota n.º 1.

5 — Empresas participadas:

Nome/sede	Participação (percent.)
Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros, S. A., Rua Tierno Galvan, torre 3, 14.º, 1070-274 Lisboa.	10,00
Compta, Avenida Fontes Pereira de Melo, 14, 11.º, 1069-099 Lisboa.	10,23
Comércio e Indústria Associados, S. A., Rua Santos Pousada, 300, 7.ª, 4000-478 Porto.	10,43
Sopete Golf — Soc. Empreendimentos Turísticos, S. A., Largo do Passeio Alegre, Edifício Sopete, 9.º, 4490-428 Póvoa de Varzim.	12,76
Centralcontrol, SGPS, S. A., Rua Silva Carvalho, 234, 7.º, 1200-259 Lisboa.	16,00
Quinta dos Cónegos, Rua de S. Bernardo, 62, 1200-826 Lisboa.	19,00

6 — Número médio de colaboradores por grupos profissionais:

Direcção	56
Quadro técnico	178
Quadro técnico-administrativo	614
Quadro comercial	187
Quadro informático	76
Quadro de saúde	35
Quadro de apoio geral	34
Quadro de construção civil	1
Quadro de electricistas	5

9 — Discriminação das rubricas de diferenças de consolidação e diferenças de avaliação — equivalência patrimonial:

As diferenças de consolidação foram calculadas à data da primeira consolidação ou de aquisição da participação financeira.

	Positiva	Negativa
Diferenças de consolidação:		
Tranquilidade Vida	—	185 142
Esumédica	—	1 314
Fiduprivate	—	11 325
Tranquilidade Unipessoal	949 796	—
<i>Total</i>	949 796	197 781
Difer. de avaliação — Equiv. patrimonial:		
Europ Assistance	—	9 569
Cominvest	5 950	—
ESDI	26 708	—
<i>Total</i>	32 658	9 569

12 — Comparabilidade das demonstrações financeiras:

Os valores do exercício de 1999 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 1998, tendo em consideração as situações referidas na nota n.º 19.2.1.4.

19 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados:

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

19.1 — Especialização de exercícios:

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento; o rendimento das acções em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os

sinistros são registados aquando da participação, são realizadas no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

19.1.1 — Provisão para prémios não adquiridos:

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R do Instituto de Seguros de Portugal, calculou esta provisão mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor para todos os ramos.

19.1.2 — Provisão para sinistros:

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não pagos, no final do exercício, bem como a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 1999 e ainda não participados.

Esta provisão é determinada como segue:

a) A partir da análise dos sinistros de ramos Não Vida pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, com excepção do ramo Automóvel, a qual é calculada pelo método do custo médio, e do ramo de Acidentes de Trabalho, a qual é calculada, na parte não relativa a pensões, também pelo método do custo médio;

b) Pela aplicação de uma taxa genérica ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados (ramos Não Vida), de forma a fazer face à responsabilidade potencial com sinistros daqueles ramos participados após o fecho do exercício.

Esta parte da provisão em 31 de Dezembro de 1999 apresenta em seguro directo um valor em balanço de 2173 milhares de contos (1998: 1943 milhares de contos), constituída de acordo com a aplicação de uma taxa genérica de 5 % na Companhia de Seguros Tranquilidade e de 4 % na subsidiária Espírito Santo Seguros;

c) Pela aplicação de uma taxa genérica de 1 % ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados do ramo Vida, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face à responsabilidade potencial com sinistros deste ramo participados após o fecho do exercício;

d) Por uma provisão matemática que tem por objectivo registar a responsabilidade da Companhia, no ramo de Acidentes de Trabalho, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 1999 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 1999 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Adicionalmente, destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados que se encontravam hospitalizados em 31 de Dezembro de 1999, ou que a esta data apresentavam incapacidades temporárias parciais.

A provisão matemática relativa a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, Ministério do Trabalho e legislação laboral em vigor. A responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao Fundap — Fundo de Actualização de Pensões, fundo este que é gerido pelo Instituto de Seguros de Portugal e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios segurados do ramo Acidentes de Trabalho. A Companhia efectua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do Fundap.

As provisões matemáticas para o ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas. O montante zillmerizado em 31 de Dezembro de 1999 ascendia a 287 milhares de contos (1998: 349 milhares de contos);

e) Na Espírito Santo Seguros, e para o ramo Doença, foi constituída a provisão para sinistros ocorridos mas não participados pelo método da taxa de sinistralidade e não pelo constante na norma, pois não existia informação consistente para o efeito, o que se justifica pelo início recente da comercialização deste ramo, 20 de Setembro de 1999. Assim, e por questões de prudência no apuramento dos resultados técnicos deste ramo, a provisão foi obtida aplicando a taxa de sinistralidade prevista aos prémios adquiridos até 31 de Dezembro de 1999, reflectindo assim as indemnizações esperadas durante esse período.

19.1.3 — Provisão para riscos em curso:

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício.

De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos *ratios* de sinistralidade, de despesa e de cedência seja superior a um. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos *ratios* deduzida de um.

19.1.4 — Provisão para desvios de sinistralidade:

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para o risco fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

19.1.5 — Provisões para o resseguro cedido:

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão.

19.1.6 — Comissões de mediação:

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento de processamento dos respectivos prémios.

19.1.7 — Provisão para participação nos resultados:

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, e que não tenham sido distribuídos.

19.1.8 — Provisão para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa:

Os montantes destas provisões são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

19.1.9 — Responsabilidade por férias e subsídio de férias:

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de dois meses de remunerações e encargos resultantes, baseados nos valores do respectivo exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

19.2 — Investimentos:

19.2.1 — Investimentos financeiros:

19.2.1.1 — Rendimento variável:

Os títulos de rendimento variável, quando cotados, estão valorizados pelo valor mínimo das cotações do último dia em que houve transacções. Os títulos para os quais não existe cotação da Bolsa de Valores, encontram-se valorizados pelo método contabilístico da equivalência patrimonial.

19.2.1.2 — Rendimento fixo:

Os títulos de rendimento fixo adquiridos são apresentados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. O prémio ou desconto verificado aquando da compra é amortizado de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

19.2.1.3 — Mais e menos-valias não realizadas:

As mais e menos-valias não realizadas resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o correspondente valor apurado segundo o critério valorimétrico citado acima, são registadas da seguinte forma:

a) As mais-valias relativas a títulos a representar provisões técnicas são contabilizadas na conta técnica em mais-valias não realizadas de

investimentos. Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta de reserva de reavaliação regulamentar.

As menos-valias são incluídas na rubrica de menos-valias não realizadas de investimentos. Estas menos-valias são compensadas pelo saldo da conta de reserva de reavaliação regulamentar.

Relativamente aos investimentos a representar as provisões técnicas de seguros de Vida com participação nos resultados, as mais-valias não realizadas são transferidas para o Fundo para Dotações Futuras. As menos-valias não realizadas poderão ser compensadas pelo Fundo para Dotações Futuras, até concorrência do saldo credor deste. O Fundo para Dotações Futuras pode ser utilizado para outros fins de acordo com as seguintes condições:

Apenas poderão ser retirados os montantes, para efeitos do cálculo da participação nos resultados, quando cada uma das subcontas do Fundo para Dotações Futuras não for, antes dessa retirada, e não resultar após a mesma, inferior a 5 % do valor da respectiva carteira de investimentos;

Serão retirados os montantes necessários para que o saldo de cada uma das subcontas do Fundo para Dotações Futuras não seja superior a 25 % do valor da respectiva carteira de investimentos.

A reserva de reavaliação regulamentar apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que se indicam:

1.º Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos;

2.º Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída;

3.º Registo das mais-valias realizadas de investimentos na rubrica da conta não técnica de recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos ou incorporação no capital social (v. nota n.º 19.2.1.4).

b) As mais-valias relativas a títulos não afectos são contabilizadas na conta não técnica em mais-valias não realizadas de investimento. Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta de reserva de reavaliação regulamentar.

As menos-valias são incluídas na conta menos-valias não realizadas de investimentos. Estas são compensadas pelo saldo da conta de reserva de reavaliação regulamentar;

c) Títulos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em mais-valias não realizadas de investimentos e em menos-valias não realizadas de investimentos.

19.2.1.4 — Mais e menos-valias realizadas:

As mais e menos-valias realizadas que resultam da venda de imóveis e de títulos de rendimento são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.

Relativamente aos títulos de rendimento fixo, as mais e menos-valias que resultaram da venda são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem. Comparativamente ao exercício anterior em que, caso o proveito da venda fosse utilizado para adquirir outros títulos de rendimento fixo, as mais-valias eram reconhecidas nos resultados do exercício de forma escalonada de modo uniforme ao longo do período remanescente que decorria até ao vencimento do título, no exercício de 1999 e de acordo com a circular n.º 32/99 do ISP de 16 de Dezembro, estas passam a ser reconhecidas na sua totalidade no exercício em que ocorrem. Resultante desta alteração de critério, as mais-valias diferidas transitadas dos exercícios anteriores, no montante de 572 milhares de contos, foram registadas na rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários e o resultado do exercício foi afectado positivamente no montante de 712 milhares de contos.

No que se refere às carteiras afectas a produtos Vida manteve-se o critério de, relativamente aos títulos de rendimento fixo, as mais-valias realizadas serem reconhecidas nos resultados do exercício de forma escalonada de modo uniforme ao longo do período remanescente que decorre até ao vencimento do título, ou até à maturidade do contrato de seguro, nos casos deste ser inferior.

No corrente exercício a recuperação de mais-valias foi no montante de 2066 milhares de contos (1998: 3246 milhares de contos) (v. n.º 3 alínea a) da nota n.º 19.2.1.3).

19.2.1.5 — Rendimentos:

O rendimento das acções em carteira é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos; em relação às obrigações e outros títulos, procede-se à especialização dos seus rendimentos no final do exercício.

19.2.2 — Investimentos em terrenos e edifícios:

Os imóveis de rendimento e os imóveis de uso próprio são valorizados com base no:

- a) Valor de mercado;
b) Custo de aquisição.

De acordo com a Norma n.º 7/94-R e a Circular n.º 41/95 do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia avaliou até 31 de Dezembro de 1999 pelo valor de mercado todos os imóveis de rendimento e de serviço próprio, com excepção dos adquiridos no final de 1999.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, os imóveis não são amortizados.

19.3 — Imobilizações:

19.3.1 — Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) estudos de estratégia, ii) projecto sobre o desenvolvimento do sistema de informação e iii) benfeitorias em imóveis alheios.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes, durante três ou cinco anos, conforme a sua natureza, a contar da data em que são incorridos os respectivos custos.

19.3.2 — Mobiliário e material:

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, com excepção das viaturas que são registadas por duodécimos, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens (em percentagem):

Equipamento administrativo	12,5-25
Máquinas e ferramentas	12,5-25
Equipamento informático	25-33,33
Instalações interiores	10-16,66
Material de transporte	25
Equipamento hospitalar	12,5-33,33
Outro equipamento	12,5-33,33

19.3.3 — Contratos de locação financeira:

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo (imobilizado corpóreo) e passivo (credores), pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação financeira.

19.4 — Responsabilidade por pensões complementares de reforma:

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector de seguros, a Companhia de Seguros Tranquilidade e as suas subsidiárias, Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, Espírito Santo Seguros e Esumédica assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos até Junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento da reforma. Nos casos da Esumédica e Espírito Santo Seguros esta responsabilidade é assumida apenas para os empregados que, estando ao serviço da casa mãe antes de 1995, foram transferidos para estas empresas. Estas prestações consistem:

a) Reforma por velhice — na diferença entre os 80% de 12/12 do último salário efectivo mensal na data da reforma e a pensão de reforma que seria atribuída pela segurança social utilizando para o efeito o estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 9/83 actualizado pela Portaria n.º 470/90;

b) Reforma por invalidez — na diferença entre uma percentagem a aplicar a 12/12 do salário efectivo mensal na data da reforma por invalidez e a pensão de reforma, que seria atribuída pela segurança social utilizando para o efeito o estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 9/83 actualizado pela Portaria n.º 470/90. A percentagem acima referida determina-se multiplicando 2,2% pelos anos de serviço na actividade seguradora sendo que este produto nunca pode ser superior a 80% e inferior a 50% do salário indicado.

Para este efeito, o Grupo Tranquilidade constituiu planos complementares de reforma abrangidos por fundos de pensões e contratos de rendas vitalícias que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice ou invalidez do pessoal, relativamente ao qual o contrato colectivo de trabalho atribui aquele direito, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo.

As contribuições para o fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das

responsabilidades a garantir, e ainda, com a política prosseguida pelo Grupo Tranquilidade de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

19.5 — Fundos de pensões:

Os valores representativos dos fundos de pensões de terceiros, geridos pelo Grupo Tranquilidade, ascendem a 43 742 milhares de contos (1998: 39 855 milhares de contos). Estes fundos que são constituídos essencialmente por obrigações, títulos da dívida pública, títulos de participação, bilhetes do Tesouro e acções estão valorizados pelo valor de mercado das carteiras de títulos que os representam e pelos respectivos depósitos bancários. A comissão cobrada por parte do Grupo Tranquilidade pela sua gestão é registada no exercício a que diz respeito.

19.6 — Imposto sobre o rendimento:

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) devido pela Tranquilidade e pelas respectivas subsidiárias é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, que até ao exercício de 1998 ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pela administração fiscal durante um período de cinco anos contado a partir da data da sua entrega e as do exercício de 1999 e seguintes ficam sujeitas a inspecção durante um período de quatro anos; não se esperam ajustamentos significativos às declarações de anos anteriores.

No exercício de 1998 não houve lugar ao pagamento de IRC por não se ter apurado lucro tributável. Tal facto resulta da diferença entre os critérios de cálculo de mais-valias contabilísticas e fiscais bem como do regime de tributação dos rendimentos de títulos.

Os prejuízos fiscais ocorridos até 31 de Dezembro de 1995 podem ser deduzidos aos eventuais lucros fiscais que se verificarem nos cinco anos seguintes, e os dos exercícios posteriores nos seis anos seguintes. Em 31 de Dezembro de 1999 existiam os seguintes prejuízos fiscais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. e da Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A., potencialmente dedutíveis (em milhares de contos):

Ano	Prejuízo fiscal declarado			Ano limite para a dedução
	Tranquilidade	E. S. Seguros	AdvanceCare	
1995.....	662	—	—	2000
1996.....	1 144	94	—	2002
1997.....	2 508	569	—	2003
1998.....	1 141	578	163	2004
1999 (estimado)	—	5	507	2005

Na Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, tendo sido nula a carga fiscal até ao exercício de 1996, passou a partir de então a liquidar IRC. A estimativa para o exercício de 1998 foi de 1003 milhares de contos de imposto sobre lucros, tendo sido efectivamente liquidados cerca de 946 milhares de contos.

Quanto ao exercício de 1999, foi estimado cerca de 1271 milhares de contos de imposto sobre lucros, dos quais cerca de 640 milhares de contos já foram liquidados no próprio exercício sob a forma de pagamentos por conta, sendo o restante autoliquidado no decorrer do ano de 2000.

A taxa efectiva da Tranquilidade Vida de imposto estimado para o exercício é de 22,7% (1998: 25,6%), a qual é inferior à taxa normal de 37,4% devido fundamentalmente aos benefícios fiscais relacionados com a tributação dos dividendos de acções cotadas em bolsa e diferenças entre as mais-valias contabilísticas e fiscais.

Relativamente à subsidiária Esumédica a carga fiscal do exercício foi estimada em 5000 contos.

O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, não é adoptado pelo Grupo Tranquilidade.

19.7 — Operações de fixação de taxa de juro a prazo:

Estas operações, realizadas para cobertura dos riscos de taxa de juro inerentes aos activos e passivos, não são avaliados ao preço de mercado. Os ganhos ou perdas são reconhecidos à medida que vão sendo gerados.

19.8 — Contratos cambiais a prazo:

Estas operações, efectuadas para cobertura do risco de câmbio de activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidas para escudos, utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre a taxa de câmbio contratada e a vigente na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

20 — Operações em moeda estrangeira:

Os valores de activos e passivos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária (UEM) foram convertidos para escudos utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal. Para os activos e passivos em moedas de países participantes na UEM, foram utilizadas as taxas de conversão que resultaram das paridades bilaterais irrevogavelmente fixadas em 31 de Dezembro de 1998.

As diferenças entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

21 — Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas encontram-se detalhadas da seguinte forma:

Descrição	1999	1998
Diferenças de consolidação.....	791 497	—
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial.	21 366	27 898
Despesas de constituição e instalação	41 241	4 906
Despesas de investigação e desenvolvimento.	3 083 582	2 667 160
Despesas em edifícios arrendados	15 515	141 732
Trespases	250	250
Outras imobilizações incorpóreas	3 156	4 822
Imobilizações em curso — Benfeitorias em imóveis alheios.	97 014	2 307
<i>Total</i>	4 053 621	2 849 075

22 — Inventário de títulos e participações financeiras:

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
1 — Títulos de empresas do Grupo e associadas:							
1.1 — Nacionais:							
1.1.1 — Partes de capital em empresas do grupo			1 000	1 000	700 000 000	684	478 526 435
1.1.2 — Obrigações de empresas do grupo			1 000	1 000	7 000 000	1 000	7 000 000
1.1.3 — Outros títulos de empresas do grupo			1 000	1 230	466 041 420	1 170	443 008 000
1.1.4 — Partes de capital em empresas associadas			1	129	2 458 922 000	83	1 569 369 000
Cominvest, SGFII		700 000	1 000	1 000	240 000 000	1 243	298 236 038
Espírito Santo — Equipamentos de Segurança		7 000	1 000	1 000	3 871 963 420		2 796 139 473
Espírito Santo Data Informática		378 800	1 000	1 230			
Companhia Seguros Inter-Atlântico		19 003 933	1	129			
Europ Assistance — C. Port. Seg. Assist.		240 000	1 000	1 000			
<i>Subtotal</i>		20 329 733					
1.1.5 — Obrigações de empresas associadas							
1.1.6 — Outros títulos de empresas associadas							
1.2 — Estrangeiras:							
1.2.1 — Partes de capital em empresas do grupo							

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
	1.2.2 — Obrigações de empresas do grupo	—			—		—
	1.2.3 — Outros títulos de empresas do grupo.....	—			—		—
	1.2.4 — Partes de capital em empresas associadas.....	—			—		—
	1.2.5 — Obrigações de empresas associadas.....	—			—		—
	1.2.6 — Outros títulos de empresas associadas.....	—			—		—
	<i>Total</i>	20 329 733			3 871 963 420		2 796 139 473
	2 — Outros títulos:						
	2.1 — Nacionais:						
	2.1.1 — Títulos de rendimento fixo:						
	2.1.1.1 — De dívida pública:						
111075900201	Externo — 1S/1902-01	21	GBP 20	1 618	33 970	4 390	92 182
111075900917	OT — Abril/11,875 % — 93/00	68	10 000	9 000	612 000	9 886	672 246
111075900931	OT — Abril/4,8125 % — 98/03	1 622 493	10 000	10 453	16 959 135 575	10 356	16 802 374 228
111075900923	OT — Fevereiro/11,875 % — 95/05	20 866	10 000	12 923	269 908 007	11 897	248 491 090
111075900920	OT — Janeiro/8,875 % — 94/04	358 174	10 000	11 560	4 140 545 462	11 056	3 959 926 404
111075900934	OT — Julho/3,95 % — 99/09	2 117 159	10 000	9 483	20 077 632 163	9 495	20 101 471 275
111075900918	OT — Junho/10,625 % — 93/03	220 268	10 000	12 296	2 708 434 292	11 321	2 493 680 043
111075900933	OT — Setembro/5,45 % — 98/13	2 836 259	10 000	10 593	30 044 189 048	10 556	29 939 496 956
111075900935	OT — Agosto/3,63 % — 99/04	1 941 868	10 000	9 943	19 307 570 815	9 944	19 309 992 449
111075900930	OT — Fevereiro/6,63 % — 97/07	376 255	10 000	11 150	4 195 330 168	10 987	4 134 079 298
111075900926	OT — Fevereiro/9,50 % — 96/06	134 660	10 000	11 762	1 583 896 110	11 288	1 520 061 392
111075900932	OT — Junho/5,38 % — 98/08	1 074 447	10 000	10 775	11 577 201 162	10 713	11 510 030 566
111075900928	OT — Março/5,38 % — 97/00	52 125	10 000	10 060	524 360 719	10 058	524 271 256
111075900929	OT — Março/5,75 % — 97/02	89 359	10 000	10 363	926 029 437	10 330	923 086 979
111075900925	OT — Março/8,75 % — 96/01	200 000	10 000	10 081	2 216 164 569	10 462	2 092 385 607
	<i>Subtotal</i>	11 044 942			114 531 063 487		113 560 111 973
	2.1.1.2 — De outros emissores públicos:						
112075001803	C. M. Braga 4 % — 93/00	50 000	1 000	1 003	50 150 100	1 000	50 008 701
112075001513	Gov. Reg. Açores S 2 4,13 % — 94/06	200 000	1 000	999	199 800 000	1 000	199 900 648
112075001201	Região Aut. Madeira S. A. 5,25 % — 90/02	1 240 000	419	448	555 821 563	427	526 965 098
	<i>Subtotal</i>	1 490 000			805 771 663		778 874 447
	2.1.1.3 — De outros emissores:						
	Certificados de depósito.....	—	—	—	23 471 000 000	—	23 471 000 000
213091002001	APA Juntas Portuárias 4,50 % — 94/04	200 000	1 000	1 002	200 300 380	1 001	200 175 046
913024990551	ADP — Aduos Port. TV/98	200 000	1 000	998	199 500 000	999	199 708 938
913065062852	B. ESSI CX Subor. TV/98-01	15 000	10 000	10 000	150 000 000	10 000	150 000 000
113065006601	BBi CX SUB./92-03	2 824	10 000	9 833	27 769 702	9 687	27 356 515
113065006106	B. C. Macau CX (SUB.) 1 E 2 S 3,93 % — 92/04	35 000	10 000	9 969	348 925 000	9 988	349 565 875
213065003505	BCP CX (SUB.) 4,19 % — 95/05	15 000	10 000	9 980	149 700 000	9 990	149 843 713
113065003503	BCP CX SUB. (1,2 S)/93-03	12 100	10 000	9 954	120 445 292	9 966	120 588 624
913065007852	BES Aforro/99-2004 ECU	100 000	EUR 50	10 024	1 002 410 000	10 024	1 002 410 000
913065007853	BES Aforro 2EJ99-2 ECU	200 000	EUR 50	10 024	2 004 820 000	10 024	2 004 820 000

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
213065007809	BES CX Cabaz Ind. Mund. 1 E 2 S — 98/01.....	1 000	10 000	10 037	10 036 877	10 028	10 027 773
113065007803	BES CX SB-TXVR/96-06.....	75 000	10 000	10 000	750 000 300	10 000	750 000 182
913065062853	B. ESSI OB CX/98-00.....	20 000	10 000	10 000	200 000 000	10 000	200 000 000
113065008001	BFB SUB /91-01.....	635 860	1 000	1 000	636 157 797	1 000	635 736 689
113065003601	BIC CX (SUB.) 4,19 % — 93/03.....	61 940	10 000	10 005	619 724 897	10 005	619 698 062
113065003602	BIC CX (SUB.) 4,25 % — 95/02.....	32 000	10 000	9 980	319 360 000	9 992	319 746 718
913065063751	BII OB CX SUB./95-2005.....	1 360	10 000	10 010	13 613 970	10 001	13 601 440
113065001801	BNU CX SUB./92-02.....	10 000	8 000	7 962	79 621 100	7 991	79 910 641
113065009402	BPA CX SUB./93-03.....	8 620	10 000	9 990	86 113 632	9 987	86 084 267
113065009403	BPA CX SUB. 2E/93-03.....	20 000	10 000	10 007	200 140 299	10 006	200 122 445
213065097521	BPI CX SUB./94-04.....	76 500	10 000	10 137	775 479 120	10 124	774 515 085
113065009302	BPS Mayor CX (SUB.) 4,44 % — 95/05.....	10 000	10 000	9 980	99 800 000	9 992	99 917 468
113065096102	B. Santander (SUB.) 3,88 % — 95/05.....	316 000	1 000	992	313 534 994	995	314 290 188
113065009504	BTA CX (SUB.) 4,44 % — 96/06.....	21 250	10 000	9 978	212 028 903	9 972	211 912 414
213065056007	Banco Finantia TVR/97-02.....	25 000	10 000	9 985	249 625 000	9 992	249 792 672
113065096101	Banco Santander/94-04.....	5 000	1 000	1 001	5 005 913	1 001	5 004 770
213065008801	Banif CX TX V 3,94 % — 96/06.....	25 000	10 000	9 975	249 375 000	9 983	249 568 484
113099000114	BEI/94-01.....	327 000	1 000	1 027	335 950 989	1 013	331 117 411
113099000112	BEI 3E/93-00.....	200 000	1 000	1 061	212 250 000	1 009	201 756 251
913065007852	BES Inv. — OB CX SUB./98-08.....	25 000	10 000	10 000	250 000 000	10 000	250 000 000
113065007804	BES OB CX SUB./97-07.....	60 000	10 000	9 970	598 200 000	9 978	598 653 937
913065007853	BES Perpétuas SUB./97.....	477 759	1 000	994	475 033 640	995	475 261 510
913065007851	BESCL Cupão Zero/95-00.....	10 000	10 000	5 481	54 811 000	9 628	96 278 697
113065007801	BESCL CX SUB./93-03.....	111 029	10 000	9 990	1 109 158 483	9 993	1 109 493 238
913065096051	Besleasing Imob./99-20 ECU.....	50 000	EUR 50	10 004	500 202 590	10 004	500 205 056
913065015351	Besleasing Mob. J99-200 ECU.....	50 000	EUR 50	10 004	500 202 590	10 004	500 205 056
213065000240	BFE-CX 8.ª E Série A/95-00.....	2 150	10 000	9 927	21 343 670	9 966	21 427 497
913065003654	BIC CX 2.ª EM/98-02.....	405 253	10 000	10 000	4 052 417 272	10 000	4 052 417 409
913065003653	BIC Perpétuas SUB./97.....	6 040 000	1 000	968	5 843 970 423	974	5 882 327 334
913065003655	BIC Perpétuas SUB./96 ECU.....	23 000	EUR 100	20 102	462 337 422	20 101	462 333 309
913045006651	Brisa — Ind. Inf./98-08.....	250 000	1 000	999	249 750 000	999	249 673 510
213065066607	BSNP Ver. Infl./96-2003.....	9 900	10 000	13 005	128 747 508	12 586	124 600 884
413115008001	C. Carris Ferro LX- TV/98.....	100 000	1 000	1 000	100 000 000	1 000	100 000 000
213065021802	CCCA Mútuo 3,74 % — 96/03.....	500 000	1 000	998	499 000 000	999	499 339 695
913060010155	C. Carris Ferro TX VR/96-03.....	150 000	800	802	120 239 886	800	119 996 811
113065006303	C. Lyonnais CX (SUB.) 4,56 % — 93/03.....	9 000	7 200	7 978	71 797 500	7 988	71 887 663
913065008753	CEMG CX (SUB.) TX V — 96/07.....	20 000	10 000	10 000	200 000 000	10 000	200 000 000
213024001505	CIN — CI Norte 3,81 % — 95/02.....	300 000	750	750	225 000 000	750	225 000 000
913021009252	Com. Papel Porto Cavaleiros TX V — 1990.....	17 500	1 000	1 000	17 500 000	1	17 500
913065096651	Credibom/99 — Obrg. Perp. ECU.....	50 000	EUR 50	9 999	499 951 988	9 999	499 973 810
113065000308	Crédito Predial (SUB.) 4,50 % — 92/02.....	675 490	1 000	1 001	676 317 982	1 000	675 602 429
113040000164	EDP 20E/92-01.....	4 800	1 000	669	3 212 279	676	3 247 047
113040000165	EDP 21 EM 3,68 % — 92/02.....	245 700	1 000	1 001	245 939 756	1 000	245 742 481
113040000182	EDP 23 EM 3,25 % — 96/11.....	1 000 000	1 000	1 000	999 667 000	1 000	999 739 586
113040000181	EDP — TX VR — 22 EM/96-06.....	20 278	1 000	998	20 232 382	998	20 237 496
413106012101	ES Inv. C/Z /99-2000 ECU.....	14 000	EUR 250	49 374	691 231 864	49 390	691 455 402
913045002951	Edifer Constr. TVR/98-03.....	100 000	1 000	999	99 900 000	999	99 936 861
913015003855	EMASA S E 16,75 % — 1988.....	5 000	1 000	1 000	5 000 000	1	5 000
913074256051	ENGIL, SGPS (warrants/98).....	2 150	1 000	1 080	2 321 428	1 070	2 300 208
113099000503	Eurofima/93-00.....	49 500	1 000	1 016	50 316 629	1 003	49 669 641
113099000504	Eurofima/94-04.....	170 000	1 000	1 001	170 161 800	1 001	170 094 939

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
113065000513	Imoleasing CX 1E/94-01	8 800	10 000	9 991	87 922 674	9 996	87 965 357
913024001351	Isar-Rakoll Chemie Port. TX V — 1995.....	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
213074063804	JMR S. A/94-00	144 009	1 000	1 001	144 131 708	1 000	144 020 671
213074063806	JMR S. C/94-00	19 400	1 000	1 001	19 424 356	1 000	19 406 058
213074258701	J. Martins (warrants/96).....	55 665	10 000	8 919	496 495 365	6 634	491 744 621
11307425B703	Jerónimo Martins CE/97.....	1 667 444	1 774	1 122	1 870 480 133	1 216	2 027 169 850
913074063851	JMR-PD-FN-IMO/98-03	100 000	1 000	999	99 900 000	999	99 931 055
113065046809	L. Atlân. CX SUB. 2E/92-02.....	7 800	10 000	10 040	78 312 882	10 046	78 355 748
113065048807	Leasimpor 1 EM 4,44% — 92/02	15 500	10 000	9 982	154 715 349	9 994	154 902 386
113065048804	Leasimpor CX (SUB.) 3 EM 4% — 92/02	10 000	10 000	9 985	99 650 000	9 995	99 949 955
113065046806	Leasimpor CX 2E/93-03	9 800	10 000	9 957	97 580 254	9 959	97 593 325
113065048808	Leasimpor CX SUB 2E/92.....	1 177	10 000	10 017	11 789 604	10 010	11 782 023
112035000304	Lisnave/92-97-07	100 000	600	596	59 645 663	600	60 017 142
113065011220	Lusoleasing CX (SUB.) 4,13% — 95/05	5 000	10 000	9 975	49 875 000	9 985	49 926 076
213064005402	P. Telecom — 96/01	170 000	1 000	1 000	169 921 329	1 000	169 977 017
213064005403	P. Telecom TFX/97-02.....	520 000	1 000	1 038	539 898 479	1 022	531 564 590
913036000998	Paracelsia S. A/69	25 000	1 000	985	24 625 000	1	25 000
913036000999	Paracelsia S. B/89	25 000	1 000	985	24 625 000	1	25 000
113023000506	Petrogal 1 EM 3,81% — 96/03	500 000	1 000	1 000	500 000 000	1 000	500 000 000
113023000505	Petrogal 1 EM 4% — 94/04	300 000	1 000	999	299 720 240	1 000	299 882 793
113023000507	Petrogal 2 EM 3,81% — 96/03	1 100 000	1 000	999	1 099 062 300	1 000	1 099 516 266
113021030001	Portucel Florestal 4,56% — 95/00	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 056
113021023901	Portucel Viana 4,56% — 95/00	75 000	500	497	37 275 000	500	37 476 056
913024001851	Proadec — Prod. Ad. Dec. TX V — 1995	100 000	300	300	30 000 000	300	30 000 000
913015003451	Soc. Rações Vimeiro TX V 86/91.....	4 000	1 000	1 000	4 000 000	1	4 000
913065000858	Sofinloc — TVR/Euro CON/98.....	20 000	10 000	9 975	199 500 000	9 985	199 704 840
213074016601	Somague TV/97-03-04.....	200 000	1 000	1 000	200 061 912	1 000	200 048 337
213074016601	Somague, SGPS TX V 4,31% — 97/04	100 000	1 000	1 004	100 421 462	1 003	100 270 987
213074005701	Sonae Imob., SGPS TVR/98-05	330 000	1 000	999	329 537 905	999	329 695 265
116074024805	Sonae Ind. (warrants) 98-03.....	19 243	1 000	1 001	19 253 607	1 000	19 251 320
113065098504	UBP CX (SUB.) TX V 4% — 93/04.....	40 000	10 000	9 975	399 011 237	9 989	399 568 170
913017007652	Vilatextil — 16,25% — 1968.....	7 500	600	600	4 500 000	1	7 500
Subtotal		19 454 301			59 305 465 716		59 432 653 141
Subtotal		31 988 343			174 642 300 866		173 771 639 561
2.1.2 — Títulos de rendimento variável:							
2.1.2.1 — Ações:							
921055016351	Argogest.....	1 300	1 000	769	1 000 000	1	1 300
121065003502	BCP — Nom. E Port. Reg.....	2 234 600	EUR 1	995	2 222 490 357	1 083	2 420 071 800
121065007802	BESCL — Nom.	7 505 967	EUR	3 506	26 312 209 277	5 497	41 260 757 677
131065096902	BPI, SGPS — Nom. Port. Reg.....	413 710	EUR 1	920	380 616 049	840	347 516 400
121065009302	BPSM — Nominativas	433 627	1 000	3 959	1 716 656 395	4 254	1 844 653 819
121065098502	Banco Mello — Nom. Port. Reg.....	3 500	EUR 5	1 916	6 706 148	1 852	6 482 000
921065096051	Bescleasing Imobiliária — Soc. Loc. Fin.	25 800	1 000	723	18 652 677	786	20 289 894
921065015351	Bescleasing Mobiliária — Soc. Loc. Fin.	34 040	1 000	771	26 246 701	1 212	41 268 054
121045006602	Brisa — Auto-Estradas Port. — Nominativas	747 250	EUR 1	1 741	1 300 994 582	1 510	1 128 187 797
921021009251	C. Papel Porto Cavaleiros	2 463	1 000	1 319	3 274 002	1	2 483

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
921074241951	C. Previdente.....	6	2 000	75 000	450 000	66 492	398 953
921065002051	C. Previdente — Soc. C. Part. Financ.....	198	1 000	—	—	2 429	480 881
121066000602	C. Seg. Mundial Confiança — Nominativas	152 201	1 000	10 256	1 560 998 795	10 285	1 565 387 285
921051013451	CASSEL.....	200	1 000	1 000	200 000	1	200
921065036751	Central Control.....	80 000	1 000	1 200	96 000 000	1 000	80 000 000
921026000151	Cimpor — Cim. Port. — Nominativas	191 460	EUR 5	4 056	776 639 780	3 214	615 277 214
121024002901	Cires — Comp Ind. Resinas Sintéticas.....	49 500	1 000	3 598	178 113 214	2 155	106 681 484
921074054951	Comércio e Indústria Associados.....	365 000	1 000	1 000	365 000 000	1	365 000
121072003401	Compta — Eq. Serv. Informática.....	153 480	1 000	997	153 094 402	2 255	346 162 245
921051029351	Comundo.....	2 008	100	66	133 200	1	2 008
921022002051	Copinaque — Equip. Desenv. Empresas	4 000	1 000	2 250	9 000 000	1	4 000
921065096651	Credibom, SFAC	230	1 000	1 000	230 000	1 196	275 089
921065019051	Douro, SGPS	2 476	1 000	839	2 078 047	900	2 228 053
121040000102	EDP — Nominativas.....	298 175	EUR 5	3 970	1 183 868 196	3 468	1 034 104 760
921074064151	ESAF — Activos Financeiros.....	117 500	1 000	1 000	117 524 297	1 252	147 063 000
121074018501	Espart — Esp. Sant. Part., SGPS	10 000	EUR 5	704	7 035 790	1 063	10 625 500
921018002351	Fetal.....	2 760	1 000	3 000	8 280 000	5 119	14 128 440
921065037001	Finpetro, SGPS	327 300	1 000	936	306 195 696	777	254 213 910
921074081651	GESFINC.....	8 000	1 000	1 002	8 012 960	950	7 598 400
921085990951	Heartscan-Ibéria — Diagnóstico.....	10 200	1 000	1 000	10 200 000	220	2 248 000
921055004551	Hotel Turismo Abrantes	125	1 000	—	—	1 202	150 284
921046020451	Lídio Monteiro Construções	41 675	1 000	1 000	41 675 000	1	41 675
921028002951	Indústrias Metálicas Previdente.....	120 000	1 000	1 000	120 000 000	1 509	181 080 000
121074258701	J. Martins & Filho, SGPS	124 651	EUR 5	5 766	718 695 175	5 044	628 739 644
921055005851	LIGNUM.....	3 500	15 000	26 513	92 794 905	29 697	103 939 850
921015012551	Madibel	7 955	1 000	1 000	7 955 000	2 123	16 884 488
121074067101	Mague — Gestão e Participações	93 300	1 000	4 020	375 068 539	6 000	559 839 770
921045000851	Marinoteis.....	210 000	1 000	714	150 000 000	771	161 994 000
121074055601	Modelo Continente, SGPS.....	4 600	EUR 4,99	3 557	16 363 789	3 799	17 475 400
921074273951	Pararede, SGPS, S. A.	20 000	EUR 1	2 252	45 043 360	1 961	39 220 000
921014000152	Pirites Alentejanas.....	38 286	1 000	1 826	69 925 824	1	38 286
121074274202	Port. Telecom Multimedia.....	200 473	EUR 0,5	6 223	1 247 569 817	10 856	2 176 337 395
121064005402	Portugal Telecom — Nominativas.....	13 273 907	EUR 1	1 391	18 467 971 443	2 165	28 738 477 192
921000000006	Quinta dos Cónegos, S. A.	140 600	1 000	1 628	228 890 311	955	134 329 240
921060008951	RINAVE.....	20	5 000	1 000	20 000	79 198	1 583 952
921028008951	ROL.....	200	10 000	706	141 200	19 357	3 871 400
921045990551	Saivane Imobiliária.....	4 401	1 000	—	—	957	4 211 581
121074263001	Semapa, SGPS, S. A.	407 100	1 000	3 421	1 392 691 015	3 422	1 393 096 200
321045000601	Soc. Construtora do Tâmega.....	2 000	1 000	4 219	8 438 467	1 002	2 004 820
921074073851	Sodera — Soc. Des. Regional.....	600	5 000	3 334	2 000 683	5 276	3 165 300
921045000452	Somec — Soc. Metrop. Construções — Portador	31 900	1 000	148	4 721 200	1	31 900
121074009201	Sonae, SGPS	113 967	EUR 4,99	8 924	1 017 094 920	10 395	1 184 686 965
121074005701	Sonae Imobiliária, SGPS	16 800	EUR 4,99	3 005	50 482 474	2 596	43 612 800
121074024801	Sonae Indústria, SGPS	33 006	1 000	2 738	90 365 238	1 603	52 908 618
921070000251	Sonagi — S. N. Gest. Invest. — Portador	1 114	1 000	844	940 290	4 110	4 578 407
921094900061	Sopete-Golf — Soc. Emp. Turismo.....	57 417	1 000	1 000	57 417 000	1 080	61 981 652
121021000401	Soporcel — Soc. Port. Papel.....	50 000	1 000	1 665	83 253 001	2 596	129 812 095
921074123351	Spectacolor Portugal	7 500	1 000	1 000	7 500 000	1 364	10 233 075
121064000902	Telecel — Com Pessoais — Nominativas	9 200	EUR 0,5	2 725	25 067 858	3 438	31 629 600
921051008851	TELLUS.....	1200	1 000	1 010	1 211 910	1	1 200

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
725017007601	Vilatextil — Soc. Ind. Têxtil.....	16	1 000	2 034	32 536	1	16
	<i>Subtotal</i>	28 192 484			61 095 231 522		86 942 432 451
	2.1.2.2 — Títulos de participação:						
931045000854	Marinoteis 4E/1991.....	20 969	1 000	1 000	20 969 000	1 000	20 969 000
	<i>Subtotal</i>	20 969			20 969 000		20 969 000
	2.1.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento:						
941065040818	ES — Monetário	9 417 000	—	1 076	10 135 597 540	1 076	10 135 799 610
941065040807	ES — Capitalização	239 041	—	1 589	379 912 642	1 589	379 912 642
941065040817	Gestão Activa F. F.	542 471	—	1 229	666 463 596	1 229	666 463 596
941065040815	ES — Obrigações Europa	1 220 048	—	1 503	1 833 962 512	1 492	1 820 641 029
941065040845	ES — Portfólio Dinâmico	100 000	—	1 095	109 541 000	1 129	112 919 000
941065040849	ES — Liquidez F. T.	1 300 000	—	1 038	1 349 945 000	1 044	1 357 161 000
941065040848	ES — Money Market F T	1 530 000	—	1 034	1 581 668 100	1 040	1 590 802 200
941065040846	ES — Portugal Index	132 000	—	974	128 519 216	1 130	149 130 960
941065040850	ES — Fixed Income	6 903 000	—	1 025	7 078 571 050	1 025	7 077 991 050
941065040847	ES — Multibond	400 000	—	1 039	415 400 000	1 037	414 684 000
941065040855	ES — TOP Ranking F. F.	102 810	—	1 164	119 639 571	1 285	132 095 429
941065040856	ES — All Stars	57 250	—	1 107	63 367 200	1 107	63 387 200
941065040816	Estratégia Mais F F	162 776	—	1 492	242 901 124	1 601	260 680 881
941065040806	ES — Obrigações Global.....	1 955 000	—	1 501	2 935 199 300	1 489	2 910 291 200
941065040640	ES — Portugal Acções.....	1 230 000	—	1 223	1 504 234 000	1 395	1 715 444 100
942065050502	Prestigest Um	38 250	—	16 465	629 786 250	16 462	629 671 500
941065040803	ES — Acções Europa.....	121 294	—	2 176	263 937 664	2 287	277 394 526
941065040865	ES — Acções Global EUR	510 000	—	2 004	1 022 217 622	2 482	1 265 803 252
941065040666	ES — Acções Rendimento EUR.....	500 000	—	2 233	1 116 384 017	2 342	1 170 814 880
941065040864	ES — Acções America ECU.....	500 000	—	2 015	1 007 422 050	2 799	1 399 364 360
	<i>Subtotal</i>	26 960 940			32 584 689 454		33 530 452 415
	2.1.2.4 — Outros:						
	BIC Tesouraria	3 000		1 121	3 361 602	1 129	3 387 765
	<i>Subtotal</i>	55 177 393			93 704 251 578		120 497 241 631
	<i>Total</i>	87 165 736			268 346 552 444		294 268 881 192
	2.2 — Estrangeiros:						
	2.2.1 — Títulos de rendimento fixo:						
	2.2.1.1 — De dívida pública:						
411111000230	Bonos 6 0 JAN/98-08/EESP	50 000	ESP 10 000	13 614	680 681 305	13 384	669 193 220

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
411104000226	Bundesrepub 3,75/99 — ECU	30 000	EUR 1 000	187 651	5 629 534 560	188 235	5 647 056 528
411104000230	Bundesrepub 4,99 — 0ECU	10 000	EUR 1 000	202 377	2 023 765 429	202 252	2 022 520 887
411104000233	Bundesrepub 4,5/99 — 2ECU	2 500	EUR 1 000	197 192	492 980 172	197 333	493 331 562
411104000222	Bundesrepub 4,75/98 — ECU	71 244	EUR 1 000	186 230	13 267 752 371	186 385	13 278 815 105
912075991351	Deutsche Bund c/z / 90DEM	1 000	DEM 5 000	154 437	154 437 060	167 185	167 184 667
411115000202	E. U. Mexicanos TV / 98-03	19 000	100 000	95 333	1 811 326 641	96 228	1 828 339 504
411101000617	FRTRR c/Z /92-2023 FRF	60 176	FRF 2 000	17 296	1 040 863 169	18 059	1 086 772 137
411101000618	FRTRRc/z/94-2022 ECU	40 000	EUR 500	27 928	1 117 133 820	28 787	1 151 492 024
411101000625	FRTRS c/z /91-2010 ECU	16 000	EUR 25	2 817	45 066 150	2 803	44 843 814
411101000629	FRTRS c/z/91-2020 ECU	20 000	EUR 25	1 460	29 199 036	1 421	28 428 346
411101000614	FRTRS c/z /91-2029 ECU	50 000	EUR 10	363	18 132 695	349	17 441 934
411101000101	RENTE 4,50%-1952	20	FRF 10 000	388 231	7 764 613	376 715	7 534 305
411115001102	Rep. Grécia TVr/98-05	850	1 000 000	1 000 970	850 824 422	1 000 770	850 654 080
411115001401	Rep. Irlanda-ESC TV/97-04	100	10 000 000	8 987 305	898 730 490	9 165 388	916 538 775
411115001010	Rep. Brazil 11 6,25/99-USD	2 000	USD 1 000	185 757	371 513 126	197 204	394 408 335
411109000109	Rep. Helenica 6,0/99-2 GRD	50 000	GRD 100 000	61 833	3 091 668 950	60 883	3 044 129 913
411109000106	Rep. Helenica 6,3/99-2 GRD	30 000	GRD 100 000	63 327	1 899 798 263	62 328	1 869 849 594
411109000107	Rep. Helenica 6,5/99-2 GRD	35 000	GRD 100 000	63 719	2 230 148 457	62 521	2 188 231 045
411115001101	República Grécia/95-00	330 000	1 000	1 012	334 109 250	1 003	331 097 241
411111000319	SPGB 4,0%/99-2010 ECU	20 000 000	EUR 1	179	3 584 084 793	180	3 594 662 308
411111000318	SPGB 4,75%/98-2014 ECU	7 500 000	EUR 1	195	1 459 258 358	195	1 460 778 512
411106000208	U. K. Treasury 7.0/93-0GBP	5 000 000	GBP 1	303	1 512 657 882	336	1 678 456 209
411106000204	U. K. Treasury 7.0/96-0GBP	10 000 000	GBP 1	310	3 100 399 796	341	3 408 111 615
411106000213	U. K. Treasury Stock — Janeiro 6,25 % — 94/10	10 515 000	GBP 1	333	3 502 783 610	372	3 915 771 483
411106000215	U. K. Treasury Stock — Setembro 8,60 % — 94/05	15 000 000	GBP 1	372	5 576 200 222	387	5 811 247 451
	U. S. Treasury 5.5 /98-2 USD	6 900	USD 1 000	207 991	1 435 140 626	218 945	1 510 717 105
411400000109	U. S. Treasury TX F 5,50% — 98/28	9 200	USD 1	202 494	1 862 948 922	214 613	1 974 439 098
	<i>Subtotal</i>	68 848 992			58 028 904 210		59 392 046 799
	2.2.1.2 — De outros emissores públicos.....	—			—		—
	2.2.1.3 — De outros emissores:						
	Certificados de depósito.....	—	—	—	1 129 675 347	—	1 191 372 634
714400000704	Hartman Weitz Corporation — 6,1875 %	—	—	—	1 017 776 400	—	1 017 776 400
714101000102	Martz Brenan Corp — 4,53 %	—	—	—	14 906 899	—	14 906 899
714400000102	Scorpio Int. Inv. Corp. 6,44 % — 99/00	—	—	—	4 606 836 430	—	4 889 318 245
714400001003	Scorpio International Inv. 5.ª EM — 5,50 % — 1999	—	—	—	8 759 115 967	—	9 397 496 674
714400001002	Scorpio International Inv. Corp. — 5,3 %	—	—	—	599 220 845	—	599 220 845
714400000602	Scorpio International Inv. Corp. — 6,4375 %	—	—	—	4 809 426 043	—	5 092 129 405
714400001203	Zen Mackie Corporation — 6,1875 %	—	—	—	3 760 682 600	—	3 991 280 000
741100001101	Zyrcan Harthan Corp. — 5,16 %	—	—	—	2 025 628 770	—	2 195 204 000
714400001102	Zyrcan Harthan Corp. — 5,5 %	—	—	—	2 393 924 910	—	2 594 332 000
413106002004	Abbey Nat. Treasury/98 ECU	5 000	EUR 1 000	201 847	1 009 235 654	200 489	1 002 445 865
913065005852	ABN AMRO 12,75 /99-200 ECU	1 000	EUR 5 000	1 002 410	1 002 410 000	1 002 410	1 002 410 000
913065005851	ABN AMRO 12,9/99-2000 ECU	1 000	EUR 5 000	1 002 410	1 002 410 000	1 002 410	1 002 410 000
413115018701	ABN AMRO Bank C/Z /99-ECU	3 268	EUR 1 000	200 482	655 175 176	214 833	702 075 835
413103000902	ABN AMRO Float/99-201 ECU	2 000	EUR 1 000	200 462	400 964 000	200 482	400 964 000
413115013801	ANZ Float/97-07 USD	100	USD 10 000	1 668 909	166 890 904	1 956 891	195 689 137
413106005401	Argentaria Cap. 6,35 S DEM	40 000	DEM 100	10 247	409 890 423	10 251	410 026 888

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
413106002602	Argentaria GL/97-2007.....	10 000	100 000	107 910	1 079 100 000	107 335	1 073 349 823
913099007652	Argentaria Global C/Z 97	180	77 846 613	10 596 050	1 907 288 928	12 550 950	2 259 171 040
413106002603	Argentaria Global F/96.....	1 150 000	1 000	660	759 414 927	798	917 887 420
413106002705	Asset Backed C 05/99-2 USD.....	550	USD 10 000	1 905 894	1 048 241 615	1 995 840	1 097 602 000
413106005701	Atlantic Cap. C/Z 96-1 ECU.....	80	EUR 100 000	7 154 312	572 344 971	7 758 473	620 677 801
413115008501	B. Boavista 10,0/97-20 USD	150	USD 10 000	1 642 454	246 368 076	1 965 620	294 842 992
413115002717	BEI 5 625 %/99-2028 ECU.....	124 000	EUR 8	1 740	215 782 786	1 736	215 284 621
413115002702	BEI — Escudos TXFX/96-16.....	357 900	1 000	1 295	463 470 000	1 266	453 938 018
413106003102	B. Gen. Lux. C/Z /99-200 ECU	50	EUR 100 000	20 048 200	1 002 410 000	20 182 206	1 009 110 309
413115017102	B. Gen. Lux. C/Z /99-200 USD	357	USD 10 000	1 941 288	693 039 922	1 998 970	713 832 283
413115010101	B. N. Paris TVR/98-06.....	210	10 000 000	10 000 000	2 100 000 000	10 000 000	2 100 000 000
413115004201	BA Credit Card TX V 96/03.....	5 000	100 000	99 730	498 650 000	99 849	499 246 874
413115009001	Bacob Savings Bank/98-01.....	800 000	1 000	1 000	800 000 000	1 000	600 000 000
413115009501	Banco Bradesco TV / 98-01.....	500 000	1 000	965	492 600 000	990	494 940 393
213065095002	Banco Itaé OB. CX TVR / 97-02.....	20 000	10 000	9 990	199 800 000	9 995	199 892 604
413115004201	Bank America C. CARD / 97-03	1 208 400	1 000	996	1 202 967 419	996	1 204 097 365
413115001103	Bank Áustria C/Z / 96-2018.....	50 000	10 000	10 050	502 489 447	10 812	540 575 432
413115001102	Bank Áustria TX V 7,14% 96/06	700 000	1 000	900	630 192 660	913	639 304 472
413115007301	Bank BBA Credit /97 (PTE).....	5 500	100 000	99 639	548 017 109	99 606	548 930 272
413115006701	Bankers Trust TX V (SUB.) 5,94 % 94/04.....	500 000	1 000	999	499 250 000	999	499 611 798
413115020501	Bankinter Intl. /9S-20 ECU.....	20	EUR 10 000	2 001 813	40 036 255	2 002 186	40 043 726
413106007602	Barclays Bank/99-2009 ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
413115019304	Bayer Hypo 4,5 % /99-20 ECU.....	3 500	EUR 1 000	192 964	675 373 738	193 108	675 876 256
413115019303	Bayer Hypo 02/06/99-20 ECU.....	4 000	EUR 1 000	200 482	801 928 000	200 482	801 928 000
413115019304	Bayer Hypo 16/06/99-20 ECU.....	30	EUR 100 000	20 048 200	601 446 000	20 048 200	601 446 000
413106005801	BBV Inter. Fin./98-08.....	400	1 000 000	998 375	399 350 000	998 553	399 421 383
413106007301	BCM Float/95-05 USD.....	1 000	USD 1 000	169 400	169 399 900	198 309	198 309 091
421106001701	BCP Cap. Fin./95-00 USD.....	18 000	USD 25	4 325	77 850 579	4 987	89 757 720
413106001104	Bear Stearns Comp/97-00.....	1 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000 000	1 000 000	1 000 000 000
413106001105	Bear Stearns Inc.-TV/98-03.....	8 000	100 000	99 962	799 692 091	99 975	799 799 939
413115002701	BEI — FX/REV BOND /97-04	1 650 000	1 000	1 084	1 788 355 001	1 079	1 779 685 037
113099000117	BEI-TX FIXA/95-00.....	117 000	1 000	1 088	127 328 640	1 019	119 172 949
413106000605	Beta Finance TX F 6,65 % 96/01	65 000	10 000	9 995	649 700 000	9 968	647 901 044
413115013901	Bikubn Float/97-05 USD.....	100	USD 10 000	1 659 863	165 986 300	1 948 995	194 899 519
413400001801	BMW U. S. Cap. Corp. TX V 7 67% 96/01	686 000	1 000	1 000	6B5 850 000	1 000	685 933 301
413400002701	BNP 7 738/97-49 USD	5 000	USD 1 000	173 821	869 102 560	203 162	1 015 810 478
413115013701	BNWRMS Float/97-07 USD	200	USD 10 000	1 688 623	337 724 516	1 976 948	395 389 504
413115000502	Boats 5,5 % / 99-2029 ECU.....	2 842	EUR 5 000	1 002 845	2 850 084 476	1 002 642	2 850 077 976
413106001201	Boats Carvela TX V 8,78 % 96/99.....	200	1 000 000	1 000 000	200 000 000	1 000 000	200 000 000
213065097524	BPI CAP FIN/18-12-204 USD	200 000	USD 25	4 635	927 077 870	4 995	999 090 424
413106003401	BPI CAP FIN/19-09-204 USD	400 000	USD 25	4 411	1 764 554 134	4 993	1 997 260 699
413115005202	BVBK Float/93-03 USD.....	400	USD 5 000	901 774	360 709 550	997 820	399 128 000
513366000101	C. Águas Beira 5,50 % — 1953	110	1 000	1 182	130 000	1 182	130 000
413115002101	CBPO/96-04.....	6 000	100 000	98 958	593 750 000	99 124	594 746 875
413115001502	CECA C/Z-97-02.....	20	100 000	76 169	1 523 378	87 694	1 757 880
413115024101	CGD 6,25 % / 99-2009 ECU.....	1 000	EUR 1 000	200 031	200 030 916	200 039	200 039 095
513366000201	C. Moçambique 5,00 % — 1953.....	120	1 000	1 250	150 000	1 250	150 000
413106007401	Cavale Float/97-07 USD.....	1 000	USD 1 000	170 339	170 336 640	199 213	199 212 599
413106002901	Caymadrid Int. Knock/97-02.....	600 000	1 000	999	599 231 645	999	599 585 027
413106002901	Caymadrid Internat./97-02.....	1 100 000	1 000	1 000	1 099 973 333	1 000	1 100 130 123
421106002002	Central Hisp. Perp. — 96/USD.....	6 000	USD 25	5 085	30 511 899	5 086	30 513 414

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
413115004801	Cidade Montreal TV/97-07.....	350	1 000 000	1 005 763	352 017 000	1 004 776	351 672 457
413115001402	Citicorp TVR Sub./97-07.....	382	1 000 000	988 433	377 581 501	990 365	378 319 594
413115001401	Citicorp 1 EM TX V 96/01.....	50 000	10 000	10 000	500 000 000	10 000	500 000 000
413115014201	CMZB Float/96-06 USD.....	100	USD 10 000	1 732 008	173 200 641	1 952 839	195 283 897
413104004905	Commerzbank/98-2008 DEM.....	2 000	DEM 1 000	102 710	205 420 020	102 703	205 405 714
413115014202	Commerzbank/99-2014 ECU.....	4 000	EUR 1 000	199 429	797 717 878	199 469	797 877 195
413115014203	Commerzbank AG /99-201 ECU.....	1 500	EUR 1 000	200 081	300 121 554	200 088	300 131 682
413115002902	Commerzbank GRK C/Z/99 GRD.....	32 500	GRD 100 000	61 877	2 011 002 500	57 665	1 874 112 500
413463000201	Coronets LMT/99-2000 USD.....	45 700 000	USD 1	200	9 120 074 800	200	9 120 074 800
413400001501	Corp. Prop. Inv. 7,18% 95/13.....	500	USD 1 000	149 074	74 537 245	164 322	82 161 248
413106006801	Corporate Services Group TX F 7,50 % 98/05.....	50	GBP 1 000	304 479	15 223 967	323 271	16 163 566
413115002001	Crediop Overseas B.96/03.....	150 000	1 000	1 000	150 000 000	1 000	150 000 000
413115005406	Credit S. F. Products/98-08.....	750	1 000 000	974 630	730 972 508	977 360	733 020 332
413115021001	Credit Suisse/99-2019 ECU.....	2 000	EUR 1 000	198 995	397 990 250	199 018	398 036 921
413400001201	Credit Suisse F. B. (Sub.) TX V 10,69% 94/00.....	550 000	1 000	1 000	550 000 000	1 000	550 000 000
413115005403	Credit Suisse Fin. C/Z/97.....	1 000	3 862 458	980 415	980 414 740	1 170 759	1 170 759 078
413400002601	CSAM HI Yield 99/11 USD.....	3 000	USD 1 000	194 115	582 345 000	198 207	594 619 872
413139000202	CSFB C/Z/99-2004 USD.....	4 400	USD 1 000	197 831	670 456 400	199 564	678 081 600
413115024201	Daewoo Corp. C/Z/97-20 USD.....	130	USD 5 000	658 213	85 567 751	708 521	92 107 766
413115003301	Danone Fin. TWTFX/97-04.....	600	1 000 000	999 921	599 952 868	999 824	599 894 646
413400001901	Dean W. Discover TVR/96-01.....	650 000	1 000	998	648 840 000	999	649 506 290
413106005103	DENIB 4,5%/99-2009 ECU.....	5 000	EUR 100	20 048	100 241 000	20 048	100 241 000
413106005505	DENIB 5%/98-2008 ECU.....	275	EUR 10 000	2 004 820	551 325 500	2 004 820	551 325 500
413106004101	DEPFA Europe/97-04.....	200	10 000 000	9 391 417	1 876 283 468	9 568 102	1 913 620 314
413104004708	DEPFA Float/99-2019 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 482	400 964 000	200 482	400 964 000
413106006003	Deutsche Bank/99-2039 ECU.....	200	EUR 10 000	2 004 820	400 964 000	2 004 820	400 964 000
413115004701	Deutsche Bank Canada/97.....	150	1 000 000	1 002 000	150 300 000	1 001 519	150 227 769
413104001902	Deutsche Fin. C/Z /96—DEM.....	2 000	DEM 10 000	207 299	414 596 657	224 884	449 768 794
413115021301	Deutsche Fin./99-2019 ECU.....	3 000	EUR 1 000	200 181	600 543 631	200 190	600 569 768
413115013501	DNBK Float/8S-49 USD.....	100	USD 10 000	1 567 611	156 761 126	1 663 846	163 384 563
413104004501	Dresdner Bank/99-2004 ECU.....	600	EUR 5 000	1 002 410	601 446 000	1 002 410	601 446 000
413115003107	Dresdner Bank 4,3%/99 ECU.....	30 000	EUR 100	20 046	601 446 000	20 048	601 446 000
413104004503	Dresdner Bank 99/2009 ECU.....	2 000	EUR 10 000	2 003 825	4 007 650 537	2 003 828	4 007 658 752
413104004502	Dresdner Bank AG /99-2 ECU.....	30	EUR 100 000	20 048 200	601 446 000	20 048 200	601 446 000
913099008051	Dresdner Bank C/Z /96-ECU.....	297	EUR 100 000	3 367 521	1 000 153 618	3 641 023	1 061 383 817
413115003104	Dresdner Bank C/Z/98-2013.....	400 000	1 000	1 095	438 142 420	1 121	448 213 664
413103000403	Dresdner Bank TVR/97-07.....	25	10 000 000	9 990 000	249 750 000	9 992 766	249 819 141
413115003102	Dresdner Bank -TXF/96-01.....	14 800	10 000	10 931	161 786 000	10 416	154 155 845
413115020601	Dresdner FNDG/99-201 ECU.....	1 000	EUR 1 000	200 482	200 482 000	200 482	200 482 000
413115003B01	Dresdner LAT 9 25 /99-USD.....	2 000	USD 1 000	169 899	379 798 626	198 183	396 365 448
413115003401	Eagle Pier/95-02.....	200	1 000 000	817 138	163 427 656	873 581	174 716 175
413115015101	EMA Finance LTD. TVR/98-03.....	453 704	1 000	1 000	453 704 000	1 000	453 704 000
413400003201	EMBARC. LMT/99-2000 USD.....	40 000 000	USD 1	200	7 982 560 000	200	7 982 560 000
413111001302	Endesa, S. A. / 99-2004 ECU.....	50	EUR 10 000	2 004 820	100 241 000	2 004 820	100 241 000
413106002101	Endesa, S. A. — TXVR/96-01.....	25 000	10 000	9 974	249 345 540	9 988	249 701 693
413115014401	ERSTBK Float/96-06 USD.....	10	USD 100 000	17 207 142	172 071 416	19 706 426	197 064 257
413115011001	ESFG Overseas TV /98-0 DEM.....	20 406	DEM 1 000	98 994	2 020 078 395	99 109	2 022 423 201
413104001801	Euro DM Securit C/Z-86 DEM.....	2 500	DEM 10 000	356 250	690 625 029	402 439	1 006 097 662
413104001602	Euro DM Securit C/Z-66 DEM.....	2 524	DEM 10 000	495 465	1 250 604 556	555 391	1 401 806 136
913099006665	Euro Mutual F/99-2009 ECU.....	150	EUR 100 000	20 048 200	3 007 230 000	20 048 200	3 007 230 000
413115016101	Euroland Ever 1%/98-00 ECU.....	1 900	EUR 1 000	202 507	384 763 050	202 330	384 427 911

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
413115013601	FBK Float/97-49 USD.....	1 000	USD 1 000	162 573	162 572 700	190 278	190 276 313
413115006801	Finance Danish Ind./97-03.....	50	10 000 000	10 000 000	500 000 000	10 000 000	500 000 000
413115007201	First Austrian Bank/97-02.....	310	1 000 000	999 748	309 922 000	999 863	309 957 540
413115014101	Fonbur Float/96-49 USD.....	100	USD 10 000	1 692 463	169 246 266	1 979 214	197 921 395
413106001701	Ford Credit Europe/96-02.....	5 000	100 000	100 375	501 875 000	100 236	501 181 160
413115013001	Freddie Mac 6,5 %/97-07.....	2 600	100 000	106 135	275 950 000	105 221	273 575 305
413106003601	Fuji Finance Float/97 USD.....	140	USD 10 000	1 879 460	263 124 400	1 995 640	279 369 600
413115014001	GENBNQ Float/95-49 USD.....	100	USD 10 000	1 915 776	191 577 642	1 955 933	195 593 305
413115004902	Globopar-TF STEP-UP/98-06.....	4 500	100 000	100 051	450 230 104	100 046	450 207 939
913065000006	Goldman S. Group/95-00.....	1 000	100 000	100 589	100 588 785	100 351	100 350 933
413115004505	Goldman Sachs/99-2007 ECU.....	7 000	EUR 1 000	200 482	1 403 374 000	200 482	1 403 374 000
413115004501	Goldman Sachs GP-TV/97-07.....	5 000	100 000	100 022	500 108 675	100 014	500 071 835
413115004503	Goldman Sachs GR TV/98-03.....	700 000	1 000	1 000	699 695 000	1 000	699 801 694
413115017301	Guarantd FIN/99-2009 ECU.....	400	EUR 5 000	999 904	399 961 590	1 000 149	400 059 554
413106009801	HFC BANK/99-2004 ECU.....	10	EUR 100 000	19 982 241	199 822 414	19 968 090	199 880 901
413115025101	Halifax/99-2049 ECU.....	1 500	EUR 1 000	200 482	300 723 000	200 482	300 723 000
513366000304	Hidro E. Revue 5 % — 1959.....	24	1 000	1 000	24 000	1 000	24 000
413115006902	Household Bank /97-02 DEM.....	2 000	DEM 1 000	102 025	204 049 094	102 249	204 497 837
413115001801	Household Fin. Corp./96-01.....	78 000	1 000	1 000	78 000 000	1 000	76 000 000
413115006903	Household Float/96-03 USD.....	1 000	USD 1 000	168 973	168 973 200	197 992	197 992 122
413115007401	Inter-Atlantico TF/97-00.....	198	1 000 000	999 040	197 810 000	999 780	197 956 440
413115012501	Intercontinental C/Z /98.....	26 033	500 000	320 911	8 354 285 816	339 185	8 829 996 347
413103000B01	INTNED Float/99-2019 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 081	400 162 072	200 093	400 186 680
413115002504	JPM C/Z/97-2037 ITL.....	5 000	ITL 10 000 000	70 014	350 068 549	76 947	384 734 183
413106004301	J. Sainsbury TVR /97-05.....	76	10 000 000	10 010 579	760 804 000	10 008 471	760 643 776
413115008802	JP Morgan TVR/98-06.....	40 000	10 000	9 932	397 286 438	9 942	397 699 066
413115008601	Júpiter Cap. 1\$/98-09.....	101	61 900	61 953	6 257 229	61 945	6 256 444
413106003501	Júpiter Cap. C/Z /97-17.....	80 000	100 000	36 505	2 920 400 000	38 958	3 116 612 466
413106003502	Júpiter Cap. Lim. C/Z/97-17.....	80 000	100 000	35 693	2 855 475 000	38 034	3 042 724 013
413106004604	K2 Credit LKD /99-2009 ECU.....	490	EUR 10 000	1 999 808	979 905 896	2 000 052	980 025 373
413115023901	KBC Bank Funding/99-2 ECU.....	2 000	EUR 1 000	188 453	376 906 160	188 546	377 091 024
913099002651	LANRENO C/Z 97-2017 DEM.....	6 500	DEM 10 000	324 419	2 108 726 589	366 550	2 382 576 335
413106000703	Lehman Brothers HLD/98-03.....	1 500	100 000	100 009	150 013 839	100 007	150 010 475
913065992951	Lehman/Nikkei C/Z /99-ECU.....	7 500	EUR 1 000	202 090	1 515 673 992	222 262	1 666 967 332
413106007201	Lloyds Float/S6-49 USD.....	100	USD 10 000	1 510 518	151 051 800	1 770 790	177 078 989
413106004201	Merrill Lynch TVR/98-03.....	275 000	1 000	996	273 998 654	998	274 337 372
413400001001	Merrill Lynch TVR/95-02.....	161 000	1 000	1 000	161 000 001	1 000	161 000 001
413106004202	Merrill Lynch (swap)/98-08.....	10 000	100 000	100 005	1 000 050 000	100 005	1 000 045 046
413106005301	Midland Bank PLC/85-USD.....	200	USD 10 000	1 602 888	320 577 650	1 735 754	347 150 872
413115002501	Morgan Guaranty/97-07.....	2 500	100 000	100 750	251 875 000	100 441	251 102 839
413115002502	Morgan Guaranty BK C/Z-97.....	19 250	393 530	102 381	1 970 831 690	121 753	2 343 739 626
413106004801	Morgan Stanley-Dean/98-03.....	700	1 000 000	1 000 000	700 000 000	1 000 018	700 012 558
413115014501	Natgre Float/97-07 USD.....	200	USD 10 000	1 668 397	333 679 400	1 956 158	391 231 509
413106005102	Natinvbank 5.0/98-08 ECU.....	200	EUR 10 000	2 009 978	401 995 547	2 004 881	400 976 163
413115012901	Nova N.º 1 LMT/98-05 DEM.....	25	DEM 100 000	10 231 142	255 778 546	10 250 936	256 273 394
413115007105	P. Telecom Fin./99-2004 ECU.....	240	EUR 5 000	1 002 410	240 578 400	1 002 410	240 578 400
413115018601	Pacific L. F./99-2019 ECU.....	200	EUR 10 000	1 994 796	393 959 180	1 995 199	399 039 870
413400002101	Panamerican BEV TX F 8,13 % — 96/03.....	500	USD 1 000	193 535	96 767 591	206 234	103 116 837
413115017801	Parmalat Cap. Fin. — 98 ECU.....	50 000	EUR 100	20 181	1 009 035 299	20 049	1 002 446 909
413115014301	PDRP Float/95-05 USD.....	200	USD 10 000	1 664 130	332 826 000	1 953 132	390 626 450
913065991551	Pinto Totta I. Fin./97 USD.....	3 000	USD 1 000	193 497	580 492 343	199 583	598 749 619

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
413115004301	Polo — 2 EMIS 95-02.....	3 500	100 000	98 331	344 157 893	98 813	345 844 633
413106006601	Popular Fin. C/Z/98-28.....	50	10 000 000	10 000 000	500 000 000	10 820 207	541 010 355
913099005852	Rabobank 7,5 /97-2000 USD.....	300	USD 10 000	1 862 987	558 896 108	1 972 786	591 835 874
913099005851	Rabobank 9,125/9B-01 USD.....	8	USD 500 000	85 450 988	683 607 906	96 810 434	774 483 474
413463000101	REGAL 25 S 4 2 /99-20 ECU.....	100 000 000	EUR 1	200	20 048 200 000	200	20 048 200 000
413106006501	Renault Credit/9B-200 DEM.....	200	DEM 10 000	1 019 936	203 987 209	1 022 839	204 567 897
413106006502	Renault Credit/99-200 ECU.....	5 000	EUR 1 000	200 482	1 002 410 000	200 482	1 002 410 000
413106008701	SEB 6,75/99-2049 ECU.....	60 000	EUR 25	5 012	400 964 000	5 012	400 964 000
913099001453	Salomon Inc. C/Z /97-2017.....	790	10 000 000	3 420 050	2 701 839 500	3 652 458	2 885 442 093
413115003702	Salomon Inc. TVR/97-02.....	400	1 000 000	999 753	399 901 144	999 918	399 967 079
413115011303	Salomon S. B /99-2009 ECU.....	25	EUR 100 000	20 048 200	501 205 000	20 048 200	501 205 000
413115012401	SAPIC Inv. Ltd. C/Z /98-03.....	500	1 000 000	791 007	395 503 599	832 634	416 316 952
413115018801	Soc. Generale C/Z /99-2 ECU.....	569	EUR 10 000	2 004 820	1 140 742 580	2 123 906	1 208 502 288
413115006501	Socgen Australia/97-07.....	1 150	1 000 000	1 005 550	1 156 382 817	1 004 711	1 155 417 350
413115022201	Solar Fund./99-2014 ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
413115021901	SPARC III C/Z /99-2026 ECU.....	20	EUR 100 000	19 647 236	392 944 720	20 196 637	403 932 737
413106007101	Stan Float/B7-49 USD.....	200	USD 10 000	1 331 304	266 260 800	1 565 595	313 118 988
413106004605	Stingray LMT 10% /99-ECU.....	10	EUR 100 000	20 048 200	200 482 000	20 048 200	200 482 000
413106004608	Stingray LMT — 99/2000 USD.....	56	USD 250 000	49 891 000	2 793 896 000	49 891 000	2 793 896 000
413106004607	Stingray LMT/99-2004 ECU.....	50	EUR 100 000	20 048 200	1 002 410 000	20 048 200	1 002 410 000
413106004601	Stingray Ltd. — TVR 1998/06.....	150	10 000 000	9 527 756	1 429 163 432	9 594 520	1 439 177 998
413115026301	Technology Bask C/Z/2 ECU.....	3 000 000	EUR 1	18	52 631 938	18	52 631 938
413115020301	Tecnost Float/99-2004 ECU.....	1 319	EUR 1 000	204 821	270 159 375	204 567	269 823 466
413106003301	Telefónica Europe/97-04.....	534	1 000 000	998 393	533 142 100	998 590	533 246 953
413400002601	Trifun Float/98-03 USD.....	2 000	USD 1 000	170 675	341 350 093	199 227	398 454 515
413115012701	UBS Fin.C/Z /98-28 DEM.....	8 000	DEM 5 000	85 265	682 122 670	92 917	743 337 635
413115005002	Unibanco 7,68 TFX — 98/00.....	650	1 000 000	1 005 401	653 510 823	1 000 901	650 585 857
413115005003	Unibank Float/95-05 USD.....	200	USD 10 000	1 754 666	350 933 135	2 000 084	400 016 775
413101005201	Univ. Valência 5,55/98 ESP.....	250	ESP 1 000 000	1 206 700	301 675 000	1 204 920	301 230 000
913099008668	Westland Utrecht/99-2 ECU.....	20	EUR 100 000	19 877 790	397 555 806	19 879 495	397 589 902
413107000101	Westways Fund/98-202 USD.....	200	USD 10 000	1 781 301	356 260 121	1 866 755	373 350 980
413115006003	World Bank TFX/98-13.....	6 000	100 000	100 133	600 800 000	100 121	600 728 292
413106006602	Xerox 5,25%/99-2004 ECU.....	2 000	EUR 1 000	200 115	400 230 236	200 121	400 242 666
411115001301	Xunta de Galicia/96-03.....	3 082	100 000	99 772	307 496 235	99 836	307 695 794
413106003901	Yorkshire B. Society/97.....	110	10 000 000	9 517 373	1 046 911 018	9 645 910	1 061 050 100
	Subtotal.....	203 186 880			195 858 746 130		202 426 234 645
	Subtotal.....	272 035 872			253 887 650 340		261 818 281 444
	2.2.2 — Títulos de rendimento variável:						
	2.2.2.1 — Acções:						
421101013601	ACCOR.....	750	EUR	8 663	6 497 423	9 419	7 063 983
421400007301	Act Management Technologies.....	60 024	USD	622	37 353 253	2	119 786
421101000101	Air Liquide.....	200	EUR	29 466	5 893 182	32 739	6 547 742
421139001901	Alpine Select AG CHF.....	40 000	CHF	12 226	489 034 760	9 992	399 689 600
421400016201	Archer Daniels Midland.....	1 102	USD	3 841	4 232 813	2 371	2 612 644
421400016701	AT & T Corp.	600	USD	9 095	5 457 222	10 315	6 188 879
421106006201	Banco Bilbao Vizcaya — Acções Pref. TX F.....	50 800	USD	18 701	950 026 888	19 532	992 232 213

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
521508000101	Banco Boavista, S. A., BRL.....	1 399 418	BRL 1	556	777 712 279	167	234 359 133
421400007501	Barrick Gold.....	500	USD	4 223	2 111 276	5 316	2 658 193
421115001501	BCP Cap. Fin. (6,25%) ECU.....	30 000	EUR 50	9 924	297 715 770	10 024	300 723 000
421115001401	British Airways Fin. ECU.....	76 000	EUR 25	4 992	379 392 137	5 012	360 915 800
521330000901	CADA (agricultura).....	2 100	900	645	1 354 782	645	1 354 782
521366000601	C. Algodões Moçambique.....	1 900	1 000	—	215	—	215
521366000901	C. BUZI.....	2 000	110	201	401 249	201	401 249
521366001301	C. Ind. Matola.....	2 200	1 000	502	1 104 000	502	1 104 000
521366001401	C. Moçambique.....	3 000	250	250	749 972	250	749 972
521366001501	C. Resseguro Moçambique.....	250	1 000	1 000	250 000	1 000	250 000
521330001801	C. Seg. A Nacional.....	15 986	1 000	1 239	19 803 705	1 239	19 803 705
521366001701	C. Seg. Nauticus.....	500	100	113	56 512	113	56 512
521366001801	C. Seg. Tranquilidadev.....	9 750	1 500	562	5 676 200	582	5 676 200
421400006201	Chester Holdings, LTD.....	177 812	USD	451	80 242 681	2	354 849
490104005107	Citybank Euro STX50 ECU.....	3 658 600	—	148	540 625 273	227	828 836 293
421400000601	Continental Mortgage Investors.....	600	USD	508	304 709	1	600
421139003101	CreinvestAG USD.....	149 590	CHF 100	36 445	5 451 733 650	14 263	2 133 659 261
413104004506	Dresdner BK Bank Ecu.....	299 150	—	6 125	1 832 403 357	6 387	1 910 777 703
413104004507	Dresdner BK Finance Ecu.....	117 749	—	5 275	621 131 261	5 303	624 393 380
413104004505	Dresdner BK Technology Ecu.....	157 690	—	15 803	2 491 941 095	16 059	2 532 281 927
413104004504	Dresdner BK Telecom Ecu.....	116 570	—	21 592	2 517 018 374	22 853	2 663 967 586
421115001901	ESFG Overseas (6 5%) USD.....	99 500	USD 25	4 804	478 001 532	4 291	426 917 287
421101012601	Essilor International.....	55	EUR	39 822	2 190 222	61 267	3 369 701
521366002201	Fomento Predial Moçambique.....	50	1 000	1 000	50 000	1 000	50 000
421101015201	Groupe Danone.....	130	EUR	46 541	6 050 320	46 271	6 015 262
521330002401	Hidro Elect. A Catumbela.....	200	1 000	1 000	200 000	1 000	200 000
421103000901	Ing. Group N. V.	500	EUR	10 951	5 475 474	11 869	5 934 267
421115001701	KBC Bank Funding.....	6 640	EUR	5 050	33 529 612	4 737	31 456 267
421106007101	Kingfisher, Plc.	3 000	EUR	2 166	6 497 423	2 217	6 651 993
	Krediges Investements, Limited.....	1	—	162 326	162 326	162 326	162 326
	Krediges Holding, Limited.....	1	—	162 326	162 326	162 326	162 326
416106000802	Lehman Brothers/Tecn. ECU.....	5 235 602	—	191	1 002 409 982	198	1 039 147 521
421101003801	Les Hauts de Vernon.....	5	FRF	2 979	14 893	2 960	14 798
521330001701	Navang (C. Naveg.).....	448	1 000	1 205	540 000	1 205	540 000
521330002501	Nocal (N. Emp. Cervejas).....	2 508	1 000	124	310 656	124	310 656
521330001301	Petrangol (Petróleos Ang.).....	200	1 000	554	110 847	554	110 847
421101011201	Pinault Printemps Redoute.....	200	EUR	33 860	6 771 969	50 983	10 196 514
421103005501	Rabobank Capital Funding Trust.....	100 000	EUR	4 971	497 103 138	5 046	504 613 194
421102000101	Royal Dutch Sico.....	500	EUR	11 261	5 630 593	11 999	5 999 424
421116000301	SAPEC, S. A.	13 292	BEF	8 841	117 508 249	9 523	126 578 321
421106000701	Sena Sugar Estates, Ltd.....	77 375	LIB	42	3 224 400	1	77 375
521366003001	Soc. Turismo Moçambique.....	100	1 000	1 000	100 000	1 000	100 000
521330003102	Sonefe — Nominativas.....	573	500	478	274 016	478	274 016
521330003401	Sotul (Soc. Turismo Ult.).....	8 000	1 000	1 000	8 000 000	1 000	8 000 000
421101002501	Suez Lyon Des Eaux.....	200	USD	32 183	6 436 593	31 395	6 279 096
421400016301	USX — Marathon Group.....	2 000	USD	6 818	13 636 332	5 131	10 261 581
421115002801	Zurich Financial Services, Ltd.....	160 000	EUR	4 974	795 913 540	4 905	784 766 741
	<i>Subtotal</i>	12 085 921			19 510 528 481		16 034 968 720

Código	Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
	2.2.2.2 — Títulos de participação.....	—			—		—
	2.2.2.3 — Unidades de participação em fundos de investimento:						
941065040862	ES — America G. F. (USD).....	71 112	—	21 804	1 550 532 333	24 967	1 775 485 449
441107000201	First Portuguese F. D. USD.....	5 000	—	19 291	96 453 830	24 572	122 861 577
941065040836	ES — Global Equity EUR.....	2 068	—	32 031	66 240 127	32 031	66 240 127
941065040844	ES — Euro Bond ECU.....	13 636	—	127 201	1 734 518 681	136 895	1 866 701 912
941065040832	ES — Focus I ECU.....	30 197	—	113 928	3 440 283 816	117 829	3 558 090 945
941065040861	ES — European Equity.....	3 919	—	25 966	101 762 433	25 966	101 762 434
441106000301	Cachalot Fund USD.....	2 000	—	187 981	375 962 000	199 564	399 128 000
	<i>Subtotal</i>	127 932			7 365 753 220		7 890 270 444
	2.2.2.4 — Outros.....	—			—		—
	<i>Subtotal</i>	12 213 853			26 876 281 701		23 925 239 164
	<i>Total</i>	284 249 725			280 763 932 041		285 743 520 608
	<i>Total geral</i>	391 745 194			552 982 447 905		582 808 541 273

23 — Imobilizações e outros investimentos financeiros:

Discriminação dos movimentos efectuados em imobilizações corpóreas e incorpóreas e correcções de valor de várias rubricas de investimentos — Anexos n.ºs 2, 3 e 4.

23.1 — Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas (anexo n.º 2):

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Transfe-rência e abates	Alie-nações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amorti-zações	Aquisições	Reava-liações			Reforço	Regulari-zações	
Imobilizações incorpóreas:									
Diferenças de consolidação.....	—	—	791 497	—	—	—	—	—	791 497
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial.....	32 658	4 760	—	—	—	—	6 532	—	21 366
Despesas de constituição e instalação.....	201 182	196 276	75 480	—	—	—	39 145	—	41 241
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	5 035 519	2 368 359	1 794 409	—	74 018	—	1 325 711	21 742	3 083 582
Despesas em edificios arrendados.....	326 243	184 511	4 944	—	—	—	109 419	— 21 742	15 515
Trespases.....	250	—	—	—	—	—	—	—	250
Outras imobilizações incorpóreas.....	67 213	62 391	1 549	—	57 500	—	3 215	57 500	3 156
Imobilizações em curso.....	2 307	—	95 575	—	868	—	—	—	97 014
Adiantamentos por conta.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Subtotal</i>	5 665 372	2 816 297	2 763 454	—	132 386	—	1 484 022	57 500	4 053 621
Imobilizações corpóreas:									
Equipamento administrativo.....	772 829	470 380	44 363	—	2 964	4 832	72 736	4 402	270 682

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Transfe- rência e abates	Alie- nações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amorti- zações	Aquisições	Reava- liações			Reforço	Regulari- zações	
Máquinas e ferramentas	593 721	473 558	21 507	—	5 074	390	34 684	717	102 238
Equipamento informático.....	7 037 690	5 252 166	725 240	—	1 007	2 374	1 042 893	2 374	1 466 864
Instalações interiores.....	103 028	71 866	4 963	—	15	—	5 285	—	30 824
Material de transporte	384 709	154 485	153 363	—	53	55 740	112 235	35 709	251 267
Equipamento hospitalar	99 681	58 259	623 935	—	—	—	255 888	—	409 469
Outras imobilizações corpóreas.....	188 075	127 765	6 538	—	1 910	—	7 783	—	57 155
Imobilizações em curso.....	58 925	—	72 985	—	84 072	—	—	—	47 838
Adiantamentos por conta	9 180	—	7 739	—	16 043	—	—	—	876
<i>Subtotal</i>	9 247 838	6 608 479	1 660 632	—	111 139	63 336	1 531 504	43 202	2 637 213
<i>Total</i>	14 913 210	9 424 776	4 424 086	—	243 525	63 336	3 015 526	100 702	6 690 634

23.2 — Terrenos e edificios (anexo n.º 3):

Rubricas	Saldo inicial		Aquisições e benefi- ciações	Reaval. e diminuições de valor	Transferências		Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço			Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
De serviço próprio:										
Terrenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edifícios	15 199 803	13 724 450	337 311	78 790	—	—	104 282	59 400	15 432 832	14 081 151
De rendimento:										
Terrenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edifícios	9 541 108	12 964 855	301 046	830 374	—	—	238 856	426 950	9 603 298	13 669 325
Imobilizações em curso.....	5 148	5 148	50 234	—	— 53 065	— 53 065	—	—	2 317	2 317
Adiantamentos por conta	48 108	48 108	166 697	—	— 184 318	— 184 318	—	—	30 487	30 487
<i>Total</i>	24 794 167	26 742 561	855 288	909 164	— 237 383	— 237 383	343 138	486 350	25 068 934	27 783 280

(a) As saídas são inscritas com valor negativo.

23.3 — Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos) (anexo n.º 4):

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições de valor	Alienações ou reembolsos	Saldo final
Investimentos em empresas do grupo e associadas:					
Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—	—
Empréstimos a empresas associadas	250 000	—	1 010	248 990	—
Outros investimentos financeiros:					
Empréstimos hipotecários	320 520	47 902	76 629	—	291 793
Outros empréstimos:					
Empréstimos sobre apólices	26 563	—	3 573	—	22 990
Empréstimos sobre títulos	—	—	—	—	—
Suprimentos (v. nota n.º 30)	835 699	30 642	—	105 626	760 715
Outros	227 646	219 470	165 882	—	281 234
Depósitos em instituições de crédito	7 631 114	26 538 573	2 088 867	31 060 391	1 020 429
Outros	127 883	310 558	—	—	438 441
Depósitos junto de empresas cedentes	56 341	90 458	83 793	—	63 006
<i>Total</i>	9 475 766	27 237 603	2 419 754	31 415 007	2 878 608

Não existem movimentos relativos a imobilizações corpóreas.

25 — Movimentos relativos a reavaliações:

Rubricas	Imobiliz. corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	12 255 377	12 255 377
Aumentos	—	7 794 375	7 794 375
Diminuições:			
Recuperação de mais e menos-valias realizadas	—	2 066 423	2 066 423
Outras	—	364 825	364 825
Fim do exercício	—	17 618 504	17 618 504
Custos históricos	—	77 189 125	77 189 125
Reavaliações	—	46 072 679	46 072 679
Valores contabilísticos reavaliados	—	123 261 804	123 261 804

26 — Tratamento fiscal da reserva de reavaliação:

Na reserva de reavaliação são contabilizadas as reavaliações legais e as regulamentares da actividade seguradora. As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do CIRC, resultam da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda.

As reavaliações regulamentares são efectuadas de acordo com os critérios de valorimetria dos investimentos e do seu cálculo resultam mais valias não realizadas, contabilizadas em rubricas específicas do plano, não constituindo os montantes apurados, matéria tributável em sede de IRC, conforme alínea b) do artigo 21.º do CIRC.

27 — Provisões não técnicas:

Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 — Provisão para recibos por cobrar:				
4900 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4901 — De empresas associadas	—	—	—	—
4902 — De outras empresas participadas/participantes	—	—	—	—
4903 — De outros tomadores de seguro	1 316 974	276 267	156	1 593 085
	1 316 974	276 267	156	1 593 085
491 — Provisão para créditos de cobrança duvidosa:				
4910 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4911 — De empresas associadas	—	—	—	—
4912 — De outras empresas participadas/participantes	—	—	—	—
4913 — De outros tomadores de seguro	465 698	—	10 959	454 739

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
	465 698	—	10 959	454 739
492 — Provisão para riscos e encargos:				
4920 — Pensões de reforma	—	—	—	—
4921 — Pensões de pré-reforma	—	—	—	—
4922 — Impostos	286	143	—	429
4923 — Outros riscos e encargos	81 433	4 447	81 433	4 447
	81 719	4 590	81 433	4 876

29 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1999	1998
69100 — Donativos	1 755	4 377
69101 — Mecenato	5 313	8 948
69102 — Despesas confidenciais	—	—
69103 — Perdas em imobiliz. corpóreas	4 696	10 598
69104 — Ofertas a clientes	34 445	13 706
69105 — Dívidas incobráveis	147 191	969
69106 — Multas e penalidades	635	655
69107 — Quotizações diversas	9 817	8 183
69108 — Correc. relat. a exerc. anteriores	117 280	14 604
69109 — Outros custos e perdas extraord.	210 630	219 882
83 — Resultados extraordinários	301 639	— 50 113
	833 401	231 809

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
79100 — Restituição de impostos	—	—
79101 — Recuperação de dívidas	—	—
79102 — Redução de amortiz. e provisões	81 026	135 521
79103 — Ganhos em imobiliz. corpóreas	3 553	13 245

	1999	1998
79107 — Correc. relat. a exerc. anteriores	43 864	31 917
79108 — Outros proveitos e ganhos extraord.	704 958	51 126
	833 401	231 809

O acréscimo registado na conta de outros proveitos e ganhos extraordinários, resulta essencialmente da alteração de procedimento na contabilização das mais/menos valias realizadas, conforme ponto 19.2.1.4.

30 — Discriminação da rubrica de outros investimentos financeiros — outros empréstimos:

A rubrica de outros investimentos financeiros — Outros empréstimos decompõe-se:

	1999	1998
Empréstimos ao pessoal	281 234	227 647
Suprimentos	760 715	835 699
Empréstimos sobre apólices	22 990	26 563
<i>Total</i>	1 064 939	1 089 909

Os suprimentos incluem o montante de 222 milhares de contos remunerados a uma taxa Lisbor a seis meses acrescida de dois pontos percentuais.

33 — Provisões técnicas:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço de 1999	Valor de balanço de 1998
Provisão para prémios não adquiridos	19 946 627	3 547 390	16 399 237	16 081 420
Provisão matemática	534 192 970	287 055	529 860 950	383 584 033
Provisão para participação nos resultados	2 261 390	—	2 261 390	2 238 692
Provisão para riscos em curso	3 890 725	—	3 890 725	3 944 023

34 — Provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, seus reajustamentos e custos com sinistros:

34.1 — Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (anexo n.º 5):

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1998	Custos com sinistros — montantes pagos no exercício (a)	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1999 (a)	Reajustamentos
Vida	1 482 704	695 010	725 233	— 62 461
Não vida:				
Acidentes e doença	22 299 073	2 702 217	19 576 755	— 20 101
Incêndio e outros danos	3 272 174	2 283 042	1 329 801	340 669
Automóvel:				
Responsabilidade civil	31 473 919	9 605 628	22 016 386	148 095
Outras coberturas	2 548 144	1 500 605	1 062 186	14 647
Marítimo, aéreo e transportes	658 460	549 091	321 281	211 912

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1998	Custos com sinistros — montantes pagos no exercício (a)	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro de 1999 (a)	Reajustamentos
Responsabilidade civil geral	1 049 642	431 332	760 845	142 535
Crédito e caução	324 778	86 260	252 431	13 913
Protecção jurídica	32 558	6 609	33 192	7 243
Assistência	—	—	—	—
Diversos	241 119	235 941	96 228	91 050
<i>Total</i>	61 899 867	17 400 725	45 449 105	949 963
<i>Total geral</i>	63 382 571	18 095 735	46 174 338	887 502

(a) Sinistros ocorridos no ano 1998 e anteriores.

34.2 — Discriminação dos custos com sinistros (anexo n.º 7):

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos (prestações)	Montantes pagos (custos)	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro directo:				
Acidentes e doença	9 826 958	798 388	2 587 258	13 212 604
Incêndio e outros danos	3 812 074	227 031	— 161 620	3 877 485
Automóvel:				
Responsabilidade civil	17 090 138	996 111	2 180 706	20 266 955
Outras coberturas	3 747 142	330 916	2 913	4 080 971
Marítimo, aéreo e transportes	655 690	45 462	— 582	700 570
Responsabilidade civil geral	521 962	51 297	53 183	626 442
Crédito e caução	72 283	150	— 62 116	10 317
Protecção jurídica	9 895	1 820	14 587	26 302
Assistência	—	1 717	86	1 803
Diversos	314 077	855	36 658	351 591
<i>Total</i>	36 050 219	2 453 747	4 651 073	43 155 040
Resseguro aceite	51 725	—	— 59 250	— 7 525
<i>Total geral</i>	36 101 944	2 453 747	4 591 823	43 147 515

35 — Reajustamentos mais relevantes relativos ao desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores:

Os reajustamentos relevados na contabilidade respeitantes a sinistros ocorridos em anos anteriores resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros.

36 — Métodos de valorimetria aplicados aos investimentos:

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados no ponto.

37 — Valor actual dos terrenos e dos edifícios:

O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e dos edifícios é o referido no ponto n.º 19 e a respectiva discriminação, segundo o exercício correspondente à sua avaliação, é a seguinte:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
Ano de 1999	9 535 757	11 477 659
Ano de 1998	216 658	196 000
Ano de 1997	200 407	185 994
Ano de 1996	12 263 758	12 906 300
Ano de 1995	2 638 013	2 802 986

Este quadro refere-se apenas a avaliações efectuadas por técnicos nomeados pelo Instituto de Seguros de Portugal, não existindo avaliações anteriores ao ano de 1994.

38 — Provisão matemática do Ramo Vida:

As provisões matemáticas referentes ao ramo vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

39 — Valores recuperáveis relativamente a sinistros:

Relativamente ao montante recuperável pela ocorrência de sinistros provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação — conta 470) não se registam quaisquer valores. Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados — conta 261) o valor é de 11 906 contos.

42 — Prémios brutos emitidos de seguro directo:

Os prémios brutos emitidos de seguro directo de contratos celebrados em Portugal totalizam 216 258 248 contos e os contratos celebrados em Espanha totalizam 225 451 contos.

43 — Informações relativas ao Seguro Vida:

Prémios brutos emit. de seguro directo	155 000 718
Relativos a contratos individuais	148 817 489
Relativos a contratos de grupo	6 183 229
Periódicos	9 553 227
Únicos	145 447 491
De contratos sem partic. nos result.	6 202 212
De contratos com partic. nos result.	146 321 959
De contratos em que o risco de investim. é suportado pelo tomador de seguro.	2 476 547
Prémios brutos emit. de resseguro aceite	—
Saldo de resseguro	— 155 156

44 — Comissões relativas ao seguro directo:

O montante das comissões relativas ao seguro directo foi de 6876 milhares de contos (1998: 6542 milhares de contos).

45 — Informações relativas ao seguro Não Vida:

45.1 — Discriminação de alguns valores por ramos (anexo n.º 6):

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros bruto (a)	Custos de exploração brutos (a)	Saldo de resseguro
Seguro directo:					
Acidentes e doença	16 459 359	16 331 811	13 212 604	4 397 333	— 1 512 153
Incêndio e outros danos	7 738 087	7 485 451	3 877 485	3 175 991	— 706 179
Automóvel:					
Responsabilidade civil	23 384 847	23 635 283	20 266 954	6 678 630	— 1 005 531
Outras coberturas	8 294 243	6 294 243	4 080 972	2 357 016	— 44 872
Marítimo, aéreo e transportes	1 548 652	1 486 171	700 570	433 443	— 397 991
Responsabilidade civil geral	1 516 156	1 514 500	626 442	801 401	— 475 843
Crédito e caução	107 281	200 735	10 317	34 428	— 127 640
Protecção jurídica	8 054	8 477	26 302	9 835	—
Assistência	190 018	187 181	1 802	95 731	— 365 330
Diversos	259 201	274 377	351 591	113 657	75 311
<i>Total</i>	59 505 898	59 418 229	43 155 039	18 097 465	— 4 560 228
Resseguro aceite	173 919	178 571	— 7 525	66 320	— 252 743
<i>Total geral</i>	59 679 817	59 596 800	43 147 514	18 163 785	— 4 812 971

(a) Sem dedução da parte dos resseguradores.

46 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais e compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para antigos membros daqueles órgãos sociais:

	1999	1998
Remunerações aos órgãos sociais:		
Conselho de administração	131 422	128 904
Conselho fiscal	15 704	14 979
Assembleia geral	494	468
	147 620	144 351

48 — Operações em regime de locação financeira:

Relativamente a operações em regime de locação financeira destacam-se as seguintes rubricas:

	1999	1998
Imobilizações corpóreas — Equipamento informático	1 758 324	1 598 236
Amortizações acumuladas respeitantes ao imobilizado	1 643 459	1 598 236
Credores por operações de <i>leasing</i>	122 220	—

50 — Outras informações consideradas relevantes:

50.1 — Capital próprio:

	1999	1998
Reservas de reavaliação:		
Reaval. regulam. (v. nota n.º 25)	17 618 504	12 255 377
Reavaliação legal	—	—
Reserva legal	2 871 999	2 324 025
Outras reservas	243 598	243 597
Resultados transitados	1 920 898	1 617 657
Resultado do exercício	4 018 363	3 324 787
Diferenças de consolidação	197 781	197 781
Diferenças de avaliação e equivalência patrimonial	9 569	9 569
	45 926 502	38 972 793

Durante o exercício de 1999 e na sequência da redenominação e renominalização para euros do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., procedeu-se a um aumento do capital em 45 790 contos por incorporação da reserva legal, para fixar o valor unitário das acções representativas em cinco euros.

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a reserva legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a concorrência do capital social.

50.2 — Operações de fixação de taxa de juro a prazo:

Para cobrir o risco de taxa de juro de alguns produtos comercializados pela Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, com taxas garantidas aos subscritores, foram efectuados contratos de *swap* de taxa de juro com uma entidade financeira, com maturidades máximas de oito anos.

De acordo com estes contratos, no valor de 54 820 milhares de contos (1998: 57 372 milhares de contos), a Companhia de Seguros Tranquilidade Vida recebe juros a uma taxa fixa e paga juros tendo por base a taxa Lisbor ou a taxa Euribor, durante o período de contrato.

50.3 — Contratos cambiais a prazo:

O Grupo Tranquilidade à data de 31 de Dezembro de 1999, tinha operações em aberto de compra e venda de divisas no montante de 4721 milhares de contos (1998: 27 009 milhares de contos) e de 95 345 milhares de contos (1998: 143 139 milhares de contos), respectivamente.

50.4 — Títulos das ex-colónias:

A Companhia apresenta no seu inventário de títulos e participações financeiras, activos de empresas sediadas nas ex-colónias que se encontram valorizados ao seu valor de aquisição no montante de 39 286 contos.

Para os referidos títulos foi constituída provisão de igual valor nos termos definidos pela norma n.º 10/82, de 4 de Fevereiro de 1982 do Instituto de Seguros de Portugal.

50.5 — Fundo de pensões:

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector de seguros, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez.

Com referência a 31 de Dezembro de 1999, (i) as responsabilidades por serviços passados, determinadas em função dos salários projectados e apuradas com base no estudo actuarial realizado pela Companhia, cobrindo a totalidade do pessoal activo, pré-reformado e reformado, (ii)

a situação patrimonial do Fundo e (iii) a insuficiência/excesso líquido global de cobertura, resume-se como segue:

	1999	1998
i) Responsab. totais por serviços passados:		
Reformados	415 259	6 042
Pré-reformados e empregados no activo em 31 de Dezembro.	8 839 352	8 586 727
Administradores	985 340	742 419
Responsabilidade total	10 239 951	9 335 188
ii) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	10 306 173	9 320 899
iii) Insuf./excesso global de cobertura	66 222	— 14 289

Durante o exercício em análise, as contribuições para o fundo foram efectuadas com base em valores projectados.

No exercício de 1999 os encargos com os prémios e contribuição para pensões ascenderam a 257 milhares de contos (1998: 224 milhares de contos). Adicionalmente foi efectuada uma contribuição de 275 milhares

de contos (1998: 250 milhares de contos) na sequência da aplicação de resultados do exercício de 1998.

As responsabilidades por pensões de reforma foram calculadas tendo por base o valor actual dos salários projectados do pessoal no activo e das prestações em pagamento aos reformados e a tábuca de mortalidade TV 73/77, de acordo com os seguintes pressupostos:

	(Em percentagem)	
	1999	1998
Taxa prevista de rendimento do fundo	6	6
Taxa prevista de evolução salarial	3	3
Taxa de crescim. das pensões de pré-reforma	3	3
Taxa técnica de juro	4	4

É intenção da Companhia realizar estudos actuariais periodicamente, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

50.6 — Provisões matemáticas, participação nos resultados e resultados distribuídos:

Contratos de seguros	Resultados distribuídos em 1999	Participação nos resultados atribuída em 1999	Provisão matemática em 31 de Dezembro de 1998	Provisão matemática em 31 de Dezembro de 1999
PPT	91 075	95 309	40 026 178	39 226 201
PPR	1 229 581	1 248 177	80 953 158	127 014 142
Capital Crescente	21 335	18 984	6 559 482	7 558 392
Capital Rendimento	803 429	619 477	99 524 543	158 986 336
RVI	2 188	15 215	6 655 463	6 226 222
Temporários Grupo	671 045	1 051 100	895 524	1 616 577
Carteira Nova	421 741	217 549	10 503 686	11 717 317
Carteira Antiga	—	—	389 287	371 840
Novos Mistos	3 114	—	978 806	1 542 893
V. Capitalização	—	—	67 649 456	75 005 418
Super Capitalização	—	—	262 584	288 295
Op Capitalização	1 173 433	1 173 432	69 653 158	99 460 012
Valor Investimento	—	—	750 175	1 409 473
Valor Rendimento	—	—	—	2 982 521
VPH	—	—	3 587	5 066
BRG	—	—	555 528	487 684
Bestra	2 017	2 386	14	16
VPP	—	—	1 534	3 288
VPHCA	—	—	2 082	4 222
<i>Total</i>	4 418 958	4 441 629	385 364 245	533 905 915

50.7 — Eventos subsequentes:

Novo regime jurídico de acidentes de trabalho:

Em meados de 1999 foi publicado o Decreto-Lei n.º 143/99 de 30 de Abril, que vem regulamentar o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais e que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2000.

Nele se prevêem algumas importantes alterações ao regime geral até aqui aplicado, das quais se realça a obrigatoriedade de remições de pensões vitalícias de reduzido montante, a serem efectuadas de acordo com um plano escalonado a 6 anos, utilizando as seguintes bases técnicas: TD 88/90, uma taxa de juro técnica de 5,25% e uma carga de gestão de 0%.

A Companhia irá aplicar o novo regime a partir do exercício de 2000, tendo um estudo efectuado para o sector segurador estimado em 6% o acréscimo do valor das responsabilidades resultantes desta alteração legislativa.

O Conselho de Administração: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *António Manuel Lopes Chaves* — *José Queiroz Lopes Raimundo* — *Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha* — *Dominique Jacques Marie Berthou* — *Miguel Luís Kolback da Veiga* — *Carlos Alberto Alves Marques* — *António José Baptista do Souto* — *Claude Emile André Filhuc*. — O Director de Tesouraria, Cobranças e Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*) — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999, que evidencia um total de balanço de 3 508 558 075 euros (703 402 740 contos) e um total de capital próprio de 229 080 426 euros (45 926 502 contos), incluindo um resultado líquido de 20 043 510 euros (4 018 363 contos), a conta consolidada de ganhos e perdas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações

financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e, quando for o caso, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

9 de Março de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *José Manuel Macedo Pereira*.

Parecer do conselho fiscal sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas relativas ao exercício de 1999

Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, nomeadamente quanto ao disposto no artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos emitir parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas apresentadas pelo conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.

O relatório do conselho de administração lido em conjunto com as demonstrações financeiras e o respectivo anexo salientam os aspectos mais significativos da actividade desenvolvida pelo Grupo, de que a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., é a empresa-mãe, assim como a sua situação económica e patrimonial.

Acompanhámos e apreciámos a elaboração das contas consolidadas, especialmente através das informações e demais documentação que nos foi apresentada pelo membro revisor oficial de contas, o qual recebeu da administração e dos serviços o esclarecimento de todas as questões suscitadas.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., como empresa consolidante, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, e que nos seus aspectos essenciais foram seguidas as normas de consolidação de contas definidas pela Norma n.º 31/95, de 28 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

Verificámos o relatório consolidado de gestão e a sua conformidade com os preceitos constantes do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais.

Registamos com satisfação que em termos consolidados, o Grupo Tranquilidade ampliou a sua quota de mercado de 15,5% para 16%, tendo a empresa do Grupo Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., consolidado a sua liderança no Ramo Vida, aumentando a sua quota de mercado de 19,8% para 20,4%.

No que respeita às empresas incluídas na consolidação analisámos os respectivos relatórios, pareceres e certificações legais de contas, elaborados de acordo com as disposições legais aplicáveis.

De acordo com o artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais apreciámos a certificação legal das contas elaborada pelo revisor oficial de contas que merece a nossa concordância.

Face ao exposto somos de parecer que a assembleia geral aprove o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a conta consolidada de ganhos e perdas e o anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, nos termos em que foram apresentados pelo conselho de administração.

9 de Março de 2000. — O Conselho Fiscal: *Fernando Aguiar Branco*, presidente — *António Maria Pereira*, vogal — *António Sérgio C. Bustorff Silva*, vogal — *Isidro Valente*, vogal — *José Manuel Macedo Pereira*, revisor oficial de contas.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o relatório do auditor externo sobre a informação financeira individual e consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., contida no relatório de gestão e no relatório consolidado de gestão, nos balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidenciam totais de 147 687 336 contos e 703 402 740 contos e totais de capitais próprios de 46 016 350 contos e 45 926 502 contos, incluindo resultados líquidos de 2 640 050 contos e 4 018 363 contos, respectivamente), nas contas de ganhos e perdas individual e consolidada do exercício findo naquela data e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da Companhia a preparação do relatório de gestão e do relatório consolidado de gestão e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada as posições financeiras individual e consolidada da Companhia, os resultados individual e consolidado das suas operações e satisfaçam os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida naqueles documentos, designadamente no que respeita aos princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre aquela informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas está isenta de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras individual e das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a respectiva divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão e o relatório consolidado de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, as posições financeiras individual e consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., em 31 de Dezembro de 1999 e os resultados individuais e consolidados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector segurador, e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

13 de Março de 2000. — O Auditor, *Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Ricardo Filipe de Frias Pinheiro*.

Acta n.º 19 da assembleia geral anual

Aos 31 dias do mês de Março do ano 2000, pelas 11 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, sala Vasco da Gama, sito na Rua Rodrigo

da Fonseca, 88, em Lisboa, a assembleia geral anual da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e os restantes documentos de prestação de contas da sociedade relativos ao exercício de 1999;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 1999;

4 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

5 — Deliberar sobre a alteração do n.º 3 do artigo 7.º e do n.º 2 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., cujo texto passará a ser do seguinte teor:

«Artigo 7.º

3 — As acções podem ser nominativas ou ao portador registadas, convertíveis reciprocamente a pedido e à custa dos interessados.

Artigo 11.º

2 — Só poderão participar na assembleia os titulares de acções que, até oito dias antes do dia da reunião, estejam averbadas ou registadas em seu nome.»

A mesa da assembleia foi constituída pelo presidente, Dr. Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura, vice-presidente, Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira e secretário, Dr. José Jácome da Costa Marques Henriques.

Estavam também presentes os membros do conselho de administração e os do conselho fiscal, bem como o secretário da sociedade, Dr. José Ramos Teles de Matos.

O presidente da mesa, tendo verificado que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 13 378 000 acções, correspondentes a 68,4% do capital social e a 133 780 votos, conforme lista de presenças mandada organizar, e ainda que a assembleia havia sido regularmente convocada, mediante anúncio publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 2000, no *Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa* de 23 de Fevereiro de 2000, e nos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, em 28 de Fevereiro de 2000, declarou aberta a sessão, saudando todos os accionistas presentes e membros dos órgãos sociais, e procedeu depois à leitura da ordem de trabalhos.

Entrando de imediato no ponto um da ordem de trabalhos, o presidente da mesa perguntou se alguém queria usar da palavra com relação a esse primeiro ponto e ainda com relação ao terceiro ponto, assim se procedendo à discussão conjunta daqueles dois pontos da ordem de trabalhos — relatórios e contas individuais e consolidadas — embora depois se procedesse separadamente à votação.

Pediu então a palavra o Dr. Luís Frederico Redondo Lopes, presidente do conselho de administração, o qual após ter saudado os accionistas e órgãos Sociais presentes, fez uma exposição em que resumiu o que foi o exercício de 1999.

O presidente do conselho de administração começou por referir que, para a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., o ano de 1999 pode considerar-se um ano bastante satisfatório, pese embora com resultados inferiores ao que se desejaria.

A Companhia, em termos de consolidado, reforçou em 1999 a sua posição no mercado e confirmou o êxito da bancasseguros, continuando, entretanto, a actividade não-vida a mais difícil no sector segurador, consequência das políticas tarifárias agressivas praticadas pela concorrência, penalizando fortemente os resultados técnicos, habitualmente contrabalançados pelos resultados financeiros; como, nos primeiros meses do ano de 1999, a actividade financeira não foi boa, consequência directa do comportamento da bolsa, as mais valias obtidas foram menores, com reflexo final nos resultados de exploração.

Entretanto, a Tranquilidade continua a dedicar uma atenção especial ao Ramo Automóvel, seguindo uma política prudente na subscrição dos negócios e de grande rigor na gestão dos sinistros. Daí que se tenha registado alguma perda de quota de mercado neste Ramo, mas com obtenção do custo médio de sinistros mais favorável em todo o sector segurador.

Em acidentes de trabalho registou-se um aumento significativo da sinistralidade, sendo de acompanhar com cuidado as futuras consequências da recente entrada em vigor da nova lei, da qual decorrem novas responsabilidades para as seguradoras.

O presidente do conselho de administração referiu-se ainda, de modo particular, à gestão dos Seguros de Doença, Ramo que não registou bons resultados e que habitualmente tem dado prejuízos no mercado. Trata-se porém de um ramo com fortes perspectivas de crescimento

em Portugal, uma vez que os portugueses não estão satisfeitos com o sistema de saúde pública.

Neste sentido trabalhou-se em 1999 para o futuro, tendo sido criado o SANOS, um produto destinado ao mercado de particulares e que está a ser vendido com sucesso não só na Rede da Tranquilidade mas também aos balcões do BES. Com vista à melhor racionalização da gestão dos sinistros, foi criada, em parceria com a United Health Care e outras entidades, a Advancecare, sociedade onde a Tranquilidade detém 51 % do capital. Na área de sistemas concluiu-se com êxito, dentro dos prazos previstos e sem derrapagem orçamental, a mudança do Sistema de Informação da Companhia, a qual dispõe agora de ferramentas que lhe permitem gerir e analisar devidamente as suas carteiras de seguros.

Estando em curso significativos projectos de desenvolvimento, realçou, na área da distribuição, a formação de novos profissionais (gestores de seguros), com dedicação exclusiva à Tranquilidade, e o projecto de informatização dos melhores agentes; na área da assurfinance, em parceria com o Grupo BES, foi propiciado aos agentes que fossem captadores de clientes para o Grupo BES, com negócios em concreto, o que lhes permitiu o reforço da fidelização dos seus clientes e oferta de um serviço financeiro global, aumentando simultaneamente os seus rendimentos; na área dos novos canais vai arrancar um projecto piloto, com um *call-center* para a produção e sinistros: a Companhia de Seguros Tranquilidade não vai deixar de ser uma Companhia com balcões, mas está em criação uma plataforma de atendimento que poderá resolver muitas situações por telefone, com reforço do nível da qualidade de serviço que prestamos aos nossos clientes. Ainda na área da distribuição tudo está a mudar muito rapidamente e, se é certo que os agentes não irão desaparecer, a Tranquilidade está atenta a todas as novas formas de distribuição que estão a surgir no mercado, entre as quais a Internet, preparando-se para esse futuro.

Seguidamente, o presidente do conselho de administração referiu-se à actividade da Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, tendo afirmado que esta Companhia, cujo capital é detido a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., contribuiu decisivamente para os resultados consolidados obtidos pela Companhia, tendo executado, no terreno, uma estratégia de bancasseguros com enorme sucesso nos PPRs, com uma taxa de subscrição superior à quota de mercado.

Quanto à Espírito Santo Seguros, verificou-se um forte crescimento em 1999, estando a comercializar produtos do Ramo Automóvel, Multirrisco e, mais recentemente, Saúde Individual. O presidente do conselho de administração considerou que a situação desta empresa está muito bem, sendo previsível que o *break even point* será atingido muito antes do previsto, tendo-se registado em 1999 um resultado marginalmente negativo, mas em 2000 a empresa já deverá produzir lucros.

Entretanto, através de uma empresa de *off-shore* na Madeira, a Tranquilidade adquiriu 50 % da Companhia de Seguros Inter-Atlântico no Brasil. Neste primeiro ano os indícios são muito animadores e o resultado somente é negativo no balanço porque há necessidade de amortizar o *goodwill*, sendo de esperar que 2000 já será um ano positivo.

Concluindo, o presidente do conselho de administração informou que o resultado consolidado da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., cresceu 29%, o que é excelente, diminuindo em 12% os resultados individuais da Companhia de Seguros Tranquilidade, porém com critérios prudentes de constituição de reservas e com significativa redução das mais valias. Referiu ainda o presidente do conselho de administração que o ROE consolidado foi de 8,75%, o que, não sendo satisfatório, representa o dobro da média das empresas do sector e que, apesar dos resultados individuais terem decrescido, o conselho de administração considerou que os accionistas não deveriam ser penalizados propondo o aumento dos dividendos.

Concluída a sua exposição, o presidente do conselho de administração colocou-se à disposição da assembleia para qualquer esclarecimento.

O presidente da mesa perguntou então se algum dos presentes desejava usar da palavra, designadamente para colocar questões à administração.

O accionista, Dr. Mário Joaquim do Carmo Barros, pediu então a palavra para informar que, tendo-se dirigido à sede da sociedade para analisar a pasta dos documentos da assembleia, por se interessar particularmente pela evolução dos seguros de transportes, ali foi muito delicadamente atendido por alguns directores da Companhia, que lhe prestaram todas as informações complementares que solicitou, manifestando assim o seu agradecimento pelas atenções recebidas.

Perguntou ainda ao conselho de administração se era do seu conhecimento o que se iria passar com a OPA lançada sobre as acções da Companhia de Seguros Tranquilidade.

A esta questão respondeu o presidente do conselho de administração que não dispunha de qualquer informação complementar ao que era do conhecimento público — anúncio preliminar de OPA — não competindo ao conselho de administração pronunciar-se sobre o assunto.

Após estas intervenções e como mais ninguém quisesse usar da palavra, o presidente da mesa submeteu à votação, separadamente, os

documentos de prestação de contas referidos nos pontos números 1 e 3 da ordem dos trabalhos, os quais foram aprovados por voto unânime dos accionistas presentes.

De seguida, o presidente da mesa procedeu à leitura da proposta para aplicação de resultados — ponto 2 da ordem do dia:

Proposta de aplicação de resultados:

«Os resultados da Companhia no exercício de 1999 fixaram-se em 2 640 049 856\$00.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 764 796 532\$60, correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de ser distribuídos 3 404 846 388\$60, para os quais temos a honra de propor aos accionistas a seguinte distribuição:

a) 10% do resultado do exercício, no valor de 264 004 986\$, para reserva legal;

b) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 264 004 986\$, para distribuição a trabalhadores nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Contrato de Sociedade, de acordo com critérios a definir pelo conselho de administração;

c) Para distribuição de dividendos — 1 900 000 000\$;

d) Para reforço do Fundo de Pensões da Tranquilidade — 275 000 000\$;

e) O remanescente, 701 836 416\$60, à disposição da assembleia geral para os efeitos e nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 30.º do Contrato de Sociedade.

Em complemento a esta proposta, a Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., apresentou a seguinte proposta:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 30.º e para efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º, ambos dos estatutos da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., a accionista PARTRAN — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., sociedade anónima, com sede na Rua de São Bernardo, 62, em Lisboa, com o capital social realizado de 159 400 000 euros, definitivamente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1236, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 502272112, propõe que 3% dos lucros líquidos do exercício de 1999 sejam distribuídos pelos membros do conselho de administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., que se encontravam em exercício de funções em 31 de Dezembro de 1999, de acordo com critérios a fixar pela comissão de vencimentos.

O remanescente, no valor de 622 634 920\$60, deverá ficar em resultados transitados do exercício de 1999.»

Após a leitura destas propostas, como ninguém quis usar da palavra, passou-se à votação das mesmas, as quais foram aprovadas por unanimidade dos accionistas presentes.

Passou-se então ao ponto quatro da ordem do dia, tendo o presidente da mesa feito a leitura de uma proposta apresentada pela accionista PARTRAN, SGPS, S. A., do seguinte teor:

«Considerando a forma empenhada e eficaz como desempenham as funções que a lei e o contrato de sociedades lhes atribuem, a PARTRAN — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe que seja aprovado um voto de louvor e de confiança no conselho de administração e no conselho fiscal da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. e respectivos membros.»

Após a leitura, o presidente da mesa perguntou se alguém desejava usar da palavra. Como ninguém quisesse, passou-se à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos accionistas presentes. Seguiu-se o quinto ponto da ordem do dia, tendo o presidente da mesa feito a leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração, cujo teor, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, é ligeiramente diferente do texto publicado na Convocatória para a presente assembleia:

«Considerando que a lei estabelece que as acções representativas do capital social das seguradoras devem ser obrigatoriamente nominativas ou ao portador registadas, e que o artigo 10.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, entrado em vigor em 1 de Março de 2000, extinguiu a modalidade de títulos ao portador registados, substituindo-os, quando exigidos por lei, por títulos nominativos, o conselho de administração propõe que, para se dar cumprimento ao previsto no ponto 5 da ordem do dia, o n.º 3 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade da Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., passem a ter o teor a seguir indicado e não o que foi publicado na convocatória da presente assembleia:

Artigo 7.º

3 — As acções são nominativas.

Artigo 11.º

2 — Só poderão participar na assembleia os titulares de acções que, até oito dias antes da reunião, estejam averbadas em seu nome.»

Após a leitura, o presidente da mesa perguntou se alguém desejava usar da palavra. Como ninguém quisesse, passou-se à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos accionistas presentes concluindo-se assim a apreciação, discussão e aprovação de todos os pontos da ordem do dia.

Como nada mais houvesse a tratar, o presidente da mesa deu a reunião por encerrada, dela se tendo lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.

(Sem assinaturas.)

3000226988

PETROFINAC — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Relatório n.º 6-D/2008

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 1375; identificação de pessoa colectiva n.º 502697903; número e data da apresentação: 2435/030521.

Maria da Graça Bicho Martins, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2002 cuja publicação se pretende na íntegra.

Está conforme o original.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.

Relatório e contas de 2002

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração submeter à aprovação de VV. Ex.ªs, o seu relatório de gestão, bem como as contas relativas ao exercício de 2002.

I — Actividade da empresa

Durante o exercício de 2002, a Petrofinac adquiriu as seguintes participações:

1 — No Crédito Predial Português: subscrição, em 25 de Fevereiro, no âmbito do aumento de capital realizado pelo CPP, de 1 147 333 acções, ao preço de 14,35 euros por acção, o que totalizou o montante de 16 464 228,55 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, a Petrofinac possuía 14 935 522 acções do Crédito Predial Português que representavam 26,67 % do seu capital social.

Financiamento:

As participações adquiridas em 2002 foram possíveis dado o accionista, Banco Totta & Açores, S. A., ter dotado a sociedade dos meios financeiros necessários, através da concessão de prestações acessórias de capital, conforme previsto no artigo 4.º dos Estatutos.

Durante o ano de 2002, o Banco Totta & Açores contribuiu com o montante de 39 200 000 euros, ascendendo a 108 582 787,48 euros o total de prestações acessórias concedidas.

II — Órgãos sociais

O Dr. Ludgero, Francisco Fernandes Pereira apresentou a renúncia às funções de administrador, em 27 de Novembro de 2002.

III — Perspectivas futuras

Prevê-se que a sociedade venha a ser extinta, durante o 1.º semestre de 2003, no âmbito da projectada fusão por incorporação na Foggia, SGPS, S. A.

IV — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração, tendo em conta o resultado líquido do exercício, no montante de 20 164 762,46 euros, propõe que o mesmo seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2003. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanços em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		Notas	2002			2001
			Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:					
43	Imobilizações incorpóreas.....		—	—	—	—
42	Imobilizações corpóreas.....		—	—	—	—
41	Investimentos financeiros.....	10	183 211 877,16	—	183 211 877,16	139 299 018,23
			183 211 877,16	—	183 211 877,16	139 299 018,23
	Circulante:					
	Dívidas de terceiros curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	48	6 280,06	—	6 280,06	93 484,09
	Depósitos bancários caixa:					
12+13	Depósitos bancários.....		794 656,39	—	794 656,39	566 762,47
11	Caixa.....		—	—	—	—
			794 656,39	—	794 656,39	566 762,47
	Acréscimos e diferimentos:					
272	Custos diferidos.....		1 305,57	—	1 305,57	—
	Total de amortizações		—	—	—	—
	Total do activo.....		184 014 119,18	—	184 014 119,18	139 959 264,79

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		Notas	2002	2001
	Capital próprio:			
51	Capital	36	50 000,00	50 000,00
53	Prestações acessórias		108 582 787,48	69 382 787,48
55	Ajustamentos de partes de capital.....		— 84 969 382,04	— 92 349 283,23
57	Reservas		6 441 616,54	6 441 616,54
59	Resultados transitados.....		133 738 997,72	122 859 624,27
88	Resultado líquido do exercício.....		20 164 762,46	10 879 373,45
	Total do capital próprio		184 008 782,16	117 264 118,51
	Dívidas a terceiros — curto prazo:			
22	Dívidas a instituições de crédito		—	—
25	Fornecedores, c/c		—	—
24	Accionistas		—	—
26	Estado e outros entes públicos		—	—
	Outros credores	50	—	22 693 747,87
			—	22 693 747,87
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos.....		5 337,02	1 398,41
	Total do passivo		5 337,02	22 695 146,28
	Total do capital próprio e passivo		184 014 019,18	139 959 264,79

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**CUSTOS E PERDAS**

(Em euros)

Código das contas		Notas	2002	2001
62	Fornecimentos e serviços externos		9 008,27	3 861,58
63	Impostos		62,12	15 319,44
	(A)		9 070,39	19 181,02
68	Juros e custos similares		390 356,73	120 667,42
	(C)	45	399 427,12	139 848,44
69	Custos e perdas extraordinários		8 234,90	77 732,98
	(E)	46	407 662,02	217 581,42
86	Imposto sobre rendimento do exercício		—	—
	(G)		407 662,02	217 581,42
88	Resultado líquido do exercício		20 164 762,46	10 879 373,45
			20 572 424,48	11 096 954,87

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		Notas	2002	2001
78	Outros juros e proveitos similares		20 487 216,10	11 096 954,87
	(B + D)	45	20 487 216,10	11 096 954,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários		85 208,38	—
	(F)	46	20 572 424,48	11 096 954,87
Resultados operacionais: (B–(A))			– 9 070,39	– 19 181,02
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A)			20 096 859,37	10 976 287,45
Resultados correntes: (D)–(C)			20 087 788,98	10 957 106,43
Resultados antes de imposto: (F)–(E)			20 164 762,46	10 879 373,45
Resultado líquido do exercício: (F)–(G)			20 164 762,46	10 879 373,45

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	—	—
Custo das vendas e prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	—	—
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	9 070,39	19 181,02
Outros proveitos operacionais	—	—
Resultados operacionais	– 9 070,39	– 19 181,02
Rendimentos de participações de capital:		
Rendimentos a empresas interligadas	—	—
Relativos a outras empresas	—	—
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Relativos a empresas interligadas	—	—
Outros	—	—
Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas interligadas	20 487 216,10	11 096 954,87
Outros	—	—
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	—	—
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas interligadas	390 356,73	120 667,42
Outros	—	—
Resultados correntes	20 087 788,98	10 957 106,43
Proveitos e ganhos extraordinários	85 208,38	—
Custos e perdas extraordinários	8 234,90	77 732,98
Resultados antes de imposto	20 164 762,46	10 879 373,45
Imposto sobre o rendimento	—	—
Resultado líquido do exercício	20 164 762,46	10 879 373,45

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2002

Nota introdutória:

A Petrofinac — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., é uma sociedade anónima constituída em 5 de Fevereiro de 1992 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Desde 12 de Janeiro de 2000 que o Banco Totta & Açores detém a totalidade do capital da empresa, que anteriormente se encontrava na posse da Companhia de Seguros Mundial Confiança.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios,

sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

b) Os investimentos financeiros são valorizados ao método de equivalência patrimonial, isto é, as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual deve ser acrescido ou reduzido:

1) Do valor correspondente à proporção nos resultados líquidos da empresa filial ou associada;

2) Do valor correspondente a proporção noutras variações nos capitais próprios da empresa filial ou associada.

c) *Dívidas a terceiros.* — As operações em moeda estrangeira foram registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

6 — Impostos:

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

7 — Pessoal ao serviço da empresa:

Durante o exercício de 2002, a empresa não teve empregados ao seu serviço.

10 — Movimento nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço:

(Em euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Ajustamento de partes de capital	Lucro a imputar à Petrofinac	Saldo final
Investimentos financeiros:						
Empresas do Grupo:						
Crédito Predial Português	116 605 270,36	16 464 228,55	—	7 379 901,19	20 068 729,19	160 518 129,29
Banco Santander Portugal	22 693 747,87	—	—	—	—	22 693 747,87
<i>Total</i>	139 299 018,23	16 464 228,55	—	7 379 901,19	20 068 729,19	183 211 877,16

A Petrofinac participou no aumento de capital social do Crédito Predial Português, ocorrido em Fevereiro de 2002, subscrivendo 1 147 333 novas acções ao preço de 14,35 euros por acção, tendo desembolsado o montante total de 16 464 228,55. Com a subscrição a Petrofinac passou a deter uma percentagem de 26,6706 %.

O CPP procedeu a um aumento de capital de 235 000 000 de euros para 280 000 000 de euros, mediante a emissão de 9 000 000 de novas ordinárias, com valor nominal de cinco euros e prémio de emissão de 9,35 euros.

O método de equivalência patrimonial utilizado para reavaliar a participação financeira da empresa Crédito Predial Português foi feito da seguinte forma:

Lucro a imputar à Petrofinac (em euros):

Resultado líquido consolidado do CPP	75 246 692
Percentagem detida pela Petrofinac	26,6706
Lucro a imputar	20 068 729

Variação positiva nas rubricas de capital próprio que não respeitem a resultados (em euros):

Variação no capital pelo aumento de capital:

Capital subscrito	45 000 000
Prémios de emissão	84 150 000
<i>Total</i>	129 150 000

Pela percentagem efectiva final	34 445 054
Custo da Petrofinac pelo aumento de capital	(16 464 229)
Variação	17 980 826
Reservas de 1.ª consolidação — Madeisisa	16 096
Variação no capital próprio	(16 096)
Percentagem detida pela Petrofinac	(4 293)
Diminuição da sit. patrim. pela var. percent.	(10 596 631)

Variação patrimonial 2002

7 379 901

12 — Diplomas utilizados:

A Petrofinac é uma sociedade que possui na sua carteira de Investimentos Financeiros — Empresas do Grupo, uma participação de 26,6706 % no Crédito Predial Português, que é reavaliada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho. Os cálculos que suportam esta reavaliação estão evidenciados no ponto 10 deste anexo.

16 — Participação noutras empresas:

A Petrofinac — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes participações:

(Em euros)

Designação/sede	Capital social	Participação	Capitais próprios	Resultado do exercício
Crédito Predial Português, S. A., Rua Augusta, 237, 1100 Lisboa	280 000 000	26,6706	601 854 678	75 246 692
Banco Santander Portugal, Praça Marquês de Pombal, 2, 1250 Lisboa	155 580 180	3,063	280 975 901	33 107 194

Estas duas sociedades estão incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Totta em Portugal. As demonstrações financeiras são preparadas no Banco Totta & Açores, S. A., na sede na Rua Áurea, 88, Lisboa.

36 — Composição do capital social:

O capital social está representado por 5000 acções com valor nominal de 10 euros cada, totalmente subscrito e realizado pelo Banco Totta & Açores, S. A.:

Denominação	Sede social	Particip. em 31 de Dez. de 2002	
		Percentagem	Valor (euros)
Banco Totta & Açores, S. A.	Rua do Ouro, 88, 1100 Lisboa	100	50 000

40 — Variação nas outras rubricas de capital próprio:

(Em euros)

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	50 000,00)	—	—	50 000,00)
53 — Prestações acessórias de capital	69 382 787,48)	39 200 000,00	—	108 582 787,48)
55 — Ajustamentos de partes de capital	(92 349 283,23)	—	7 379 901,19	(84 969 382,04)
57 — Reservas	6 441 616,54)	—	—	6 441 616,54)
59 — Resultados transitados	122 859 624,27)	10 879 373,45	—	133 738 997,72)
88 — Resultado líquido	10 879 373,45)	20 164 762,46	10 879 343,45	20 164 762,46)

As prestações acessórias de capital foram concedidas pelo único accionista da empresa — Banco Totta & Açores, S. A.

43 — Remunerações aos órgãos sociais:

Os órgãos sociais não auferem qualquer remuneração.

45 — Demonstração de resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2002	2001
681 — Juros suportados	—	120 623,12
685 — Difer. de câmbio negativa ...	390 277,98	—
688 — Outros custos/perdas financ.	78,75	44,30

PROVEITOS E GANHOS

	2002	2001
781 — Juros obtidos	53 788,74	4 622,39
782 — Ganhos em empresas do grupo	20 068 729,19	11 092 332,48
785 — Diferenças de câmbio positiva	364 698,17	—
Resultados financeiros	20 096 859,37	10 976 287,45

46 — Demonstração de resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2002	2001
695 — Multas e penalidades	200,00	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	8 034,86	2 581,11
698 — Outros custos extraordin.	0,04	75 151,87

PROVEITOS E GANHOS

	2002	2001
798 — Outros proveitos extraordinários	0,03	—
Resultados extraordinários	76 973,48	(77 732,98)

O valor de 85 208,35 euros registado na rubrica de restituição de impostos, diz respeito a uma devolução, por parte da Direcção-Geral de Impostos. A reclamação graciosa feita pela sociedade teve origem num erro dos cálculos do imposto a pagar, no Modelo 22 de 2000.

48 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

(Em euros)

	2002	2001
Saldos devedores:		
Retenção de impostos sobre o rendimento:		
Capitais	4 284,86	694,28
Pagamento espec. por conta	1 995,20	1 995,20
Pagamento por conta	—	90 794,61
	6 280,06	93 484,09

50 — Outras informações importantes:

A rubrica de outros credores apresentava no final de 2001 um valor de 22 693 747,87 euros, que diz respeito à compra de 952 955 acções do Banco Santander Portugal à empresa chilena SOINCE, pertencente ao Grupo Santander Central Hispano.

Na mesma data, a Petrofinac detinha no seu activo um depósito de 20 000 000 de dólares, aplicados num depósito a prazo de curto prazo.

O pagamento àqueles credores concretizou-se em 6 de Fevereiro de 2002, originando uma diferença de câmbio desfavorável de 390 277,98 euros. Contudo, na mesma data, do contra valor em euros do depósito em dólares resultou uma diferença de câmbio favorável de 364 698,17 euros, que acrescida dos juros da aplicação efectuada, no montante de 32 563,50 euros, gerou um resultado financeiro positivo de 6783,94 euros.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Petrofinac — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de balanço de 184 014 119 euros e um total de capital próprio de 184 008 782 euros, incluindo um resultado líquido de 20 164 762 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e funções do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que representem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Directrizes Técnicas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, na base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Petrofinac — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 10 de Março de 2003. — M. Rodrigues, B. Assunção e Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António de Moura Rodrigues*.

Relatório e parecer do fiscal único do exercício de 2002

Nos termos da lei e dos estatutos da sociedade, apresentamos a VV. Ex.^{as}, no desempenho das funções de fiscal único da Petrofinac — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., o nosso relatório e parecer relativo ao exercício de 2002.

Ao longo do exercício analisámos registos contabilísticos e respectivos documentos base e, no final do ano, examinámos o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e funções, o correspondente anexo e o relatório do conselho de administração, documentos que estão em conformidade com a lei, com os estatutos da sociedade e com os registos contabilísticos. Os esclarecimentos que solicitámos, foram-nos sempre prestados com prontidão.

O relatório de gestão do conselho de administração complementa os esclarecimentos dos documentos contabilísticos finais e descreve adequadamente a actividade da sociedade no exercício de 2002.

Emitimos a certificação legal das contas, com data de 10 de Março de 2003, e o relatório de fiscalização.

Não detectámos, nem tomámos conhecimento de situações que estivessem em discordância com o contrato da sociedade ou com os preceitos legais ou regulamentares aplicáveis.

Apreciamos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração, que satisfaz o disposto na lei e no pacto social.

Face ao que precede e à certificação legal das contas, somos de parecer que:

1.º Aproveis o relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e funções e correspondente anexo, apresentados pelo conselho de administração, relativos a 2002.

2.º Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo conselho de administração.

Lisboa, 10 de Março de 2003. — O Fiscal Único, M. Rodrigues, B. Assunção e Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António de Moura Rodrigues*.

2000995535

SGFI — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 6-E/2008

Sede: Rua Dr. António Loureiro Borges, 9, 1.º, 1495-131 Algés.

Capital social: 400 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 506245802.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob n.º 16 447.

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

1 — A sociedade

A SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., doravante designada por SGFI, é uma sociedade independente, constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 298/92 — Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A SGFI iniciou a sua actividade em 29 de Julho de 2004.

A actividade desenvolvida pela SGFI está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Nos termos da legislação em vigor, a SGFI tem como objecto principal a administração, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário, podendo ainda prestar serviços de consultoria para investimento imobiliário e proceder à gestão individual de patrimónios imobiliários.

A SGFI geria no final do exercício de 2006 um total de seis fundos de investimento imobiliário, todos fechados e colocados por subscrição particular, representando um volume de activos sob gestão no montante de 29,2 milhões de euros.

2 — A Indústria de fundos de investimento imobiliário

Segundo dados da CMVM, eram 181 os fundos de investimento imobiliário em actividade em 31 de Dezembro de 2006, representando um valor sob gestão de 9757,7 milhões de euros contra 8164,3 milhões de euros verificados em Dezembro de 2005, o que traduz um crescimento de 19,5% desde o início do ano e um acréscimo de 99 fundos em actividade face ao final de 2005. Destes 99 fundos, 45 iniciaram actividade no último mês, representando 5,4% do volume gerido no final do ano.

3 — Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, vem o conselho de administração propor à assembleia geral a seguinte aplicação do resultado do exercício de 2006, no valor de 4212,41 euros:

Para reserva legal: 421,25 euros;

Para resultados transitados: 3791,16 euros.

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador.

Balanços em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**ACTIVO****(Em euros)**

	Notas	2006			2005 — Activo líquido (proforma)
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....		250	—	250	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	4	498 452	—	498 452	415 642
Outros activos tangíveis.....	5	79 356	(15 348)	64 008	11 067
Activos intangíveis.....	5	116 980	(74 395)	42 585	81 575
Outros activos.....	6	35 953	—	35 953	46 390
<i>Total do activo.....</i>		730 991	(89 743)	641 248	554 924

PASSIVO E CAPITAL

	Notas	2006	2005 (pró-forma)
Passivos por impostos correntes.....	7	838	58
Outros passivos.....	8	104 295	22 964
<i>Total do passivo.....</i>		105 133	23 022
Capital.....	9	400 000	400 000
Prestações suplementares.....	9	160 000	160 000
Outras reservas e resultados transitados.....	10	(28 098)	(41 261)
Resultado do exercício.....	10	4 213	13 163
<i>Total do capital.....</i>		536 115	531 902
<i>Total do passivo e do capital.....</i>		641 248	554 924

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**(Em euros)**

	Notas	2006	2005 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares.....	11	4 918	1 190
Juros e encargos similares.....	11	(1 340)	—
Margem financeira.....		3 578	1 190
Rendimentos de serviços e comissões.....	12	249 607	124 232
Encargos com serviços e comissões.....		(103)	(130)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda.....		—	2 349
Outros resultados de exploração.....	13	(13 740)	(4 439)
Produto bancário.....		239 342	123 202
Custos com pessoal.....	14	(113 114)	(43 250)
Gastos gerais administrativos.....	15	(71 978)	(34 266)
Amortizações do exercício.....	5	(49 199)	(32 465)
Resultado antes de impostos.....		5 051	13 221
Impostos sobre lucros:			
Correntes.....	7	(838)	(58)
Resultado do exercício.....		4 213	13 163
Número médio de acções ordinárias emitidas.....	9	400 000	400 000
Resultado por acção.....		0,0105	0,0329

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador.

Demonstrações das alterações nos capitais próprios nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Em euros)

	Capital	Prestações suplementares	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
			Reserva legal	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 – PCSB	400 000	—	—	—	—	(41 261)	358 739
Aplicação do resultado do exercício de 2004	—	—	—	(41 261)	(41 261)	41 261	—
Prestações suplementares	—	160 000	—	—	—	—	160 000
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	13 163	13 163
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	400 000	160 000	—	(41 261)	(41 261)	13 163	531 902
Aplicação do lucro do exercício de 2005	—	—	1 316	11 847	13 163	(13 163)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	4 213	4 213
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	400 000	160 000	1 316	(29 414)	(28 098)	4 213	536 115

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Em euros)

	2006	2005 (pró-forma)
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Recebimento de clientes	277 996	79 753
Juros e rendimentos similares recebidos	4 918	1 190
Juros e encargos similares pagos	(1 443)	(190)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(174 003)	(73 754)
Impostos sobre os lucros	746	1 285
Outros resultados	(16 728)	4 304
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<i>91 486</i>	<i>12 588</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	—	(746)
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<i>—</i>	<i>(746)</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Amortização de contratos de locação financeira	(8 676)	—
Prestações suplementares	—	160 000
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<i>(8 676)</i>	<i>160 000</i>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	82 810	171 842
Caixa e seus equivalentes no início do período	415 892	244 050
Caixa e seus equivalentes no fim do período	498 702	415 892

O Conselho de Administração: *José Manuel Baptista Fino*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *João Pedro Almeida Henriques*, administrador.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006

1 — Nota introdutória:

A SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (sociedade ou SGFI), com sede social na Rua Dr. António Borges, 9, 1.º, Oeiras, foi constituída em 18 de Novembro de 2003, tendo por objecto exclusivo a administração, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário. O início da actividade da sociedade ocorreu em 29 de Julho de 2004. Em 15 de Novembro de 2005, a SGFI alterou o objecto social que passou a incluir a prestação de serviços de consultoria para investimento imobiliário e a gestão individual de patrimónios imobiliários em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à gestão de carteiras por conta de outrem. Em 31 de Dezembro de 2006, a sociedade geria os seguintes fundos:

	Início de actividade
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário 2010 (Fundo 2010)	14 de Janeiro de 2005
Europa — Fundo Fechado de Investimento Imobiliário (Europa)	16 de Junho de 2005
SIOB 2005 — Fundo Fechado de Investimento Imobiliário (SIOB 2005)	3 de Março de 2006
Olissipo — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (Olissipo)	27 de Abril de 2006
Lucasfin — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (Lucasfin)	26 de Setembro de 2006
Lisbon Urban — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (Lisbon Urban)	28 de Dezembro de 2006

As demonstrações financeiras da sociedade em 31 de Dezembro de 2006 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração admite que venham a ser aprovados sem alterações significativas.

2 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

2.1 — *Bases de apresentação.* — As demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da instrução n.º 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal e demais disposições emitidas. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade apresentou primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as NCA.

De acordo com a Norma IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e reexpressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2006. Dado que a sociedade não registou ajustamentos em capital próprio em resultado de adopção das NCA, esta reexpressão teve apenas impacto ao nível da classificação das rubricas contabilísticas e das divulgações.

2.2 — *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.3 — *Activos intangíveis.* — Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados. Estes activos são amortizados segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

2.4 — *Outros activos tangíveis.* — Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento informático.....	4
Mobiliário e material.....	8-10
Máquinas e ferramentas.....	5-8
Equipamento de transporte	4

2.5 — *Locação financeira.* — A sociedade regista o imobilizado adquirido em regime de locação financeira de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 17 — Locações.

Assim, os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de juros e encargos similares da demonstração de resultados (nota n.º 11).

2.6 — *Encargos com férias e subsídio de férias.* — São constituídos acréscimos de custos para fazer face aos encargos correspondentes a férias e subsídio de férias vencidos, a pagar no exercício seguinte. Os

correspondentes montantes são registados no passivo, na rubrica de outros passivos (nota n.º 8).

2.7 — *Comissões.* — A sociedade cobra comissões aos fundos que gere e aos subscritores das unidades de participação, as quais são registadas na rubrica de rendimentos de serviços e comissões (nota n.º 12) da demonstração de resultados quando se vencem.

i) Comissão de gestão cobrada aos fundos:

Europa, SIOB 2005, Olissipo e Lucasfin:

A comissão de gestão é calculada diariamente pela aplicação de uma taxa anual nominal de 0,5 % sobre o valor do património líquido dos fundos, antes do cálculo das comissões de gestão e de depositário do próprio dia, com um mínimo de 3000 euros por mês, sendo cobrada mensalmente até ao dia 10 do mês seguinte.

Fundo 2010:

Segundo o regulamento de gestão do Fundo 2010, até 30 de Março de 2006 a comissão de gestão foi calculada da seguinte forma:

Uma componente fixa correspondente a uma taxa anual nominal de 1,5 % calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo, antes do cálculo das comissões de gestão e de depositário do próprio dia, sendo cobrada mensalmente até ao dia 10 do mês seguinte;

Uma componente variável em função da *performance* do Fundo (*performance fee*) no valor de 10 % do desempenho positivo do Fundo, calculada com referência ao final de cada semestre, por comparação da evolução do valor da unidade de participação com a taxa Euribor a seis meses. O cálculo era efectuado com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro. A componente variável da comissão não podia exceder, anualmente, 3 % do valor líquido global do Fundo antes desta comissão com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

A partir de 30 de Março de 2006 a comissão de gestão passou a ser calculada através da aplicação de uma taxa anual nominal de 0,4 %, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo, antes do cálculo das comissões de gestão e de depositário do próprio dia, com um mínimo de 3000 euros por mês, sendo cobrada mensalmente até ao terceiro dia útil do mês seguinte.

Lisbon Urban:

Segundo o regulamento de gestão, esta comissão apresenta uma componente fixa e uma componente variável:

A componente fixa corresponde a uma taxa anual nominal de 0,75 % calculada diariamente sobre o valor do activo total do Fundo, sendo cobrada mensalmente até ao terceiro dia útil do mês seguinte àquele a que diz respeito.

A componente variável da comissão de gestão corresponde a 20 % do diferencial entre a taxa anual de rentabilidade do Fundo em 31 de Dezembro de cada ano, referente aos últimos 12 meses de actividade, e a taxa fixa de 6 %. A componente variável é calculada com referência ao final de cada mês e imputada mensalmente ao Fundo sob a forma de provisão, sendo cobrada anualmente com referência ao final de cada exercício, até ao décimo dia útil do mês seguinte ao final do exercício a que diz respeito.

ii) Comissão de subscrição cobrada aos subscritores dos Fundos:

Esta comissão constituiu proveito da sociedade gestora no momento da constituição dos fundos e correspondeu a:

SIOB 2005: 0,8333 % do montante subscrito do Fundo;

Olissipo: 25 000 euros repartidos na proporção do número de unidades de participação subscritas e realizadas em numerário;

Lucasfin: 30 000 euros repartidos na proporção do número de unidades de participação subscritas e realizadas em numerário.

Na subscrição das unidades de participação do Fundo Lisbon Urban não foi cobrada qualquer comissão de subscrição.

No que se refere a todos os fundos geridos pela sociedade gestora, uma vez que se tratam de fundos fechados, verificada a integral subscrição do capital, e sempre que a defesa dos interesses dos participantes o justifique, poderá a sociedade gestora, ouvida a assembleia de participantes, deliberar pelo aumento ou redução do capital, respectivos montantes e prazos de realização, bem como sobre o valor de subscrição de novas unidades de participação, tendo em atenção o seu valor patrimonial.

Todos os fundos geridos pela sociedade gestora são fundos fechados, pelo que não existe a possibilidade de resgate das unidades de participação.

2.8 — *Caixa e seus equivalentes.* — Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a sociedade considera como caixa e seus equivalentes, o valor nominal dos seus depósitos à ordem registados em disponibilidades em outras instituições de crédito e o saldo de caixa registado na rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais.

2.9 — *Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas.* — Os impostos sobre os lucros são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções da evolução futura do negócio. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a sociedade não registou os impostos diferidos activos correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis no montante de 17 435 euros e 26 393 euros, respectivamente.

4 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD):		
Depósitos à ordem.....	198 452	115 642
Depósitos a prazo.....	300 000	300 000
	498 452	415 642

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o depósito a prazo junto da CGD tem vencimento em Janeiro do exercício seguinte, sendo remunerado à taxa de juro anual de 2,9% e 1,35%, respectivamente.

5 — Outros activos tangíveis e activos intangíveis:

O movimento nos activos tangíveis e intangíveis durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2005		Adições	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas			
Outros activos tangíveis:					
Equipamento informático.....	12 816	(4 236)	—	(3 121)	5 459
Mobiliário e material.....	2 428	(430)	—	(304)	1 694
Máquinas e ferramentas.....	367	(367)	—	—	—
Equipamento de transporte:					
Em locação financeira.....	—	—	63 150	(6 710)	56 440
Outros activos tangíveis.....	595	(106)	—	(74)	415
	16 206	(5 139)	63 150	(10 209)	64 008
Activos intangíveis:					
Software.....	71 400	(13 883)	—	(23 797)	33 720
Outros.....	45 580	(21 522)	—	(15 193)	8 865
	116 980	(35 405)	—	(38 990)	42 585
	133 186	(40 544)	63 150	(49 199)	106 593

	2005					
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004		Adições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas				
Outros activos tangíveis:						
Equipamento informático.....	12 069	(1 223)	747	—	(3 013)	8 580
Mobiliário e material.....	2 428	(126)	—	—	(304)	1 998
Máquinas e ferramentas.....	367	(367)	—	—	—	—
Outros activos tangíveis.....	595	(32)	—	—	(74)	489
	15 459	(1 748)	747	—	(3 391)	11 067
Activos intangíveis:						
Software.....	—	—	—	71 400	(13 883)	57 517
Outros.....	45 580	(6 331)	—	—	(15 191)	24 058
Imobilizado em curso.....	71 400	—	—	(71 400)	—	—
	116 980	(6 331)	—	—	(29 074)	81 575
	132 439	(8 079)	747	—	(32 465)	92 642

Em 31 de Dezembro de 2006, estão em vigor contratos de *leasing* para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço:

Equipamento de transporte:

Valor bruto	63 150
Amortizações acumuladas	(6 710)
	56 440
Fornec. de imobiliz. em loc. financ. (nota n.º 8).....	55 715

6 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Despesas com encargo diferido:		
Seguros.....	786	79
Rendas.....	531	520
Outras.....	712	508
	2 029	1 107
Devedores:		
Comissões de consultoria.....	—	36 300
Comissões de gestão:		
Lucasfin.....	3 000	—
Fundo 2010	3 000	5 179
Europa.....	3 000	3 000
SIOB 2005	3 000	—
Olissipo	3 000	—
Lisbon Urban	432	—

	2006	2005
Outros.....	658	804
	16 090	45 283
Contas de regularização:		
IRC.....	2 234	—
Outras.....	15 600	—
	17 834	—
	35 953	46 390

7 — Impostos sobre o rendimento:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 corresponde a 27,5%.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2006	2005
Impostos correntes:		
Do exercício	838	58
Resultado antes de impostos	5 051	13 221
Carga fiscal (percentagem)	16,59	0,43

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada como se segue:

	2006		2005	
	Taxa (percentagem)	Imposto	Taxa (percentagem)	Imposto
Resultado antes de imposto.....		5 051		13 221
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50	1 389	27,50	3 636
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Correcções relativas a exercícios anteriores	29,36	1 483	—	—
Amortizações não aceites como custo	19,22	971	—	—
Multas, coimas e juros compensatórios	—	—	0,83	110
Outras.....	— 0,36	(18)	2,60	344
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	— 27,32	(1 380)	—	—
Tributação autónoma.....	16,59	838	0,44	58
	64,99	3 283	31,37	4 148
Utilização de prejuízos reportáveis.....	— 48,40	(2 445)	— 30,94	(4 090)
	16,59	838	0,43	58

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 17 503 euros e 26 393 euros, respectivamente. A sociedade não registou impostos diferidos activos relativos a esta situação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da sociedade relativamente aos exercícios de 2004 a 2006 poderão ainda vir a ser revistas e alterada a matéria colectável.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

8 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecedores:		
Fornecedores de bens de locação financeira (notas n.ºs 2.5 e 5).....	55 715	—
Fornecedores.....	23 802	6 907
	79 517	6 907
Acréscimos de custos:		
Encargos com férias e subsídio de férias (nota n.º 2.6)	14 873	5 530
Custos a pagar — gastos gerais administrativos.....	6 593	2 716
	21 466	8 246
Outras exigibilidades:		
Segurança social.....	1 906	653
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).....	1 406	7 158
	3 312	7 811
	104 295	22 964

Em 31 de Dezembro de 2006, os valores em dívida relativos a contratos de locação financeira apresentam os seguintes prazos residuais:

Rendas:

Até um ano	16 113
Mais de um ano	35 944
	52 057
Valor residual	3 658
	55 715

9 — Capital e prestações suplementares:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da SGFI está representado por 400 000 acções com valor nominal de um euro cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Nestas datas, a estrutura accionista da sociedade era a seguinte:

	Número de acções	Percent. de participação
João Pedro de Almeida Henriques	151 800	37,95
José Manuel Baptista Fino	151 800	37,95
José Eduardo Gonçalves dos Reis.....	75 900	18,98
Outros, inferiores a 10%.....	20 500	5,12
	400 000	100,00

Em Maio de 2005, os accionistas da sociedade realizaram prestações suplementares, com o objectivo de reforçar os fundos próprios da sociedade, no montante total de 160 000 euros, repartidas da seguinte forma:

	Montante
João Pedro de Almeida Henriques	60 720
José Manuel Baptista Fino	60 720
José Eduardo Gonçalves dos Reis.....	30 360
Outros, inferiores a 10%.....	8 200
	160 000

As prestações suplementares não são remuneradas, nem têm prazo residual de reembolso definido.

10 — Reservas e resultados transitados:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Outras reservas e resultados transitados:		
Reserva legal.....	1 316	—
Resultados transitados.....	(29 414)	(41 261)
	(28 098)	(41 261)
Lucro do exercício	4 213	13 163
	(23 885)	(28 098)

Reserva legal:

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

11 — Juros e rendimentos e juros e encargos similares:

Nos exercícios de 2006 e 2005 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos a prazo.....	4 918	1 190
Juros e encargos similares:		
Juros de operações de locação financeira	1 340	—

12 — Rendimentos de serviços e comissões:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissão de gestão:		
Fundo 2010	44 275	34 732
Europa	36 000	19 500
SIOB 2005	30 000	—
Olissipo	24 400	—
Lucasfin	9 500	—
Lisbon Urban	432	—
	144 607	54 232
Comissão de subscrição:		
SIOB 2005	50 000	—
Lucasfin	30 000	—
Olissipo	25 000	—
Europa	—	40 000
	105 000	40 000
Comissão de consultoria	—	30 000
	249 607	124 232

13 — Outros resultados de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Outros ganhos e rendim. operacionais	77	—
Outros custos e proveitos operacionais:		
Imposto sobre o valor acresc. (IVA)	(13 676)	(2 777)
Imposto sobre transportes rodoviários	(124)	—
Imposto do selo	(17)	(12)
Outros custos	—	(1 650)
	(13 817)	(4 439)
	(13 740)	(4 439)

14 — Custos com o pessoal e número médio de empregados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Salários e vencimentos:		
Órgãos de administração	40 006	26 108
Empregados	52 224	6 515
Bónus	1 204	4 000
	93 434	36 623
Encargos sociais:		
Segurança social	19 294	6 246
Outros	386	381
	19 680	6 627
	113 114	43 250

Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica «Bónus» refere-se a um prémio de desempenho atribuído a um colaborador da Sociedade.

Nos exercícios de 2006 e 2005, a Sociedade teve em média 7 e 5 trabalhadores ao seu serviços, respectivamente, dos quais 4 e 2, respectivamente, são técnicos. Apenas os colaboradores técnicos e um administrador auferem remunerações pelos serviços prestados à sociedade.

15 — Gastos gerais administrativos:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Serviços de terceiros	23 078	6 477
Serviços especializados	18 968	16 372
Deslocações, estadas e representação	12 444	1 277
Rendas e alugueres	6 253	5 965
Publicidade	3 226	3 275
Outros fornecimentos de terceiros	2 492	—
Comunicações	2 082	888
Água, energia e combustíveis	1 401	—
Seguros	775	—
Publicações	622	—
Material de consumo corrente	513	—
Outros	124	12
	71 978	34 266

16 — Passivos contingentes e compromissos:

Conforme referido na nota n.º 1, a actividade da sociedade consiste na administração, gestão e representação de fundos de investimento imobiliário, cujas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 se podem resumir como segue:

Fundo	2006					
	Activo líquido	Passivo	Capital do fundo	Resultado	Ups em circulação	Valor das UPs (euros)
Fundo 2010	5 696 351	567 312	5 129 039	127 685	18 604	275,6955
Europa	10 679 044	6 118 400	4 560 644	773 469	446 000	10,2257
SIOB 2005	11 870 690	5 156 619	6 714 071	714 071	600 000	11,1901
Olissipo	5 273 077	218 386	5 054 691	519 691	453 500	11,1460
Lucasfin	6 180 264	3 713 772	2 466 492	(33 508)	250 000	9,8660
Lisbon Urban	5 250 427	747	5 249 680	(320)	525 000	9,9994
Fundo	2006					
	Activo líquido	Passivo	Capital do fundo	Resultado	Ups em circulação	Valor das UPs (euros)
Fundo 2010	9 694 676	5 011 747	4 682 929	3 682 929	10 000	468,2929
Europa	18 719 656	14 932 481	3 787 175	(672 825)	446 000	8,4914

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 641 248 euros e capitais próprios no montante de 536 115 euros, incluindo um resultado líquido de 4213 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (nota n.º 2).

5 — *Ênfase.* — Conforme divulgado na nota n.º 2.1 do anexo às demonstrações financeiras, em 2006 a sociedade aplicou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) na preparação das suas demonstrações financeiras. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário — PSCB) para as NCA, a sociedade seguiu os requisitos previstos na norma Internacional do Relato Financeiro 1 — Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2005 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NCA, para efeitos de comparabilidade. A sociedade não registou qualquer ajustamento em capitais próprios em resultado da adopção das NCA.

Lisboa, 29 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos serviços da sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados, a demonstração dos

fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2006 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, que inclui um ênfase relativo à aplicação pela primeira vez das Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2006.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o descrito no ponto 5 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele contida, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Março de 2007. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

2611049660

SICEL — SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CEREAIS, S. A.

Relatório n.º 6-F/2008

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 4733; identificação de pessoa colectiva n.º 500247266; data da apresentação: 31 de Maio de 2000.

Celeste de Jesus Lourenço, primeira-ajudante da 3.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 1999.

Lisboa, 1 de Junho de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente: Fernando Diogo da Silva.

Vice-presidente: Jorge Sabino Rodrigues Berardo.

Vogais:

José Leonardo de Sousa.

Norberto Monteiro Currais.

Renato Berardo.

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Manuel Rodrigues Berardo.

Vice-presidente: Jorge Sabino Rodrigues Berardo.

Secretários:

Mário Jorge Frazão da Rocha.

Alves de Jesus.

Fiscal único:

Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Herminio António Paulos Afonso.

Suplente: José Pereira Alves.

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração apresentar para apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão, balanço, contas de exploração e anexos da SICEL — Sociedade Industrial de Cereais, S. A., respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

I — Actividade industrial e comercial

No sector da moagem de milho, verificou-se um acréscimo de produção e vendas de 10% em quantidade e 16% em valor.

As exportações de farinha de milho cresceram 106% em quantidade, relativamente a 1998.

Este sector (moagem) representa 82% da actividade da empresa.

Quanto aos alimentos compostos (rações), que representam 15,5% do total da facturação, uma vez mais se regista um ligeiro decréscimo de 6% em quantidade e 13% em valor.

Os restantes 2,5% respeitam à pecuária e mercadorias diversas.

II — Investimentos

Procedeu-se à florestação da quinta adquirida em 1998, conforme previsto, não se tendo desenvolvido o projecto de instalação da unidade pecuária em virtude da crise que se tem verificado no sector da pecuária.

III — Situação económica e financeira

Alguns dos condicionalismos referidos neste relatório reflectiram-se nos diversos indicadores da empresa no exercício que agora findou.

No quadro seguinte é apresentada a evolução dos resultados dos três último exercícios.

Comparação de resultados

(Em milhares de contos)

	1999	1998	1997
Receitas de exploração.....	1631,6	1713,7	1755,0
Resultados operacionais.....	49,5	4,8	60,3
Resultados financeiros.....	— 37,2	— 14,8	— 39,2
Resultados correntes.....	12,3	— 10,0	21,1
Resultados extraordinários.....	— 7,3	14,4	— 16,0
Resultados líquidos.....	1,4	0,5	4,9
Cash-flow.....	36,1	24,6	28,7

As receitas totais de exploração sofreram em relação a 1998, um decréscimo de 4,8%. No entanto e para apuramento dos resultados finais verificaram-se nas rubricas referentes ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos, significativas reduções.

Os resultados operacionais aproximaram-se dos 50 000 contos. À semelhança do verificado em exercícios anteriores a evolução dos custos financeiros continua a ser positiva. A regularização de dívidas de terceiros ocorrida em exercício anterior originou que se tenham apurado valores bastantes inferiores na rubrica referente a proveitos financeiros. A função financeira fechou com encargos líquidos de aproximadamente 37 000 contos. Os resultados correntes foram superiores a 12 000 contos.

Os resultados do exercício antes de impostos registaram um crescimento superior a 14% em relação ao exercício anterior, situando-se nos 5000 contos. Os resultados líquidos do exercício atingiram neste exercício 1,4 mil contos face aos 0,5 mil contos do ano anterior.

Relativamente ao ano de 1998 o cash-flow foi superior em quase 47% tendo atingido os 36,1 mil contos.

Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, a SICEL mantinha em carteira no final do exercício, 830 acções próprias, valorizadas em 834 269\$40.

Nos termos do Decreto Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a empresa tem a sua situação regularizada perante a segurança social.

IV — Evolução previsional da empresa

Com base nos elementos disponíveis, pensamos crescer um pouco mais nas vendas da moagem, não só no que respeita aos fornecimentos de Gritz para as cervejeiras, como também e fundamentalmente no domínio das exportações de farinha de milho.

Quanto às rações, tudo dependerá do evoluir da situação no sector da pecuária.

V — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe, à assembleia geral que o resultado líquido do exercício de 1999 no valor de 1 423 828\$ tenha a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal: 71 192\$;

Para a conta de resultados transitados: 1 352 636\$.

VI — Agradecimentos

O conselho de administração expressa o seu reconhecimento e agradecimento ao fiscal único, pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Igualmente a todos os nossos clientes, fornecedores, entidades oficiais e financeiras um voto de agradecimento pela colaboração prestada.

A todos os colaboradores da empresa, um voto de gratidão pelo empenhamento demonstrado ao longo do ano.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2000. — O Conselho de Administração: *Fernando Diogo da Silva*, presidente — *Jorge Sabino Rodrigues Berardo*, vice-presidente — *José Leonardo de Sousa*, vogal — *Norberto Monteiro Currais*, vogal — *Renato Berardo*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Não ocorreu qualquer movimento de compra ou venda de acções durante o exercício. Nenhum membro dos órgãos de administração e fiscalização detém acções da sociedade.

Os Drs. Fernando Diogo da Silva, Jorge Sabino Rodrigues Berardo e Renato Berardo, são também administradores da Metalgest — Sociedade de Gestão, SGPS, S. A

Informação a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Conforme informação disponível, o accionista abaixo indicado, detinha em 31 de Dezembro de 1999, a seguinte posição:

	Número de acções	Percentagem de capital
Metalgest — Soc. de Gestão, SGPS, S. A.....	286 101	95,37

O Conselho de Administração: *Fernando Diogo da Silva*, presidente — *Jorge Sabino Rodrigues Berardo*, vice-presidente — *José Leonardo de Sousa*, vogal — *Norberto Monteiro Currais*, vogal — *Renato Berardo*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em contos)

Código das contas		1999			1998
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação.....	2 764	2 146	618	—
433	Propriedade industrial e outros direito.....	3 884	3 727	157	136
435	Imobilizações em curso.....	—	—	—	927

Código das contas		1999			1998
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
		6 648	5 873	775	1 063
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	180 900	—	180 900	180 900
422	Edifícios e outras construções.....	203 583	137 344	66 239	51 973
423	Equipamento básico.....	442 960	383 688	59 272	73 244
424	Equipamento de transporte.....	65 996	60 989	5 007	8 942
425	Ferramentas e utensílios.....	12 792	12 220	572	966
426	Equipamento administrativo.....	26 380	21 348	5 032	2 923
427	Taras e vasilhame.....	3 594	3 008	586	925
441/6	Imobilizações em curso.....	225 180	—	225 180	248 628
		1 161 385	618 597	542 788	568 501
	Investimentos financeiros:				
4114	Títulos e outras aplicações financeiras.....	362	—	362	362
4124+4134	Outros empréstimos concedidos.....	1 068	—	1 068	1 068
		1 430	—	1 430	1 430
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e consumo.....	414 252	4 201	410 051	290 836
34	Subprodutos, desperdícios e refugos.....	124	—	124	46
33	Produtos acabados e intermédios.....	31 674	—	31 674	33 381
32	Mercadorias.....	237	—	237	2 683
37	Adiantamentos por conta de compras.....	—	—	—	46 065
		446 287	4 201	442 086	373 011
	Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211	Clientes, c/c.....	170 011	1 449	168 562	214 140
218	Clientes de cobrança duvidosa.....	5 269	5 269	—	—
251 a 255	Accionistas.....	14	—	14	14
24	Estado e outros entes públicos.....	21 211	—	21 211	8 932
262/6/7+221	Outros devedores.....	57 374	—	57 374	98 131
		253 879	6 718	247 161	321 217
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários.....	8 806		8 806	28 833
11	Caixa.....	400		400	350
		9 206		9 206	29 183
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos.....	48 191		48 191	8 159
272	Custos diferidos.....	1 310		1 310	5 503
		49 501		49 501	13 662
	Total de amortizações.....		624 470		
	Total de provisões.....		10 919		
	Total do activo.....	1 928 336	635 389	1 292 947	1 308 067

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		1999	1998
	Capital próprio:		
51	Capital.....	300 000	300 000
	Acções próprias:		
521	Valor nominal.....	— 830	— 830
522	Prémios e descontos.....	— 4	— 4
56	Reserva de reavaliação — Decreto-Lei n.º 31/98.....	49 311	49 311
571	Reservas legais.....	18 023	17 997
577	Reservas especiais — Para acções próprias.....	834	834

Código das contas		1999	1998
674	Reservas livres	23 739	23 739
59	Resultados transitados.....	5 541	5 063
88	Resultado líquido do exercício.....	1 423	504
	<i>Total do capital próprio</i>	398 037	396 614
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	777 000	610 000
221	Fornecedores, c/c	66 039	240 924
228	Fornecedores — factura em recepção e conferência	1 746	361
251+255	Accionistas	96	96
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	8 372	13 756
24	Estado e outros entes públicos	4 554	7 613
262+266+211	Outros credores	10 827	11 987
		868 634	884 737
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	22 234	23 246
274	Proveitos diferidos	4 042	3 470
		6 276	26 716
	<i>Total do passivo</i>	894 910	911 453
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	1 292 947	1 308 067

O Conselho de Administração: *Fernando Diogo da Silva*, presidente — *Jorge Sabino Rodrigues Berardo*, vice-presidente — *José Leonardo de Sousa*, vogal — *Norberto Monteiro Currais*, vogal — *Renato Berardo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

Código das contas		1999		1998	
61	Custos das merc. vend. e matérias consumidas:				
	Mercadorias.....	32 578		219 977	
	Matérias.....	1 189 586	1 222 164	1 127 958	1 347 935
62	Fornecimentos e serviços externos		148 633		157 500
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	144 050		138 261	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões.....	251		268	
645/8	Outros.....	28 619	172 920	28 251	166 780
66	Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	25 738		23 587	
67	Provisões	8 920	34 658	519	24 106
63	Impostos	1 373		1 680	
65	Outros custos e perdas operacionais	1 689	3 062	1 524	3 204
	(A)		1 581 437		1 699 525
681/2/5/8	Juros e custos similares		37 889		42 637
	(C)		1 619 326		1 742 162
69	Custos e perdas extraordinárias		8 282		2 403
	(E)		1 627 608		1 744 565
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		3 625		3 907
	(G)		1 631 233		1 748 472
88	Resultado líquido do exercício.....		1 423		504
			1 632 656		1 748 976

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		1999		1998	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....	38 148		259 572	

Código das contas		1999		1998	
	Produtos	1 593 474	1 631 622	1 454 153	1 713 725
	Varição da produção		— 1 569		— 11 576
75	Trabalhos para a própria empresa		92		536
73	Proveitos suplementares	757		1 432	
74	Subsídios à exploração	80		201	
76	Outros proveitos operacionais	—	837	—	1 633
	(B)		1 630 982		1 704 318
7812/5/6+782+78	Outros juros e proveitos similares		675		27 859
	(D)		1 631 657		1 732 177
79	Proveitos e ganhos extraordinários		999		16 799
	(F)		1 632 656		1 748 976
Resumo:					
	Resultados operacionais (B)—(A) =		49 545		4 793
	Resultados financeiros (D)—(B)—(C)—(A) =		— 37 213		— 14 778
	Resultados correntes (D)—(C) =		12 331		— 9 985
	Resultados antes de impostos (F)—(E) =		5 048		4 411
	Resultado líquido do exercício (F)—(G) =		1 423		504

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.).

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 1999

	1999	1998
Vendas e prestação de serviços	1 631 622	1 713 724
Custo das vendas e prestação de serviços	— 1 308 244	— 1 447 447
Resultados brutos	323 378	266 277
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 823	17 632
Custos de distribuição	— 107 152	— 102 620
Custos administrativos	— 102 521	— 108 955
Outros custos e perdas operacionais	— 65 538	— 53 946
Resultados operacionais	49 990	18 388
Custo líquido de financiamento	— 37 214	— 14 778
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	—	—
Ganhos (perdas) em outros investimentos	— 7 727	800
Resultados correntes	5 049	4 410
Imposto sobre os resultados correntes	— 3 625	— 3 906
Resultados correntes após impostos	1 423	504
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultado líquidos	1 423	504
Resultados por acção	0,0047	0,0017

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.).

Demonstração da origem e da aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 1999

ORIGEM DOS FUNDOS

(Em contos)

	1999	
Internas:		
Resultado líquido do exercício	1 423	
Amortizações	25 738	
Varição de provisões	8 920	36 081
Diminuição de imobilizações:		
Cessão de imobilizações (valor contabilístico líquido):		
Imobilizações em curso	13 261	
Imobilizações incorpóreas	—	
Imobilizações financeiras	—	13 261
Diminuição dos fundos circulantes		—
		49 342

APLICAÇÃO DOS FUNDOS

		1999
Aumentos de imobilizações:		
Trabalhos da empresa para ela própria.....		—
Aquisição de imobilizações:		
Terrenos e recursos naturais.....	—	
Edifícios e outras construções	11 868	
Equipamento de transporte	—	
Ferramentas e utensílios	130	
Equipamento administrativo.....	941	
Imobilizações incorpóreas	60	
Imobilizações em curso	—	12 999
Aumento dos fundos circulantes.....		36 343
		49 342

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.).

Demonstração das variações dos fundos circulantes em 31 de Dezembro de 1999

(Em contos)

		1999
Aumentos das existências:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	123 416	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	78	
Mercadorias	—	
Produtos acabados e intermédios.....	—	
Adiantamentos por conta de compras.....	—	123 494
Aumento das dívidas a terceiros — a curto prazo:		
Clientes, c/c.....	—	
Clientes de cobrança duvidosa.....	4 299	
Estados e outros entes públicos	12 279	
Accionistas.....	—	
Outros devedores	—	16 578
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	—	
Fornecedores, c/c	174 885	
Fornecedores — facturas em recepção e conferência.....	—	
Fornecedores de imobilizado, c/c	5 384	
Estados e outros entes públicos	3 059	
Accionistas.....	—	
Outros credores	1 160	184 488
Diminuições de acréscimos e diferimentos — passivos:		
Acréscimos de custos.....	1 012	
Proveitos diferidos	—	1 012
Aumento de acréscimos e diferimentos — activos:		
Acréscimos de proveitos	40 032	
Custos diferidos	—	40 032
Aumentos das disponibilidades:		
Depósitos à ordem	—	
Caixa	50	50
Diminuição de fundos circulantes.....		—
		365 654
Diminuições das existências:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	
Mercadorias	2 446	
Produtos acabados e intermédios.....	1 707	
Adiantamentos por conta de compras.....	46 065	50 218
Diminuição das dívidas de terceiros a curto prazo:		
Clientes, c/c.....	45 159	

	1999	
Clientes de cobrança duvidosa.....	—	85 916
Estados e outros entes públicos	—	
Accionistas.....	—	
Outros devedores	40 757	
Aumento das dívidas a terceiros a curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	167 000	168 385
Fornecedores, c/c	—	
Fornecedores — facturas em recepção e conferência.....	1 385	
Fornecedores de imobilizado, c/c	—	
Estados e outros entes públicos	—	
Accionistas.....	—	
Outros credores	—	
Diminuições de acréscimos e diferimentos — activos:		
Acréscimos de proveitos	—	4 193
Custos diferidos	4 193	
Aumento de acréscimos e diferimentos — passivos:		
Acréscimos de custos.....	—	572
Proveitos diferidos	572	
Diminuições das disponibilidades:		
Depósitos à ordem	20 027	20 027
Caixa	—	
Aumento de fundos circulantes.....		36 343

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.).

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

Notas aplicáveis:

3 — Critérios valorimétricos utilizados:

Imobilizações incorpóreas — custo histórico;

Imobilizações corpóreas — custo histórico reavaliado ao abrigo dos decretos-lei mencionados na nota n.º 12;

Amortizações — Método das quotas constantes e às taxas do Decreto Regulamentar n.º 2/90.

Existências:

Mercadorias — custo médio ponderado de aquisição;

Matérias-primas — custo médio ponderado de aquisição;

Matérias subsidiárias e de consumo — custo médio ponderado de aquisição;

Produtos acabados — custo médio ponderado de produção não incluindo as amortizações do bens afectos ao sector produtivo;

Produtos semiacabados, pecuária — Preço de venda ao abrigo da alínea c) do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 442-B/88;

Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos — preço de mercado.

6 — Não foram calculados impostos diferidos em resultado da reavaliação efectuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, por serem imateriais os efeitos decorrentes do mesmo.

7 — Número médio de pessoas ao serviço, no exercício: 70.

10 — Movimentos ocorridos no imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões:

Activo bruto:

(Em contos)

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	1 837	—	—	—	927	2 764
Propriedade industrial e outros direitos	3 824	—	60	—	—	3 884
Imobilizações em curso.....	927	—	—	—	— 927	—
	6 588	—	60	—	—	6 648
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais.....	180 900	—	—	—	—	180 900
Edifícios e outras construções.....	184 635	—	11 868	—	7 080	203 583
Equipamento básico	442 961	—	—	—	—	442 961
Equipamento de transporte	65 996	—	—	—	—	65 996
Ferramentas e utensílios.....	12 662	—	130	—	—	12 792
Equipamento administrativo	22 399	—	941	— 67	3 108	26 380
Taras e vasilhame	3 594	—	—	—	—	3 594
Imobilizações em curso.....	248 628	—	—	— 13 260	— 10 188	225 180
	1 161 775	—	12 939	— 13 327	—	1 161 386

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:						
Títulos e outras aplicações financeiras	362	—	—	—	—	362
Outros empréstimos concedidos	1 068	—	—	—	—	1 068
	1 430	—	—	—	—	1 430

Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Reavaliações	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1 837	309	—	—	2 146
Propriedade industrial e outros direitos	3 688	39	—	—	3 727
	5 525	348	—	—	5 873
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	132 662	4 682	—	—	137 344
Equipamento básico	369 717	13 987	—	— 16	383 688
Equipamento de transporte	57 055	3 822	—	113	60 989
Ferramentas e utensílios	11 696	629	—	— 105	12 220
Equipamento administrativo	19 475	1 931	—	— 59	21 348
Taras e vasilhame	2 669	339	—	—	3 008
	593 274	25 390	—	— 67	618 597

12 — Reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 30/78; 219/82; 399-C/84; 118-B/86; 111/88; 49/91 e 31/98.

13 — Mapa das reavaliações:

(Em contos)

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilist.
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	83 287	97 613	180 900
Edif. e outras construções	43 872	22 367	66 239
Equipamento básico	56 909	2 363	59 272
	184 068	122 343	306 411

14 — Imobilizações corpóreas e em curso:

a) Imobilizado corpóreo:

1) Imobilizações em poder de terceiros: equipamento básico:

Instalações da CP — Entroncamento: 2039 contos.

2) Imobilizações afectas a cada uma das actividades da empresa (em contos):

Fábrica de moagem	279 808
Fábrica de rações	214 570
Fábrica de óleo	2 511
Exploração agro-pecuária	69 402
Exploração agro-pec. e florestal — Monte da Gatuna	91 755
Sector de empacotamento	18 524

Comuns:

Terrenos da fábrica	84 103
Oficina de conservação e reparação	11 456
Distribuição de águas	4 285
Distribuição de energia eléctrica	14 090
Serviços gerais	9 617
Laboratório	9 480
Abast. armaz. e expedição	24 583
Fabrico de vapor	14 607
Equipamento administrativo	39 052
Equipamento de transporte	46 322
Serviços comerciais	3 085
Diversos	3 565

3) Imobilizações em curso:

Afectas à fábrica de moagem: 225 180 contos.

22 — Valor global de existências que se encontram à guarda de terceiros: 292 026 contos.

23 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa — clientes: 6718 contos.

25 — Mês de férias e subsídio de férias a processar em 2000, cujo valor se encontra incluído no total da conta de acréscimo e diferimentos, expressa no balanço: 19 556 contos.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

Livranças: 777 000 contos para garantia de movimentação de contas caucionadas;

Garantia bancária: 3000 contos — a favor dos Caminhos de Ferro Portugueses, para efeitos de facturação a prazo de serviços prestados.

34 — Movimento das provisões:

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Provisões para cobranças duvidosas	2 000	4 718	—	6 718
39 — Provisões para depreciação de existências	—	4 201	—	4 201

36 — Número de acções em que se divide o capital da empresa:

300 000 acções ao portador com valor nominal de 1000\$ cada.

37 — Participação no capital de pessoas colectivas detentoras de pelo menos 20%:

Metalgest — Sociedade de Gestão, SGPS, S. A.: 286 101 acções — 95,37%.

40 — Movimento das contas de capitais próprios:

Por aplicação de resultados:

(Em contos)

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reserva legal.....	17 997	26	—	18 023
Reservas especiais:				
Acções próprias.....	834	—	—	834
Reservas livres	23 739	—	—	23 739
Result. transitados	5 063	478	—	5 541
Result. líquidos	504	1 423	504	1 423

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(Em contos)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais.....	2 683	290 836
Compras	26 394	1 316 829
Regularização de existências	3 738	— 3 827
Existências finais	— 237	— 414 252
Custos no exercício	32 578	1 189 586

42 — Demonstração da variação da produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
Existências finais	31 674	124
Regularização de existências	60	—
Existências iniciais.....	— 33 281	— 46
	— 1 647	78

43 — Valor global das remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

Conselho de administração: 19 657 contos;

Fiscal único: 1750 contos.

44 — Valor líquido das vendas, por actividade:

a) Mercado interno:

Moagem de milho — 1 137 057 contos;

Alimentos compostos p/ animais (rações) — 253 810 contos;

Agro-pecuária — 12 750 contos;

Mercadorias — 36 110 contos.

b) Mercado externo:

Moagem de milho — 189 858 contos;

Mercadorias — 2037 contos.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1999	1998
681 — Juros suportados.....	24 867	29 512
6818 — Outros juros.....	402	498

	1999	1998
685 — Dif. de câmbio desfavoráveis.....	87	34
686 — Desc. de pronto pag. concedidos....	12 325	12 255
688 — Outros custos e perdas financ.	208	338
Resultado financeiro	— 37 214	— 14 778
	675	27 859

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
781 — Juros obtidos	12	86
786 — Desc. de pronto pag. obtidos.....	663	690
788 — Outros prov. e ganhos financ.	—	27 083
	675	27 859

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1999	1998
691 — Donativos	95	115
692 — Incobráveis.....	—	1 277
693 — Perdas em existências	31	—
694 — Perdas em imobilizado	7 740	—
695 — Multas e penalidades.....	22	75
697 — Correc. relat. a exerc. anteriores	—	915
698 — Outros custos e perdas extraord.	394	21
Resultado extraordinário.....	— 7 283	14 396
	999	16 799

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
794 — Ganhos em imobilizações	13	800
796 — Reduções de amort. e provisões.....	—	2 996
798 — Outros proveitos e ganhos.....	986	13 003
	999	16 799

49 — Demonstração dos resultados por funções reclassificados dos resultados extraordinários evidenciados na demonstração dos resultados por naturezas:

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferentes do Plano Oficial de Contas para preparação dos resultados por naturezas. Assim, o valor dos resultados extraordinários (7283 contos) apresentado nos resultados por naturezas (v. nota n.º 46), foi reclassificado para outros proveitos operacionais (986 contos), outros custos operacionais (541 contos) e (7282 contos) para ganhos (perdas) em outros investimentos, o que proporciona as seguintes diferenças nas diversas naturezas ou resultados.

Demonstração dos resultados

(Em contos)

	Por naturezas	Reclassificação	Por funções
Resultados operacionais	49 545	445	49 990
Resultados financeiros	— 37 214	—	— 37 214
Resultados correntes	12 331	— 7 282	5 049
Resultados extraordinários	— 7 283	7 283	—
Resultados líquidos	1 423	—	1 423

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.).

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sicel — Sociedade Industrial de Cereais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 1 292 947 contos e um total de capital próprio de 398 037 contos, incluindo um resultado líquido de 1423 contos), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — Excepto quanto à limitação descrita no ponto 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Reserva.* — Em 1998 foi adquirido equipamento básico no valor de 225 180 contos, registado em imobilizações em curso. Esta aquisição foi suportada por uma avaliação que tinha como pressuposto a sua utilização nas instalações em que se encontrava implantado. No exercício de 1999 a empresa libertou essas instalações, tendo procedido à desinstalação do referido equipamento. Atendendo ao facto de se terem alterado as condições de funcionamento desses bens e à inexistência de uma avaliação que tenha em conta as alterações efectuadas, não podemos pronunciar-nos sobre a recuperabilidade do valor acima referido.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no ponto 6 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sicel — Sociedade Industrial de Cereais, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

10 de Fevereiro de 2000. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Herminio António Paulos Afonso*.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração de Sicel — Sociedade Industrial de Cereais, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a escrituração contabilística e a respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e o correspondente anexo, excepto nos aspectos mencionados na certificação legal das contas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados excepto nos aspectos mencionados na certificação legal das contas;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se de acordo com as disposições legais e estatutárias.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

10 de Fevereiro de 2000. — O Fiscal Único: Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Herminio António Paulos Afonso*.

Extracto da acta n.º 101 de 22 de Março de 2000

(...)

No ponto 2.º da ordem de trabalhos foi submetida a votação e aprovada por unanimidade a proposta de aplicação de resultados do conselho de administração constante do relatório de gestão e que se reproduz:

«O conselho de administração propõe, à assembleia geral que o resultado líquido do exercício de 1999 no valor total de 1 423 828\$, tenha a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal: 71 192\$;

Para a conta de resultados transitados: 1 352 636\$.

27 de Março de 2000. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *José Manuel Rodrigues Berardo*.

3000227045

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750